

igfss



RELATÓRIO E CONTAS 2011



SEGURANÇA SOCIAL



Recognised for excellence
5 star

FICHA TÉCNICA

Título

RELATÓRIO E CONTAS 2011

Autor/Editor

UNIDADE DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DA SEGURANÇA SOCIAL, L.P.
Av. Dom João de Gusmão, n.º 50
1049-002 Lisboa
Tlx: 21 413 33 00
Fax: 21 343 37 20
E-mail: ghs@seg-social.pt

Concepção Técnica

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE/NCEC

Data de Edição

25 Maio de 2012

ÍNDICE

1.	APRESENTAÇÃO	8
2.	ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS.....	9
3.	ESTRUTURA E RECURSOS HUMANOS.....	11
4.	ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS	20
5.	INTRODUÇÃO	23
6.	CONDICIONANTES DA ACTIVIDADE	25
7.	FACTOS MAIS RELEVANTES DO EXERCÍCIO DE 2011	27
7.1	Contribuintes	27
7.2	Titularização	36
7.3	Alienação do Património Imobiliário do IGFSS	39
7.4	Transferências para o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social.....	39
7.5	Acompanhamento dos protocolos.....	40
8.	ANÁLISE AO BALANÇO	55
8.1	Activo	55
8.2	Fundos Próprios e Passivo	71
9.	ANÁLISE À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	82
10.	EVOLUÇÃO DAS DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA NO TRIÉNIO 2011/2009	89
11.	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA NO TRIÉNIO 2011/2009	91

Anexos:

I	Balanço	VIII	Mapa de Orçamento – Despesa
II	Demonstração de Resultados	IX	Mapa de Orçamento – Receita
III	Controlo Orçamental – Despesa	X	Demonstração das Variações dos Fundos Circulantes
IV	Controlo Orçamental – Receita	XI	Anexo às Demonstrações Financeiras do POCISSSS
V	Mapa dos Fluxos de Caixa	XII	Balancete – antes do apuramento
VI	Mapa dos Desc. e Retenções no Exercício	XIII	Balancete – após apuramento
VII	Mapa de Entrega de Descontos e Retenções	XIV	Acta de Aprovação das Contas

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura orgânica do IGFSS	11
Figura 2 – Organigrama nominal do IGFSS	12
Figura 3 – Recuperação de dívidas em processo executivo.....	26

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – N.º trabalhadores por sexo, segundo modalidade de grupo/Cargo/carreira	14
Gráfico 2 – N.º trabalhadores por escalão etário e género.....	15
Gráfico 3 – N.º trabalhadores por nível de escolaridade e género.....	17
Gráfico 4 – Encargos com o Pessoal.....	18
Gráfico 5 – Acções de formação profissional realizadas durante o ano, por tipo e duração.....	19
Gráfico 6 – Recuperação anual de dívida à Segurança Social.....	27
Gráfico 7 – Cobrança voluntária “versus” cobrança coerciva de 2006 a 2011 ...	28
Gráfico 8 – Taxa de cobrança da carteira líquida de dívida activa de 2009 a 2011	30
Gráfico 9 – Carteira líquida de dívida activa de 2008 a 2011	30
Gráfico 10 – Receita de Contribuições no biénio 2010/2009	111

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género	13
Quadro 2 – Distribuição do número de efectivos segundo o escalão etário.....	15
Quadro 3 – Distribuição dos trabalhadores de acordo com a escolaridade e género	16
Quadro 4 – Encargos com o pessoal no ano de 2011	17
Quadro 5 – N.º de acções de formação ocorridas em 2011	18
Quadro 6 – Distribuição da receita por natureza de devedor	29
Quadro 7 – Recuperação extraordinária	29
Quadro 8 – Receita de Contribuições (Mapa 7.2).....	31
Quadro 9 – Receita cobrada nas SPET por Tributos	32
Quadro 10 – Declaração de Remunerações.....	33
Quadro 11 – Recebimento de Contribuições.....	34
Quadro 12 – Dações no Ano 2011	34
Quadro 13 – Dações no Triénio 2011/2009	35
Quadro 14 – Provisões de Contribuições	36
Quadro 15 – Valores cobrados de Titularização	37
Quadro 16 – Valores transferidos para a DGT de Titularização	38
Quadro 17 – Valor recebido referente à alienação de Património	39
Quadro 18 – Valores transferidos para o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social	40
Quadro 19 – Receita arrecada pelos prestadores de serviços financeiros com os quais o IGFSS tem celebrados contratos.....	44
Quadro 20 – Pagamento de prestações sociais e benefícios diferidos ao abrigo de novos contratos.....	46

Quadro 21 – Cobrança de Contribuições na aplicação GT.....	47
Quadro 22 – Fundo de Garantia de Alimento a Menores.....	48
Quadro 23 – Valor cobrado e registado de DUC's na aplicação GT.....	50
Quadro 24 – Abastecimentos Financeiros	52
Quadro 25 – Devolução de Disponibilidades e Benefícios em Prescrição.....	52
Quadro 26 – Pagamento de prestações sociais – Tesouraria Única.....	53
Quadro 27 – Pagamento de Tesouraria Única - CNP	53
Quadro 28 – Balanço - Activo	55
Quadro 29 – Balanço – Imobilizado.....	58
Quadro 30 – Balanço - Amortizações do Exercício	59
Quadro 31 – Balanço - Acções e Títulos da Dívida Pública.....	61
Quadro 32 – Balanço - Dívidas de Terceiros	62
Quadro 33 – Balanço MLP – Conta 218 – MLP.....	63
Quadro 34 – Balanço - Outros Devedores MLP.....	64
Quadro 35 – Balanço - Dívidas de Terceiros a Curto Prazo	66
Quadro 36 – Balanço – Desagregação das dívidas de cobrança duvidosa	67
Quadro 37 – Balanço – Desagregação dos Acréscimos e Diferimentos.....	69
Quadro 38 – Balanço - Valor da Especialização dos Jogos da SCML.....	Errol
Marcador não definido.	
Quadro 39 – Bolanço - Acréscimos de Proveitos e Custos Diferidos	70
Quadro 40 – Balanço - Fundos Próprios e Passivo.....	71
Quadro 41 – Balanço - Reservas.....	73
Quadro 42 – Balanço - Fundos Especiais.....	73
Quadro 43 – Balanço - Resultados Transitados	74
Quadro 44 – Balanço - Passivo.....	77
Quadro 45 – Balanço - Dívidas a pagar ao Estado e a Outros Entes Públicos...	78
Quadro 46 – Balanço - Acréscimo de Custos e Proveitos Diferidos.....	80
Quadro 47 – Demonstração de Resultados	83
Quadro 48 – Demonstração de Resultados - Síntese dos Resultados do Ano 2010	83
Quadro 49 – Demonstração de Resultados - Resultados Operacionais.....	85

Quadro 50 – Demonstração de Resultados - Resultados Extraordinários	87
Quadro 51 – Demonstração de Resultados – Transferências de Capital Concedidas	88
Quadro 52 – Evolução da Despesa por classificação económica no triénio 2011/2009	91
Quadro 53 – Comparação dos Encargos de Administração – Despesas com Pessoal – no biénio 2011/2010	92
Quadro 54 – Comparação dos Encargos de Administração – Fornecimentos e Serviços Externos – no biénio 2011/2010	94
Quadro 55 – Comparação dos Encargos de Administração – Juros e outros encargos – no biénio 2011/2010	97
Quadro 56 – Comparação dos Encargos de Sociedades e Quase Sociedades Não Financeiras no biénio 2011/2010	98
Quadro 57 – Transferências correntes para o INATEL	99
Quadro 58 – Transferências correntes para a Administração Central	99
Quadro 59 – Transferências correntes no âmbito da Administração	101
Quadro 60 – Transferências para a Administração Regional	102
Quadro 61 – Comparação dos Encargos – Subsistema de Acção Social – no biénio 2011/2010	104
Quadro 62 – Comparação dos Encargos de Administração – Transferências de Capital – no biénio 2011/2010	108
Quadro 63 – Transferências de Capital – PIDDAC.... Erro! Marcador não definido.	
Quadro 64 – Taxas, Multas e Penalidades no biénio 2011/2010	112
Quadro 65 – Receita de Coimas da ACT	113
Quadro 66 – Receita de Rendimentos da Propriedade no biénio 2011/2010..	113
Quadro 67 – Receita de Transferências Correntes no biénio 2011/2010.....	116
Quadro 68 – Receita de Transferências do MSSS e do MFAP.....	117
Quadro 69 – Receita de Transferências do MSSS e do MFAP no biénio 2011/2010	119
Quadro 70 – Transferências da Caixa Geral de Aposentações – Rádio Marconi	123

Quadro 71 – Receita das Transferências Outras ISS's e RA's no biénio 2011/2010	124
Quadro 72 – Transferências de excedentes das Regiões Autónomas.....	124
Quadro 73 – Receita da SCML no biénio 2011/2010	125
Quadro 74 – Receita da SCML no biénio 2011/2010 – distribuição por alíneas	126
Quadro 75 – Receita das Transferências UE/FSE no biénio 2011/2010	127
Quadro 76 – Distribuição da receita obtida em reposições não abatidas aos pagamentos	132
Quadro 77 – Devolução de Saldo de Gerência.....	132
Quadro 78 – Receitas Correntes / Capital por classificação económica no triénio 2011/2009.....	134

I. APRESENTAÇÃO

O IGFSS, criado em 1977 pelo Decreto Regulamentar n.º 24 de 1 de Abril, sob a tutela do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, é um Instituto Público com autonomia administrativa e financeira, personalidade jurídica e património próprio, com a missão da gestão financeira unificada dos recursos económicos consignados no Orçamento da Segurança Social, exercendo as suas atribuições nas áreas do planeamento, orçamento e conta, gestão do património imobiliário, gestão financeira e da gestão da dívida para todo o sistema de Segurança Social.

No ano de 2007 o Instituto alterou a sua orgânica, pelo Decreto-Lei n.º 215/2007 de 29 de Maio, e os estatutos, pela Portaria n.º 639/2007 de 30 de Maio.

O Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social é dotado com instrumentos e meios que lhe possibilitam uma gestão com autonomia, flexibilidade e capacidade de resposta às exigências decorrentes de um moderno sistema unificado de Segurança Social.

Organizado numa estrutura central, o IGFSS dispõe de serviços distritais para a área da dívida, as Secções de Processo Executivo e Tributário.

2. ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

CONSELHO DIRECTIVO

Presidente

José Augusto Antunes Gaspar, licenciado em Gestão de Empresas, nomeado pelo Despacho do Primeiro-Ministro n.º 385/2005, de 30 de Maio, publicado no Diário da República n.º 116 – 2ª Série, de 20 de Junho, renovado pelo Despacho do Primeiro-Ministro n.º 14708/2009, de 25 de Junho, publicado no Diário da República n.º 125 – 2ª Série, de 1 de Julho.

Vice-Presidente

Nelson da Silva Ferreira, licenciado em Gestão de Empresas, nomeado pelo Despacho do Primeiro-Ministro n.º 385/2005, de 30 de Maio, publicado no Diário da República n.º 116 – 2ª Série, de 20 de Junho, renovado pelo Despacho do Primeiro-Ministro n.º 14708/2009, de 25 de Junho, publicado no Diário da República n.º 125 – 2ª Série, de 1 de Julho.

Vogais

Joaquina Maria Franco, licenciada em Direito, nomeada pelo Despacho do Primeiro-Ministro n.º 385/2005, de 30 de Maio, publicado no Diário da República n.º 116 – 2ª Série, de 20 de Junho, renovado pelo Despacho do Primeiro-Ministro n.º 14708/2009, de 25 de Junho, publicado no Diário da República n.º 125 – 2ª Série, de 1 de Julho.

Noémia Silva Goulart, licenciada em Economia, nomeada pelo Despacho do Primeiro-Ministro n.º 14708/2009, de 25 de Junho, publicado no Diário da República n.º 125 – II Série, de 1 de Julho.

CONSELHO GERAL

Designado pelo Despacho n.º 6721/2004 (2.ª série), de 17 de Março, publicado no Diário da República – II Série, n.º 79, de 2 de Abril de 2004.

FISCAL ÚNICO

O DL 215/2007, de 29 de Maio que, no quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), aprovou o Estatuto Orgânico do IGFSS, introduziu o Fiscal Único, como órgão do Instituto, remetendo para as suas competências e nomeação de acordo com o previsto na Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, órgão cuja nomeação se aguarda conforme proposto à Tutela.

3. ESTRUTURA E RECURSOS HUMANOS

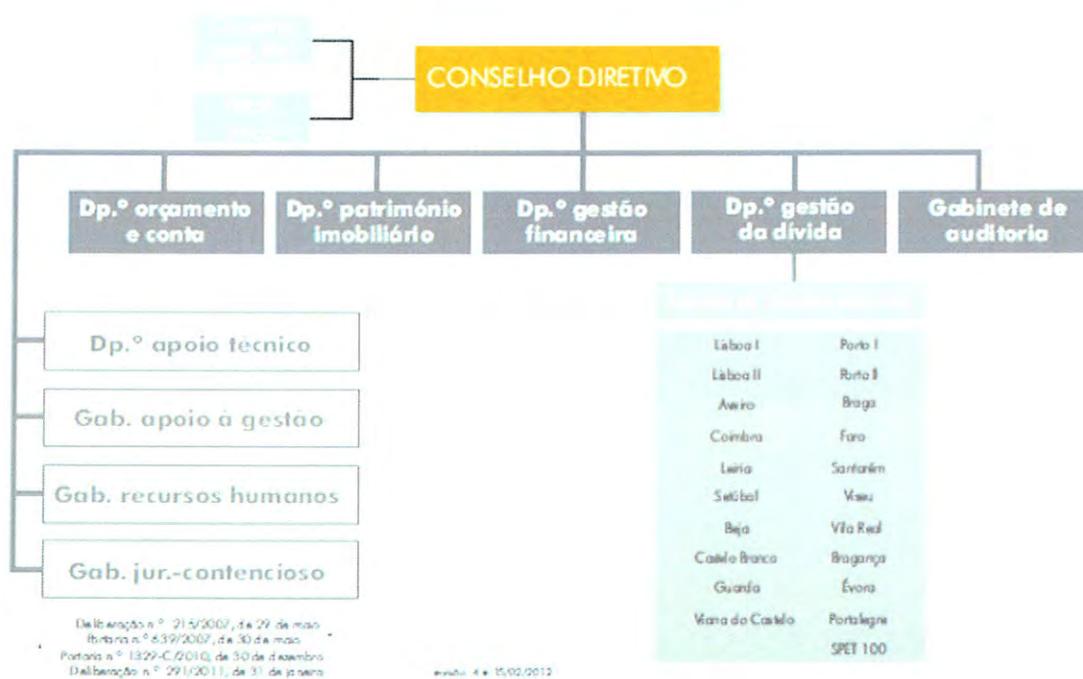


Figura 1 – Estrutura orgânica do IGFSS

Eram os seguintes os órgãos de direcção das unidades orgânicas, e respectivas estruturas intermédias (até ao nível da Direcção de Serviços), à data de 31.12.2011:





Declaração n.º 215/2007, de 29 de Maio
 Portaria n.º 439/2007, de 30 de Maio
 Portaria n.º 1394/2010, de 30 de Dezembro
 Declaração n.º 20/2011, de 31 de Janeiro
 Resolução n.º 25/10/2011 - Organograma e DB (10/2011)

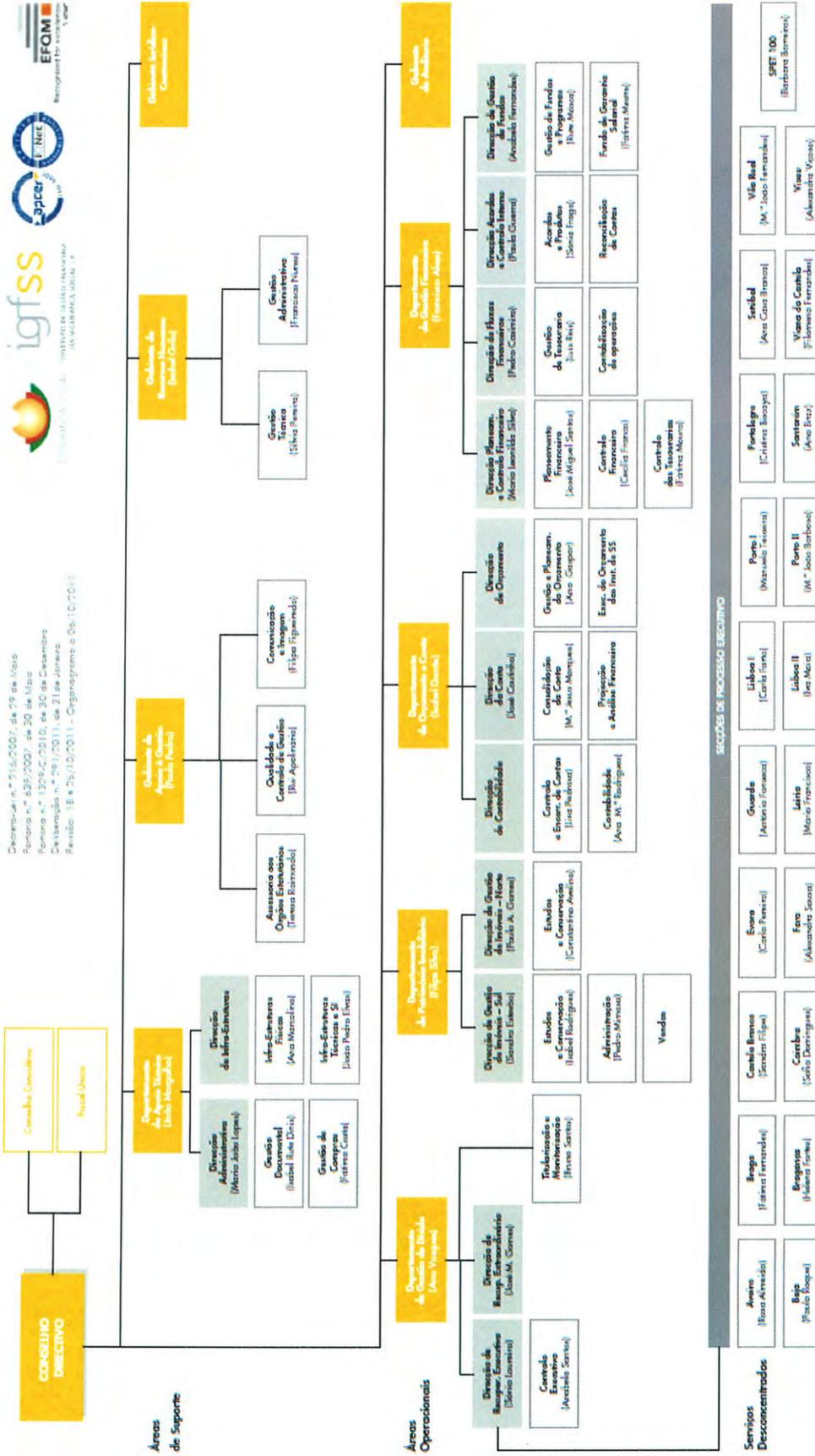


Figura 2 – Organograma nominal do IGSS

No IGFSS.IP, em 31.12.2011, o número de efectivos atingia 393, dos quais 115 do sexo masculino e 278 do sexo feminino. De acordo com os dados apurados na tabela anexa, constata-se que a taxa de emprego feminina foi de 71 % e a masculina de 29 %. Relativamente à taxa de emprego de chefias directas é de 17 % e do grupo de pessoal – técnico superior 49,40 %.

Instituição: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

Ano: 2011

Efectivos por grupos de pessoal segundo a relação jurídica

Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	Nomeação Definitiva		Nomeação Transitória por tempo determinado		Nomeação Transitória por tempo determinável		CT em Funções Públicas por tempo indeterminado		CT em Funções Públicas a termo resolutivo certo		CT em Funções Públicas a termo resolutivo incerto		Comissão de Serviço no âmbito da LYCR		Comissão de Serviço no âmbito do Código do Trabalho		CT no âmbito do Código do Trabalho		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior a)															2	2			2	2	4
Dirigente Intermédio a)															17	46			17	46	63
Técnico Superior							56	138											56	138	194
Assistente Técnico							30	87											30	87	117
Assistente Operacional							9	5											9	5	14
Informático							1	0											1	0	1
Total	0	0	0	0	0	0	96	230	0	0	0	0	0	0	19	48	0	0	115	278	393

Quadro 1 – Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género

Comparativamente com o total de efectivos de 2010, constatou-se que o quadro do IGFSS.IP sofreu um decréscimo de 11 colaboradores, sendo o valor de referência de 2010 – 404 colaboradores.

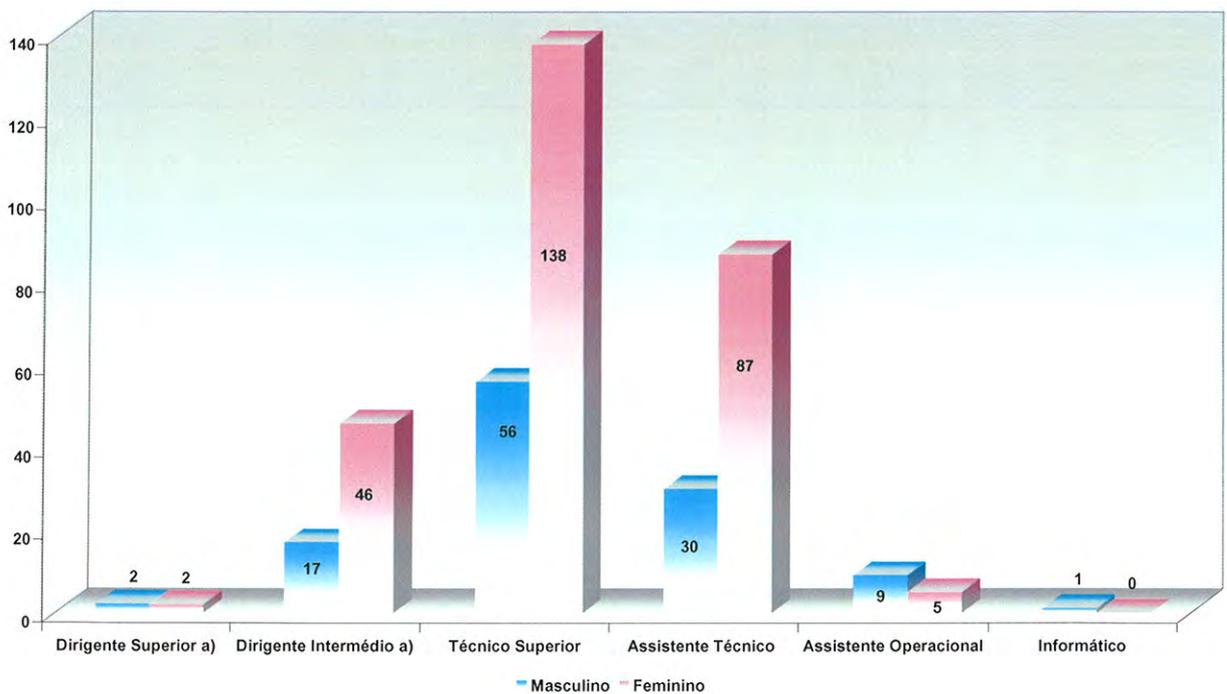


Gráfico 1 – N.º trabalhadores por sexo, segundo modalidade de grupo/Cargo/carreira

ESCALÃO ETÁRIO E GÉNERO

Da contagem dos trabalhadores por escalão etário identificou-se que a idade média dos trabalhadores femininos é de 44,5 anos enquanto que no efectivo masculino este valor situa-se nos 46,7 anos.

Para o total de efectivos, em 31.12.2011 a idade média situou-se nos 45 anos.

Grupo/cargo/carreira / Escala etário e género	Menos de 20 anos		20-24		25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		70 e mais		TOTAL		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Dirigência Superior (a)									1	1			1	1												2	2	4
Dirigência Intermediária (a)							1	1	5	26	3	12	2	2	1	2	3	3	2							17	46	63
Técnico Superior					1		8	25	19	55	12	31	6	8	5	7	4	10	1	2						56	138	194
Assistente Técnico							2	2	1	7	2	8	3	13	4	18	13	24	3	19	2					30	87	117
Assistente Operacional															5	2	2	3	2							9	5	14
Informático																				1						1	0	1
Total	0	0	0	0	1	0	11	28	25	89	18	49	11	24	16	27	22	40	9	21	2	0	0	0	0	115	278	393

Quadro 2 – Distribuição do número de efectivos segundo o escalão etário

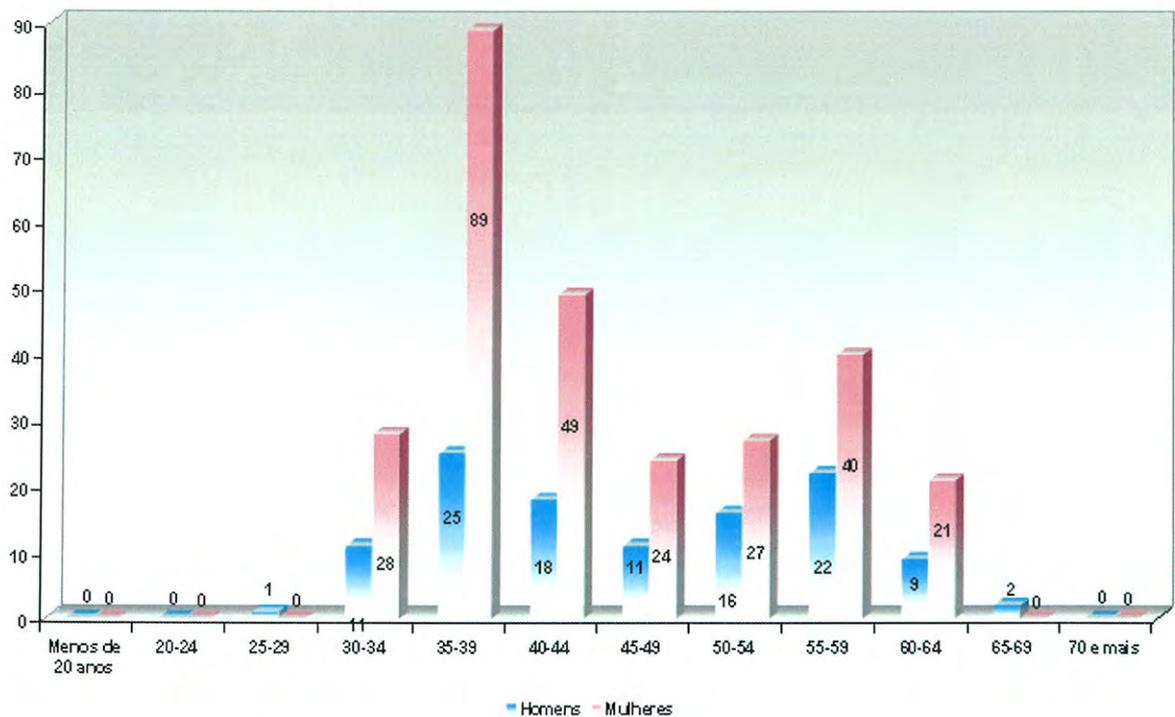


Gráfico 2 – N.º trabalhadores por escalão etário e género

NÍVEL DE ESCOLARIDADE E GÉNERO

Dos 393 trabalhadores, 259 têm habilitações de nível superior, representando uma taxa de formação superior de 66%. Com estudos de nível básico e secundário há 134 trabalhadores, o que representa 34% do efectivo total do Instituto.

Grupo/cargos/carreira / Habilitação Literária	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		5 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Digente Superior a)																2	2					2	2	4
Digente Intermediária)														1		15	45	1	1			17	46	63
Técnicos Superior							1		1	1			4	5	47	129	4	2			56	138	194	
Assistente Técnico			1	1	2	3	14	25	3	14	10	43		1							31	87	117	
Assistente Operacional			2	1		1	5	2			2	1									9	5	14	
Informáticos																						1	0	1
Total	0	0	3	2	2	4	19	28	4	15	13	44	5	6	64	176	5	3	0	0	115	278	393	

Quadro 3 – Distribuição dos trabalhadores de acordo com a escolaridade e género

Na estrutura habilitacional, é de registar o aumento de trabalhadores com formação superior, principalmente ao nível da Licenciatura, a par das faixas etárias predominantes e do grupo profissional de maior expressão numérica no total de efectivos do IGFSS.IP.

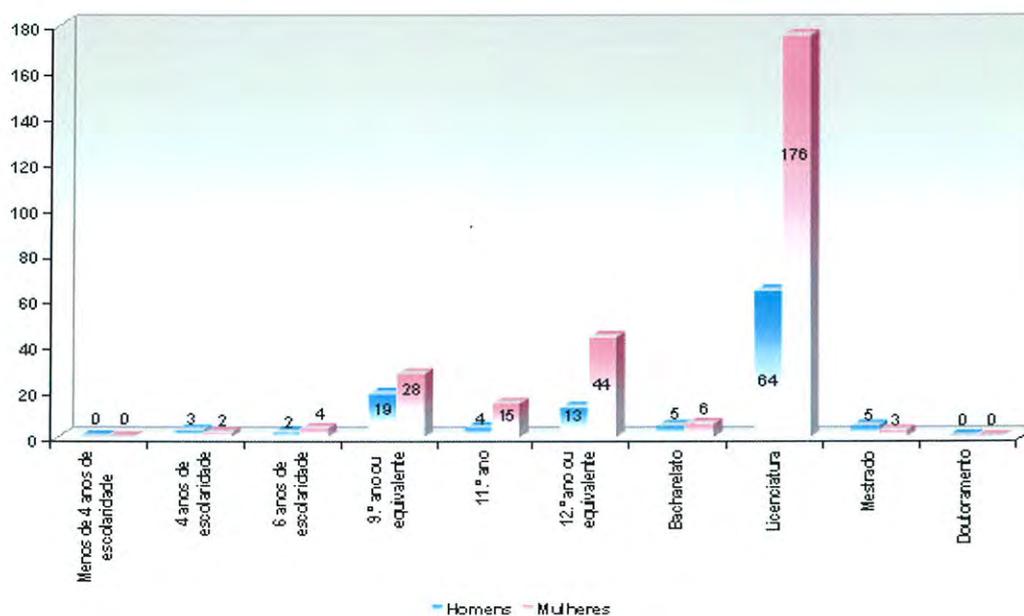


Gráfico 3 – N.º trabalhadores por nível de escolaridade e género

ENCARGOS COM PESSOAL

Os custos com pessoal atingiram, em 2011, a importância de 11.990.456,43€ (um decréscimo de 938.925,57€ face ao período homólogo), sendo a rubrica “remuneração base” aquela que maior impacto teve no total de encargos com 10.413.393,43€, seguido da rubrica “Suplementos remuneratórios”, com 829.791,68€.

Encargos com pessoal	Valor (Euros)
Remuneração base (*)	10.413.393,43€
Suplementos remuneratórios	829.791,68€
Prémios de desempenho	208,05€
Prestações sociais	584.661,07€
Benefícios sociais	0,00€
Outros encargos com pessoal	162.402,20€
Total	11.990.456,43€

(*) - Incluindo o subsídio de férias e o subsídio de Natal

Quadro 4 – Encargos com o pessoal no ano de 2011

O gráfico abaixo ilustra os custos com pessoal de acordo com o tipo de encargo suportado.

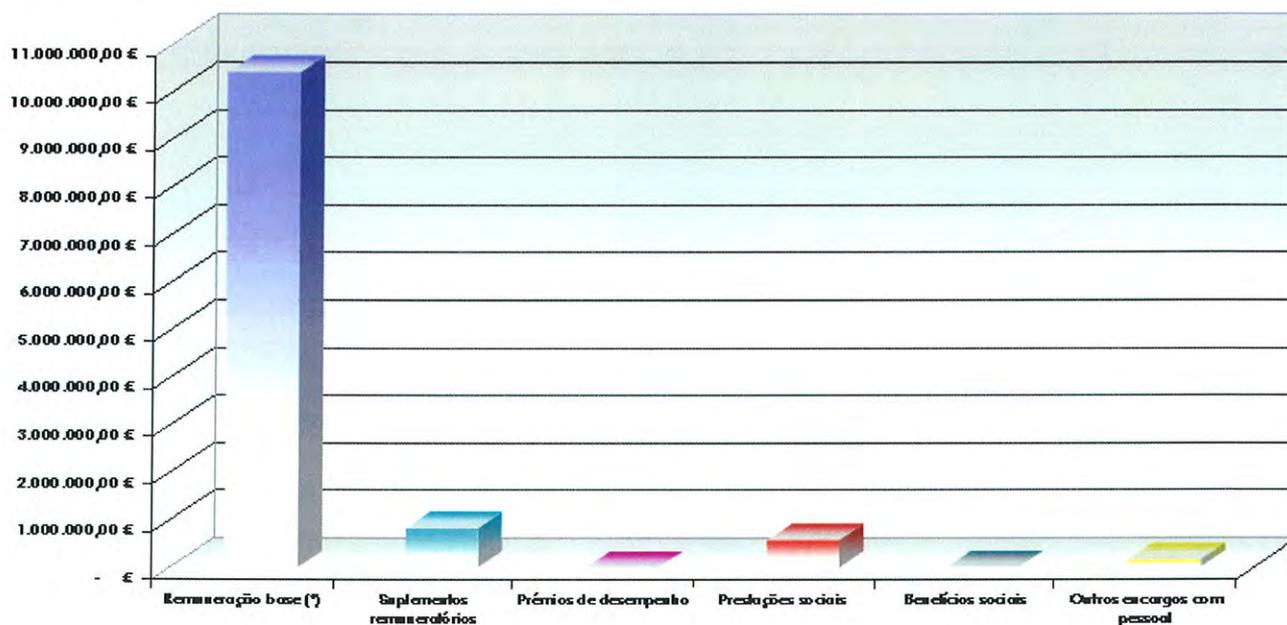


Gráfico 4 – Encargos com o Pessoal

CONTAGEM DAS ACÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

No que respeita às acções de formação desenvolvidas no ano de 2011, refira-se que decorreram 49 acções de formação internas e 729 acções de formação externas.

O quadro abaixo, representa o número de acções realizadas por carga horária.

Tipo de acção/duração	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	de 60 a 119 horas	120 horas ou mais	Total
Internas	49	0	0	0	49
Externas	665	47	2	15	729
Total	714	47	2	15	778

Quadro 5 – N.º de acções de formação ocorridas em 2011

Relativamente às acções de formação profissional realizadas durante o ano e em que participaram os efectivos do serviço, considerou-se:

- Acção interna, a que se destinou exclusivamente a efectivos do serviço.
- Acção externa, a que podia ter tido a participação de efectivos de vários serviços.

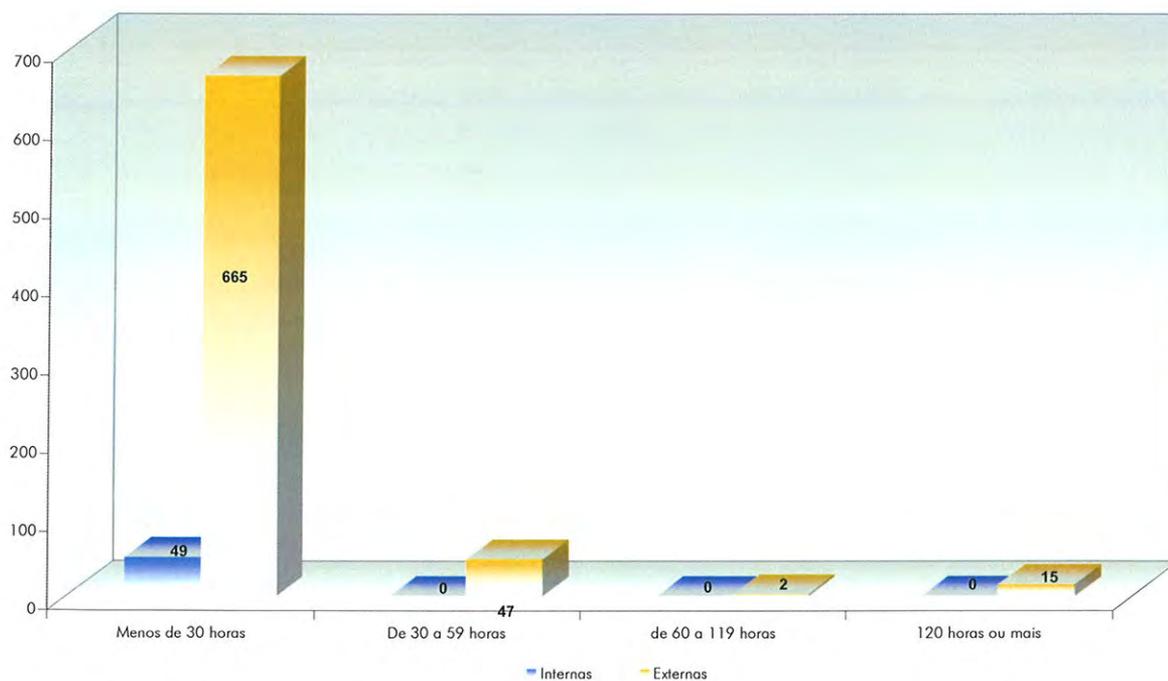


Gráfico 5 – Acções de formação profissional realizadas durante o ano, por tipo e duração

4. ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

A actividade do IGFSS é exercida a nível nacional sob a tutela e superintendência do Ministro da Solidariedade e da Segurança Social. Em 2011, o estatuto do IGFSS é regulado pelo Decreto-Lei 215/2007 e a estrutura orgânica pela Portaria 639/2007, de 30 de Maio, alterada pela Portaria 1329-C/2010, de 30 de Dezembro e pela Deliberação n.º 291/2011, de 31 de Janeiro de 2011, dividindo-se em áreas operacionais e áreas de suporte, dispondo ainda de serviços desconcentrados.

A actuação do Instituto centra-se essencialmente, nas seguintes áreas:

PLANEAMENTO, ORÇAMENTO E CONTA

- ✦ Propor as medidas de estratégia e de política financeira a adoptar no âmbito do sistema de Segurança Social e assegurar a respectiva execução, bem como assegurar o cumprimento do princípio da unidade financeira do sistema de Segurança Social;
- ✦ Definir, a nível nacional, objectivos, meios e formas de gestão financeira das instituições do sistema de Segurança Social;
- ✦ Preparar o orçamento da Segurança Social, apreciando, integrando e compatibilizando os orçamentos parcelares e assegurar, coordenar e controlar a respectiva execução;
- ✦ Definir os critérios e normas a que deve obedecer a elaboração e organização do orçamento da Segurança Social, bem como as regras da sua execução e alteração;
- ✦ Definir os princípios, conceitos e procedimentos contabilísticos a adoptar no sistema de Segurança Social, através da elaboração do plano de contas do sector e assegurar o seu cumprimento;

- ✚ Elaborar a Conta da Segurança Social;
- ✚ Assegurar a verificação, acompanhamento, avaliação e informação, nos domínios orçamental, económico e patrimonial, das actividades dos organismos, instituições e serviços que integram o sistema de Segurança Social, no âmbito do sistema de controlo interno da administração financeira do Estado;
- ✚ Participar, em colaboração com as demais instituições, organismos e serviços do sistema, em estudos e trabalhos com incidência no financiamento e na alteração de prestações do sistema de Segurança Social.

GESTÃO FINANCEIRA

- ✚ Optimizar a gestão dos recursos financeiros do sistema de Segurança Social;
- ✚ Desempenhar as funções de tesouraria única do sistema de Segurança Social, assegurando e controlando os pagamentos, bem como a arrecadação das receitas e dos respectivos fundos;
- ✚ Contrair os financiamentos necessários ao equilíbrio financeiro do sistema, nos termos da legislação aplicável;
- ✚ Assegurar a gestão do Fundo de Garantia Salarial, do Fundo de Socorro Social e demais fundos englobados no Instituto;
- ✚ Assegurar a rendibilização de excedentes de tesouraria, nomeadamente mediante o recurso a instrumentos disponíveis no mercado.

GESTÃO DA DÍVIDA

- ✚ Analisar a evolução da dívida à Segurança Social, bem como acompanhar e controlar a actuação das instituições de Segurança Social em matéria de regularização da dívida e assegurar a instauração e instrução de processos de execução de dívidas à Segurança Social;
- ✚ Representar a Segurança Social nas acções que visem a articulação institucional com outros credores públicos e privados;
- ✚ Apreciar e decidir, nos termos da lei, a posição a assumir pela Segurança Social no âmbito dos procedimentos extrajudiciais de conciliação, dos processos de insolvência e de recuperação de empresa e, ainda, de operações e procedimentos conducentes à celebração de contratos de consolidação financeira e de reestruturação empresarial, bem como instruir os procedimentos de regularização de dívida mediante dação em pagamento;
- ✚ Negociar e celebrar contratos de cessão de créditos;
- ✚ Promover, em articulação com o Instituto de Segurança Social, IP, a regularização das situações de incumprimento contributivo na forma, condições e requisitos estabelecidos na lei.

GESTÃO DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO

- ✚ Assegurar a gestão e administração dos bens e direitos de que seja titular e que constituem o património imobiliário da Segurança Social;
- ✚ Promover, no âmbito do sistema de Segurança Social, estudos e avaliações do património imobiliário;
- ✚ Promover e implementar programas de alienação do património imobiliário da Segurança Social.

5. INTRODUÇÃO

De acordo com o normativo legal em vigor, apresentam-se os documentos de prestação de contas do IGFSS relativos ao exercício de 2011 de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social (POCISSSS), aprovado pelo Decreto-Lei nº 12/2002, de 25 de Janeiro, incluindo, para além destes, os elementos adicionais definidos pelo Tribunal de Contas, a que se refere o Tribunal de Contas na Instrução nº1/2004-2ª secção, publicada no Diário da república II série, de 14 de Fevereiro de 2004.

Os trabalhos de encerramento contabilístico do ano de 2011 decorreram em tempo considerado oportuno, reflectindo o esforço desenvolvido no sentido de dar continuidade e aprofundar o trabalho de consolidação do SIF.

Em 2011 verificou-se uma maior sensibilização no que concerne aos fechos intercalares dos períodos contabilísticos, para a qual concorreu necessariamente a sensibilização das entidades para a necessidade de registarem no mês correspondente a receita dos abastecimentos financeiros, evitando assim liquidações em meses distintos nas entidades envolvidas. Foi igualmente evidente a preocupação das entidades do perímetro da Segurança Social para a análise das divergências patrimoniais e orçamentais.

O actual modelo de registo contabilístico da receita de contribuições decorreu no IGFSS, como entidade que reconhece os proveitos e a correspondente receita de contribuições, de forma articulada com o ISS.IP e com o II.IP por forma a dirimir algumas e importantes dificuldades com que se debate o actual sistema de gestão de contribuições e criar condições para que entretanto sejam mantidos os circuitos de informação entre as áreas responsáveis pelo controlo financeiro dos valores diariamente recebidos no IGFSS e a área de contribuintes do ISS.IP, de modo a garantir todo o processamento de informação, assegurando a actualização/correção de movimentos em conta-corrente, conforme protocolos com os bancos, SIBS, CTT, MB, GT e restantes entidades cobradoras.

De realçar que o Sistema de Gestão de Conta-Corrente SICCC/GC teve a sua implementação em 2007 com registos contabilísticos através do *Interface* SICCC-GC-SIF no que se refere aos movimentos de contribuições, encontrando-se, em 2011, praticamente todos os processos implementados. Ao nível da arrecadação de receita de contribuições, verificou-se em 2011, uma maior coordenação entre as equipas do IGFSS e do II.IP - GC e SIF para que as contribuições entregues no mês sejam contabilizadas atempadamente face ao calendário definido para o encerramento dos períodos contabilísticos, permitindo assim uma execução orçamental suportada nos dados residentes em SIF.

Em 2011, verificou-se uma ligeira recuperação ao nível da clarificação e compensação dos créditos entrados nas contas bancárias do IGFSS, registando-se um decréscimo, relativamente a 2010, de 12,3% e 1,3% respectivamente.

O IGFSS tem por objecto a gestão financeira unificada dos recursos económicos consignados no orçamento da segurança social, competindo-lhe assegurar a correspondência entre as fontes de financiamento dos regimes de segurança social, centralizando a respectiva receita, independentemente das formas de financiamento da despesa, a qual se deve adequar à respectiva actividade.

Neste âmbito, o Dec. Lei 112/2004 atribuiu ao IGFSS competências para “desempenhar as funções de tesouraria única do sistema de segurança social, assegurando e controlando os pagamentos, bem como a arrecadação de receitas e dos respectivos fundos movimentados pela rede de cobranças”.

As referidas competências do IGFSS decorrem, aliás, do modelo global que se iniciou em 2002, do qual constituiu um marco a publicação da Lei de Bases da Segurança Social, bem como da integração do IGFSS no Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado como órgão de nível estratégico, de que resultou o reforço e as competências que constam da Lei de Enquadramento Orçamental, conferindo um regime especial de execução ao Orçamento da Segurança Social e atribuindo ao IGFSS as competências de tesouraria única do sistema, reforçando assim a sua autonomia e responsabilidade ao nível do controlo orçamental.

No que respeita à concretização da tesouraria única da Segurança Social, refira-se que, ao nível dos recebimentos, os actuais canais de cobrança asseguram já a centralização dos recebimentos em contas do IGFSS, no que respeita a contribuições, independentemente do canal utilizado para o recebimento (banca, CTT, Multibanco, SIBS, tesourarias do sistema de Segurança Social, cartas-cheques dos Tribunais, etc.).

6. CONDICIONALIDADES DA ACTIVIDADE

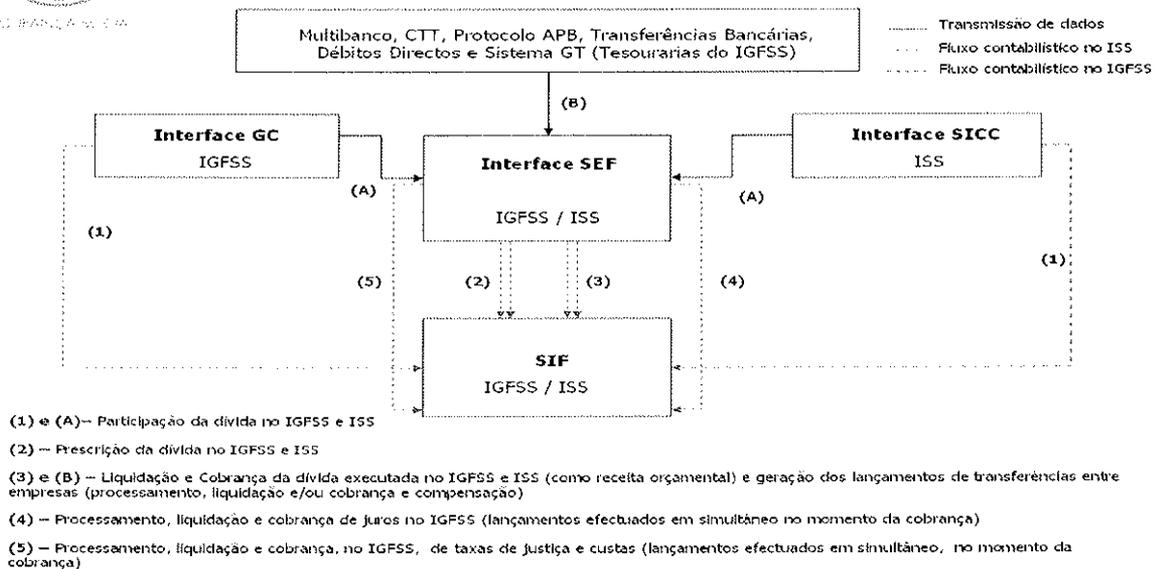
INTERFACE SEF-SIF

No âmbito do SEF (Sistema de Execuções Fiscais), em vigor desde 2002, não se encontra ainda em produção a *interface* entre SICC-GC/SEF/SIF, o que levou a que fosse necessário continuar o processo manual de contabilização dos fluxos financeiros, para efeitos do fecho de 2011, com base nos ficheiros de movimentos de ocorrências e de movimentos do SEF.

Em 2011, foi dada continuação aos trabalhos desenvolvidos com o II.IP e ISS.IP para o levantamento de requisitos e desenho da *interface*.



RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS EM PROCESSO EXECUTIVO



RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS EM PROCESSO EXECUTIVO

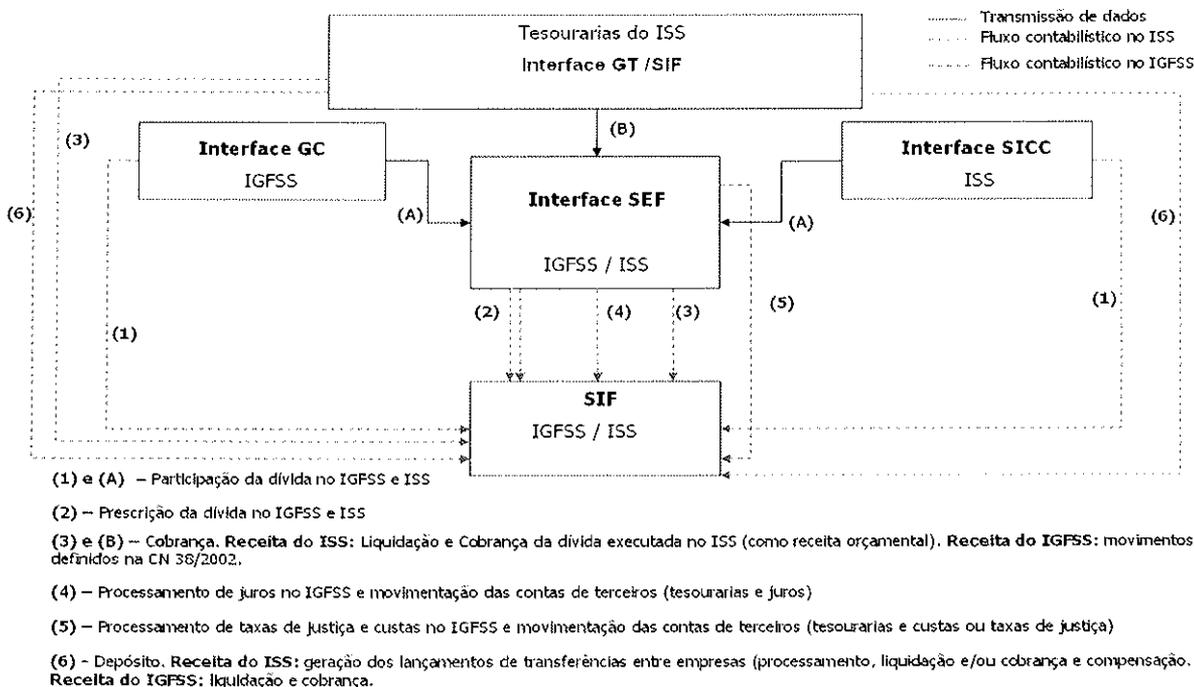


Figura 3 – Recuperação de dívidas em processo executivo

7. FACTOS MAIS RELEVANTES DO EXERCÍCIO DE 2011

7.1 Contribuintes

O Departamento de Gestão da Dívida tem como responsabilidade a análise da evolução da dívida à Segurança Social, promovendo a sua recuperação, através da cobrança coerciva e extraordinária e na viabilização de empresas devedoras.

Durante o ano de 2011, o IGFSS.IP recuperou 540 milhões de euros (M€) de dívida à Segurança Social, mais 16% do que o valor arrecadado em 2010 (467M€), mantendo uma evolução fortemente positiva na recuperação de dívida desde 2006, conforme gráfico infra:

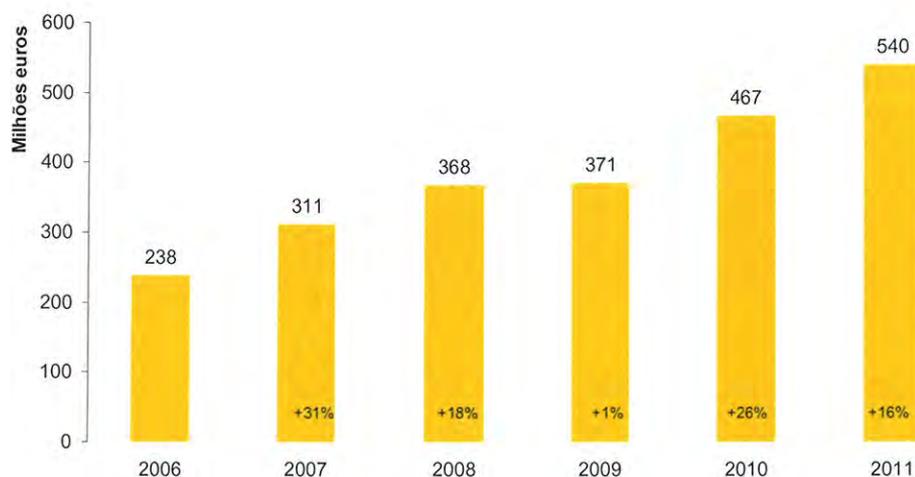


Gráfico 6 – Recuperação anual de dívida à Segurança Social

Os resultados obtidos sustentam-se em três vectores estratégicos de actuação:

1.º) Manutenção de uma postura de diálogo com o contribuinte, procurando em conjunto uma solução de viabilização e recuperação de créditos. Este posicionamento permite que, do valor total recuperado, 71% seja voluntário e apenas 29% resultante da acção coerciva, ou seja,

penhora e venda de bens. O gráfico seguinte ilustra a evolução anual na implementação desta estratégia, duplicando o rácio de cobrança voluntária de 2006 (37%).

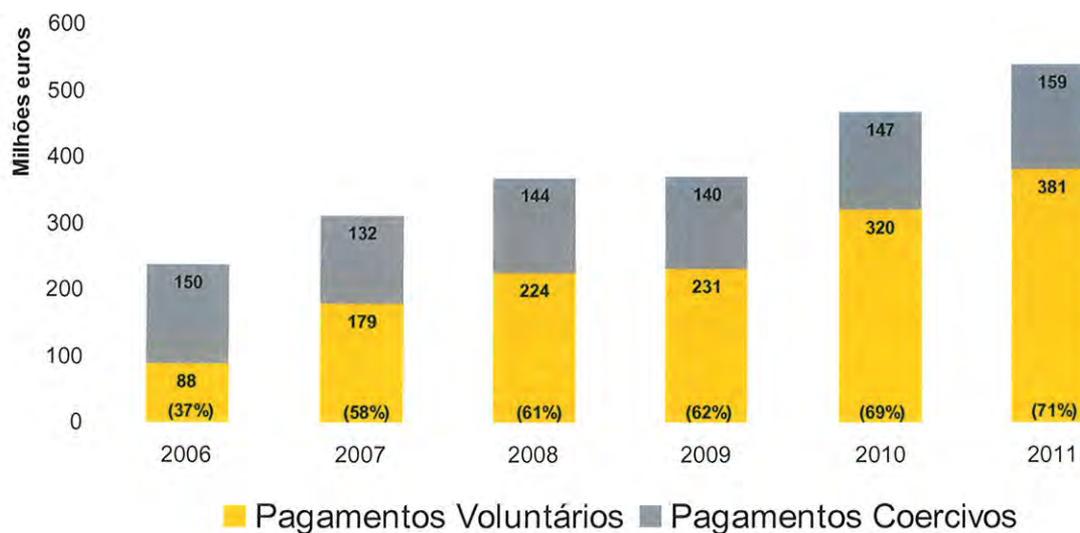


Gráfico 7 – Cobrança voluntária “versus” cobrança coerciva de 2006 a 2011

2.º) Aumento de produtividade das equipas, através do reforço na formação e optimização de procedimentos, nomeadamente ao nível dos diversos canais de atendimento. Por exemplo, iniciou-se a gestão de acordos com devedores por via electrónica, desde a apresentação de requerimentos e envio mensal de prestações à notificação de incumprimento.

3.º) Manutenção de uma actuação forte sobre gerentes, responsáveis subsidiários pela criação da dívida, tendo-se realizado acima de onze mil citações individuais para responsabilização pessoal pelas dívidas contraídas, correspondendo a uma arrecadação de 37M€.

Em termos de distribuição da receita por natureza do devedor, a tabela seguinte sintetiza os valores arrecadados:

Tipo devedor	M€	Peso
Empresas	399	74%
Trabalhadores independentes	104	19%
Responsáveis subsidiários	37	7%

Quadro 6 – Distribuição da receita por natureza de devedor

Durante o ano de 2011 foram celebrados acordos com 84.033 contribuintes, mais 33% do que em 2010. Dos acordos celebrados, mais de 90% respeitam a novos acordos, tendo os restantes resultado de processos de renegociação de acordos existentes.

Os acordos celebrados corresponderam a um volume total de dívida de 974 milhões de euros. Deste valor, 740 milhões de euros correspondem a novos acordos e 234 milhões de euros à renegociação de acordos.

Como referido, o valor de dívida cobrada por via de acordo correspondeu a um total de 294 milhões de euros. Este valor corresponde a um aumento superior a 21,6% em relação ao ano de 2010.

Através da gestão de grandes devedores em medidas de regularização extraordinária e mantendo o foco na viabilização de empresas, foram adicionalmente enquadrados em acordo cerca de 67 milhões de euros e salvaguardados 4.452 postos de trabalho. Importa referir que, quer o número de grandes devedores à Segurança Social, quer o peso dessas empresas no que respeita ao número de trabalhadores tem tendência a diminuir devido à actuação cada vez mais célere no que respeita à recuperação da dívida.

Recuperação Extraordinária	2011
Postos de Trabalho	4.452
Valor Enquadrado	67 M€

Quadro 7 – Recuperação extraordinária

No seguimento da acção das Secções de Processo, foram solicitadas sobre 91,54% dos processos em condições legais para o efeito, representando 172.911 penhoras (de contas bancárias, veículos, IRS, IVA, créditos e imóveis), mais 250% que no ano anterior. Este crescimento acentuado verificou-se essencialmente ao nível das penhoras bancárias e às penhoras de IVA, sendo que estas últimas apenas começaram a ser executadas em 2011 face a alterações legislativas.

O forte aumento da cobrança foi um determinante para o aumento da taxa de cobrança da carteira de dívida líquida que ascendeu a 21,5% em 2012, o que representa um crescimento um aumento da eficiência de 5,7% face ao ano anterior.

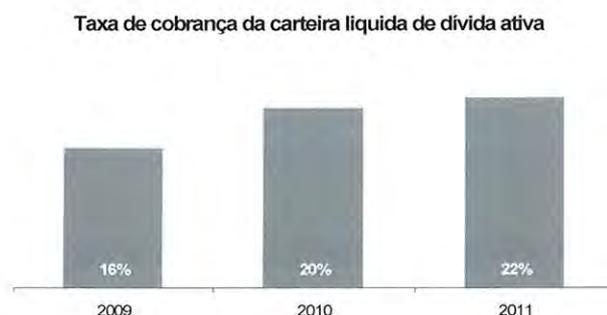


Gráfico 8 – Taxa de cobrança da carteira líquida de dívida activa de 2009 a 2011

No que respeita à evolução da carteira de dívida líquida¹ verificou-se um aumento de 13% face ao ano anterior, situando-se agora aproximadamente em 2,6 mil milhões de euros. No ano de 2011 passou a existir participação massiva de Trabalhadores Independentes o que contribuiu para o crescimento da dívida.

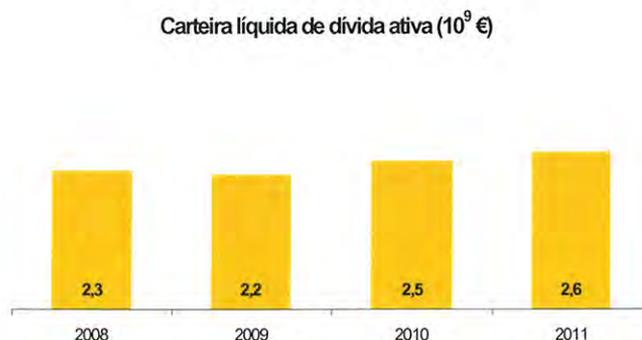


Gráfico 9 – Carteira líquida de dívida activa de 2008 a 2011

¹ Valor em dívida em condições de cobrança coerciva, excluindo reclamações, declarações em falha, prescrições, contencioso e outros fatos suspensivos da cobrança.

CONTABILIZAÇÃO DOS PROVEITOS DE CONTRIBUIÇÕES

À semelhança do que ocorreu em exercícios anteriores, a contabilização dos Proveitos de 2011, face ao processamento das declarações de remunerações (DR's), decorreu de acordo com os valores reais no sistema GR e SICC/GC/SIF, com excepção das DR's das caixas não integradas que, à semelhança do ano anterior, foram lançados manualmente no IGFSS a partir de informação daquelas Caixas e da regularização dos débitos relativos à "pesca artesanal" relativos ao período de Janeiro a Dezembro de 2011.

Em 2011, à semelhança de 2010, procedeu-se à correcção contabilística dos movimentos efectuados pelo *Interface GC/SIF* na conta 7977, relativa à anulação de débitos de anos anteriores que, indevidamente, foram contabilizados naquela conta e que, face à sua magnitude, foram transferidos para a conta 592 - Regularizações de grande significado.

Como já foi referido anteriormente, a receita de contribuições é contabilizada dentro do respectivo mês, tendo vindo o ser cumprido o calendário de encerramento dos períodos contabilísticos, dando-se desta forma cumprimento à recomendação do Tribunal de Contas de não proceder, por norma, à reabertura de períodos contabilísticos.

RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES – ANÁLISE EVOLUTIVA DE 2009 A 2011

CONTRIBUIÇÕES	2009	2010	Δ 2010/2009	2011	Δ 2011/2010	Euros
	12.696.680.171,85	13.067.280.542,91	2,92%	13.347.899.562,72	2,15%	
	4.832.273.820,62	4.790.376.863,96	-0,87%	4.811.142.742,48	0,43%	
	4.317.063.203,55	4.283.710.302,63	-0,77%	4.314.694.961,21	0,72%	
	515.210.617,07	506.666.561,33	-1,66%	496.447.781,27	-2,02%	
	7.864.406.351,23	8.276.903.678,95	5,25%	8.536.756.820,24	3,14%	
	7.058.403.118,22	7.481.763.105,73	6,00%	7.743.605.075,54	3,50%	
	806.003.233,01	795.140.573,22	-1,35%	793.151.744,70	-0,25%	
	5.883.390,99	6.590.517,27	12,02%	5.827.138,24	-11,58%	
	5.883.390,99	6.590.517,27	12,02%	5.827.138,24	-11,58%	
	12.702.563.562,84	13.073.871.060,18	2,92%	13.353.726.700,96	2,14%	

Quadro 8 – Receita de Contribuições (Mapa 7.2)

Da análise ao quadro supra, pode constatar-se que no exercício de 2011 foram arrecadados 13.353.726.700,96€ evidenciando um crescimento de 2,14% em relação ao período homólogo de 2010, ligeiramente inferior ao registado no exercício de 2010 face a 2009, no qual se denotava um crescimento de 2,92%.

RECEITA COBRADA NAS SPET – DISTRIBUIÇÃO POR TRIBUTOS – 2010/2011

Tributo	Montante		Variação 2011/2010	
	2010	2011	Em €	Em %
	(1)	(2)	(3)=(2)-(1)	(4)=(2)/(1)-1
Coimas	355.384,86	283.075,33	- 72.309,53	-20,35%
Contribuições/Cotizações	336.073.172,15	389.965.015,49	53.891.843,34	16,04%
Juros	77.834.847,30	83.781.048,98	5.946.201,68	7,64%
Outros	1.949.593,71	1.877.630,97	- 71.962,74	-3,69%
Prestações	5.066,36	2.997,03	- 2.069,33	-40,84%
Taxas de Justiça	8.465.810,34	9.678.488,65	1.212.678,31	14,32%
Total Geral	424.683.874,72	485.588.256,45	60.904.381,73	14,34%

Quadro 9 – Receita cobrada nas SPET por Tributos

Para este comportamento concorreu a recuperação de dívidas à Segurança Social, no âmbito das Secções de Processo, que, comparativamente com o ano de 2010, assume um crescimento de 14,34%, reflectindo um acréscimo em termos absolutos de 60,9 milhões de euros face ao período homólogo do ano anterior.

CONTRIBUIÇÕES DECLARADAS – ANÁLISE EVOLUTIVA DE 2009 A 2011

	Euros				
DR*	2009	2010	Δ 2010/2009	2011	Δ 2011/2010
	13.280.340.060,50	13.919.385.989,66	4,81%	14.041.628.434,40	0,88%
	124.748.688,65	472.317.159,93	278,61%	299.149.390,98	-36,66%
	13.405.088.749,15	14.391.703.149,59	7,36%	14.340.777.825,38	-0,35%

Fonte: Demonstração de Resultados

Quadro 10 – Declaração de Remunerações

Da análise ao quadro anterior pode observar-se o comportamento das contribuições declaradas do ano e de anos anteriores, sendo que:

-Ao longos dos 3 últimos anos constatou-se um crescimento das “Contribuições Declaradas do próprio ano” à Segurança Social, que, de 2010 para 2011, atingiu 0,88%, bastante inferior ao registado de 2008 para 2009 que se tinha cifrado em 4,81%;

- Em relação à rubrica de contribuições de anos anteriores, esta inclui as contribuições declaradas cujo ano mês referência é igual ou inferior a 11/N-1 e outras regularizações que sejam efectuadas às contribuições declaradas de anos anteriores;

- Em 2011, à semelhança do que aconteceu em 2010, procedeu-se à correcção contabilística dos movimentos efectuados pelo *Interface GC/SIF* na conta 7977, relativa à anulação de débitos de anos anteriores (vidé ABDR/2011), que indevidamente foram contabilizados naquela conta, justificando assim o decréscimo de 36,66%, de 2010 para 2011;

- Relativamente aos valores cobrados mas que se encontram em clarificação, verifica-se, em 2011, que houve uma ligeira identificação, compensação e regularização dos créditos cobrados, evidenciando um esforço por parte da conta-corrente na recuperação da clarificação/compensação, como se pode constatar no quadro infra.

Evolução do perfil da conta 212 da classificação

CONTAS	2010		2011		
	Saldo a 1/1/2010	Saldo a 31/12/2010	Saldo a 1/1/2011	Saldo a 31/12/2011	
Clientes					
2121181200 - SICCO:clarificação conta corrente	-49.867.308,31	-46.400.217,65	-42,17%	-35.455.915,09	-12,26%
2121181300 - SICCO:clarificação classificação económica	-32.238.287.200,97	-12.678.182.733,00	-60,87%	-12.509.540.455,16	-1,33%

Quadro 11 – Recebimento de Contribuições

DAÇÕES EM PAGAMENTO

No ano de 2011, foram celebrados diversos contratos de dação em pagamento no âmbito do processo de recuperação de dívidas à Segurança Social que atingiram o montante de 2.328.463,50€ e se reflectiram no reforço dos investimentos financeiros em imóveis do IGFSS.

Dações 2011	
Contribuinte	Valor (€)
A.Henriques & CA, Lda.	151.047,00
I.F.M-Indústria de Fibras de Madeira, SA	476.204,50
Cintra-Urbanizações, Turismo e Construções, SA	543.692,00
I.F.M-Indústria de Fibras de Madeira, SA	1.157.520,00
Total	2.328.463,50

Quadro 12 – Dações no Ano 2011

Em termos comparativos, no quadro seguinte apresenta-se informação respeitante ao triénio 2011/2009, constatando-se, por um lado, que, em 2010, comparativamente com o período homólogo do ano anterior, se registou um acréscimo na regularização de dívidas por dação em pagamento de 42.092,00€, isto é mais 2,01% e, por outro lado, em 2011, comparativamente com o ano 2010, registou-se um acréscimo de 194.381,50 isto é mais 9,11%.

Euros

Dações Contribuinte	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
A. Bento Vermelho, Lda.		365.400,00	
A. Henriques & CA, Lda.			151.047,00
Beiralã – Lanifícios SA		779.800,00	
Cintra-Urbanizações, Turismo e Construções, SA			543.692,00
Coelima – Industrias Têxteis, SA		707.650,00	
Gransintra – Mármore e Granitos, Lda.		86.000,00	
I.F.M-Indústria de Fibras de Madeira, SA			476.204,50
I.F.M-Indústria de Fibras de Madeira, SA			1.157.520,00
Instituto à Comunidade Forte da Casa	700.000,00		
Rohde – Soc. Industrial de Calçado Luso-Alemã, Lda.	743.800,00		
Sonuma – Sousa Nunes & Machados, Lda.	648.190,00		
USID – Confecções, SA		195.232,00	
Total	2.091.990,00	2.134.082,00	2.328.463,50
	Δ Ano 2010/2009	42.092,00	2,01%
	Δ Ano 2011/2010	194.381,50	9,11%

Quadro 13 – Dações no Triénio 2011/2009

CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES DE CONTRIBUIÇÕES

Prosseguindo o objectivo de reforçar a veracidade e fiabilidade das demonstrações financeiras do IGFSS, foi reiteradamente solicitado ao II.IP o desenvolvimento e implementação do processo de automatização em SICC/GC/SIF do registo das provisões, objectivo não alcançado, o que conduziu a que mais uma vez o IGFSS procedesse à contabilização manual daquelas no exercício de 2011.

Em 2011, foi efectuada uma revisão aos critérios de extracção da informação para efeitos de provisões, levando a um reajustamento do valor, que se vinha a considerar como sujeito a provisões. Assim, no exercício de 2011, apresento-se um decréscimo de 1,7 mil milhões de provisões acumuladas comparativamente a 2011, essencialmente por ter sido excluído do âmbito

da dívida considerada de cobrança duvidosa o que foi e/ou está coberta por garantias reais ou suspensa.

PROVISÕES DE CONTRIBUIÇÕES – QUADRO EVOLUTIVO 2010/2011

	2010	2011	Provisão 2010	Provisão 2011	Varição do valor provisionado
Resumo de provisões	Base de calculo	Base de calculo	Provisão acumulada	Provisão acumulada	2011/2010
Provisões a 25%	359.871.267,85 €	144.784.586,92 €	89.967.816,96 €	36.196.146,73 €	-59,77%
Provisões a 50%	336.977.516,46 €	171.359.357,94 €	168.488.758,23 €	85.679.678,97 €	-49,15%
Provisões a 75%	331.066.076,80 €	183.702.451,03 €	248.299.557,60 €	137.776.838,27 €	-44,51%
Provisões a 100%	3.746.873.514,75 €	2.266.250.781,04 €	3.746.873.514,75 €	2.266.250.781,04 €	-39,52%
	4.774.788.375,86 €	2.766.097.176,93 €	4.253.629.647,54 €	2.525.903.445,01 €	

Quadro 14 – Provisões de Contribuições

7.2 Titularização

Nos termos do artigo 25º da Lei n.º 32-B/2002, de 30 de Dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2003, foi o Governo autorizado a proceder à cedência de créditos para efeitos de titularização respeitantes, nomeadamente, às contribuições e quotizações para a Segurança Social. Ao abrigo daquela autorização foi publicada a Portaria n.º 1.375-A/2003, de 18 de Dezembro, que aprovou a celebração de contrato com a sociedade de titularização de créditos, Sagres, Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., para a cessão, até 31 de Dezembro de 2003, de créditos que fossem objecto de processos de execução instaurados entre 1 de Janeiro de 1993 e 30 de Setembro de 2003.

Estes créditos foram titularizados em dois *portfolios* distintos, um constituído por todos os processos instaurados até 30/09/2001, que foram cedidos através do *portfolio* da DGCI, e o outro, constituído por todos os processos após essa data e até à data do contrato, que foram cedidos no *portfolio* do IGFSS.

No total, o IGFSS procedeu à transferência, em 2003, para a “Sagres, Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.”, de créditos da Segurança Social associados às rubricas de “Contribuintes c/c”

no valor de 1.995.247.803,00€, o que permitiu reduzir o valor da dívida de contribuintes registada na Segurança Social, tendo sido obtido, por conta desta cedência o valor nominal de 307 milhões de euros.

No período entre 2003 e 2011 foram cobrados 271 milhões de euros, representando 13,6% do total dos créditos titularizados, sendo que 127 milhões de euros são respeitantes ao *portfolio* do IGFSS (34,13% deste *portfolio*) e 144 milhões de euros são respeitantes ao *portfolio* da DGCI (8,9% do total deste *portfolio*), conforme se constata no quadro seguinte.

Titularização - Valores cobrados

(euros)

Rubricas	Portfolio IGFSS	Portfolio DGCI	Total
Cobranças até 31/Dez/2004	33.801.018	36.569.724	70.370.741
Cobranças em 2005	22.475.748	26.823.034	49.298.782
Cobranças em 2006	21.281.405	28.023.759	49.305.165
Cobranças em 2007	20.105.019	27.992.203	48.097.222
Cobranças em 2008	15.867.493	15.578.591	31.446.084
Cobranças em 2009	7.853.434	7.186.887	15.040.321
Cobranças em 2010	4.658.429	2.294.856	6.953.285
Cobranças em 2011	913.894	0	913.894
Total cobrado	126.956.440	144.469.054	271.425.494
Total dos créditos titularizados	372.022.854	1.623.224.948	1.995.247.803
Cobrança (em %)	34,13%	8,90%	13,60%

Quadro 15 – Valores cobrados de Titularização

Em 2011, foram cobrados cerca de 913 mil euros do *portfolio* do IGFSS.

No fim de cada período, aqueles valores são transferidos para a Direcção-Geral do Tesouro e, posteriormente, para a “Sagres, Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.” conforme quadro seguinte.

Titularização – Valores Transferidos para a DGT

(euros)

Rubricas	Portfolio IGFSS	Portfolio DGCI	Total
Cobranças até 31/Dez/2004	33.645.577	36.446.633	70.092.210
Cobranças em 2005	22.427.348	26.766.490	49.193.838
Cobranças em 2006	21.178.293	27.931.342	49.109.635
Cobranças em 2007	20.060.274	27.952.943	48.013.217
Cobranças em 2008	15.781.135	15.532.191	31.313.326
Cobranças em 2009	7.818.712	7.172.835	14.991.547
Cobranças em 2010	4.620.678	2.274.977	6.895.656
Cobranças em 2011	906.233	-3.054	903.179
Total transferido	126.438.250	144.074.358	270.512.608

Quadro 16 – Valores transferidos para a DGT de Titularização

Em 2011 o IGFSS transferiu cerca de 903 mil euros referentes a cobranças do ano de processos executivos titularizados cobrados pelo IGFSS (relativos a processos a decorrer no âmbito das Secções de Processo).

Dos montantes recebidos pela Direcção-Geral do Tesouro, em cada período, ficam retidos 1,0%, para obstar à má cobrança, sendo o restante transferido para a “Sagres, Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.”.

A Operação de titularização findou em 31-03-2011 com a assinatura entre as partes do contrato de transferência dos créditos cedidos para o Estado e para a Segurança Social, correspondendo este resumo ao resultado final da operação.

7.3 Alienação do Património Imobiliário do IGFSS

Durante o ano de 2011 o IGFSS registou como receita de alienação de imóveis o valor de 3.900.299,02€. O abate ao património em 2011 cifrou-se em 3.584.862,62€ relativo a imóveis vendidos no próprio ano, e em 315.436,40€ referente a imóveis alienados em 2010, mas cujo produto da alienação foi recebido em 2011.

Euro			
Receita da alienação do Património Imobiliário			
	2009	2010	2011
Valor	3.872.671,37	23.763.328,50	3.900.299,02

Quadro 17 – Valor recebido referente à alienação de Património

7.4 Transferências para o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social

Da análise às transferências para o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social no biénio 2011/2010, constatou-se um acréscimo na ordem dos 32,91% no valor global transferido para o FEFSS, que ficou a dever-se essencialmente ao aumento da componente transferida respeitante a Saldo do Subsistema Previdencial, sendo que a referida parcela se refere à parte remanescente do saldo do Sistema apurado em 2008, como se pode constatar no quadro seguinte:

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL – ANÁLISE EVOLUTIVA DAS TRANSFERÊNCIAS PARA O FEFSS DE 2009 A 2011

			Euros
IGFCSS	2009	2010	2011
Alienação de Imóveis (Ano corrente)	3.814.331,37	23.426.228,50	3.685.041,25
Quotizações	385.415.920,00	0,00	0,00
Saldo de Alienação de anos anteriores	1.324.097,22	58.340,00	337.100,00
Saldo do Sub. Previdencial	122.935.820,00	200.000.000,00	293.007.652,06
FAC	2.505.594,50	0,00	0,00
TOTAL	515.995.763,09	223.484.568,50	297.029.793,31

Quadro 18 – Valores transferidos para o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social

7.5 Acompanhamento dos protocolos

PROTOCOLO COM A APB/BANCOS PARA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÕES DE ENTIDADES EMPREGADORAS

O valor de cobrança de TSU e cobrança coerciva através do Protocolo com a APB atingiu em 2011 os 11,6 milhares de milhões de euros, mais 182,8 milhões de euros face à receita arrecadada no ano de 2010, envolvendo cerca de 665,5 mil contribuintes, para um total de registos de cobrança de 3.982.718. Em termos de registos de cobrança verificou-se um decréscimo de 2,14%, o que se traduz em menos 87.177 movimentos face ao ano de 2010.

No contexto dos números acima indicados, a correcção de erros dentro dos 30 dias envolveu apenas 4.365 registos, representando 0,11% do total dos movimentos efectuados pela banca. Comparativamente com o ano anterior, verifica-se uma variação negativa de 7,9%, o que se traduziu na ocorrência de menos 373 movimentos de correcção.

No que respeita ao prazo de retroacção das regularizações, em termos médios, o prazo de retroacção praticado para o ano de 2011 foi de 8,49 dias, comparativamente com os 7,80 dias verificados em 2010, 8,48 dias verificados em 2009, 8,80 dias verificados em 2008, os 10,08 dias verificados em 2007 e os 8,69 dias no ano de 2006.

Após o prazo de retroacção dos 30 dias, os bancos não podem efectuar qualquer tipo de regularização, ou seja movimentos RTU, solicitando através de *e-mail* as correcções ao IGFSS, para estes serem efectuadas ao nível dos respectivos Centros Distritais.

No ano de 2011, ocorreram 1.890 pedidos de regularização por parte das instituições bancárias aderentes ao protocolo com a APB. Os tipos de regularização pedidos referem-se às seguintes situações: correcção de períodos de referência, NIF, transferência de regimes, pagamentos indevidos, duplicações, TSU indevida (DEP), correcção de contas bancárias e juros banca. Juntando estes pedidos às correcções de erros dentro dos 30 dias, verificamos que durante o ano de 2011, o peso relativo das correcções, face ao total das cobranças efectuadas foi de apenas 0,16%.

PROCESSO DA RECONCILIAÇÃO BANCÁRIA

INTEGRAÇÃO EM SIF DE FICHEIROS DE COBRANÇA

No processo de extracção de GC foi incluída a referência do ficheiro, passando essa informação para SIF, que é utilizada para o preenchimento do campo “atribuição” no documento lançado à conta SIF. Com esta alteração, garante-se a reconciliação automática, bem como a certeza de que os documentos são correctamente associados. Permite ainda apurar, de uma forma segura, os movimentos por extrair para o *interface* com o SIF. Esta funcionalidade encontra-se assegurada junto de todos os canais de arrecadação da receita.

Durante o ano de 2011 montiveram-se as reuniões de trabalho, com o II.IP, com o objectivo de efectuar um ponto de situação e respectivo esclarecimento/análise de divergências, evitando-se assim acumulação de situações para o fecho de contas. Estas reuniões têm como base de análise os mapas semanais para controlo de ficheiros carregados com os dados relacionados com a informação completa do mês dos movimentos extraídos e não extraídos e informação não extraída do ano acumulada, disponibilizada pelo II-GC. Para o IGFSS esta medida é fundamental para garantir o melhor desempenho da qualidade da informação disponibilizada em SIF e respectiva execução orçamental.

As reuniões realizadas têm-se revelado eficazes, pelo que é de manter o modelo implementado, a qual se revela indispensável para garantirmos a fiabilidade das contas da segurança social.

UTILIZAÇÃO DE NOVOS CANAIS DE PAGAMENTO

Inserido no âmbito das Medidas do Simplex, foi disponibilizada a possibilidade de emissão de referências de pagamento a ser utilizadas no Multibanco – pagamento de serviços compras, para as Entidades Empregadoras. Esta funcionalidade já estava activa desde Setembro de 2009 para os Trabalhadores Independentes e permite consultar a dívida na Segurança Social Directa (SSD) dos Trabalhadores Independentes e Entidades Empregadoras, emitir o documento de pagamento com Referência Multibanco e emitir extracto de conta corrente.

Durante o ano de 2011 foi arrecadada através deste canal, uma receita que atingiu os 9.9 milhões de euros. Para o efeito foram efectuados 24.229 pagamentos com referências Multibanco disponibilizadas através da Segurança Social Directa.

REGIME PÚBLICO COMPLEMENTAR

A contabilização automática ainda não se encontra parametrizada pelo II.IP pelo que todos os movimentos associados ao regime público complementar foram efectuados em SIF, de forma manual, no IGFSS. No ano de 2011 foram enviados pelo respectivo banco de apoio 80.149 registos que corresponderam a 5.840.375,14€. As verbas arrecadas são objecto de transferência mensal para o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social, conforme regulamento do Regime Público Complementar.

Face ao ano de 2010, o número de registos e fundos associados tiveram uma tendência negativa em consequência da conjuntura económica do país e da exposição dos certificados de reforma à Dívida Pública Portuguesa.

ACORDO COM OS CTT PARA COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÕES

Relativamente às notas de crédito, mantêm-se as discrepâncias entre a data na conta de depósitos à ordem associada a este protocolo e os documentos resultantes da integração dos ficheiros no sistema. Estas discrepâncias estão identificadas pelos serviços de reconciliação de contas e acompanhamento de acordos, provocando movimentos por reconciliar na conta de depósitos à ordem, bem como uma maior dificuldade na validação dos pagamentos. Aguarda-se a solução para este problema que passa pelo envio, por parte dos CTT, de ficheiros de cobrança com informação coincidente, em termos de data de cobrança, às datas de crédito na conta do IGFSS.

UTILIZAÇÃO DE TPA NAS TESOURARIAS DA SEGURANÇA SOCIAL

No ano de 2011 foram efectuadas nas tesourarias do ISS.IP 628.998 transacções através da utilização de aparelhos TPA, que corresponderam a uma receita arrecadada de 156.339.317,52€. Face ao ano de 2010 verifica-se um ocrécimo de 18,4% em termos de número de transacções e um crescimento de 16,9€% em termos de receita arrecadada.

O quadro infra contém informação anual da receita arrecada pelos prestadores de serviços financeiros com os quais o IGFSS tem celebrados contratos:

Em euros

Protocolo	Âmbito	Canal de Entrada	Nº de Transacções	Receita
APB	Cobrança TSU das entidades Empregadoras + DEP	Balcões dos bancos aderentes e internet	3.982.718	11.635.778.369,39
CTT	Rendas	Estações de correio e agentes payshop	27.993	1.207.906,46
CTT	Acordos	Estações de correio e agentes payshop	510	1.482.715,67
CTT	Cobrança TI, SSV e Domésticas	Estações de correio e agentes payshop	338.770	45.595.548,09
CTT	Citações das Secções de Processo	Estações de correio e agentes payshop	78.453	30.747.850,01
Santander Totta	Rendas	Sistema de débitos Directos	8.315	557.492,46
CGD	Processos Executivos	Sistema de débitos Directos	32.178	5.877.867,54
BES	Regime Público de Capitalização	Sistema de débitos Directos	80.149	5.840.375,14
BES	Cobrança TI e SSV	Sistema de débitos Directos	27.551	4.685.020,14
Millennium BCP	Cobrança TI, SSV e Domésticas	Multibanco- Serviço especial	1.315.308	174.122.220,36
CGD	Cobrança TI e Entidades Empregadoras	Multibanco- Serviço normal	24.229	9.915.935,36
IGCP	Citações das Secções de Processo	Multibanco- Serviço normal	737.909	239.299.416,25
CGD	Pagamentos efectuados nas tesourarias do ISS	aparelhos TPA	628.998	156.339.317,52
Total			7.283.081	12.311.450.034,39

Quadro 19 – Receita arrecada pelos prestadores de serviços financeiros com os quais o IGFSS tem celebrados contratos

No âmbito das atribuições do IGFSS, mais concretamente no que se reporta às funções de tesouraria única do sistema pelo mesmo assumidas, foram despoletados procedimentos de aquisição de serviços para o pagamento de prestações sociais e benefícios diferidos, pelo que foram lançados concursos.

Nestes concursos, o IGFSS tem conseguido condições contratuais mais vantajosas para a Segurança Social, as quais se reflectem em ganhos financeiros, resultantes de preços de prestações de serviços bancários mais favoráveis, envolvendo também um processo de actualização de ficheiros e bases de dados da Segurança Social.

Estes concursos têm implicado um esforço considerável em termos de adaptações tecnológicas ao formato C2B SEPA da ISO 20022, designadamente ao nível das alterações de *layouts*, que tem envolvido os Bancos de Apoio, a SIBS, o Banco de Portugal, o IGFSS, o Instituto da Segurança Social, IP (ISS) e o Instituto de Informática, IP (II).

O quadro infra contém informação anual do pagamento de prestações sociais e benefícios diferidos ao abrigo dos novos contratos:

Em euros

Contratos	Âmbito		Canal de Pagamento	Valores Pagos	Custo associado	Ganho de Oportunidade
BES*	CNP - Pensões Nacionais	Benefícios diferidos	Transferência a crédito	849.522.245,96	0,00	694.275,76
BBPI*	CNP - Pensões Nacionais	Benefícios diferidos	Transferência a crédito	846.376.052,21	0,00	691.686,08
Millennium BCP*	CNP - Pensões Nacionais	Benefícios diferidos	Transferência a crédito	1.716.997.227,07	0,00	1.402.430,63
BBPI Centralizador*	CNP - Pensões Nacionais	Benefícios diferidos	Transferência a crédito	5.756.198.374,47	0,00	4.197.838,37
Citibank*	CNP - Pensões Estrangeiras	Benefícios diferidos	Carta-Cheque	82.158.460,50	0,00	67.465,53
Citibank*	CNP - Pensões Estrangeiras	Benefícios diferidos	Transferências	47.432.827,56	0,00	42.958,62
BBPI**	SICC	Prestações sociais	Transferência a crédito	90.143.306,49	0,00	--
CGD**	SICC	Prestações sociais	Transferência a crédito	102.307.657,38	1.204,43	--
BES**	SICC	Prestações sociais	Transferência a crédito	271.418.692,40	1.775,01	--
Millennium BCP*	SICC	QREN - POPH	Transferências	1.261.558.117,12	0,00	107.357,36
Millennium BCP*	SICC	IPSS	Transferências	1.080.113.568,46	0,00	92.506,64
Total				12.104.226.529,62		7.296.518,99

* Contratos no âmbito da Tesouraria Única

** Contrato já negociado mas ainda não está no âmbito da Tesouraria Única

O Ganho de oportunidade é o valor que resulta da disponibilização dos fundos junto dos bancos ocorrer apenas no dia do pagamento, uma vez que antes da entrada da Tesouraria Única os fundos ficavam disponibilizados nas contas dos bancos prestadores de serviço com dias de antecedência (aproximadamente 6 dias), em relação à data de pagamento aos beneficiários

Quadro 20 – Pagamento de prestações sociais e benefícios diferidos ao abrigo de novos contratos

ANÁLISE DOS FLUXOS FINANCEIROS DAS TESOURIARIAS QUE OPERAM COM O SISTEMA DE GESTÃO DE TESOURIARIAS (GT)

No âmbito das competências do IGFSS, designadamente, no que respeita ao controlo da arrecadação da cobrança e adequado registo no sistema informático Gestão de Tesourarias (GT), com base no modelo implementado que tem por objectivo a verificação do cumprimento dos procedimentos instituídos ao nível do registo e depósito das cobranças, assim como a verificação da aplicação dos normativos impostos pelas Circulares Normativas nº 38/2002, de 31 de Dezembro (Contribuições) e 38/2003, de 16 de Setembro (Fundo de Garantia de Alimento de Menores), foi efectuada a análise dos fluxos financeiros ocorridos nas tesourarias do sistema da Segurança Social.

No quadro infra consta a informação mensal das cobranças da classe de Contribuições cobradas nas tesourarias do Sistema de Segurança Social e registadas na aplicação GT:

Euros	
Mês	Cobranças
Janeiro	55.905.593,21
Fevereiro	55.584.270,46
Março	60.817.586,79
Abril	54.040.578,54
Maior	57.775.218,16
Junho	53.616.145,15
Julho	58.162.943,52
Agosto	54.396.005,74
Setembro	55.103.429,77
Outubro	55.597.778,55
Novembro	54.972.490,08
Dezembro	62.315.091,55

Quadro 21 – Cobrança de Contribuições na aplicação GT

O total cobrado reflecte um decréscimo de 7,53% em relação ao ano transacto, sendo que 97,8% das cobranças foram registadas nas tesourarias do ISS e o restante nas tesourarias do IGFSS, 2,14% na tesouraria Sede do IGFSS e a restante cobrança nas tesourarias das Secções de Processo.

Apesar do gradual acréscimo dos valores cobrados através do Terminal de Pagamento Automático, o cheque ou vale de correio continuam a ser o meio de pagamento preferencial, representando ainda mais de 50% do total das cobranças da classe de contribuições.

A tabela seguinte contém a informação do montante cobrado referente ao Fundo de Garantia de Alimento a Menores:

Euros	
Mês	Cobranças
Janeiro	4.630,09
Fevereiro	3.946,07
Março	5.800,08
Abril	3.328,53
Maior	2.915,48
Junho	6.776,25
Julho	3.701,58
Agosto	1.780,78
Setembro	1.795,00
Outubro	2.413,43
Novembro	2.380,63
Dezembro	1.718,98

Quadro 22 – Fundo de Garantia de Alimento a Menores

- três relatórios de análise das tesourarias afectas ao ISS.IP, relativos aos períodos: Setembro a Dezembro de 2010, Janeiro a Abril e Maio a Agosto de 2011;
- três relatórios de análise da tesouraria do IGFSS – Sede, relativos aos períodos de 2011: Janeiro a Março, Abril a Junho e Julho a Setembro;
- três relatórios de acompanhamento das cobranças de processos executivos registadas nas tesourarias do ISS.IP e IGFSS, relativos aos períodos de 2011: Janeiro a Março, Abril a Junho e Julho a Setembro;

Note-se que regra geral, e em conformidade com o verificado no ano transacto, constata-se uma melhoria gradual nos indicadores de análise, nomeadamente a redução do atraso máximo no depósito e o aumento do número de tesourarias a cumprir os procedimentos de registo e depósito das cobranças. Os atrasos no registo e depósito mantêm-se pontuais, coincidindo com os últimos dias legais para pagamento das contribuições (cobrança normal e executiva). Constata-se, igualmente, uma diminuição do montante das cobranças que apresenta atraso no depósito, o que também está relacionado com o progressivo aumento da utilização dos Terminais de Pagamento Automático, meio de pagamento que, neste ano, representou cerca de 20% das cobranças de Contribuições.

No que respeita à aplicação da Circular Normativa nº 38/2002, constatou-se que o *interface* de GT com o SIF contabilizou a totalidade dos depósitos. Também foi contabilizada a totalidade da cobrança pelo *Interface* Gestão de Contribuições (GC) com o SIF.

No entanto, ainda se mantêm diferenças de consolidação entre as contas do IGFSS e o ISS.IP já identificadas e cuja resolução está pendente do II.IP, nomeadamente, o lançamento das correcções efectuadas a cobranças registadas em GT e o lançamento em 2007 de cobranças relativas a 2006.

Através da verificação da compensação dos documentos de depósito (lançados pelo *Interface* GT-SIF), com os documentos de extracto bancário lançados em SIF, foi possível confirmar que todos os valores registados em GT durante o ano de 2011 foram depositados nas contas bancárias do IGFSS.

A tabela infra contém a distribuição mensal do valor cobrado e registado na aplicação GT referente a DUC's (Documentos Únicos de Cobranço):

Euros

Mês	Cobranças
Janeiro	10.038.332,86
Fevereiro	10.209.571,56
Março	14.927.392,99
Abril	12.353.039,41
Maior	15.402.895,55
Junho	13.737.989,86
Julho	15.454.268,48
Agosto	14.265.215,15
Setembro	15.216.588,29
Outubro	16.757.381,22
Novembro	16.279.030,42
Dezembro	16.701.655,83
Total	157.100.000,00

Quadro 23 – Valor cobrado e registado de DUC's na aplicação GT

Este valor reflecte uma diminuição de 4,76% relativamente a 2010, representando as cobranças DUC's cerca de 25% da cobrança da classe de Contribuições.

TESOURARIA ÚNICA – CENTRALIZAÇÃO DAS COBRANÇAS REFERENTES A RECEITAS DO ISS, IP

O processo de centralização das cobranças relativas a receitas do ISS.IP cobradas nas tesourarias do sistema de Segurança Social reflectiu um significativo aumento do volume de cobranças arrecadado nas contas bancárias do IGFSS. Contudo, em 2011, esta parcela apresentou uma quebra de 3,10%, ascendendo a 66.933.404,09€, representando cerca de 9% do total das cobranças registadas na aplicação GT.

TESOURARIA ÚNICA RECEBIMENTOS -- PROJECTOS EM CURSO

Decorrente da implementação do módulo RFC – Correções Após o Fecho de Caixa na aplicação Gestão de Tesourarias – após análise dos testes realizados pelo II.IP, foram validadas as alterações ao *Interface* GT-SIF, com base na especificação técnica remetida.

No âmbito da Medida 096 do Simplex de 2008 e com o objectivo de garantir a contabilização automática dos novos canais de recebimento (Multibanco, Pagamento de Serviços e DGITA) para cobranças de notas de reposição de prestações sociais, foram validadas as alterações ao programa de Regularização de valores entrados em Operações de Tesouraria e estão em curso alterações ao *Interface* SICC-Prestações (com novos mapas, específicos para os novos canais de recebimento).

No âmbito do projecto SID – Sistema Integrado de Dívida, foram validadas as alterações efectuadas pelo II.IP ao *Interface* GT-SIF, aos programas de Regularização de valores entrados em Operações de Tesouraria e de Contabilização dos Cheques Devolvidos, referentes a receitas do ISS.IP. Encontram-se em desenvolvimento as alterações a SICC-Prestações, com novos mapas, para a participação e anulação da participação de dívidas de prestações sociais. Encontram-se em curso os testes ao *Interface* SEF-SIF, que vai permitir a contabilização automática em SIF, das cobranças referentes a Documentos Únicos de Cobranças, relativas a receitas do IGFSS e do ISS.IP.

ABASTECIMENTO FINANCEIRO E TESOURARIA ÚNICA

ABASTECIMENTO FINANCEIRO ÀS ISS'S

O quadro infra contém a distribuição mensal das transferências líquidas² para as ISS's relacionadas com o processo de abastecimento que durante o ano de 2011 totalizaram o montante de 5.366,8 milhões de euros.

													(Em milhares de euros)
Abastecimentos Financeiros Para ISS's	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total 2011
Pensões Mortuó Prest	127.350,61	107.087,33	106.079,45	105.796,85	104.722,47	120.177,34	126.929,35	135.264,54	108.470,56	106.370,69	148.453,02	189.003,89	1.485.706,09
Alfona de Família	49.902,63	41.761,64	47.864,40	43.576,51	44.238,80	46.700,90	45.039,24	45.785,86	53.131,03	44.552,48	47.420,36	49.921,10	559.894,95
Doença	37.136,82	47.362,09	26.090,86	42.331,90	31.125,25	41.129,92	32.084,63	30.321,75	34.291,29	28.484,70	43.891,45	33.189,83	427.410,49
Desemprego	156.116,31	169.950,99	164.159,93	167.113,57	160.389,08	158.902,71	162.327,39	159.941,04	164.406,02	162.165,61	181.629,29	185.281,48	1.992.383,42
Ação Social	12.166,48	17.143,06	20.616,89	18.228,90	19.789,95	24.677,77	22.013,13	16.172,86	14.240,36	16.225,06	15.273,80	33.056,07	229.604,32
Rendimento Social de Inserção	32.981,73	30.619,81	33.231,33	33.269,25	34.605,75	33.152,87	34.940,09	32.005,36	31.371,02	31.344,13	31.701,52	32.144,58	391.367,44
Administração	20.666,73	22.040,43	22.044,92	21.659,03	21.922,28	30.457,39	23.522,35	20.437,46	20.987,35	22.902,00	29.490,58	24.254,70	280.385,22
Total	436.321,31	435.965,35	420.087,78	431.976,01	416.793,58	455.198,89	446.856,18	439.928,87	426.897,63	412.014,67	497.860,02	546.851,65	5.366.751,93

Quadro 24 – Abastecimentos Financeiros

Por outro lado o acompanhamento efectuado às devoluções de disponibilidades das ISS's ao IGFSS realizadas entre Janeiro e Dezembro de 2011 relativas a benefícios em prescrição e a transferências recebidas atingiram o montante de 34,2 milhões de euros, com a seguinte desagregação:

													(Em milhares de euros)
Devoluções das ISS's	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total 2011
Benef. Prescrição	3.955,37	3.562,19	1.670,73	2.355,15	2.553,73	2.731,20	1.944,91	808,99	2.894,84	0,00	2.788,98	3.146,73	28.404,81
Transf. Recebidas das ISS's	0,00	0,00	0,00	24,29	502,45	82,30	143,90	426,10	0,00	0,00	1.919,03	2.699,23	5.797,30
Total Devoluções	3.955,37	3.562,19	1.670,73	2.379,44	3.056,18	2.813,50	2.088,81	1.235,09	2.894,84	0,00	4.708,01	5.845,96	34.202,11

Quadro 25 – Devolução de Disponibilidades e Benefícios em Prescrição

O projecto de Tesouraria Única na vertente de pagamentos de prestações sociais engloba, desde Dezembro de 2007, o pagamento directo às IPSS tendo dado um passo importante com a entrada em produção, em Dezembro de 2010, dos pagamentos que até à referida data eram efectuados pelo ISS, IP-CNP relativos a Pensões, CSI (Outras Prestações) e Subsídio por Morte.

² Abastecimentos solicitados abatidos das devoluções relativas ao próprio ano.

Os pagamentos efectuados pelo IGFSS durante o ano de 2011, no âmbito do processo da Tesouraria Única, relacionados com o pagamento de prestações sociais constam do quadro seguinte:

													(Em milhões de euros)
Pagamentos TU	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total 2011
TU - IPSS	96.624,36	94.338,95	98.429,99	95.765,18	95.822,91	95.391,43	95.435,52	95.674,54	95.699,64	95.636,26	95.312,92	96.582,84	1.150.714,55
TU - CNP	978.551,77	1.003.622,02	1.004.048,49	1.001.991,06	1.007.652,13	1.192.187,02	1.793.811,79	1.614.066,65	1.048.627,13	1.008.320,37	1.246.710,18	1.694.127,89	13.993.716,51
TU - Recusos	1,50	44,23	86,90	208,66	182,41	258,81	261,47	216,02	197,01	214,25	179,58	167,45	2.018,29
Total Pagamentos TU	1.075.177,63	1.098.005,20	1.102.565,39	1.097.964,90	1.103.657,45	1.287.837,27	1.889.508,78	1.109.957,21	1.144.523,79	1.104.170,88	1.342.202,68	1.790.878,18	15.146.449,35

Quadro 26 – Pagamento de prestações sociais – Tesouraria Única

Os montantes devolvidos referentes a pagamentos efectuados no âmbito da TU-CNP (devoluções que resultam de valores não entregues aos pensionistas, sendo, posteriormente, reenviados, anulados ou prescritos) totalizaram 17,5 milhões de euros, com a seguinte distribuição mensal:

													(Em milhões de euros)
Devoluções TU-CNP	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total 2011
Valores devolvidos	226,33	1.028,43	1.562,65	1.771,81	1.936,09	96,53	348,65	827,88	1.302,98	1.598,36	7.892,22	3.909,64	17.501,58

Quadro 27 – Pagamento de Tesouraria Única - CNP

TESOURARIA ÚNICA PAGAMENTOS – PROJECTOS EM CURSO

No que se refere à Tesouraria Única da sistema de Segurança Social, na vertente de Pagamentos, o ano de 2011 foi marcado pela consolidação e aperfeiçoamento do processo TU-CNP (após entrada em produção em Dezembro de 2010), tendo sido realizadas algumas alterações à aplicação informática implementada em SIF, em articulação com o II.IP e o ISS.IP. Salienta-se, ainda, o desenvolvimento e implementação, em Fevereiro de 2011, do sub-processo de Anulações de Pensões pagas no âmbito da TU.

Tendo como objectivo alargar a Tesouraria Única ao pagamento das prestações sociais processadas por SICC, e devido aos problemas identificados no actual *Interface* SICC/SIF, foi efectuado, em conjunto com o ISS.IP, o levantamento das alterações necessárias ao SICC e a definição de um modelo de integração de dados em SIF através da criação de um novo *interface*, que garanta a integração na Tesouraria Única de todos os âmbitos processados em SICC.

8. ANÁLISE AO BALANÇO

8.1 Activo

O quadro abaixo apresentado evidencia as grandes rubricas do Activo líquido do IGFSS, referente ao biénio 2011/2010, registando no biénio as variações ocorridas em termos absolutos e percentuais.

Balanço Activo a 31 Dezembro 2010-2011

Euros

ACTIVO	2010	2011	Evolução 2011/2010	
	Valor	Valor	Valor	%
Imobilizado				
Bens domínio Público	0	0	0	
Imobilizações Incorpóreas	0	0	0	
Imobilizações Corpóreas	8.393.738,84	8.990.644,12	596.905,28	7,11%
Investimentos Financeiros	73.880.145,81	75.352.341,59	1.472.195,78	1,99%
Sub-total (1)	82.273.884,65	84.342.985,71	2.069.101,06	2,51%
Circulante/Existências	130.541,42	122.285,34	-8.256,08	-6,32%
Dívidas de terceiros				
Empréstimos concedidos	0	0	0	
Clientes contribuintes utentes c/c	181.091.132,83	3.243.032.547,21	3.061.941.414,38	1690,83%
Clientes contribuintes utentes cob.duvidosa	537.393.157,05	258.388.272,02	-279.004.885,03	-51,92%
Outros	518.958.487,47	569.896.174,68	50.937.687,21	9,82%
Sub-total (2)	1.237.442.777,35	4.071.316.993,91	2.833.874.216,56	229,01%
Títulos Negociáveis	0	0	0,00	
Depósitos Bancários e caixa				
Depósitos em Instituições Financeiras	1.948.445.556,44	1.789.456.583,02	-158.988.973,42	-8,16%
Caixa	20.991,35	51.715,60	30.724,25	146,37%
Tesouro	0	0	0	
Sub-total (3)	1.948.466.547,79	1.789.508.298,62	-158.958.249,17	-8,16%
Acréscimos e Diferimentos				
Acréscimos de proveitos	27.856.618,00	34.130.517,36	6.273.899,36	22,52%
Custos diferidos	870.932,19	593.951,03	-276.981,16	-31,80%
Sub-total (4)	28.727.550,19	34.724.468,39	5.996.918,20	20,88%
TOTAL DO ACTIVO	3.297.041.301,40	5.980.015.031,97	2.682.973.730,57	81,38%

Quadro 28 – Balanço - Activo

O Activo líquido do IGFSS apresentou em 2011 um acréscimo de 81,38% relativamente a igual período de 2010, ascendendo a uma variação de 2.682.973.730,57€, conforme se verifica no quadro supra indicado, sendo que para tal resultado concorreu principalmente:

- o O aumento registado na rubrica de “clientes contribuintes utentes c/c” no valor de 3.061.941.414,38€, correspondendo a um acréscimo de 1.690,83%, relativamente a 2010, sendo que para aquele saldo concorreram as dívidas de contribuintes com uma maturidade inferior a 6 meses, as dívidas objecto de acordo e as dívidas com garantia ou suspensão. Para a variação obtida concorreram, as regularizações no âmbito da autonomização contabilística das dívidas objecto de acordo e com garantia e ou suspensão que, em 2010 estavam consideradas como dívida de cobrança duvidosa e como tal haviam sido objecto de provisionamento;
- o O decréscimo verificado na rubrica clientes e contribuintes de cobrança duvidosa em 279.004.885,03€ face a 2010, na sequência da regularização da dívida de contribuintes em processo de acordo e com garantia e ou suspensão, que ao serem reclassificadas e autonomizadas, deixaram de ser objecto de cobrança duvidosa e como tal concorreram para o aumento na rubrica de “clientes contribuintes utentes c/c”;
- o A rubrica “outros”, que engloba todas as dívidas de terceiros não contribuintes, apresenta uma variação positiva de 50.937.687,21€ face a 2010, para a qual contribuíram nomeadamente a transferência para o IGFSS da dívida do Ministério da Saúde à caixa dos TLP no valor de 88.652.877,04€, a redução, face a 2010, do saldo da conta 268982 – Adiantamentos CNP no valor de 15.129.033,17€€ (registando um decréscimo de 7,52% referente aos adiantamentos concedidos no final do ano para pagamento de prestações nos primeiros dias do ano seguinte) e a redução verificada no saldo da conta 2682415220 – Operações de Tesouraria no valor de 15.304.093,97€, referente a adiantamentos concedidos no âmbito do QCAIII;

O decréscimo verificado na rubrica depósitos em Instituições financeiros, menos 158.988.973,42€ face a igual período de 2010, deve-se principalmente à diminuição dos recebimentos de 2011 quando comparados com o período homólogo de 2010, nomeadamente na rubrica de transferências correntes cujo comportamento revelou em 2011 um desvio negativo de 946,9 milhões de euros face a 2010, representando um decréscimo de 10,9%.

Em relação ao comportamento da despesa, este compensou em parte a diminuição da receita, uma vez que se registou no conjunto das rubricas de pagamentos.

As aplicações à taxa zero, integrodas nas contas do razão 121*2, também registaram em 2011 uma diminuição que atingiu os 12% compensando também a diminuição da receita.

Seguidamente é apresentado, com maior detalhe, a evolução das rubricas que compõem o Activo.

IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS E CORPÓREAS E INVESTIMENTOS FINANCEIROS

As imobilizações são registadas no IGFSS com base nos critérios de valorimetria definidos no POCISSSS, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 12/2002, de 25 de Janeiro.

As imobilizações corpóreas encontram-se evidenciadas ao custo de aquisição ou de produção, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzido das amortizações acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações" do exercício.

A respeito das amortizações, o exercício de 2011 regulou-se pela aplicação do disposto no Decreto-Regulamentar n.º 2/90 para os bens adquiridos até 2001 (exclusive), prosseguindo esse regime até ao final da vida útil dos bens. Aos bens adquiridos em 2001 e anos subsequentes aplica-se o definido na Portaria n.º 671/2000 (II Série) de 17 de Abril, que aprovou as instruções regulamentadoras do cadastro e inventário dos bens do Estado (CIBE) e respectivo classificador geral, contendo ainda as taxas de depreciação a aplicar a esses bens.

Análise Evolutiva do Imobilizado em 31 Dezembro

2010 - 2011

	Exercícios							
	2010		2011		2011		Variação	Variação %
	AL	Peso relativo	AB	AP	AL	Peso relativo	Aboluta	2011/2010
421-Terrenos e recursos naturais	3.199.967,96	3,89%	3.487.653,68	0,00	3.487.653,68	4,14%	287.685,72	8,99%
422-Edifícios e outras construções	4.606.929,40	5,60%	7.220.716,91	2.575.713,90	4.645.003,01	5,51%	38.073,61	0,83%
423-Equipamento básico	190.177,20	0,23%	2.721.988,94	2.488.781,07	233.207,87	0,28%	43.030,67	22,63%
424-Equipamento de transporte	0,00	0,00%	762.282,50	762.282,50	0,00	0,00%	0,00	0,00%
425-Ferramentas e utensílios	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
426-Equipamento administrativo	392.464,25	0,48%	1.099.668,75	779.898,74	319.770,01	0,38%	-72.694,24	-18,52%
427-Taras e vasilhame	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
429-Outras imobilizações corpóreas	4.200,03	0,01%	849.083,24	845.349,12	3.734,12	0,00%	-465,91	-11,09%
442-Imobilizações em curso	0,00	0,00%	301.275,43	0,00	301.275,43	0,36%	301.275,43	0,00%
448-Adiantamentos por conta de imob.c	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total Imobilizações corpóreas	8.393.738,84	10,20%	16.442.669,45	7.452.025,33	8.990.644,12	10,66%	596.905,28	7,11%
411-Partes de capital	1.183.831,77	1,44%	3.913.514,29	2.981.558,68	931.955,61	1,10%	-251.876,16	-21,28%
412-Obrigações e títulos de participa	0,00	0,00%	203.170,36	203.170,36	0,00	0,00%	0,00	0,00%
413-Empréstimos de financiamento	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
414-Investimentos em imóveis	72.569.227,82	88,20%	82.265.402,73	7.906.282,21	74.359.120,52	88,16%	1.789.892,70	2,47%
415-Outras aplicações financeiras	127.086,22	0,15%	253.056,03	191.790,57	61.265,46	0,07%	-65.820,76	-51,79%
441-Imobilizações em curso	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	#DIV/0!
447-Adiantam. por conta invest.financ	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total Investimentos Financeiros	73.880.145,81	89,80%	86.635.143,41	11.282.801,82	76.352.341,59	89,34%	1.472.195,78	1,99%
Total do Imobilizado	82.273.884,65		103.077.812,86	18.734.827,15	84.342.985,71		2.069.101,06	2,51%

Quadro 29 – Balanço – Imobilizado

Da análise ao quadro supra verifica-se que, no biénio 2011/2010, o imobilizado líquido cresceu 2,51%, tendo concorrido para este crescimento a variação positiva dos Investimentos Financeiros e das Imobilizações corpóreas em 1.472.195,78€ e 596.905,28€ respectivamente, isto é mais 1,99% e 7,11% do que em 2010.

A rubrica de investimentos em imóveis, em 2011 e 2010, apresenta o maior peso relativo no total dos investimentos financeiros, 88,16% e 88,20% respectivamente, no entanto, a taxa de crescimento em 2011, face a 2010 foi apenas de 2,47%, correspondendo a uma variação absoluta de 1.789.892,70€, concorrendo para este crescimento, fundamentalmente, os imóveis recebidos no âmbito das dações em pagamento, no valor bruto de 2.328.463,50€.

No que concerne à rubrica de imobilizado corpóreo, o seu crescimento deve-se nomeadamente à aquisição de equipamento básico no valor total de 105.980,85€, às transferências obtidas do ISS no valor de 1.023.509,32€, a “valorizações” no montante de 234.932,61€ e ao imobilizado em curso que explica o montante 301.275,43€.

O decréscimo verificado nas outras rubricas que compõem o imobilizado corpóreo, devem-se a alienações e abates/regularizações efectuadas no âmbito do processo de inventariação, nos montantes de 542.481,60 e 254.131,95€, respectivamente.

Ao nível das amortizações, verifica-se um decréscimo em praticamente todas as rubricas do imobilizado, reflectindo o reajustamento das alienações que ocorreu no final do ano de 2010 e em 2011. Pese embora, em 2011, se tenha verificado um acréscimo no imobilizado em virtude das dações em pagamento, esse valor não foi suficientemente elevado para compensar o valor das alienações registadas em 2010, verificando-se desta forma um decréscimo das amortizações do exercício.

Análise Evolutiva das amortizações do exercício

2010 -2011

Designação	Euros			
	2010	2011	Desvio absoluto	Variação %
Amortizações em Imobilizações corpóreas				
Edifícios e outras construções	232.261,83	213.204,95	-19.056,88	-8,20%
»Sem terreno subjacente	8.452,23	8.656,73	204,50	2,42%
»Com terreno subjacente	223.809,60	204.548,22	-19.261,38	-8,61%
Equipamento básico	72.436,46	60.388,93	-12.047,53	-16,63%
»Equipamento informático.	62.692,87	55.585,13	-7.107,74	-11,34%
»Maquinaria e equipamento social.	5.341,50	4.795,54	-545,96	-10,22%
»Equipamento de escritório e reprografi	222,73	0	-222,73	-100,00%
»Mobiliário.	4.179,36	8,26	-4.171,10	-99,80%
Equipamento administrativo.	91.486,46	88.015,15	-3.471,31	-3,79%
Outras imobilizações corpóreas.	600,7	465,91	-134,79	-22,44%
Sub-total (1)	396.785,45	362.074,94	-34.710,51	-8,75%
Amortizações em Investimentos Financeiros				
Habitções Renda social	87.386,00	60.002,73	-27.383,27	-31,34%
»Sem terreno subjacente	766,78	1.503,61	736,83	96,09%
»Com terreno subjacente	86.619,22	58.499,12	-28.120,10	-32,46%
Habitções Renda livre	650.549,17	596.982,85	-53.566,32	-8,23%
»Sem terreno subjacente	196.978,55	198.486,68	1.508,13	0,77%
»Com terreno subjacente	453.570,62	398.496,17	-55.074,45	-12,14%
Edifícios Serviços	0,36	4,14	3,78	-
»Sem terreno subjacente	0,36	4,14	3,78	-
Edifícios outros	139.126,30	125.710,71	-13.415,59	-9,64%
»Com terreno subjacente	91.024,51	77.609,83	-13.414,68	-14,74%
»Sem terreno subjacente	48.101,79	48.100,88	-0,91	0,00%
Sub-total (2)	877.061,83	782.700,43	-94.365,18	-10,76%
Total (3) = (1)+(2)	1.273.847,28	1.144.775,37	-129.075,69	

Quadro 30 – Balanço - Amortizações do Exercício

Relativamente aos Investimentos Financeiros, Partes de Capital, Obrigações e Títulos de Participação – valor líquido de provisões acumuladas - verifica-se um decréscimo de

317.696,92€ (vide quadro pag.57), comparativamente a 2010, correspondente à variação das provisões, sobre as quais, importa assim referir (ver quadro seguinte):

- o A redução do valor líquido das Títulos da Dívida Pública – Consolidados, no montante de 65.820,76€, decorrente do reforço em 2011 das provisões constituídas, uma vez que o valor de mercado destes títulos acusava em 31 de Dezembro de 2011 uma quebra relativamente ao ano anterior;
- o Que as Obrigações e os Títulos de Participação detidos pelo IGFSS se encontravam totalmente provisionados, uma vez que os empresas: Cº Minas Ouro Penedono e Soc. Hidro – Elect. Revué se encontram em processo de falência e como tal o seu valor de mercado é igual a zero;
- o Relativamente às Partes de Capital, o decréscimo de 251.876,16€ no seu valor líquido, face a 2010, deveu-se sobretudo ao reforço em 2011 da provisão constituída relativamente às acções da empresa Fundo para a Revitalização e Modernização do Tecido Empresarial, SGPS, SA (FRME) uma vez que a 31 de Dezembro de 2011 o valor de mercado era inferior ao valor de aquisição.

Quadro das Acções e Títulos da Dívida Pública

Natureza	Valor Aquisição (VA) (1)	Valor de Mercado (VM) (2)	Diferença (3)=(1)-(2)	Participação	Provisão (4)	Provisões na Ana de 2010 (5)	Reforço/ Anulação de Provisões durante o ano de 2011 (6)	Reforço/ Anulação de Provisões a 31/12/2011 (7)	Total de Provisões em 2011 (8)=(7)+(6)+(5)	Observações
Títulos de Dívida Pública										
CGD										
Consolidado 2,78%	29.804,42	11.772,75	18.031,67		18.031,67	16.913,49	0,00	1.118,18	18.031,67	O valor de mercado foi retirado do extrato da CGD à data de 31/12/2011
Consolidado 3%	49.661,22	9.708,77	39.952,45		39.952,45	22.282,20	0,00	17.670,25	39.952,45	O valor de mercado foi retirado do extrato da CGD à data de 31/12/2011
Consolidado 3,3%	4.726,34	945,67	3.782,67		3.782,67	1.974,18	0,00	1.808,49	3.782,67	O valor de mercado foi retirado do extrato da CGD à data de 31/12/2011
Consolidado 4%	168.842,05	38.838,27	130.003,78		130.003,78	84.799,84	0,00	45.223,84	130.003,78	O valor de mercado foi retirado do extrato da CGD à data de 31/12/2011
Total	253.036,03	61.265,46	191.770,57		191.770,57	125.969,81	0,00	65.820,76	191.770,57	c. razão 4950000000
Obrigações s/garantia										
C ^o Minas Ouro Penedono 8%	124.699,48	0,00	124.699,48		124.699,48	124.699,48	0,00	0,00	124.699,48	O valor de mercado é igual a zero, uma vez que a empresa se encontra em processo de falência. Foram efectuadas insitências no sentido de averiguar o ponto de situação do referido processo. Sem resposta à data de fecho.
Soc. Hidro - Eled. Revut	78.470,88	0,00	78.470,88		78.470,88	78.470,88	0,00	0,00	78.470,88	O valor de mercado é igual a zero, uma vez que a empresa se encontra em processo de falência. Foram efectuadas insitências no sentido de averiguar o ponto de situação do referido processo. Sem resposta à data de fecho.
Total	203.170,36	0,00	203.170,36		203.170,36	203.170,36	0,00	0,00	203.170,36	c. razão 4920000000
Acções										
C ^o Minas Ouro Penedono	57.385,00	0,00	57.385,00	N/D	57.385,00	57.385,00	0,00	0,00	57.385,00	O valor de mercado é igual a zero, uma vez que a empresa se encontra em processo de falência. Foram efectuadas insitências no sentido de averiguar o ponto de situação do referido processo. Sem resposta à data de fecho.
C. Pescanova Algarve*	2.495,00	1.550,00	945,00	0,23%	945,00	0,00	0,00	945,00	945,00	VM < VA
Margivara, S.A.*	5.114,75	5.578,00	-463,25	1,02%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	VM > VA
Soc. Hidro - Eled. Revut	268.069,10	0,00	268.069,10	N/D	268.069,10	268.069,10	0,00	0,00	268.069,10	O valor de mercado é igual a zero, uma vez que a empresa se encontra em processo de falência. Foram efectuadas insitências no sentido de averiguar o ponto de situação do referido processo. Sem resposta à data de fecho.
Sonife	138.996,00	0,00	138.996,00	N/D	138.996,00	138.996,00	0,00	0,00	138.996,00	O valor de mercado é igual a zero, uma vez que a empresa se encontra em processo de falência. Foram efectuadas insitências no sentido de averiguar o ponto de situação do referido processo. Sem resposta à data de fecho.
Tunapessa	1.871,25	0,00	1.871,25	N/D	1.871,25	1.871,25	0,00	-1.871,25	0,00	Procedeu-se ao abate das acções à data de 31/12/2011 por informação do Gabinete Jurídico.
FNM, S.A.	92.005,62	0,00	92.005,62	N/D	92.005,62	92.005,62	0,00	0,00	92.005,62	O valor de mercado é igual a zero, uma vez que a empresa se encontra em processo de falência. Foram efectuadas insitências para obter esta informação. Sem resposta à data de fecho.
FRME (ID 1000000)*	2.495.000,00	805.000,00	1.690.000,00		1.690.000,00	1.455.000,00	0,00	235.000,00	1.690.000,00	VM < VA - Reforço de Provisões
FRME (ID 1000007)*	171.795,72	55.429,08	116.366,64	3,69%	116.366,64	100.185,48	0,00	16.181,16	116.366,64	VM < VA - Reforço de Provisões
Gestiva, S.A.* (A)	18.035,00	0,00	18.035,00	56,97%	18.035,00	18.035,00	0,00	0,00	18.035,00	O valor de mercado é igual a zero, uma vez que os capitais próprios da empresa são negativos
DILOP Alimentares, S.A.*	590.656,32	0,00	590.656,32	6,53%	590.656,32	590.656,32	0,00	0,00	590.656,32	VM < VA
DILOP Transportes, S.A.*	33.048,77	4.569,70	-12.649,93	9,99%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	VM > VA
DILOP Charcutaria, S.A.*	15.963,01	231.095,76	-215.132,75	9,99%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	VM > VA
Adreva	24.950,00	15.850,00	9.100,00	6,36%	9.100,00	9.350,00	0,00	-250,00	9.100,00	VM < VA
Total	3.915.385,54	1.160.199,54	2.755.186,00		2.983.429,93	2.731.553,77	0,00	250.004,91	2.991.558,69	c. razão 4910000000
Total de Títulos de Crédito	4.371.611,93	1.221.465,00	3.150.146,93		3.378.390,84	3.060.693,94				

Notas:

- Cotações dos títulos de Dívida Pública e Fundo de Investimento retiradas nos extratos de carteira de títulos enviados pelos bancos em 31-12-2011
- Todas as acções acima mencionadas não se encontram cotadas, pelo que quando disponível, o valor de mercado corresponde à percentagem dos capitais próprios
- * - As provisões das acções em 2011, foram calculadas com base nos relatórios e Contas das empresas de 2010.
- As empresas que se encontram em processo de falência são provisionadas na sua totalidade

(A) - Empresa Gestiva - Apesar da participação ser superior a 20%, dadas as condições económicas ou financeira da empresa, considera-se que existem restrições severas e duradouras que prejudicam significativamente a capacidade de transferência de fundos para o IGFSS, pelo que se optou pela aplicação do método do custos. (de acordo com a norma contabilística e de relato financeiro 13)

Quadro 31 – Balanço - Acções e Títulos da Dívida Pública

DÍVIDAS DE TERCEIROS

Análise Evolutiva das dívidas de terceiros

2010 -2011

Dívidas de Terceiros	Exercícios							
	2010		2011				Variação	
	AL	Peso relativo	AB	AP	AL	Peso relativo	Absoluta	Percentual
2812+2822-Empréstimos concedidos	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
212 - Contribuintes c/c	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
218-Clientes contr e utent cobrança d	258.647.891,47	67,57%	2.720.506.391,86	2.580.315.955,47	140.190.436,41	39,95%	-118.457.455,06	-45,60%
268-Outros devedores	124.110.118,89	32,43%	215.173.479,59	4.431.085,56	210.742.394,03	60,05%	86.632.275,14	69,80%
Total das dívidas de Terceiros ML Prazo	382.758.010,36	30,93%	2.935.679.871,47	2.584.747.041,03	350.932.830,44	8,62%	-31.825.179,92	-8,31%
2611+2621-Empréstimos concedidos	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
218-Clientes contr e utent cobrança d	278.745.265,58	32,61%	157.597.114,15	39.399.278,54	118.197.835,61	3,18%	-160.547.429,97	-57,60%
211-Clientes, c/c	0,00	0,00%	12.455.296,40	0,00	12.455.296,40	0,33%	12.455.296,40	-
212-Contribuintes, c/c	181.091.132,83	21,19%	3.230.577.250,81	0,00	3.230.577.250,81	86,83%	3.049.486.117,98	1683,95%
213-Utilentes, c/c	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
214-Clientes, contrib e utentes - Tã	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
229-Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
2619-Adiantam fornecedores de imobili	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
24-Estado e outros entes públicos	0,00	0,00%	153,00	0,00	153,00	0,00%	153,00	-
265-Prestações Sociais a repôr	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
262+263+267+268-Outros devedores	394.848.368,58	46,20%	359.215.545,64	61.917,99	359.153.627,65	9,85%	-35.694.740,93	-9,04%
Total das dívidas de Terceiros Curto Prazo	854.684.766,99	69,07%	3.759.845.360,00	39.401.196,53	3.729.384.163,47	91,38%	2.865.699.396,48	335,29%
Total das dívidas de Terceiros	1.237.442.777,35		6.695.525.231,47	2.624.208.237,56	4.071.316.993,91		2.833.874.216,56	

Quadro 32 – Balanço - Dívidas de Terceiros

DÍVIDAS DE TERCEIROS A MÉDIO E LONGO PRAZO

No biênio 2011/2010, no cômputo total das dívidas de terceiros, o peso relativo das dívidas a receber de curto prazo evidência um acréscimo de 22,31pp enquanto que a expressão relativa das dívidas de MLP regista um decréscimo idêntico isto é menos 22,31pp. Esta variação deve-se sobretudo à grandeza do valor das dívidas de acordos de contribuintes que deixaram de estar relevadas contabilisticamente como dívidas de cobrança duvidosa (e conseqüentemente como de MLP) e passaram a estar autonomizadas numa conta de acordos prestacionais de curto prazo.

Da análise à evolução das dívidas a receber de médio/longo prazo importa referir que:

- o As dívidas de contribuintes (MLP), cuja maturidade é superior a 1 ano, apresentam, em 2011, um valor líquido de provisões de 131.605.291,73€, reflectindo um decréscimo de 47,6% face a igual período de 2010 (vide quadro seguinte). Este decréscimo resulta da regularização efectuada à conta 218 – dívida em cobrança duvidosa, do valor que se encontra em acordos e com garantia ou suspensa no âmbito do processo executivo. Em 2011, as dívidas acabadas de referir encontra-se relevadas contabilisticamente numa conta específica para o efeito ao nível das dívidas de terceiros de curto prazo;
- o As dívidas dos beneficiários – valor líquido de provisões - do Fundo Garantia de Alimentos a Menores (FGAM), acusam, em 2011, um ocrécimo de 1.192.530,64€, isto é, mais 16,1%, comparativamente a 2010.

Análise Evolutiva da dívida de MLP de Contribuintes e FGAM

2010 - 2011

Designação	Clientes e contribuintes de MLP - 2011					Variação Absoluta	Variação %
	2010		2011				
	Valor Líquido	Valor Bruto	Valor da Provisão	Valor Líquido			
Total de Contribuintes	251.255.277,43	2.621.312.590,01	2.489.707.298,28	131.605.291,73	-119.649.985,70	-47,62%	
FGAM	7.392.614,04	99.193.601,87	90.608.657,19	8.585.144,68	1.192.530,64	16,13%	
Total de grandes devedores	258.647.891,47	2.720.506.391,88	2.580.315.955,47	140.190.436,41			

Quadro 33 – Balanço MLP – Conta 218 – MLP

- o A rubrica “Outros Devedores” de MLP, a 31 de Dezembro de 2011, apresenta o valor líquido de provisões de 210.742.394,03€, registando um aumento de 86.632.275,17€, isto é mais 70% que em igual período de 2010, reflectindo a transferência de dívida do Ministério da Saúde à Caixa do Pessolo dos TLP, no âmbito dos encargos com despesas de saúde dos beneficiários que passaram a partir de 1979, para a responsabilidade do Orçamento de Estado 88.652.877,04.

Análise Evolutiva - Outros devedores MLP (Conta 268*)

2010 - 2011

Outros devedores MLP						
Designação	2010	2011			Variação Absoluta	Variação %
	Valor Líquido	Valor Bruto	Valor da Provisão	Valor Líquido		
Remunerações a repor	444,41	39.070,95	38.544,25	526,70	82,29	18,52%
Rendas	149.579,79	4.460.795,03	4.311.971,44	148.624,59	-755,20	-0,50%
Juros devedores	-	11.563,05	11.409,61	153,44	153,44	-
Situações em litígio APPC e SOEMS	-	69.160,26	69.160,26	-	0,00	-
Ministério da Defesa - Fundo Antigos Combatentes	27.663.871,44	28.243.975,10	-	26.243.975,10	360.103,66	1,29%
Ministério da Agricultura e Pescas	84.519.452,26	84.519.452,26	-	84.519.452,26	0,00	0,00%
Direcção Regional de Segurança Social dos Açores	1.825.029,00	1.825.029,00	-	1.825.029,00	0,00	0,00%
Minist. Saúde-Divida aos TLP	-	84.526.695,55	-	84.526.695,55	84.526.695,55	#DIV/0!
Empréstimos à C.P.P. dos C. F Benguela	5.714.939,29	5.714.939,29	-	5.714.939,29	0,00	0,00%
DAFSE	2.871.969,02	5.072.923,61	-	5.072.923,61	2.200.954,59	76,64%
Casa da Imprensa	736.747,35	669.874,49	-	669.874,49	-48.872,86	-6,62%
Total de grandes devedores	123.704.032,56	215.173.479,59	4.431.085,56	210.742.394,03	87.038.361,47	-97,90%

Quadro 34 – Balanço - Outros Devedores MLP

Do total das dívidas de “Outros Devedores”, 215.173.479,59€ em 2011, 210.592.889,30€ não foram objecto de provisionamento por se tratar de dívidas de entidades públicas sobre as quais importa ainda referir:

- Dívida da APPC – Está em curso a celebração de um acordo prestacional;
- Ministério da Defesa Nacional - Fundo dos Antigos Combatentes – Em 2011, a dívida a receber deste Fundo (há mais de um ano) sofreu o agravamento de 360,103,66€, correspondente aos “Benefícios” pagos em 2010 relativos ainda ao período de 2004 a 2008, no montante de 456.420,66€, e foi objecto de uma regularização de 96.317,00€. Em suma, a dívida do MDN/ FAC com maturidade superior a 1 ano a receber à data de 31 de Dezembro de 2011 era no montante de 28.243.975,10 €, subdividindo-se em:

“Benefícios” pagos em 2010 relativos ainda ao período de 2004 a 2008: 456.420,66

“Benefícios pagos a Antigos Combatentes” referente ao período 2004-2006: 27.787.554,44

TOTAL 28.243.975,10

Áquele valor acrescem 2.418.871,17€, correspondente aos benefícios pagos em 2011, os quais se encontram reflectidos em dividas a terceiros de curto prazo.

- Dívida do Ministério da Agricultura no montante de 84.519.452,26€ – Está em curso o processo de análise aos códigos de classificação de regimes incluídos;
- Dívida da Direcção Regional do Trabalho e Qualificação Profissional da Região Autónoma dos Açores relativa a encargos com o subsídio de desemprego no período de 1 de Maio de 1981 a Dezembro de 1984, no montante de 1.825.029,00€, o processo encontra-se em aprovação;
- Dívida do Ministério da Saúde à Caixa dos TLP, a qual foi transferida, em 2011, para o balanço do IGFSS, para encontro de contas parcial com o valor que o IGFSS recebeu a mais desde de 2008 a 2010, relativamente aos encargos com os benefícios adicionais de Saúde.
- Casa da Imprensa – Foi suspenso em Setembro de 2008 a remessa para a Casa da Imprensa do valor das retenções efectuadas sobre o valor da facturação aos jornais. Por outro lado, foram celebrados adendas ao Protocolo no âmbito da facturação do ISS, IP, à excepção do Jornal “Público” que respondeu negativamente, quanto aos restantes o IGFSS não logrou obter resposta pelo que não concordaram com o seu teor, não sendo possível ao ISS, IP proceder às respectivas retenções. O IGFSS está a dar cumprimento à recomendação do Tribunal de Contas procedendo à regularização do valor em dívida com as retenções efectuadas e prestando contas trimestrolmente ao Tribunal de Contas;

DÍVIDAS DE TERCEIROS DE CURTO PRAZO

Em 2011, as dívidas de terceiros de curto prazo – valor líquido de provisões acumuladas - assumem um acréscimo de 2.865.699.396,48€, representado um variação positiva de 235,29% quando comparada com 2010.

Concorre para esta variação, principalmente, a transferência da dívida objecto de acordo em SEF e a dívida com garantia e ou suspensão que, em 2010, estava relevada como dívida de cobrança duvidosa e que, em 2011, passou a ser dívida corrente.

Quanto ao decréscimo registado na rubrica "outros devedores", concorreu a redução do valor dos adiantamentos concedidos no âmbito das Acções de Formação Profissional, menos 15.304.093,97€ e a redução do montante adiantado ao CNP para pagamento das pensões nos primeiros dias do ano seguinte o montante de 15.129.033,17€.

Análise Evolutiva das dívidas de terceiros curto prazo

2010 - 2011

Dívidas de Terceiros a Curto Prazo	Exercício						Variação Absoluta	Variação Percentual
	2010		2011		2011			
	AL	Peso relativo	AB	AP	AL	Peso relativo		
2611+2621-Empréstimos concedidos	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
219-Clientes contrib e utentes cobrança duvidosa	278.745.265,58	22,53%	157.597.114,15	39.399.278,54	118.197.855,61	2,90%	-160.547.429,97	-57,60%
211-Clientes, c/c	0,00	0,00%	12.455.296,40	0,00	12.455.296,40	0,31%	12.455.296,40	-
212-Contribuintes, c/c	181.091.132,83	14,83%	3.230.577.250,81	0,00	3.230.577.250,81	79,35%	3.049.466.117,98	1683,95%
213-Utentes, c/c	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
214-Clientes, contrib e utentes - Títulos	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
229-Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
2619-Adiantam fornecedores de imobilizado	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
24-Estado e outros entes públicos	0,00	0,00%	153,00	0,00	153,00	0,00%	153,00	-
265-Prestações Sociais a repôr	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
262+263+267+268-Outros devedores	394.848.368,58	31,91%	359.215.545,84	61.917,99	359.153.627,65	8,82%	-35.694.740,93	-9,04%
Total das dívidas de Terceiros Curto Prazo	854.684.766,99		3.759.845.360,00	39.461.196,53	3.720.384.163,47	91,38%	2.865.699.396,48	235,20%
Total das dívidas de Terceiros	1.237.442.777,35		6.695.525.231,47	2.624.208.237,56	4.071.316.993,91			

Quadro 35 – Balanço - Dívidas de Terceiros a Curto Prazo

Como pode observar-se no quadro supra, em 31 de Dezembro de 2011, o montante total líquido de provisões acumuladas registado em "Dívidas de Terceiros de Curto Prazo" é de 3.720.384.163,47€, no qual assumem as rubricas de "Clientes Contribuintes e Utentes de cobrança duvidosa" o peso relativo de 79,35%, "Contribuintes c/c" 2,90% e Outros devedores de 8,82% do total das dívidas de terceiros.

Nas dívidas a curto prazo, objecto de provisionamento, incluem-se todas as dívidas cuja maturidade é inferior o um ano e superior a 6 meses, apresentando em 2011 a seguinte desagração:

Análise Evolutiva das dívidas de terceiros curto prazo provisionadas no biénio 2011/2010

Designação	2010		2011		Variação	
	Valor Líquido	Valor Bruto	Valor da Provisão	Valor Líquido	Absoluta	%
Total de Contribuintes	269.903.450,89	144.784.566,92	36.196.146,73	108.585.440,19	-161.315.010,70	-59,77%
FGAM	8.841.814,69	12.812.527,23	3.203.131,81	9.609.395,42	767.580,73	8,68%
Sub Total	278.745.265,58	157.597.114,15	39.399.278,54	118.197.835,61	-160.547.429,97	-57,60%
Rem.e repos	1.245,44	432,31	108,08	324,23	-921,21	-73,97%
Rendas	178.224,95	247.216,90	61.604,23	185.412,67	7.187,72	4,03%
Juros devedores	-	22,71	5,68	17,03	17,03	-
Sub Total	179.470,40	247.649,21	61.917,99	185.736,90	6.266,51	3,49%
Total dos Totais	278.924.735,98	157.844.763,36	39.461.196,53	118.383.572,51	-160.541.163,47	

Quadro 36 – Balanço – Desagregação das dívidas de cobrança duvidosa

É de referir que, embora no cômputo geral das dívidas de contribuintes de curto prazo se tenha registado um acréscimo, ao nível das dívidas que se encontram provisionadas, registou-se um decréscimo de 161.315.010,70€, por o valor correspondente à componente de acordos com maturidade entre os 6 e os 12 meses em 2011 ter deixado de ser considerado como dívida em cobrança duvidosa.

Ainda no cômputo total das dívidas a receber de curto prazo, em 2011, as dívidas de contribuintes apresentam um acréscimo de 3.049.486.117,98€ comparativamente a 2010, para as quais concorreram:

- A transferência das dívidas cobrança duvidosa para conta corrente acordos, relativamente no valor de 830.694.376,59€;
- A transferência de cobrança duvidosa para conta corrente da dívida garantida e ou suspensa no montante de 1.425.880.343,09€.
- A transferência da conta corrente para a conta de cobrança duvidosa pela montante correspondente de dívida participada em 2011, no total de 1.155.442.662,00€
- A integração em 2011 da valor não cobrada da dívida titularizada no montante de 950.358.470,88€
- A contabilização dos débitos da Doca Pesca e Marconi no montante de 76.096.837,94

O valor a receber do FGAM, com maturidade inferior a 6 meses, apresenta uma variação positiva de 9,85%, correspondendo a um acréscimo de 1.116.355,59€, resultante da entrada de 3.426 novos processos.

DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA

Os “Depósitos bancários e Caixa” registam, em 2011, um decréscimo de 8,16% relativamente a 2010, isto é, menos 158.958.249,17€ que em 2010, diferencial para o qual concorreram fundamentalmente os valores registados em “Depósitos em Instituições Financeiras”.

ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS E CUSTOS DIFERIDOS

No cômputo global, as contas 271 e 272 – Acréscimos de Proveitos e Custos Diferidos registam um aumento de 5.996.918,20€, isto é mais 20,88% do que em 2010 – vide quadro 37.

Análise Evolutiva dos Acréscimos e Diferimentos

2010 - 2011

Acréscimos e diferimentos:	Exercícios		Variação Absoluta	Variação % 2011/2010
	2010	2011		
	271-Acréscimos de proveitos	27.856.618,00	34.130.517,36	6.273.899,36
272-Custos diferidos	870.932,19	593.951,03	-276.981,16	-31,80%
	28.727.550,19	34.724.468,39	5.996.918,20	20,88%

Quadro 37 – Balanço – Desagregação dos Acréscimos e Diferimentos

Ao analisar a evolução dos valores registados na conta Acréscimo de Proveitos, verifica-se em 2011 um acréscimo de 6.273.899,36€ em 2011, quando comparado com igual período de 2010, se deveu nomeadamente:

- o À especialização do valor a receber da referente à Marconi, no montante de 1.160.010,82€;
- o À especialização do valor a receber do tesouro no âmbito do reembolso das pensões pagas aos desalojados das ex-colónias no montante de 1.985.288,77€, relativas aos meses de Dezembro;
- o À especialização do valor a receber GEF/ME referente a bolsas de estudo pagas em Dezembro no montante de 831.745,20€;
- o Ao aumento face a 2010 de 4.549.922,22€, no valor a receber da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa relativamente à receita dos jogos sociais de Novembro e Dezembro de 2011;
- o À redução no montante a receber de juros de depósitos em instituições bancárias devido ao facto de, em 2011, o montante de aplicações em curso a 31/12/2011 ser substancialmente inferior ao montante que se encontrava em curso em 31/12/2010, acrescida do facto de a taxa de juro ter registado uma diminuição e do prazo médio em aplicação ser também inferior.

Relativamente à rubrica de custos diferidos, regista-se o decréscimo verificado em “Outros custos diferidos”, de 276.981,16€ representando um valor inferior a 31,80% quando comparado com 2010, resultando a diferença das transferências para Instituições de Segurança Social.

Análise Evolutiva dos acréscimos de proveitos e custos diferidos
2010 - 2011

Conta	Acréscimos de Proveitos	Exercícios		Δ 2010/2009	Δ 2010/2009
		2010 (1)	2011 (2)	Em € (3)=(2)-(1)	% (4)=(2)/(1)
Acréscimos de proveitos					
2711000000	Juros a Receber	3.763.721,68	1.278.010,46	-2.485.711,22	-0,66
2714130000	Euramihões	0,00	0,00	0,00	
2714140000	Recargas dos jogos sociais - D.L. n.º 56/2006	23.524.608,78	28.074.531,29	4.549.922,51	0,19
2715000000	Outras transferências a receber	0,00	0,00	0,00	
2719000000	Outros acréscimos de proveitos	568.267,54	4.777.975,61	4.209.688,07	7,41
Sub total		27.856.618,00	34.130.517,36	6.273.899,36	0,23
Custos Diferidos					
2722000000	Rendas adiantadas	48.971,44	49.585,75	614,31	0,01
2727000000	Transferências para Inst. Segurança Social	749.981,27	466.189,99	-283.791,28	-0,38
2729000000	Outros custos diferidos	71.979,48	76.175,29	6.195,81	0,09
Sub total		870.932,19	593.951,03	-276.981,16	-0,32
Total		28.727.550,19	34.724.468,39	5.996.918,20	0,21

Quadro 38 – Balanço - Acréscimos de Proveitos e Custos Diferidos

8.2 Fundos Próprios e Passivo

Análise Evolutiva dos Fundos Próprios e Passivo

2010 – 2011

Euros				
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	2010	2011	Evolução 2011/2010	
	Valor	Valor	Valor	%
FUNDOS PRÓPRIOS				
Património	1.477.385.925,66	1.477.385.925,66	0,00	0,00%
Ajustamento de partes capital	0	0	0,00	
Reservas de avaliação	0	0	0,00	
	1.477.385.925,66	1.477.385.925,66	0,00	0,00%
Reservas legais	487.310.891,50	487.310.891,50	0,00	0,00%
Reservas Estatutárias	41.417.599,39	35.246.675,95	-6.170.923,44	-14,90%
Doações	2.759,46	2.759,46	0,00	0,00%
Reservas decorrentes da transf. de Activos	-204.709.034,62	-115.315.529,94	89.393.504,68	-43,67%
RESERVAS	324.022.215,73	407.244.796,97	83.222.581,24	25,68%
Resultados transitados	-393.487.783,04	2.269.429.776,87	2.662.917.559,91	-676,75%
Resultado líquido do exercício	951.020.841,02	835.663.537,67	-115.357.303,35	-12,13%
	557.533.057,98	3.105.093.314,54	2.547.560.256,56	456,93%
TOTAL DOS FUNDOS PROPRIOS	2.358.941.199,37	4.989.724.037,17	2.630.782.837,80	111,52%
PASSIVO				
PROVISÕES	0,00	145.909,88	145.909,88	#DIV/0!
Fornecedores	38.251,44	26.971,56	-11.279,88	-29,49%
Estado e outros entes públicos	328.905,36	299.176,80	-29.728,56	-9,04%
Outros	255.067.200,31	283.161.117,07	28.093.916,76	11,01%
DIVIDAS A TERCEIROS	255.434.357,11	283.487.265,43	28.052.908,32	-9,90%
Acréscimos de custos	37.702.947,17	18.652.288,11	-19.050.659,06	-50,53%
Proveitos diferidos	644.962.797,75	688.005.531,38	43.042.733,63	6,67%
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	682.665.744,92	706.657.819,49	23.992.074,57	3,51%
TOTAL DO PASSIVO	938.100.102,03	990.290.994,80	52.190.892,77	5,56%
TOTAL DOS FUNDOS PROPRIOS E PASSIVO	3.297.041.301,40	5.980.015.031,97	2.682.973.730,57	81,38%

Quadro 39 – Balanço - Fundos Próprios e Passivo

Como se pode constatar no quadro supra os Fundos Próprios apresentam em 2011 um acréscimo 2.630.782.837,80€, isto é, mais 111,52% que em 2010, para o qual concorreram, nomeadamente, a variação nos Resultados Transitados em 2.662.917.559,91€, (676,75%), nos Resultados líquidos em (-)115.357.303,35€ (-12,13%) e na rubrica de Reservas em mais 89.393.504,68€ (43,67%).

PATRIMÓNIO

Em 2011, o Património não teve qualquer alteração face ao mesmo período homologado de 2010.

RESERVAS

Em relação às Reservas, verifica-se em 2011, relativamente a 2010 um acréscimo de 25,68%, isto é 83.222.581,24€, decorrente:

- da transferência para o IGFSS a dívida do Ministério da Saúde à Caixa de Previdência do Pessoal dos Telefones de Lisboa e do Porto relativa a encargos com despesas de saúde dos beneficiários que passaram a partir de 1979, para a responsabilidade do Orçamento de Estado, no montante de 88.652.877,04€;
- da regularização dos Fundos Especiais, no montante de 6.170.923,44€;
- e da transferência de imóveis obtida do ISS, IP, no montante de 649.556,97€ (DL n.º 112/2004).

Análise das Reservas no Ano 2011

Conta 57	Saldo Inicial	Movimentos em 2011	Saldo Final
	-324.022.215,73		
Conta 5710000000 - Reservas legais	-487.310.891,50		-487.310.891,50
Conta 5720000000 - Reservas estatutárias	-41.417.599,39		-35.246.675,95
		6.170.923,44	
Fundos Especiais 2011		6.170.923,44	
Conta 5760000000 - Doações	-2.759,46		-2.759,46
Conta 5770000000 - Reservas decorrentes da transf. de activos	204.709.034,62		115.315.529,94
		-89.393.504,68	
Transferência DL 112/2004, 13/05 - ISS		-649.556,97	
CN N.º 11/2009 - TC CSS2010		-91.070,67	
INF N.º 2002/2011 DOC - Dir. MIN. SAÚDE / CXTLP		-88.652.877,04	
			-407.244.796,97

Quadro 40 – Balanço - Reservas

Em 2011 procedeu-se como habitualmente ao apuramento do valor dos Fundos Especiais, implicando uma variação do valor das Reservas, conforme quadro abaixo indicado:

Análise dos Fundos Especiais no Ano 2011

Análise aos Fundos Especiais					Euro
Conta	Designação	Saldo em			
		2011	2010	Varição 2011/2010	
5721111000	Ex-C.S.P. dos Seguros	-14.249.800,03	-12.283.341,03	-1.966.459,00	
5721112000	Ex-C.S.P. do Pessoal da Indústria Vidreira	0	0	0,00	
5721113000	Ex-C.S.P. do Pessoal da Indústria dos Lanifícios	-6.561.107,52	-6.447.689,05	-113.418,47	
5721114000	Ex-C.P. dos Profissionais de Espectáculos	43.528,51	43.528,51	0,00	
5721115000	C.P. dos Telefones de Lisboa e Porto	-37.547.063,05	-39.246.197,55	1.699.134,50	
5721117000	Ex-C.P.A.F. dos Serv. Transportes Colect. do Porto	-290.397,12	-359.319,47	68.922,35	
5721118000	Federação Cimentos F.C.P.	-7.303.869,93	-7.136.490,69	-167.379,25	
5721119000	C.P. do Pessoal da Comp. Carris de Ferro	33.116.607,62	26.403.271,50	6.713.336,12	
5721124000	Ex-Grémio Nac. dos Industriais de Fósforos	-44.808,66	-44.128,01	-680,65	
5721125000	C.P. dos Trabalhadores da EPAL	-2.399.090,46	-2.336.558,30	-62.532,16	
5721134000	Fundo de Invalidez das Caixas	-8.514,75	-8.514,75	0,00	
5721135000	Fundo de Habitação dos Trabalh. dos Lanifícios	-2.160,56	-2.160,56	0,00	
Total		-35.246.675,95	-41.417.599,39	6.170.923,44	

Quadro 41 – Balanço - Fundos Especiais

RESULTADOS LÍQUIDOS DO EXERCÍCIO

Os resultados líquidos do exercício de 2011 apresentam-se positivos, evidenciando um decréscimo de 115.357.303,35€, isto é menos 12,13%, face a 2010, na sequência nomeadamente do decréscimo registado, em 2011, nos resultados extraordinários (para maior detalhe vidé capítulo sobre a Demonstração de Resultado).

RESULTADOS TRANSITADOS

Os Resultados Transitados apresentam uma variação positiva na ordem dos 2.662.917.559,91€ já que em 2010 registavam a salda devedor de 393.487.783,04€ e em 2011 apresentam um salda credor de 2.269.429.776,87€, para o qual concorreram os movimentos a seguir sintetizados.

Análise dos Resultados Transitados no Ano
2011

Conta 59	Saldo Inicial	Movimentos em 2011	Saldo Final
	393.487.783,04		
Conta 5920000000 - Reg. grande significado	4.110.223.120,25		2.404.497.324,80
		-1.705.725.795,45	
Apuramento AFP / CPN_Ano 2011		59.052.461,76	
Apuramento Subsídio Renda 2011		1.190.207,40	
Conclusão Contrato Titularização SEF INF. N.º 11/11DGD		-950.358.470,88	
Correcção à Conta 7953 - Juros acordos vencidos - inf.º 1138/2012		-8.760.600,85	
Regularização de imobilizados		-229.137,37	
DR's MARCONI 2002 a 2010 - INF. N.º 1854/2010		-13.469.894,30	
DOCAPESCA 2002 a 10/2007 - INF N.º 3476/2011		-62.626.943,61	
Redução Provisões Acumuladas		-1.328.613.050,79	
Correcção ao saldo da conta 7977		598.089.633,19	
Conta 5990000000 - Res transitados - Outros	-3.716.735.337,21		-4.673.927.101,67
		-957.191.764,46	
Fundos Especiais 2011		-6.170.923,44	
Transferência de Resultado Líquido de 2010		-951.020.841,02	
			-2.269.429.776,87

Quadro 42 – Balanço - Resultados Transitados

Para o acréscimo de Resultados Transitados, contribuem, nomeadamente, as seguintes regularizações:

- Foi relevado contabilisticamente na conta 274 a parcela das transferências do OE, recebidas para financiamento da CPN das Acções de Formação Profissional cofinanciadas pelo FSE, (nos termos da lei de bases), no âmbito do QREN e Outros Quadros Comunitários e ainda não aplicada no respectivo financiamento da despesa, no montante de 1.591.878,04€ e 59.052.461,76€, respectivamente. No que se refere aos saldo de outros quadros comunitários, no montante de 59.052.461,76€, uma vez que o mesmo se refere a saldos de anos anteriores e por outro lado assume relevância material, a sua relevação na conta 274, fez-se por contrapartida da conta 592;
- Na sequência da recomendação n.º 65 – PCGE/2010, que se passa a citar:

“ O tribunal recomenda que o financiamento do OSS para despesas com subsídio de renda seja efectuado de acordo com as disposições legais aplicáveis. ”,

foi efectuado o apuramento do saldo do subsídio de renda e relevado contabilisticamente na conta 274794 o valor de 1.190.207,40€;

- Terminado o processo de cessão de créditos da Segurança Social para efeitos de titularização, foi integrado no balanço do IGFSS.IP, o montante de 950.358.470,88€. Não existindo informação detalhada dos regimes que abrangem a dívida que não regressou ao balanço da Segurança Social, à data do encerramento de contas de 2011, não foi possível fazer a sua imputação às contas respectivas;
- Em 2010, foi corrigido na conta 592 – Regularizações de grande significado, o lançamento contabilístico efectuado em anos anteriores à conta 27411/7953 pela entrada do valor da prestação de acordos, no montante global de 29.515.873,27€. Em 2011, com a correcção da interface e a integração da componente devida de juros vencidos, procedeu-se à regularização da conta 7953 por contrapartida do conto 592, relativamente à componente de anos anteriores no montante de 8.760.600,85€;

- Procedeu-se ao lançamento dos débitos de contribuições ao IGFSS, relativos aos trabalhadores e entidade empregadora abrangidos pela Caixa de Previdência do Pessoal da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, no montante global de 13.469.894,30€, em virtude de se ter detectado que a parcela correspondente a 7% das contribuições devidas não se encontravam reflectidos em conta-corrente nem lançados manualmente no período de 2002 a 2010;
- Procedeu-se ao lançamento dos débitos do período de 2002 a Novembro de 2007, da Doca Pesca, no montante de 62.626.943,61€, por em 2010 se ter concluído que em GC não se encontravam reflectidos os débitos dos contribuintes, relativo ao período mencionado;
- Procedeu-se à anulação de provisões em 2011, em virtude da correcção à conta 218 – Dívida de cobrança duvidosa de contribuintes, pelas razões já invocadas anteriormente neste relato no montante de 1.328.613.050,79€, o qual se encontra relevado na conta 592 – Regularizações de grande significado;
- Em 2011, foram registados a débito da conta 592 – Regularizações de grande significado, 598.089.633,19€ referentes à anulação de débitos de contribuintes relativos a anos anteriores, anulação esta gerada em GC e cujos movimentos contabilísticos tinham sido integrados automaticamente na conta 7977 – Correcções relativas a anos anteriores;

PASSIVO

O Passivo, em 2011, no montante de 990.290.994,80€ apresenta um acréscimo de 5,56% em relação ao ano 2010, sendo que as dívidas a terceiros apresentam em 2011 um peso relativo de 28,63% e os Acréscimos e Diferimentos de 71,36%.

Análise evolutiva do Passivo

2010 - 2011

Item de balanço	Exercícios		Variação % 2010/2009	Variação Absoluta	2011	
	2010	2011			Peso relativo	
Passivo:						
29-Provisões para riscos encargos	0,00	145.909,88	-	-145.909,88	100,00%	
Dívidas a Terceiros - MLP	0,00	0,00	-		-	
*	0,00	145.909,88		145.909,88	0,01%	
Dívidas a terceiros - curto prazo:						
221-Fornecedores, c/c	20.325,47	6.880,01	-66,15%	-13.445,46	0,00%	
228-Fornecedores -facturas recepção conf	17.925,97	20.091,55	12,08%	2.165,58	0,01%	
24-Estado e outros entes públicos	328.905,36	299.176,60	-9,04%	-29.728,56	0,11%	
266-Prestações sociais	4.371,12	0,00	-100,00%	-4.371,12	0,00%	
262+263+267+268-Outros credores	255.062.829,19	283.161.117,07	11,02%	28.098.287,88	99,88%	
*	255.434.357,11	283.487.265,43	10,98%	28.052.908,32	28,63%	
Acréscimos e diferimentos:						
273-Acréscimo de custos	37.702.947,17	18.652.288,11	-50,53%	-19.050.659,06	2,64%	
274-Proveitos diferidos	644.962.797,75	688.005.531,38	6,67%	43.042.733,63	97,36%	
*	682.665.744,92	706.657.819,49	3,51%	23.992.074,57	71,36%	
Total do Passivo	938.100.102,03	990.290.994,80	5,56%	52.190.892,77	16,56%	
Total dos fundos próprios e do Passivo	3.297.041.301,40	5.980.015.031,97	81,38%	2.682.973.730,57	-	

Quadro 43 – Balanço - Passivo

DÍVIDAS A TERCEIROS

As dívidas a terceiros de curto prazo, a 31 de Dezembro de 2011, registam um aumento de 28.052.908,32€, isto é, mais 28,63% face a 2010, atingindo no ano de 2011 o montante de 283.487.265,43€ nos quais estão incluídos, nomeadamente, os valores:

- o A transferir para as ISS's correspondente a prestações sociais a aguardar reenvio aos beneficiários no valor de 228.118.156,26€;
- o A pagar a fornecedores, no valor de 6.880,01€;
- o A pagar ao Estado e Outros Entes Públicos, no valor de 299.176,80€, reflectindo uma melhoria no montante de 29.728,56€ face a 2010, para o qual concorreu a aplicação da tabela de transição para as novas posições remuneratórias em Dezembro de 2010.

Análise evolutiva das dívidas a pagar ao Estado e a Outros Entes Públicos

2010 – 2011

		Euros			
Conta	2010	2011	Variação absoluta	Variação %	
2421000000 »Trabalho dependente	217.269,00	0	-217.269,00	-100,00%	
2421100000 »Retenção normal	0	107.662,00	107.662,00	-	
2422000000 »Trabalho independente	76,24	1.043,93	967,69	1269,27%	
2424000000 »Prediais	7.415,37	7.514,41	99,04	1,34%	
2425300000 »IRS - Categ H - Pensões Transitórias	2.326,00	0	-2.326,00	-100,00%	
2451100000 »Encargos a entregar pela entidade	11.387,74	0	-11.387,74	-100,00%	
2452100000 »Da entidade empregadora	0	40.865,66	40.865,66	-	
2452200000 »Dos trabalhadores	52.093,94	29.966,38	-22.127,56	-42,48%	
2453100001 »Da entidade empregadora	0	74.913,97	74.913,97	-	
2453200000 »Dos trabalhadores	37.968,17	36.950,84	-1.017,33	-2,68%	
2458100000 »Cofres de previdência	273,33	240,7	-32,63	-11,94%	
2458220000 »Dos trabalhadores	29,12	0	-29,12	-100,00%	
2458320000 »Dos trabalhadores	54,26	0	-54,26	-100,00%	
2458900000 »Outras	12,19	18,91	6,72	55,13%	
Total	328.905,36	299.176,80	-29.728,56	9,94%	

Quadro 44 – Balanço - Dívidas a pagar ao Estado e a Outros Entes Públicos

No cômputo global de “Outros Credores” estão ainda incluídos:

- o onze milhões, setecentos e noventa e quatro mil euros referentes a vendas por processos executivos a aguardarem graduação de créditos;
- o dez milhões, quinhentos e vinte mil euros de penhoras de créditos;
- o Os valores a pagar a beneficiários, entrados no âmbito da tesouraria única, e que aguardarem identificação do ISS, IP no montante de 8.993.068,71€ reflectindo um acréscimo 695.166,41€ face a 2009;
- o Valores a regularizar, no âmbito do programa Integrar FSE/OE, no montante de 2.653.071,35€;

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

O somatório dos Acréscimos de Custos e os Proveitos Diferidos regista um acréscimo de 23.992.074,57€, isto é, mais 3,51% face a 2010, concorrendo para tal o aumento dos proveitos diferido no montante de 43.042.733,63€, uma vez que a rubrica de acréscimos de custos sofreu um decréscimo de 49,47%, isto é menos 19.050.659,06€ do que em 2010, devidas fundamentalmente à aplicação das disposições legais que conduziram à suspensão do subsídio de férias/natal em 2012, (Lei n.º 55-A/2010 de 31 Dezembro Orçamento de Estado para 2011) permitindo que esta rubrica registasse, em 2011, o valor de 18.652.288,11€, menos 19.050.659,06€ do que em 2010.

No que concerne aos Proveitos Diferidos, estes evidenciam uma variação, face ao período homólogo de 2010, de mais 106,67% de que se salienta:

- o O acréscimo de 59.052.461,76€ na rubrica de outros quadros comunitários e de 1.591.878,04 na rubrica de QREN/CPN, decorrente da relevação contabilística da parcela das transferências do OE recebidas para financiamento do CPN das Acções de

Formação Profissional cofinanciadas pelo FSE e ainda não aplicada no respectivo financiamento de despesa;

- o O acréscimo 2011/2010 do valor apurado, no programa QREN POPH, em 10.927.870,05, que respeita a valores recebidos e ainda não aplicados em despesa;
- o O decréscimo do saldo do Programa Ser Criança e do PAIL, no valor de 10.795.086,95€ e de 23.299.237,45€ respectivamente, que respeita a valores recebidos e ainda não aplicados em Despesa.

Análise evolutiva aos Acréscimo de Custos e Proveitos Diferidos 2010 – 2011

Conta	Acréscimos de Proveitos	Exercício		Δ 2011/2010	Δ 2011/2010
		2010 (1)	2011 (2)	Em € (3)=(2)-(1)	% (4)=(2)/(1)
2730000000	Remunerações a liquidar	-1.620.699,57	-745.366,07	-875.314,50	-45,99%
2737000000	Transferências para Inst. SS - valores a liquidar	-35.813.769,94	-17.691.412,93	-18.122.357,01	-49,40%
2739900000	Outros acréscimos de custos	-268.477,66	-215.490,11	-52.987,55	-80,26%
	TOTAL Conta 273*	-37.702.947,17	-18.652.268,11	-19.050.659,06	-49,47%
2741100000	Juros Vincendos de Contribuintes	-13.243.024,58	-4.335.828,27	-8.907.196,31	-32,74%
2742000000	Rendas recebidas adiantadamente	-225.119,20	-140.559,54	-84.559,56	-62,44%
2744116100	QREN - POPH	-142.933.302,02	-153.861.172,07	10.927.870,05	107,65%
2744116200	POAT	-3.283.560,04	-1.379.928,47	-1.903.631,57	-42,03%
2744116300	POAT / RAA	-5.658.103,70	0,00	-5.658.103,70	0,00%
2744116400	POAT / RAM	-2.782.881,68	-557.927,01	-2.224.954,67	-20,05%
2744211000	QREN	0,00	-1.591.878,04	1.591.878,04	100,00%
2744212000	OÇC	0,00	-59.052.461,76	59.052.461,76	100,00%
2747400000	Fundo Social Europeu	-56.579.469,71	-52.546.594,74	-4.032.874,97	-92,87%
2747600000	Programa de Des. e Expansão da Rede Pré-escolar	-3.904.913,43	-12.179.715,49	8.274.802,06	311,91%
2747800000	PIDDAC-OE	-12.464.973,55	-12.556.357,73	91.384,18	100,73%
2747920000	Euramilihões - Prog. de apoio a pes. idosos e com def.	-68.438.727,78	-67.558.341,10	-880.386,68	-98,71%
2747931100	Des. de programas, medidas e projetos de apoio (AS)	-150.142.957,10	-151.904.996,02	1.762.038,92	101,17%
2747931300	Apoio a IPSS para acção social - FSS	-56.569.054,01	-65.894.412,28	9.325.358,27	116,48%
2747931500	Combate à pobreza e exclusão social	-44.173.056,44	-50.814.849,48	6.641.793,04	115,04%
2747931600	Ser Criança	-44.795.350,10	-34.000.263,15	-10.795.086,95	-75,90%
2747931700	PAIL	-28.865.867,45	-5.566.630,00	-23.299.237,45	-19,28%
2747931800	PAFAC	-6.357.763,44	-7.234.031,99	876.268,55	113,78%
2747940000	Subsídio de renda	0,00	-1.909.326,60	1.909.326,60	100,00%
2747951000	POPH	-1.081.935,93	-1.463.737,94	381.802,01	135,29%
2747952000	POAT	-29.277,77	-17.604,26	-11.673,52	60,13%
2747953000	POAT / RAA	-14.848,65	-9.151,23	-5.697,42	61,63%
2747954000	POAT / RAM	-6.481,89	-17.634,84	11.152,95	272,06%
2749900000	Outros	-3.412.129,28	-3.412.129,28	0,00	0,00%
	TOTAL Conta 274*	-644.962.797,75	-688.005.531,38	43.042.733,63	106,67%
	Sub-total	-682.665.744,92	-706.657.819,49	23.992.074,57	3,51%

Quadro 45 – Balanço - Acréscimo de Custos e Proveitos Diferidos

PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS

A rubrica de provisões para riscos e encargos, a 31 de Dezembro de 2011, apresentou um saldo de 145.909,88€ relevando as provisões constituídas pelo IGFSS em 2011 para fazer face a riscos inerentes a processos litigiosos, referente aos seguintes processos:

- Isabel M^a P. d'Almeida – no montante de 3.571,80€;
- Ana Cristina P. Figueiredo – no montante de 41.002,34€;
- Cesaltina Nobre – no montante de 22.800,00€;
- Administração do condomínio Av. D. Afonso Valente, 14 Povoá St. Iria – no montante de 1.085,04€;
- BVC – Promoção imobiliária, Lda. – no montante de 77.450,70€

9. ANÁLISE À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício de 2011 o valor total dos proveitos e ganhos ascende a 24.378.818.143,03€, superior em 835.663.537,67€ ao total dos custos e perdas.

Demonstração de Resultados					Variação
	2010		2011		2011/2010
CMVMC					
consumidas:					
Mercadorias					
Matérias	209.346,58	209.346,58	193.440,84	193.440,84	-7,60%
Fornecimentos e serviços externos	11.224.223,97		13.012.949,70		
Custos com o pessoal:					
Remunerações	10.545.835,75		9.146.980,27		
Encargos Sociais:					
Pensões	48.365,66		31.772,68		
Outros	4.509.603,91	26.328.029,29	4.241.422,57	26.433.125,22	0,40%
Transf. Corr.concedidas e prestações sociais	22.574.035.499,70	22.574.035.499,70	22.530.548.898,91	22.530.548.898,91	-0,19%
Amortizações do exercício	396.785,45		362.074,94		
Provisões do exercício	734.508.846,44	734.905.631,89	144.428.310,70	144.790.385,64	-80,30%
Outros Custos e perdas operacionais	499.656,34	499.656,34	333.784,14	333.784,14	-33,20%
		23.335.978.163,80		22.702.299.634,75	-2,72%
Custos e perdas financeiras		1.128.295,09		1.162.903,80	3,07%
		23.337.106.458,89		22.703.462.538,55	-2,72%
Custos e perdas extraordinárias		295.308.018,14		839.632.066,81	184,34%
		23.632.414.477,03		23.543.154.605,36	-0,38%
Resultado Líquido do exercício		<i>351.020.841,02</i>		<i>835.663.537,67</i>	<i>-12,13%</i>
		24.583.435.318,05		24.378.818.143,03	-0,83%
Proveitos e Ganhos					
Vendas e prestações de serviços					
Prestações de serviços	23.157.536,82	23.157.536,82	28.442.968,56	28.442.968,56	22,82%
Impostos e taxas	14.633.256.893,14		14.772.271.116,61		
Trabalhos para a própria entidade					
Proveitos suplementares	81.522,49		15.993,15		
Transferências e subsídios correntes obtidos:					
Outras	9.171.852.339,66		8.434.476.573,02		
Outros proveitos e ganhos operacionais	36.637,26	23.805.227.392,55	5.900,06	23.206.769.582,84	-2,51%
		23.828.384.929,37		23.235.212.551,40	-2,49%
Proveitos e ganhos financeiros	33.876.124,70	33.876.124,70	86.940.302,64	86.940.302,64	156,64%
		23.862.261.054,07		23.322.152.854,04	-2,26%
Proveitos e ganhos extraordinários	721.174.263,98	721.174.263,98	1.056.665.288,99	1.056.665.288,99	46,52%
		24.583.435.318,05		24.378.818.143,03	-0,83%

Quadro 46 – Demonstração de Resultados

Para o Resultado Líquido do Exercício concorrem os Resultados Operacionais no valor de 532.912.916,65€, os Resultados Financeiros de 85.777.398,84€ e os Resultados Extraordinários de 216.973.222,18€, conforme se pode verificar no quadro abaixo.

Quadro síntese de resultados de 2011			
	2010	2011	Variação
Resultados operacionais	492.406.765,57	532.912.916,65	8,23%
Resultados Financeiros	32.747.829,61	85.777.398,84	161,93%
Resultados Correntes	525.154.595,18	618.690.315,49	17,81%
Resultados Extraordinários	425.866.245,84	216.973.222,18	-49,05%
Resultado Líquido do Exercício	951.020.841,02	835.663.537,67	-12,13%

Quadro 47 – Demonstração de Resultados - Síntese dos Resultados do Ano 2010

RESULTADOS OPERACIONAIS

Os Resultados Operacionais apresentam-se positivos em 2011 à semelhança do que ocorrera em 2010, reflectindo um acréscimo 40.506.151,08€.

Relativamente aos proveitos operacionais verifica-se um decréscimo de 593.172.377,97€, sendo que para aqueles correram, nomeadamente:

- A rubrica de prestações de serviços, onde são registados os reembolsos devidos ao IGFSS no âmbito da participação pela prestação de alimentos a menores, e o reembolso a concretizar por parte dos contribuintes no âmbito de despesas administrativas em 2011, registando-se um acréscimo de 15,94%, ou seja mais 1.788.725,73€ do que em 2010;
- Os impostos e taxas, incluindo as contribuições declaradas, que registam um diferencial de 139.014.223,47€ (+0,95%) quando comparados com igual período de 2010, sendo que, no conjunto;
- As transferências e subsídios correntes obtidos que registam uma variação de menos 737.375.766,64€, relativamente a 2010 (-8,04%).

Conclui-se assim que o total dos proveitos e ganhos operacionais apresentaram em 2011 um decréscimo 2,49%, face a 2010 para o qual concorreu principalmente a variação negativa das transferências recebidas.

Em relação aos custos operacionais, são as provisões do exercício e as transferências correntes concedidas e as prestações sociais os custos que registam o maior decréscimo absoluto, no montante de 633.567.136,53€, justificando 99% do total do decréscimo verificado ao nível da totalidade dos custos operacionais, embora, em termos relativos, o seu decréscimo tenha sido, apenas, de 2,72%, comparativamente a 2010.

A diminuição no valor das provisões do exercício resulta da correcção contabilística efectuada à dívida de cobrança duvidosa de contribuintes (exclusão da dívida objecto de acordo e dívida garantida e/ou suspensa), sendo que em 2011, apenas, foi considerado para o cálculo das provisões do exercício, o valor correspondente à dívida de cobrança duvidosa que nunca tinha sido provisionada (dívida com mais de 6 meses e menos de 18 meses). A regularização da parcela da restante dívida, face ao período de referência, e ao elevado montante de redução de provisão foi considerado na conta 592 – regularizações de grande significado (vide capítulo de capital próprio).

Em resumo, em 2011, verifica-se um diminuição dos custos operacionais no valor de 633.678.529,05€, menos 2,72% do que o registado em 2010.

Análise evolutiva dos Resultados Operacionais

2010 – 2011

Euros

Resultados Operacionais						
	2010	Peso relativo 2010	2011	Peso relativo 2011	Variação Absoluta	Variação 2011/2010
CMVMC						
consumidas:						
Mercadorias	-		-			
Matérias	209.346,58	0,00%	193.440,84	0,00%	-15.905,74	-7,60%
Fornecimentos e serviços externos	11.224.223,97	0,05%	13.012.949,70	0,06%	1.788.725,73	15,94%
Custos com o pessoal:						
Remunerações	10.545.835,75	0,05%	9.146.980,27	0,04%	-1.398.855,48	-13,26%
Encargos Sociais:						
Pensões	48.365,66	0,00%	31.772,68	0,00%	-16.592,98	-34,31%
Outros	4.509.603,91	0,02%	4.241.422,57	0,02%	-268.181,34	-5,95%
Transf. Carr. concedidas e prestações sociais	22.574.035.499,70	96,73%	22.530.548.898,91	99,24%	-43.486.600,79	-0,19%
Amortizações do exercício	396.785,45	0,00%	362.074,94	0,00%	-34.710,51	-8,75%
Provisões do exercício	734.508.846,44	3,15%	144.428.310,70	0,64%	-590.080.535,74	-80,34%
Outros Custos e perdas operacionais	499.656,34	0,00%	333.784,14	0,00%	-165.872,20	-33,20%
Custos e perdas operacionais	23.335.978.163,80		22.702.299.634,75		-633.678.529,05	-2,72%
Vendas e prestações de serviços						
Prestações de serviços	23.157.536,82	0,10%	28.442.968,56	0,12%	5.285.431,74	22,82%
Impostos e taxas	14.633.256.893,14	61,41%	14.772.271.116,61	63,58%	139.014.223,47	0,95%
Trabalhos para a própria entidade	-		-			
Proveitos suplementares	81.522,49	0,00%	15.993,15	0,00%	-65.529,34	-80,38%
Transferências e subsídios correntes obtidos:						
Outros	9.171.852.339,66	38,49%	8.434.476.573,02	36,30%	-737.375.766,64	-8,04%
Outros proveitos e ganhos operacionais	36.637,26	0,00%	5.900,06	0,00%	-30.737,20	-83,90%
Proveitos e ganhos operacionais	23.828.384.929,37		23.235.212.551,40		-593.172.377,97	-2,49%

Quadro 48 – Demonstração de Resultados - Resultados Operacionais

RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros obtidos pelo IGFSS, no exercício de 2011, acusam um acréscimo de 53.029.569,23€, isto é, mais 161,93% que em 2010, explicado fundamentalmente pelo aumento nos proveitos financeiros, apurado em 53.889.627,70€, para o qual concorreram os rendimentos obtidos na rendibilização de excedentes de tesouraria junto do sistema financeiro.

No que concerne aos custos e perdas financeiras, estes registam um agravamento na provisão para aplicações financeiras, apurada em 317.946,92€, isto é 61,25%, decorrente do valor de mercado dos Títulos da Dívida Pública ser inferior ao valor de aquisição, contribuindo para um

reforço de provisão no valor de 65.820,76€, e de o valor de mercado das acções da FMRE, SA ser igualmente inferior ao valor de aquisição, reforçando a provisão para estes activos no valor de 251.181,16€.

RESULTADOS CORRENTES

Na sequência do comportamento dos resultados operacionais e financeiros, os resultados correntes apresentam um valor superior a 93,5 milhões face a 2010.

RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

No que respeita aos resultados extraordinários, estes situam-se em 216.973.222,18€, isto é, menos 208.893.023,66€ (-49,05%) que em 2010, sendo que esta evolução se deve nomeadamente:

- o Ao aumento das transferências de capital concedidas ao FEFSS e referentes ao saldo do subsistema previdencial, no valor de 68.405.143,85€;
- o Ao valor das contribuições declaradas relativas a anos anteriores mas registadas em 2011 como proveitos extraordinários, no que é inferior, em 117.377.427,87€, ao registado em 2010;
- o Ao decréscimo verificado em ganhos em imobilizações no montante global de 16.305.328,31€ comparativamente no ano anterior;
- o Ao aumento das dívidas incabráveis no montante global de 476.362.121,50, em virtude de em anos anteriores o valor contabilizado nestas antes como dívida prescrita, ter apenas abrangido processos que ainda se encontravam activos. A correcção ao processo de extracção, embora tenha sido efectuada em 2010, foi relevada contabilisticamente na conta 592 – regularizações de grande significado, dado a sua magnitude e data de

referência (2007). Assim em 2010, na conta 692 – dívidas incobráveis foi apenas registada a dívida prescrita de processos que ainda se encontravam activos;

- o Ao aumento das reduções de provisões no valor de 475.975.898,17€, em virtude das prescrições de contribuições.

Ainda no âmbito dos “Resultados Extraordinários”, importa referir que foram transferidos 293.007.652,06€ relativos a saldo orçamental do Subsistema Previdencial apurado em exercícios anteriores, conforme Despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado da Segurança Social Proc. – 3210/1601, no que superou o montante transferido em 2010 em 27,49%.

Análise evolutiva dos Resultados Extraordinários

2010 – 2011

Demonstração dos Resultados Extraordinários								
	Custos e Perdas				Proventos e Ganhos			
	2010	2011	Varição Absoluta	%	2010	2011	Varição Absoluta	%
Transf. de capital concedidos	248 811 500,85	317 216 644,70	68 405 143,85	27,49%	0	0	0,00	
Dívidas incobráveis	44 967 714,83	521 329 826,34	476 362 121,51	1059,34%	0	0	0,00	
Perdas em extincções	0	11 652,2	11 652,20	-	0	412,89	412,89	-
Perdas em mobilizações	4 803,75	46 109,31	41 305,56	859,84%	19 919 669,05	3 614 310,74	-16 305 358,31	-81,84%
Multas e penalidades	0	3 975,53	3 975,53	-	137 801 280,35	133 539 566,02	-4 261 714,33	-3,0%
Aumentos de amortizações e provisões	973,97	0	-973,97	-100,00%	45 073 950,37	521 049 846,54	475 975 896,17	1055,99%
Correcções relativas a exercícios anteriores	1 484 589,14	1 017 554,99	-467 034,15	-31,46%	513 055 361,58	395 677 933,71	-117 377 427,87	-22,86%
Outros custos e perdas extraordinários	35 435,60	66 293,74	30 858,14	72,89%	5 324 002,63	2 783 187,09	-2 540 815,54	-47,7%
Resultados extraordinários	428 866 245,84	216 973 252,18	-208 893 022,66	-48,05%	721 174 263,98	1 056 665 288,99	335 491 025,01	

Quadro 49 – Demonstração de Resultados - Resultados Extraordinários

Análise da Conta 69 no biénio 2011/2010

Conta 69	Movimentos em 2010	Movimentos em 2011	Δ 2011/2010 Em (€)
	(3 - (3-1))		
			#REF!
Conta 6910000000 - Transferências de Capital Concedidas	248.811.500,85	317.216.644,70	68.405.143,85
Conta 6911511000 - Transferências de capital PIDDAC - OE	2.574.908,98	2.610.910,60	36.001,62
Conta 6911512000 - Transferências de capital PIDDAC - OSS	0,00	0,00	0,00
Conta 6911514000 - Transferências de capital OSS - Participação Portuguesa nos projetos cofinanciados	0,00	0,00	0,00
Conta 6911517000 - Transferências de capital - Outras	14.232.490,36	10.051.594,72	-4.180.895,64
Conta 6911523000 Transferência de capital OSS Consignação da parcela cotizações (Inst. Gestão Fundos Capitalização)	0,00	0,00	0,00
Conta 6911524000 Transferência capital OSS Saldos anuais do Subsistema Previdencial (Inst. Gestão Fundos Capitalização)	200.058.340,00	293.344.752,06	93.286.412,06
Conta 6911525000 - Transferência capital OSS Receitas da alienação Património da Seg. Social (Inst. Gestão Fundos Capitalização)	23.426.228,50	3.685.041,25	-19.741.187,25
Conta 6911526000 - Transferência capital OSS Amortização dívida Fundo Antigos Combatentes (Inst. Gestão Fundos Capitalização)	0,00	0,00	0,00
Conta 6912110000 - Transferências de capital concedidas com suporte no PIDDAC - OE (IPSS - Instituições sem fins lucrativos)	600.000,00	0,00	-600.000,00
Conta 6912200000 - Transferências de capital - Participação Portuguesa nos projetos cofinanciados	3.979,94	1.407.817,93	1.483.837,99
Conta 6912300000 - Transferências de capital - Financiamento Comunitário nos projetos cofinanciados	5.970,22	1.518.091,46	1.512.121,24
Conta 6912410000 - INATEL - Subsistema de Solidariedade	5.689.864,00	4.343.170,00	-1.246.694,00
Conta 6912890000 Outros transferências (outras entidades)	0,00	0,00	0,00
Conta 6913110000 - Transferências de capital para o Resto do Mundo (Departamento de Cooperação)	2.319.718,85	175.266,68	-2.144.452,17

Quadro 50 – Demonstração de Resultados – Transferências de Capital Concedidas

No que diz respeito ao decréscimo de 19.741.187,25€ nas transferências para o FEFSS no âmbito do alienação de imóveis, aquele decorre do facto de em 2010 se ter registado a alienação de imobilizado à ESTAMO 17.375.300,00€.

No que respeita à evolução da rubrica "Correcções relativas a exercícios anteriores", a mesma apresenta, em 2011, uma variação negativa de 117.377.427,87€, face a 2010, registada fundamentalmente na conta 7977 – Correcções relativas a anos anteriores - Contribuições, cujo saldo passou de 472.317.159,93€ em 2010 para 299.149.390,99€ em 2011, por força da regularização da contabilização, imputando a referida correcção à conta 592 – Regularização de grande significado, por contrapartida da conta 7977 – Correcções relativas a anos anteriores, no valor de 598,089 milhões de euros.

10. EVOLUÇÃO DAS DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA NO TRIÉNIO 2011/2009

		Despesa Paga Total							[euros]	
Capítulo	Grupo	Designação	Peso Relativo 2009%	2009	Peso Relativo 2010%	2010	Δ 10/09 %	Peso Relativo 2011 %	2011	Δ 11/10 %
		Despesas Correntes	97,12%	21.728.783.637,80	98,89%	22.612.449.815,32	4,07%	98,60%	22.554.212.474,03	-0,26%
1		Despesas com o pessoal	0,06%	13.071.353,14	0,07%	15.285.627,57	16,94%	0,06%	14.229.177,27	-6,91%
2		Aquisição de bens e serviços	0,04%	9.879.471,48	0,06%	13.422.398,31	35,86%	0,06%	13.116.710,93	-2,28%
3		Juros e outros encargos	0,00%	122.488,39	0,00%	64.040,60	-47,72%	0,00%	73.277,68	14,42%
4		Transferências Correntes	92,45%	20.685.117.343,02	95,72%	21.887.381.602,40	5,81%	95,30%	21.800.827.577,91	-0,40%
	1	Soc.e q.soc.não fin.	0,04%	9.520.954,39	0,05%	10.585.469,58	11,18%	0,03%	7.560.021,37	-28,58%
	3	Administração Central	3,25%	728.009.471,00	4,91%	1.121.820.299,06	54,09%	5,05%	1.156.145.000,13	3,06%
	4	Administração Regional	0,00%		0,28%	64.509.214,99		0,32%	72.320.879,67	12,11%
	5	Administração Local	0,00%		0,05%	11.679.940,07		0,05%	10.595.858,47	-9,28%
	6	Segurança Social	88,75%	19.857.594.983,96	90,05%	20.590.606.639,60	3,69%	89,47%	20.466.233.249,39	-0,60%
	7	Instituições sem fins lucrativos	0,19%	41.483.675,00	0,16%	35.575.650,00	-14,24%	0,16%	36.306.784,75	2,06%
	8	Famílias	0,18%	40.729.422,67	0,20%	45.844.944,67	12,56%	0,20%	44.978.219,73	-1,89%
	9	Resto do Mundo	0,03%	7.778.836,00	0,03%	6.759.444,43	-13,10%	0,03%	6.687.564,40	-1,06%
5		Subsídios	4,52%	1.011.259.451,47	3,02%	690.920.665,93	-31,68%	3,16%	722.240.431,12	4,53%
6		Outras despesas correntes	0,04%	9.333.530,30	0,02%	5.375.480,51	-42,41%	0,02%	3.725.299,12	-30,70%
	2	Diversas	0,04%	9.333.530,30	0,02%	5.375.480,51	-42,41%	0,02%	3.725.299,12	-30,70%

Evolução do Despeso por classificação económica no triénio 2011/2009 [euros]										
Capítulo	Grupo	Designação	Despesa Pago Total							
			Peso Relativo 2009%	2009	Peso Relativo 2010 %	2010	Δ 10/09 %	Peso Relativo 2011%	2011	Δ 11/10 %
7		Despesas Capital	2,49%	556.883.576,27	1,11%	252.782.058,73	-54,61%	320.818.125,87	26,91%	
		Aquisição de bens de capital	0,03%	6.099.829,84	0,01%	2.389.086,52	-60,83%	3.007.114,35	25,87%	
	1	Investimentos	0,03%	6.099.829,84	0,01%	2.389.086,52	-60,83%	3.007.114,35	25,87%	
8		Transferências de capital	2,46%	550.783.746,43	1,10%	250.392.972,21	-54,54%	317.811.011,52	26,92%	
	1	Soc.e q.soc.não fin.	0,03%	6.601.505,00	0,02%	5.589.864,00	-15,32%	4.343.170,00	-22,30%	
	3	Administração Central	0,03%	5.921.494,77	0,00%		-100,00%			
	4	Administração Regional	0,00%							
	6	Segurança Social	2,38%	533.198.011,05	1,06%	241.873.439,20	-54,64%	310.286.665,45	28,28%	
	7	Instituições sem fins lucrativos	0,02%	3.573.670,01	0,00%	609.950,16	-82,93%	3.005.909,39	392,81%	
	9	Resto do Mundo	0,01%	1.489.065,60	0,01%	2.319.718,85	55,78%	175.266,68	-92,44%	
9		Activos financeiros	0,00%	0,00	0,00%	0,00		0,00		
10		Passivos Financeiros	0,39%	88.000.000,00	0,00%	0,00	-100,00%	0,00		
	5	Empréstimos de curto prazo	0,39%	88.000.000,00	0,00%	0,00	-100,00%	0,00		
	7	Outros passivos fin.		0		0		0		
		TOTAL		22.373.667.214,07		22.865.231.874,05	2,20%	22.875.030.599,90	0,04%	

Quadro 51 – Evolução da Despesa por classificação económica no triénio 2011/2009

A evolução dos gastos realizados pelo Instituto em “Despesas Correntes” e “Despesas de Capital”, tem tido ao longo destes 3 anos uma variação percentual positiva, tendo sido mais acentuada de 2009 para 2010 em 2,20%, tendo neste último biénio a despesa aumentando em 0,04%.

I. DESPESAS CORRENTES

As despesas correntes compreendem as “Despesas com Pessoal e Encargos Sociais”, “Aquisição de Bens e Serviços”, “Juros e Encargos”, “Transferências Correntes”, “Subsídios e Outras Despesas Correntes”, respeitando os dispositivos legais registaram um aumento no biénio 2010/2009 em 4,07% e no período de 2011/2010 uma diminuição 0,26%.

D.01 – DESPESAS COM O PESSOAL

«Despesas com o pessoal» — Neste agrupamento consideraram-se todas as remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que, necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela Administração, tanto aos seus funcionários e agentes como aos indivíduos que, embora não tendo essa qualidade, prestem, contudo, serviço ao Estado nos estritos termos de contratos a termo, em regime de tarefa ou de avença.

Compreendem-se, também, no âmbito deste agrupamento, as despesas que o Estado, como entidade patronal, suporta com o esquema de segurança social dos seus funcionários além das contribuições à CGA, Segurança Social, ADSE, Fundo de Pensões e SAMS encontram-se também aqui os subsídios de protecção familiar assim como seguros de acidentes de trabalho, bem como a comparticipação da Segurança Social para os Serviços Sociais da Administração Pública (financiamento da acção social complementar dos trabalhadores da Administração Directa e indirecta do estado)

«Abonos acessórios» também fazem parte deste agrupamento, onde se entende, os abonos que são atribuídos como contrapartida de certa situação, esforço ou responsabilidade especial, tais como gratificações variáveis, suplementos e prémios, despesas de representação, horas extraordinárias, abonos para falhas, ajudas de custo.

A despesa paga e registada neste agrupamento acusa uma diminuição de 6,91% neste último biénio, ao contrário do que tinha sido registado no biénio anterior de 2010/2009, devido, principalmente, à aplicação das medidas e limites previstos na lei 55-A/2010 de 31 Dezembro no que se refere às disposições relativas a trabalhadores do sector público Capítulo III.

Discriminando as despesas com o pessoal, conforme quadro seguinte, é de referir:

COMPARAÇÃO DOS ENCARGOS DE ADMINISTRAÇÃO NO BIÉNIO (em €)				
DESCRIÇÃO	2010	2011	Evolução (valor)	%
Despesas com Pessoal do IGFSS	12.968.137	11.811.686	-1.156.450	-8,92
Remunerações - Certas e Permanentes	10.497.463	9.596.991	-900.472	-8,58
Remunerações - Abonos Variáveis ou Eventuais	442.595	186.127	-256.467	-57,95
Remunerações - Prestações de Segurança Social e Saúde	2.028.079	2.028.567	488	0,02
Despesas com Pessoal do Gastos Comuns	2.317.491	2.417.491	100.000	4,32
Remunerações - Prestações de Segurança Social e Saúde	2.317.491,00	2.417.491,20	100.000	4,32
Total	15.285.628	14.229.177	-1.056.450	-6,91

Quadro 52 – Comparação dos Encargos de Administração – Despesas com Pessoal – no biénio 2011/2010

No seu cômputo global, as despesas com pessoal do IGFSS, que representam cerca de 48% do total das despesas de funcionamento, registam uma diminuição de 1.156.450€, isto é 8,92% em relação ao ano anterior, explicada pela redução na despesa com as “remunerações certas e permanentes” de 900.472€, isto é 8,58%, para a qual concorrem: a aplicação da lei 55-A/2010 de 31 de Dezembro no que concerne a redução da remuneração para os trabalhadores do sector público desde 1 de Janeiro de 2011.

Também, comparativamente com 2010, regista-se uma diminuição de 57,95% em “Abono Variável e Eventuais”, devendo-se tal, principalmente, à controccção das despesas em “Ajudas de Custo” e “Horas Extraordinárias ao fim de semana e dias úteis” em relação ao período homólogo do ano anterior.

Ainda, no âmbito das despesas com o pessoal, observa-se um aumento de 488€, isto é 0,02%, em “Segurança Social” devido, fundamentalmente, ao resultado de duas situações; conforme Lei 55ª/2010 art. 163.º o IGFSS, como entidade empregadora passa a pagar em 2011 uma contribuição de 2,5% sobre a remuneração dos seus trabalhadores que sejam beneficiários titulares da ADSE. Por força da alteração legislativa referida caducou o protocolo entre o Instituto e a ADSE, no que diz respeito à comparticipação das despesas de saúde, no entanto no 1.º trimestre de 2011 foram ainda soldados alguns valores referentes ao ano 2010.

Em relação aos Gastos comuns da Segurança Social, que incluem os serviços Sociais (despesas com o pessoal), verifica-se um aumento de 4,32%, devido ao aumento da dotação em 2011.

D.02 -- AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

A despesa em "Aquisição de bens e Serviços" regista uma diminuição no biénio 2011/2010 de 0,26%, invertendo a tendência do biénio anterior 2010/2009, devido à uma diminuição em quase todas as suas rubricas excepto em comunicações e encargo com cobrança de receita.

O grau de execução orçamental, registada em 2011, no agrupamento em análise, é de 84,20%, tendo sido cativado o valor de 223.797€ nos gastos comuns do Departamento da Cooperação.

COMPARAÇÃO DOS ENCARGOS DE ADMINISTRAÇÃO NO BIÊNIO (em €)				
DESCRIÇÃO - D. 02	2010	2011	Evolução (valor)	%
Fornecimentos Serviços de Terceiros	13.422.398,31	13.116.710,93	-305.687,38	-2,28%
Administração-Total	12.079.457,37	12.129.687,38	50.230,01	0,42%
Viaturas	105.338,35	72.849,64	-32.488,71	-30,84%
Limpeza e higiene	313.429,87	292.442,40	-20.987,47	-6,70%
Material de escritório Livros	227.712,50	187.267,36	-40.445,14	-17,76%
Outros Bens	31.638,69	22.841,35	-8.797,34	-27,81%
Água, Electricidade e Gás	211.198,49	207.614,13	-3.584,36	-1,70%
Conservação e Reparação de bens	1.802.366,07	1.563.448,70	-238.917,37	-13,26%
Património Imobiliário- Edifícios	1.369.312,48	1.163.534,99	-205.777,49	-15,03%
Administração-Sede_ Instalações e Equipamento	433.053,59	399.913,71	-33.139,88	-7,65%
Rendos e Alugueres	568.408,03	589.755,95	21.347,92	3,76%
Comunicações- Correiros, Telefones	2.041.442,27	2.657.402,31	615.960,04	30,17%
Deslocação e estadas	21.620,43	14.913,71	-6.706,72	-31,02%
Trobalhos especializados	804.153,75	803.526,76	-626,99	-0,08%
Formação	83.245,00	83.769,45	524,45	0,63%
Publicidade	208.292,85	113.038,08	-95.254,77	-45,73%
Vigilânc.e segurança	669.883,05	617.569,01	-52.314,04	-7,81%
Enc.cobrança receita	2.721.344,44	3.055.389,11	334.044,67	12,27%
Outros Serviços	2.269.383,58	1.847.859,42	-421.524,16	-18,57%
Instituições de crédito	2.127.664,21	1.662.645,74	-465.018,47	-21,86%
Outros	141.719,37	185.213,68	43.494,31	30,69%
Total Gastos Comuns	1.010.013,26	982.631,46	-27.381,80	-2,71%
Locação de edificios	912.898,16	915.636,84	2.738,68	0,30%
Conservação de bens	22.285,10	0,00	-22.285,10	-100,00%
Formação	74.830,00	66.994,62	-7.835,38	-10,47%
Total Cooperação	332.927,68	4.392,09	-328.535,59	-98,68%
Comunicações	11.431,34	4.072,09	-7.359,25	-64,38%
Deslocação e estadas	317.596,34	320,00	-317.276,34	-99,90%
Out.trabalhos espec.	3.900,00	0,00	-3.900,00	-100,00%

Quadro 53 – Comparação dos Encargos de Administração – Fornecimentos e Serviços Externos – no biénio 2011/2010

No agrupamento “Aquisição de Bens e Serviços”, que atinge em 2011 o valor 12.129.637,38€ que representa 49,20% do total das despesas de funcionamento do IGFSS, regista-se uma diminuição de 0,42% em relação ao ano anterior decorrente; nomeadamente das despesas pagas em Administração em:

. “Viaturas”, (incluindo os combustíveis, portagens, estacionamento, reparação de viaturas, locação de material de transporte e seguro), evidenciando uma variação de 32.488,71 €, isto é, de -30,84% em relação ao período homólogo do ano anterior, devida à finalização, em Outubro de 2010, do contrato de locação de 8 viaturas afectas às secções de processos executivos e à sua não renovação;

. “Limpeza Higiene e conforto” evidenciando uma diminuição de 6,70% em relação ao ano anterior, devida ao novo contrato de 2011 que trouxe uma diminuição nos gastos com a

limpeza e à diminuição do número de prestadoras dos serviços de limpeza pagas pelo instituto.

." Material de escritório /livros"- evidencia uma diminuição de 17,76% em relação ao ano anterior devido às medidas internas implementadas na área de gestão de stocks no controlo das reservas efectuadas pelas Unidades Orgânicas, designadamente o controlo de quantidades de saídas de materiais e a redução das quantidades de compra para abastecimento do armazém, tendo em conta as taxas de rotatividade de stocks, estas medidas contribuíram para uma redução de consumo global.

. "Conservação de bens e reparação de bens" regista uma diminuição de 238.917,37€, isto é -13,26% em virtude da conclusão no ano de 2010, das obras nas instalações das secções de processo e ao abrandamento em 2011, na reparação e conservação no equipamento e mobiliário. Também, nas obras no património imobiliário do Instituto e nos condomínios se regista uma contracção de 15,03% em 2011.

. "Rendas e Alugueres" regista um aumento de 3,76% em 2011 relativamente a 2010 no valor de 21.347,92€, devido a novos arrendamentos de instalações para os SP de Évora (só foi transferido o contrato antigo para o ISS em Fevereiro de 2011), Vila Real (que teve inicio em Agosto de 2010) e Viseu; e ao facto de se manter os rendas das antigas instalações.

. "Comunicações" registam uma despesa de 2.657.402,31€, o que corresponde um acréscimo de 30,17%, face a igual período de 2010, fruto do aumento das despesas em correios no envio de citações aos contribuintes durante este período de 2011 e ao valor gasto na rede fixa que acusa um aumento em relação ao período homólogo devido a maior gasto nesta rede pelo pagamento da linha azul-prata referente à linha de apoio das dívidas dos contribuintes;

. "Deslocações e estadas" apresentam uma diminuição de 31,02%, no valor de 6.706,72€, em relação ao período homólogo de 2010, devido a uma contracção na despesa.

. “Outros trabalhos especializados” e “Estudos Pareceres” regista uma pequena variação de - 0,08% em 2011, referente ao pagamento de honorários a solicitadores e aos de gastos com avaliações de património próprio e de património a adquirir por dação em cumprimento e com o outsourcing com o serviço de expediente do IGFSS e serviços de atendimento telefónico e gestão do canal de e-mail do Departamento Gestão da Dívida;

. “Cursos de Formação” mantêm valores idênticos nos dois períodos em análise

. “Publicidade” evidencia uma diminuição de 45,73%, em relação a 2010, em virtude de o número de campanhas para a “ Acção nacional de venda de Bens Penhorados” ter diminuído para 2 em vez das 4 previstas para 2010 e a campanha de “ Concurso de venda e arrendamento de Imóveis” ter atingido um valor inferior ao do ano de 2010.

. “Encargos de cobrança de receita” regista, no biénio de 2011/2010, um aumento de 334.044,67€, (+) 12,27%, devido à execução efectiva dos débitos em conta dentro do ano económico da facturação de 2011 desta rubrica.

. “Outras Serviços”, essencialmente na rubrica – Instituições de Crédito – registam uma diminuição de 465.018,47€ no biénio em análise, isto é -21,86%, devido ao de o pagamento de comissões pagas aos Bancos referentes a penhoras ter diminuído em 2011.

D.03 – JUROS E OUTROS ENCARGOS

COMPARAÇÃO DOS ENCARGOS DE ADMINISTRAÇÃO NO BIÊNIO (em €)				
DESCRIÇÃO D.03	2010	2011	Evolução (valor)	%
Juros e outros encargos	64.040,60	73.277,68	9.237,08	14,42%
Encargo com Títulos	291,41	278,86	-12,55	-4,31%
Comissões p/ cheques devolvidos	10.005,68	11.033,23	1.027,55	10,27%
Encargos bancários	51.866,84	59.893,12	8.026,28	15,47%
FSE-QCA	62,42	9,62	-52,80	-84,59%
FSE-QREN	1.814,25	2.062,85	248,60	13,70%

Quadro 54 – Comparação dos Encargos de Administração – Juros e outros encargos – no biénio 2011/2010

A despesa paga com os “Juros e Encargos Financeiros”, no montante de 73.277,68€, regista um aumento de 14,42% no biénio 2011/2010, devido, fundamentalmente, ao aumento dos encargos bancários.

Para além dos encargos bancários, são ainda registados neste agrupamento os encargos com as comissões para cheques devolvidos, sendo que os mesmos registam uma variação positiva de 10,27% no biénio em análise.

D.04 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

«Transferências correntes». — Neste agrupamento são contabilizadas as importâncias a entregar a organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades receptoras, qualquer contraprestação directa para com o organismo dador. Os sub agrupamentos por que se desagrega o presente agrupamento correspondem aos sectores institucionais em que é previsível a existência de beneficiários de transferências correntes.

Neste agrupamento verifica-se um decréscimo de -0,40%, no biénio 2011/2010, no cômputo do qual assumem especial relevância as transferências correntes para as ISS's destinadas ao financiamento da sua actividade corrente, nomeadamente, no que concerne ao pagamento das prestações sociais:

D.04.01 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - SOC. E Q. SOC. NÃO FINANCEIRAS

A despesa registada nesta rubrica ascende a 7.560.021,37€ em 2011, a que corresponde um decréscimo de 28,58 % face ao período homólogo.

COMPARAÇÃO DOS ENCARGOS BIÉNIO 2011/2010 (em €)						
DESCRIÇÃO	OSS 2010	Execução 2010	OSS 2011	Execução 2011	Δ Execução (valor)	Δ%
D.04.01						
INATEL-Transf Corrent Sub Solidariedade	5.656.826	5.641.826	5.656.830	5.656.830	15.004,00	0,27%
INATEL - Transf Corrente S. Acção Social	4.955.246	4.943.644	1.919.569	1.903.191	-3.040.452,63	-61,50%
Total	10.612.072	10.585.470	7.576.399	7.560.021	-3.025.449	-28,58%

Quadro 55 – Comparação dos Encargos de Sociedades e Quase Sociedades Não Financeiras no biénio 2011/2010

Da análise ao quadro anterior pode constatar-se que:

- No âmbito do subsistema de Solidariedade foi transferido pelo IGFSS, IP, para o INATEL – Instituto Nacional para Aproveitamento dos Tempos Livres, o valor de 5.656.830€, evidenciando um acréscimo de 0,27% face a 2010;
- Quanto às restantes transferências para o INATEL que, durante o ano 2010/2011, abrangem os programas: Turismo Sénior, Turismo Solidário e Abrir Portas à Diferença, totalizam em 2011, 1.903.191€, reflectindo um decréscimo 61,50% face a 2010, cuja repartição por anos de referência consta no quadro seguinte:

Transferências correntes para o INATEL – 2011

Programas	Ano de Referência			
	2010	2011	2011	
	Despesa paga em 2011	Despesa paga em 2011	Dotação Corrigida	Despesa paga
Turismo Sénior		750.000€ - Corresponde à 1.º tranche de 2011 - 2012	766.377,00 €	750.000,00 €
Turismo Solidário	483.622,74€ - Corresponde à 1.º tranche (300.000,00€) e ultimo tranche (183.622,74€) de 2010	600.000€ - Corresponde à 2.º tranche de 2011	1.083.623,00 €	1.083.622,74 €
Abrir Portas à Diferença	34.784,13€ - Corresponde à 2.º e ultima tranche de 2010	34.784,50€ - Corresponde à 1.º tranche de 2011	69.569,00 €	69.568,63
TOTAL	518.406,87 €	1.384.784,50 €	1.919.569,00 €	1.903.191,37 €

Quadro 56 – Transferências correntes para o INATEL

D.04.03 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES PARA A ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

As transferências registadas nesta rubrica cifram-se no montante de 1.156.145.000€ em 2011, registando um acréscimo de 3,06%, em relação ao período homólogo de 2010.

Análise evolutiva das transferências correntes para a Administração Central

DESCRIÇÃO	COMPARAÇÃO DOS ENCARGOS BIÊNIO 2010/2011 (em €)					
	OSS 2010	Execução 2010	OSS 2011	Execução 2011	Δ Execução (valor)	Δ%
D.04.03						
Gabinete Gestão Financeira da Educação	66.508.600,00	66.425.170,00	45.780.150,00	45.780.150,00	-20.645.020,00	-31,08%
Agência Nacional para a Qualificação	7.398.900,75	7.398.893,92	3.966.029,00	3.966.029,00	-3.432.864,92	-46,40%
Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu	5.241.502,00	3.564.871,00	21.045.891,00	17.283.365,22	13.718.494,22	384,87%
		3.564.871,00		3.436.621,00	-128.250,00	-3,60%
				0,00	13.521.038,42	#DIV/0!
				0,00	325.705,80	#DIV/0!
Autoridade p/ as Condições de Trabalho (ex. ISHST + IGI)	24.355.416,00	24.355.416,00	24.860.997,00	24.860.997,00	525.581,00	2,16%
Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho	1.209.479,00	1.038.361,00	1.234.666,00	926.100,00	-112.261,00	-10,81%
Instituto de Emprego e Formação Profissional	571.405.153,00	570.454.730,00	505.064.072,00	490.788.100,00	-79.666.630,00	-13,97%
INR	5.030.089,00	5.030.089,00	4.686.344,00	4.686.344,00	-343.745,00	-6,83%
Formação Profissional	454.112.758,00	439.877.650,14	752.146.721,00	564.905.384,60	125.027.734,46	28,47%
Administração - Custos Comuns	4.829.572,00	3.675.118,00	3.842.940,00	2.928.530,31	-746.587,69	-20,31%
Total	1.146.091.469,75	1.191.826.797,06	1.362.642.310,00	1.156.145.000,13	34.524.701,07	3,06%

Quadro 57 – Transferências correntes para a Administração Central

Da análise ao quadro supra pode constatar-se que:

- As transferências para o Gabinete de Gestão Financeira da Educação se cifram no montante de 45.780.150,00€, reflectindo um decréscimo de 31,08% face a igual período do ano anterior. Por despacho do SESS datado 01/06/2011 e na sequência de orientações normativas da DGO, as transferências para a Educação para o financiamento do apoio Social na rede pública do pré-escolar passou a registar-se em “Transferência Direcções Regionais de Educação”, sendo que, durante o período de Janeiro a Dezembro de 2011 foi transferida a totalidade da dotação orçamental aprovada o que evidencia procedimento idêntico face a igual período de 2010, embora com dotação inferior em 31%.

- As transferências para o Instituto Nacional para a Reabilitação (ex. SNIRPD) evidenciam uma variação de -6,83% em relação ao período homólogo de 2010. É de salientar que a dotação orçamental inicial no montante de 5.000.000€ foi objecto de uma cativação de 313.656€, considerando o disposto no n.º 5 do art.º 55 do Decreto lei.º 29-A/2011 de 1 de Março conjugado com o disposto na Lei 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

- No caso da Agência Nacional para a Qualificação, as transferências realizadas no ano de 2011 ascendem a 3.966.029€, correspondendo a um decréscimo de -46,40% face a igual período de 2010, fomentado por uma cativação de 1.339.143€ sobre uma dotação inferior de a 2010.

- Quanto ao IGFSE, verificou-se uma despesa no valor de 17.283.365,22€ em 2011. Relativamente ao período homólogo de 2010, constatando um aumento de 384,82%.

- As transferências para o IEFP cifram-se no montante de 490.788.100€ registando, em 2011, uma diminuição de -13,97% relativamente ao período homólogo de 2010 fruto de uma cativação de 30.341,081€.

- No que diz respeito às transferências para a Autor. p/ as Condições Trob. (ex. ISHST + IGT), verifica-se um aumento da despesa na ordem dos 2,16%. Refira-se ainda que a

dotação inicial foi objecto de uma cativação no valor de 1.136.244€ em 2011 inferior à do ano 2010 no valor de 1.661.825€.

- No que se refere às transferências para a Administração Central, no valor de 564.905.384€, as mesmas concretizaram-se no âmbito do financiamento da Formação Profissional (AFP) co-financiada pelo FSE que, a partir de 2010, passaram a ser classificadas nesta rubrica – orientação da DGO –, quando, em 2009, o haviam sido na rubrica “D.05 – Subsídios”.

- Em “Administração” estão registadas transferências no montante de 2.982.530€, registando-se um decréscimo de -20,31%, relativamente a igual período de 2010, justificado pelo facto de não ter sido aprovada dotação em 2011 para a Direcção-Geral da Segurança Social para apoiar a regulamentação da lei de Bases, bem como para o Gabinete Estratégico e Planeamento para apoio e desenvolvimento da reforma da segurança social em 2011;

No quadro infra são apresentadas as transferências concretizadas no âmbito de “Administração” distribuídas por destinatários:

Análise Evolutiva das transferências correntes no âmbito da Administração (em €)

DESCRIÇÃO	2010	2011	Evolução	%
Administração - GASTOS COMUNS				
Transferências	3.675.118	2.928.530	-746.588	-20,31%
GEP	200.000	0	-200.000	-100%
DGSS	100.000	0	-100.000	-100%
IGMIS	2.005.003	1.706.333	-298.670	-15%
SGMIS:			0	#DIV/0!
- Mobilidade Especial	1.350.125	1.192.212	-157.913	-12%
- CNRIID	19.990	29.985	9.995	50%

Quadro 58 – Transferências correntes no âmbito da Administração

Sobre as Transferências incluídas no quadro supra, refira-se que o (a):

- Inspeção-Geral do MTSS, assegurando os pagamentos dos vencimentos com o pessoal em exercício nessa Inspeção bem como o funcionamento da actividade inspectiva externa. A referida transferência em 2011, no montante 1.706.333€, evidencia uma diminuição de 15% em relação a 2010. Refira-se ainda que a dotação orçamental inicialmente aprovada foi objecto de uma cativação de 76.509€
- Secretaria-Geral do MTSS que, além de incluir a verba de 29.985€ para o Conselho Nacional p/a Integração das Pessoas c/Deficiência, (CNRIPD), inclui o financiamento do "Sistema de Mobilidade Especial" aprovado pelo Despacho SESS 15/12/2009 que, no ano 2011, comporta a verba de 1.297 318€, registando uma taxa de execução orçamental de 91,90%.

D.04.04 – TRANSFERÊNCIAS PARA A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL

	D.04.04 Fundo	Valor (em €)	
		2010	2011
AFP*	Sub à Formação Profissional R.A Açores	37.116.057,18	40.852.247,14
AFP*	Sub à Formação Profissional R.A Madeira	27.393.157,81	31.468.632,53
	Total	64.509.214,99	72.320.879,67

Quadro 59 – Transferências para a Administração Regional

No âmbito do financiamento da Formação Profissional (AFP) co-financiada pelo FSE, para a Administração Regional, a sua despesa em 2011 é de 72.320.879€, distribuída pelas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira conforme quadro supra.

D.04.05 – TRANSFERÊNCIAS PARA A ADMINISTRAÇÃO LOCAL

As transferências para a Administração Local registam uma despesa de 10.595.858€ no ano de 2011, registando uma diminuição de -9,28% em relação a 2010. É de referir que passaram a ser integrados nesta rubrica, pela primeira vez em 2010, os valores transferidos para administração local para financiamento de acções de formação profissional co-financiadas pelo FSE.

D.04.06 -- TRANSFERÊNCIAS CORRENTES PARA A SEGURANÇA SOCIAL

Este subagrupamento assume naturalmente o maior peso relativo na despesa total do IGFSS, sendo de 88,78%, 90,05% e 89,47% nos anos 2009, 2010 e 2011, respectivamente; inclui as transferências para as Instituições de Segurança Social para fazer face, nomeadamente, a despesas com prestações sociais, despesas de administração e outras despesas correntes.

D.04.07 -- TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - INSTITUIÇÕES S/FINS LUCRATIVOS

Neste subagrupamento está registada a transferência para a Casa Pia de Lisboa do Subsistema de Acção Social, atingindo, no ano 2011, o valor de 36.306.784€, no que reflecte um aumento de 2,06% em relação ao período homólogo do ano anterior cumprindo o plano de tesouraria elaborado pelos serviços centrais da Casa Pia. Refira-se ainda que sobre a dotação inicial recaiu uma cativação no valor de 1.719.917,25€.

D.04.08 -- TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - FAMÍLIAS

Neste subagrupamento são incluídas transferências para famílias relativas a prestações sociais enquadradas no Subsistema de Acção Social, políticas activas de emprego e formação profissional (PEPS) e transferência da parcela de pensões de velhice e sobrevivência do sistema de Repartição, sendo que a evolução de despesa paga no biénio 2011/2010 está reflectida no quadro seguinte:

COMPARAÇÃO DOS ENCARGOS BIÉNIO 2010/2011 (em €)					
DESCRIÇÃO	Execução 2010 (1)	OSS 2011 (2)	Execução 2011 (3)	Execução % 2011 (4)=(3)/(2)	% período Homólogo % (5) = ((3-1)/1)
Subsistema Acção Social	30.632.242	28.470.480	28.394.156	99,73%	-7,31%
Prostação de alimentos devida a menores	23.159.400	25.315.528	25.314.740	100,00%	0,31%
Ajudas sociais pecuniárias a hemofílicos	480.681	500.000	447.727	89,55%	-2,81%
Apoio soc. a idosos carenciados das comunidades portuguesas	7.012.155	2.654.052	2.631.690	99,12%	-62,47%
Sistema Previdencial	15.212.703	16.593.160	16.584.063	99,95%	9,01%
Pensão Velhice	14.768.178	15.774.167	15.772.867	99,99%	6,80%
Pensão Sobrevivência	444.525	471.500	463.704	98,35%	4,31%
PEPS (Políticas Activas de Emprego e Formação profissional)	0	347.493	347.492	100,00%	#DIV/0!
Total	45.844.945	45.063.640	44.978.220	99,81%	-1,89%

Quadro 60 – Comparação dos Encargos – Subsistema de Acção Social – no biénio 2011/2010

Da análise á sua evolução no biénio 2011/2010, refira-se que:

- Prestação de alimentos devidas a menores: a execução orçamental neste período ficou em 100%, com pagamenta média mensal de 14.620 processos, verificando-se ainda um aumento da despesa em relação ao período homóloga de 2010, em 9,31%, justificada pela continuação da entrada de novos processos;
- Ajudas Sociais pecuniárias a Hemofílicos: a execução orçamental situou-se em 89,55%, sendo que a despesa registou um decréscimo de 2,81% uma vez que o número de beneficiários abrangidos sofreu uma redução de 2 beneficiários em relação a 2010, comportamento expectável por se tratar de um grupo fechado;
- Apoio Social a Idosos Carenciados das Comunidades Portuguesa (ASEC/ASIC): a execução orçamental atingiu 99,12%, podendo também verificar-se, no que se refere à despesa paga, uma execução menor, em 62,47%, do que a registada em período homóloga da ano anterior, justificada pela reavaliação das processos em parceria com a Direcção Geral das Serviços Consulares que conduziu a uma redução de 1.531 beneficiários abrangidos
- A Transferência referente à parcela de pensão (art. 6.º do DL278/82, de 20 de Junho), Sobrevivência e Invalidez regista em 2011, relativamente a 2010, uma despesa de 6,73%, expectável pelo aumento do número de reformados.

- PEPS (Políticas Activas de Emprego e Formação Profissional) regista em 2011 ao contrário do que tinha acontecido em 2010, uma despesa paga de 347.492€, devido ao apoio concedido ao contribuinte “Portlã”, relativamente a 2007, nos termos do contrato – PEPS celebrado em 25/03/2011.

D.04.09 – TRANSFERÊNCIAS PARA O EXTERIOR

Neste subgrupo são registadas as despesas referentes a projectos aprovados pelo GEP – Cooperação em Países Terceiros e Organizações Internacionais (Orçamento de Administração do IGFSS).

Em 2011, as transferências correntes para o exterior no âmbito da Cooperação atingem 6.687.564€, reflectindo uma contracção de 1,06% relativamente a igual período de 2010.

D.05 – SUBSÍDIOS

«Subsídios». — Os subsídios, tendo, embora, a natureza de transferências correntes, revestem-se, contudo, de características especiais que, sob o aspecto económico, recomendam uma identificação à parte daquelas. Assim, para efeitos do presente classificador, consideram-se «Subsídios» os fluxos financeiros não reembolsáveis do Estado para as empresas públicas (equiparadas ou participadas) e empresas privadas, destinadas ao seu equilíbrio financeiro e à garantia, relativamente ao produto da sua actividade, de níveis de preços inferiores aos respectivos custos de produção. Considera-se ainda «Subsídios» as compensações provenientes das políticas activas de emprego e formação profissional.

O montante total da despesa registada em 2011 em subsídios atinge 722.240.431€, reflectindo um acréscimo de 4,53% em relação ao ano anterior.

No que concerne aos subsídios concedidos no âmbito das acções de formação profissional com suporte no OE e FSE, os mesmos atingiram, em 2011, o montante de 720.934751€, representando um acréscimo de 4,56% face ao ano transacto.

Também se registam neste agrupamento os Subsídios concedidos no âmbito da Acção Social e os Subsídios aos Centro de Cultura e Desporto da Segurança Social.

Os Subsídios concedidos no âmbito da Acção Social, no valor de 1.177.130€, registam um aumento percentual de 13,11% em relação ao ano anterior e foram concedidos por despacho da Tutela no ano de 2011.

As condições de atribuição dos subsídios aos CCD's, estão definidos no despacho o Despacho SESS n.º 6673/2011 de 28 de Abril e no art. 58.º DI n.º 29-A/2011 de 1 de Março tende sido efectuado o pagamento de 128.550,60 autorizado pelo Despacho SESS de 15.06.2011, inferior à registada em 2010.

D.06 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Neste agrupamento são registadas as contribuições e outras receitas restituídas aos contribuintes, os "Impostos e Taxas" e outras despesas correntes pagas no âmbito de Administração, verificando-se uma diminuição da despesa no biénio 2011/2010, de (-) 30,70%, justificada por uma redução das restituições.

No fundo "Restituição de contribuições e outras receitas", a despesa regista uma diminuição de 40,38% em relação ao período homólogo, devido à automatização do processo de restituições a tendência natural é para que cada vez mais as restituições pagas, digam respeito a valores do próprio ano, ficando situações pontuais pendentes do ano anterior.

II. DESPESAS E TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Correspondem às despesas com Aquisição de bens de capital, transferências de capital, activos financeiros e passivos financeiros respeitando os dispositivos legais e normas pertinentes em vigor; diminuiu no biénio 2010/2009, sendo a sua evolução positiva neste ultima biénio 2011/2010 de 26,91%.

D.07 – AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL

Este agrupamento engloba as dações em cumprimento provenientes de recuperação de dívidas e ainda grandes reparações nas Instalações próprias e no património imobiliário do IGFSS.

Como se pode verificar, a despesa registada neste agrupamento apresenta em 2011 um acréscimo de 25,87%, relativamente a 2010, devido principalmente ao aumento em 9,11% do valor de bens imóveis recebidos no âmbito do processo de dação, o qual atingiu o valor de 2.328.463€, enquanto que em 2010 se havia situado em 2.134.082€.

No âmbito do processo de Dações em cumprimento, durante o ano 2011, foram registados as dações dos seguintes contribuintes Industria de Fibras de Madeira, SA; Cintra - Urbanizações, turismo e Construções, Lda.; A. Henriques & CA., SA..

Quanto às despesas de capital, estas atingem em 2011 o montante de 678.650€ registando um aumento em 166,13% relativamente a idêntico período de 2010. Refira-se ainda que, em 2011, foram orçamentados 410.000€ para a reparação dos Imóveis – Património com uma execução de 62,59%; 416.900€ para a empreitada de conservação do Edifício Sede com uma execução de 72,27%.

D.08 – TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

«Transferências de capital». — Neste agrupamento são contabilizadas as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas de capital das unidades receptoras. Os subgrupos correspondem aos sectores institucionais anteriormente referidos.

A despesa total atingiu 317.811.011€, no que reflecte um aumento de 26,92% em relação a 2010.

D.08.01. SOC. E Q. SOC. NÃO FINANCEIRAS

Em 2011 foi aprovada pela tutela uma dotação de 4.343.170€, o que conduz a que transferência de capital em 100%, inferior em 22,30% há despesas registada em igual período de 2010.

D.08.06 – SEGURANÇA SOCIAL

COMPARAÇÃO DOS ENCARGOS DE ADMINISTRAÇÃO NO BIÊNIO (em €)				
DESCRIÇÃO D.08.06	2010	2011	Evolução (valor)	%
Transferências de Capital Total	241.873.439,20	310.286.665,45	68.413.226,25	28,28%
PIDDAC OE/ OSS e FEDER	18.388.870,70	13.256.872,14	-5.131.998,56	-27,91%
IGFCSS/FEFSS	223.484.568,50	297.029.793,31	73.545.224,81	32,91%
OSS	223.484.568,50	297.029.793,31	73.545.224,81	32,91%
Divida do FAC	0,00	0	0,00	0,00%

Quadro 61 – Comparação dos Encargos de Administração – Transferências de Capital – no biénio 2011/2010

Este subgrupo que assume o maior peso relativo em relação ao total do grupo, sendo 97%, 97% e 98% nos anos de 2009, 2010 e 2011, respectivamente, pois inclui as transferências para as Instituições de Segurança Social para financiamento dos investimentos das ISS's e transferência para IPSS's com suporte em PIDDAC OE e FEDER. Inclui, ainda, as transferências para o Instituto de Gestão dos Fundos de Capitalização da Segurança Social que, no ano 2011, representam 95% destas transferências, sendo estas responsáveis pelo aumento global, na ordem dos 32,91%, das transferências de capital concedidas, neste biénio 2011/2010.

No que concerne às transferências de capital para o reforço da Capitalização Pública de Estabilização Financeira de Segurança Social aumentou efectivamente as transferências do soldo orçamental do subsistema – Repartição em 2011 em 293.007.652€ superior em 46,50% em relação ao período homólogo de 2010.

A parcela restante de 4.022.141€ diz respeito ao remanescente do produto de alienação de imóveis de 2010 (337.100€) e de 2011 (3.685.041€).

D.08.07 -- INSTITUIÇÕES S/FINS LUCRATIVOS

Este subgrupo inclui as transferências para Instituições S/fins Lucrativos relativas quer à participação comunitária em Projectos co-financiados quer ao financiamento do OE em projectos não co-financiados (PIDDAC OE), o que não sucedeu em 2011.

Em 2011 foram efectuadas transferências de capital no âmbito de acções de formação profissional em QREN OE e QREN FSE, no valor total de 3.005.909,39€

D.08.09 -- RESTO DO MUNDO

Em 2011 foram transferidos para o exterior, para os países incluídos no programa de cooperação bilateral entre Portugal - MTSS e Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor, 175.267€.

D.10 -- PASSIVOS FINANCEIROS

Durante o ano 2011 não foi contraído qualquer empréstimo.

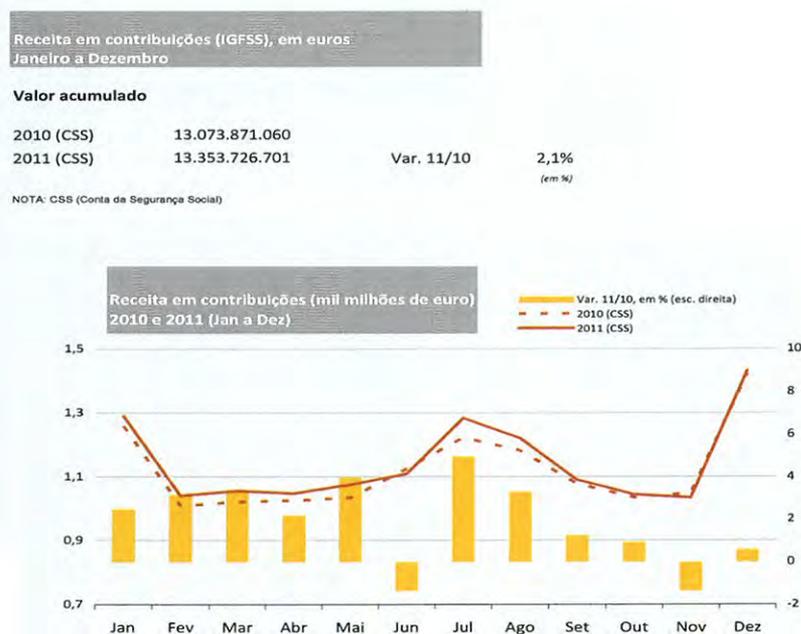
1.1. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA NO TRIÉNIO 2011/2009

I. RECEITAS CORRENTES

R.03 – CONTRIBUIÇÕES E COTIZAÇÕES

A receita cobrada em contribuições (IGFSS) evidenciou, entre Janeiro e Dezembro de 2011, um crescimento nominal de 2,1% face a igual período de 2010, atingindo um total de 13.353.726.701 euros.

Dos factores que contribuíram para a evolução positiva das contribuições, destacam-se a entrada em vigor do *novo código contributivo*³ (a partir de 1 de Janeiro de 2011), a *integração dos trabalhadores do sector bancário* no regime geral de segurança social⁴ e ainda as diversas acções desencadeadas no âmbito dos processos de *recuperação de dívida*.



³ Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, posteriormente alterada pela Lei n.º 119/2009, de 30 de Dezembro; A introdução deste diploma incluiu, entre outros factores, o impacto do aumento das contribuições relativas aos trabalhadores independentes;

⁴ Nos termos do Decreto-Lei n.º 54/2009, de 2 de Março, estabeleceu-se que os trabalhadores bancários, actualmente abrangidos pela *Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários* (CAFEB), passaram a estar abrangidos pelo regime geral de segurança social para efeitos de protecção nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção, e ainda na velhice.

O gráfico evidencia a sazonalidade da série mensal das contribuições, devido ao pagamento dos subsídios no período de Verão e do Natal. Mensalmente, verifica-se que a variação da receita aumentou com maior expressividade em Julho (mais 5,0% face ao período homólogo de 2010), sendo que apenas em Junho e Novembro se registou uma redução de receita face ao ano anterior (na mesma ordem de grandeza, menos 1,4%). O sinal destas variações homólogas justifica-se parcialmente pelo facto de, em 2010, ter ocorrido antecipação do pagamento dos subsídios.

R.04 – TAXAS, MULTAS E PENALIDADES

Nos termos do DL n.º 26/2002 de 14 de Fevereiro, incluem-se neste capítulo "...«Taxas» inclui-se os pagamentos em contrapartida da emissão de licenças e da prestação de serviços, nos termos da lei, não havendo qualquer relação de valor entre os aludidos pagamentos e o custo dos serviços prestados. No grupo das «Multas e outras penalidades» engloba-se as receitas provenientes da aplicação de multas pela transgressão da lei, posturas e outros regulamentos."

No cômputo global, nesta rubrica estão registados 105.826.341,65€, cuja distribuição pelas principais componentes está reflectida no quadro seguinte:

Análise Evolutiva de Taxas, Multas e Penalidades no biénio 2011/2010

Rubrica	Δ 2011/2010	2010		2011	
		Rec. Cobrada (Euros)	Peso relativo %	Rec. Cobrada (Euros)	Peso relativo %
R.04 - Taxas, Multas e Penalidades	1,30%	104.472.597,37	100,00%	105.826.341,65	100,00%
R.04.01.01 - Taxas de Justiça	14,28%	8.470.781,20	8,11%	9.680.591,94	9,15%
R.04.02.01 - Juros de Mora - Contribuições	0,31%	92.241.131,44	88,29%	92.530.698,30	87,44%
R.04.02.02 - Juros Compensatórios	-25,42%	344.123,95	0,33%	256.649,29	0,24%
R.04.02.04 - Coimas	-1,27%	3.354.473,57	3,21%	3.311.847,27	3,13%
R.04.02.99 - Multas	-25,02%	62.087,21	0,06%	46.554,85	0,04%

Quadro 64 – Taxas, Multas e Penalidades no biénio 2011/2010

Como pode observar-se, no IGFSS, IP são parte essencial desta rubrica os juros de mora de contribuições – 87,44% do total – que, em 2011, ascendem a 92.530.698,30€, reflectindo uma variação positiva de 0,31% no biénio 2011/2010.

O valor constante na económica R.04.01.01 – Taxas de Justiça, corresponde ao valor recebido das referidas taxas por conta de processos executivo que, em 2011, ascende a 9.680.591,94€, reflectindo uma variação positiva de 14,28% no biénio 2011/2010.

No que concerne à parcela das coimas (R.04.02.04), constata-se que a Autoridade para as Condições de Trabalho, em 2011, transferiu para o IGFSS, IP 2.377.502,80€, o que reflecte um acréscimo, face a 2010, de 35,99%, provocado pelo facto de se ter constatado uma maior rapidez no referido processo de transferência, ficando por receber o valor das cobranças relativo ao 4º trimestre.

Em termos mensais, pode observar-se que, em média, o valor médio mensal em 2011 é inferior ao registado em 2010 em 18,38%.

Recebimento de Coimas da ACT		
2010		
549.369,91	Coimas 4º trimestre 2009	R.04.02.04
601.745,86	Coimas 1º trimestre 2010	R.04.02.04
597.213,32	Coimas 2º trimestre 2010	R.04.02.04
1.748.329,09	Total em 2010	
2011		
512.892,19	Coimas 3º trimestre 2010	R.04.02.04
1.506.479,43	Coimas 4º trimestre 2010; 1º e 2º trimestre de 2011	R.04.02.04
358.131,18	Coimas 3º trimestre 2011	R.04.02.04
2.377.502,80	Total em 2011	

Quadro 63 – Receita de Coimas da ACT

R.05 – RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE

Este capítulo regista, conforme DL n.º 26/2002 de 14 de Fevereiro, "...as receitas provenientes do rendimento de activos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos) ...".

Análise Evolutiva dos Rendimentos de Propriedade 2010 - 2011

Rubrica	Δ 2011/2010	2010		2011	
		Rec. Cobrada (Euros)	Peso relativo %	Rec. Cobrada (Euros)	Peso relativo %
R.05 - Rendimentos da Propriedade	189,09%	30.976.619,77	100,00%	89.550.841,45	100,00%
R.05.02 - Juros - Sociedades financeiras	210,52%	28.063.151,61	90,59%	87.141.614,33	97,31%
R.05.02.01 - Bancos e outras instituições financeiras	210,52%	28.063.151,61	90,59%	87.141.614,33	97,31%
R.05.03 - Juros - Adm. Pública	0,00%	8.890,10	0,03%	8.890,10	0,01%
R.05.03.01 - Adm. Central -Estado	0,00%	8.890,10	0,03%	8.890,10	0,01%
R.05.03.02 - Adm. Central -Serviços e Fundos Autó.		0,00	0,00%	0,00	0,00%
R.05.04.00 - Juros-Instituições s/ fins lucr.	-32,37%	12.461,23	0,04%	8.427,14	0,01%
R.05.04.00.99 - Outros	-32,37%	12.461,23	0,04%	8.427,14	0,01%
R.05.05.00 - Juros - Famílias		0,00	0,00%	0,00	0,00%
R.05.07 - Soc. e quase soc. não financeiras	100,00%	0,00	0,00%	288,58	0,00%
R.05.10 - Rendas	-17,31%	2.892.116,83	9,34%	2.391.621,30	2,67%
R.05.10.03 - Habitações	-0,11%	1.209.809,49	3,91%	1.208.461,10	1,35%
R.05.10.04 - Edifícios	-29,67%	1.680.772,65	5,43%	1.182.075,98	1,32%
R.05.10.99 - Outros	-29,35%	1.534,69	0,00%	1.084,22	0,00%

Quadro 64 – Receita de Rendimentos da Propriedade no biénio 2011/2010

Como pode observar-se no quadro supra, na rubrica de rendimentos, o valor arrecadado é de 89.550.841,45€ e de 30.976.619,77€ no período homólogo de 2010, evidenciando um acréscimo de 189,09%, para o qual concorreram os rendimentos obtidos na rendibilização de excedentes de tesouraria junto do sistema financeiro.

O valor executado nesta rubrica é repartido da seguinte forma:

- Os juros bancários que, no biénio 2011/2010, evidenciam uma variação positiva de 210,52%, muito superior ao ocorrido no biénio anterior, em que a variação negativa ascendeu a 33,32%. A performance atingida na rubrica R.05.02 resulta da gestão diária de tesouraria, conducente a saldos de depósitos à ordem de menor dimensão e à possibilidade de concentração de valores

para aplicação. Este último factor reforça a capacidade de negociação junto dos bancos, proporcionando taxas de juro mais elevadas.

Apesar da diminuição do capital médio em aplicação, tendência já verificada nos anos de 2009 e 2010, o IGFSS melhorou a sua *performance* no ano 2011.

Para os resultados obtidos, terão ainda concorrido a falta de liquidez em muitos bancos onde o IGFSS efectua aplicações financeiras e a dificuldade destes na obtenção de financiamento no mercado, agravadas no ano de 2011 pela necessidade de apresentarem no final do ano os níveis de liquidez impostos pelo Banco Central Europeu, o que tem vindo a ter como consequência o aumento significativo das taxas de rendibilidade oferecidas por estas instituições bancárias nas aplicações financeiras do IGFSS;

- Os Juros (R.05.03) da Administração Pública que, no biénio 2011/2010, evidenciam uma variação nula, dizem respeito ao rendimento obtido com a carteira de títulos de rendimento fixo que é composta por Títulos de Dívida Pública emitidos pela Administração Central, tendo os “consolidados” taxas de rendimento de 2,75%, 3,0%, 3,5% e 4,0;

- Os Juros (R.05.04) de Instituições sem fins lucrativos, que contempla, entre outros, os juros cobrados á Confederação Geral Trabalhadores Portugueses (CGTP) e ao Sindicato de Trabalhadores da Indústria Hoteleira e Restaurantes Similares do Sul (STIHRSS) decorrente do pagamento prestacional acordado para a compra de imóveis. Esta rubrica regista no período em análise 8.427,14€ e 12.461,23€ no período homólogo de 2010.

Comparativamente com o ano 2010, o capital em dívida diminuiu, uma vez que todos os meses é abatido capital aa valar da empréstimo.

Relativamente à CGTP, o valor do capital em dívida a 31 de Dezembro de 2011 é de 479.484,28€, sendo que a 31 de Dezembro de 2010 era de 519.204,53€. O valor do capital em dívida a 31 de Dezembro de 2011 associado ao STIHRSS é de 18.316,14€, sendo que no período homólogo de 2010 atingia 45.789,90€;

- A verba de 288,58€ registada na rubrica R.05.07 diz respeito à distribuição de dividendos da Margueira. No ano 2010 não houve distribuição de dividendas, tendo os mesmos sido aplicados em “reserva legal” e “resultadas transitados”;

- As Rendas (R.05.10) evidenciam valor inferior ao registado em igual período de 2010 em 17,31%. Este facto deve-se fundamentalmente à alienação de prédios à ESTAMO e à consequente perda de rendas desses imóveis, cujo cômputo mensal é de menos 36.947,87€, o que perfaz um total anual na ordem dos € 443.374,44. É precisamente este valor que permite justificar o desvia negativo de rendimentos, uma vez que corresponde a 15,33% do total referente ao ano de 2010, por comparação com o ano de 2011. O remanescente dessa taxa de desvio deve-se à cessação de contratos de arrendamento que tiveram lugar durante o ano de 2011, com a consequente perda de receitas de rendas e à dificuldade dos arrendatários em cumprir as obrigações a que se comprometeram, que resultam do panorama económico que o país atravessa.

R.06 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Sendo esta rubrica a segunda com maior expressão relativa no total das receitas arrecadadas pelo IGFSS, com um peso relativo em 2011 de 39,78%, apresenta-se a sua discriminação no quadro seguinte.

No biénio 2011/2010, verifica-se um decréscimo de 7,18% na receita inscrita neste capítulo, sendo que, no biénio anterior, tinha sido registado um crescimento em 5,78%.

Análise Evolutiva das transferências correntes obtidas no biénio 2011/2010

Rubrica	Δ 2011/2010	2010		2011	
		Rec. Cobrada (Euros)	Peso relativo %	Rec. Cobrada (Euros)	Peso relativo %
R.06 - Transferências Correntes	-7,18%	9.714.054.980,59	100,00%	9.016.590.994,45	100,00%
Transf. Correntes soc. Q fin. Públicas - NAV	6,71%	610.891,94	0,01%	651.879,48	0,01%
Transferências do MSSS	-13,01%	7.726.909.994,00	79,54%	6.721.265.561,00	74,54%
Transfº p/ Sub. Renda - MAOTDR	0,00%	721.805,00	0,01%	721.805,00	0,01%
Transfº Min. Defesa - Prestações Sociais	-17,59%	24.740,69	0,00%	20.389,87	0,00%
Transfº Min. Defesa - Dívida de anos anteriores	100,00%	0,00	0,00%	96.317,00	0,00%
Transfº Min. Saúde	-73,71%	4.246.657,58	0,04%	1.116.435,66	0,01%
Transf. Minis. das Finanças - Desalojados Ex-Colónias	-32,88%	17.554.763,51	0,18%	11.782.873,61	0,13%
Receitas fiscais consignadas - IVA Social	2,50%	697.750.000,00	7,18%	715.190.000,00	7,93%
Transfº Min. Educação - GEF - Pré-escolar	-5,82%	133.250.000,00	1,37%	125.500.000,00	1,39%
Transfº Min. Educação - GEF - Bolsas	100,00%	0,00	0,00%	21.669.294,00	0,24%
IEFP - POC's	-100,00%	1.029.446,26	0,01%	0,00	0,00%
CGA - Rádio Marconi	100,00%	0,00	0,00%	16.341.046,51	0,18%
Transfº p/ Sub. Renda - IHRU	100,00%	10.000,00	0,00%	0,00	0,00%
Outras Instituições SS e RA's	11,48%	78.857.237,53	0,81%	87.911.401,81	0,97%
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa - Lei nº 56/2006	14,53%	142.841.133,88	1,47%	163.599.668,55	1,81%
Resto do Mundo (QCA III e QREN)	26,42%	910.248.310,20	9,37%	1.150.724.321,96	12,76%

Quadro 65 – Receita de Transferências Correntes no biénio 2011/2010

R.06.01 - Transferências de sociedades e quase sociedades não financeiras, no total de 651.879,48€ cobrados à NAV Portugal no âmbito do Regime dos Controladores de Tráfego Aéreo (conforme a Portaria nº 496/2008, de 23 de Junho) e correspondente à parcela devida (60%) relativamente ao pagamento de pensões antecipadas aos controladores de tráfego aéreo no período de Janeiro a Dezembro de 2011, não sendo significativa a variação face ao período homólogo (610.891,94€, relativamente às pensões pagas no período de Janeiro a Dezembro de 2010).

R.06.03 - Transferências da Administração Central no total de 7.613.703.722,65€ onde estão incluídas:

■ As transferências do MSSS e do MFAP

- As transferências do MSSS, incluindo o IVA - Lei nº 39-A/2005, de 29 Junho, para cobertura financeira das despesas do Sistema Previdencial – Repartição e do Sistema de Protecção Social de Cidadania, que inclui o Subsistema de Solidariedade, o Subsistema de Protecção Familiar e o Subsistema de Acção Social, atingem 7.436.455.561,00€, o que representa um decréscimo de 11,73% face ao valor recebido em igual período do ano anterior (8.424.659.994,00€), vide quadros seguintes; o Subsistema de Solidariedade, o Subsistema de Protecção Familiar e o Subsistema de Acção Social, atingiram 6.342.739.445,00€, o que representa um decréscimo de 13,14% face ao valor recebido em igual período do ano anterior;

Transferências do MSSS e do MFAP no ano 2011

Transferências do MSSS 2011		Euros
Rubricas	Execução	
Subsistema da Solidariedade		4.524.878.680,00
Subsistema de Protecção Familiar		478.229.758,00
Subsistema de Acção social		1.339.631.007,00
Sistema Previdencial		378.526.116,00
P/ Sub. QREN		116.821.178,00
P/ Sub OQC		975.000,00
Compensação p/ cessação de contrato		2.529.999,00
Receitas cessantes		258.199.939,00
<i>Total das transferências do MSSS</i>		<i>6.721.265.561,00</i>
Transferências do MFAP 2011		
Iva Social (Lei nº 39-B/94, de 27 de Dezembro)		715.190.000,00
<i>Total das transferências do MFAP</i>		<i>715.190.000,00</i>
Total do Financiamento		7.436.455.561,00

Quadro 66 – Receita de Transferências do MSSS e do MFAP

Naquele valor estão incluídos:

- As transferências do MSSS para financiamento da contrapartida pública nacional das AFP's no âmbito do QCA III e do QREN (Sistema Previdencial) que ascendem a

117.796.178,00€, evidenciando um decréscimo de 48,38% face ao valor recebido em igual período do ano anterior (228.189.988,00€);

- As transferências provenientes do MFAP (Ministério das Finanças e da Administração Pública) relativas ao IVA Social (Lei nº 39-B/94, de 27 de Dezembro) cifrando-se em 715.190.000,00€ e evidenciando um acréscimo de 2,50% relativamente a igual período de 2010 (697.750.000,00€).

Financiamento nos termos da Lei 32/2002, de 20 de Dezembro (ano de 2007), Lei 4/2007, de 16 de Janeiro (ano de 2008), Lei nº 39/2005, de 24 de Junho e da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril.

Transferências do MSSS				
Subsistema de Solidariedade				
Rúbricas	Exec 2010	OSS Corrigido 2011	Execução 2011	% E.O. ao OSS 2011
	Janeiro a Dezembro		Janeiro a Dezembro	Janeiro a Dezembro
	(1)	(2)	(3)	(4) = (3)/(2)
Transferências do MSSS	4.599.748.449,00	4.524.772.326,00	4.524.878.680,00	100,00%
Receitas Cessantes	313.144.763,00	0,00	0,00	
Sub-Total	4.912.893.212,00	4.524.772.326,00	4.524.878.680,00	100,00%
Subsistema de Protecção Familiar				
Rúbricas	Exec 2010	OSS Corrigido 2011	Execução 2011	% E.O. ao OSS 2011
	Janeiro a Dezembro		Janeiro a Dezembro	Janeiro a Dezembro
	(1)	(2)	(3)	(4) = (3)/(2)
Transf. MSSS (Lei de Bases - Lei 4/2007)	894.855.595,00	478.229.758,00	478.229.758,00	100,00%
IVA da Lei 39/2005, de 24 de Junho	0,00	0,00	0,00	
Sub-Total	894.855.595,00	478.229.758,00	478.229.758,00	100,00%
Subsistema de Acção Social				
Rúbricas	Exec 2010	OSS Corrigido 2011	Execução 2011	% E.O. ao OSS 2011
	Janeiro a Dezembro		Janeiro a Dezembro	Janeiro a Dezembro
	(1)	(2)	(3)	(4) = (3)/(2)
Transferências do MSSS	1.494.734.757,00	1.339.631.007,00	1.339.631.007,00	100,00%
Sub-Total	1.494.734.757,00	1.339.631.007,00	1.339.631.007,00	100,00%
Subtotal Transf p/ Sistema P. S. C.	7.302.483.564,00	6.342.633.091,00	6.342.739.445,00	100,00%
Sistema de Previdencial				
Rúbricas	Exec 2010	OSS Corrigido 2011	Execução 2011	% E.O. ao OSS 2011
	Janeiro a Dezembro		Janeiro a Dezembro	Janeiro a Dezembro
	(1)	(2)	(3)	(4) = (3)/(2)
Transferências correntes do MSSS - CPN	228.189.988,00	117.796.178,00	117.796.178,00	100,00%
Transferências correntes do OE - actualização pensões	196.236.442,00	0,00	0,00	#DIV/0!
Receitas Cessantes	0,00	258.199.939,00	258.199.939,00	100,00%
Compensação p/ Cessação Contrato	0,00	2.529.999,00	2.529.999,00	100,00%
Sub-Total	424.426.430,00	378.526.116,00	378.526.116,00	100,00%
Total das Transferências do MSSS	7.726.909.994,00	6.721.159.207,00	6.721.265.561,00	100,00%
Transferências do MFAP				
Subsistema de Protecção Familiar				
Rúbricas	Exec 2010	OSS Corrigido 2011	Execução 2011	% E.O. ao OSS 2011
	Janeiro a Dezembro		Janeiro a Dezembro	Janeiro a Dezembro
	(1)	(2)	(3)	(4) = (3)/(2)
IVA Social (Lei 39-B/94, de 27 de Dezembro)	697.750.000,00	715.190.219,00	715.190.000,00	100,00%
Total das Transferências do MFAP	697.750.000,00	715.190.219,00	715.190.000,00	100,00%
Total do financiamento	8.424.659.994,00	7.436.349.426,00	7.436.455.561,00	100,00%

Quadro 67 – Receita de Transferências do MSSS e do MFAP no biénio 2011/2010

↳ Transferências do Ministério da Educação

A transferência do Ministério da Educação para fazer face à componente educativa do pré-escolar na rede social (IPSS's) atinge o valor de 125.500.000,00€ até Dezembro de 2011 e no mesmo período de 2010 o valor ascendeu a 133.250.000,00€, evidenciando, desse modo, uma variação homóloga de menos 5,82%.

Para esta variação concorre, nomeadamente, o facto de, em 2010, o montante em causa incluir a verba de 3.000.000,00€ relativa a 2009 e a verba de 4.750.000,00€ respeitante ao diferencial entre o valor da previsão de receita inscrita no OSS e a dotação de despesa aprovada para o Programa de Expansão do Pré-Escolar no orçamento do GEF (Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação).

Importa, contudo, referir que, de acordo com informação do Gabinete de Gestão Financeira (via e-mail em 17/Novembro/2011), a transferência para a Segurança Social foi aprovada em 125.500.000,00€, enquanto que no OSS a receita inscrita se situava em 123.500.000,00€.

Foi ainda recebida do GEF a verba de 21.669.294,00€ referente ao financiamento das "Bolsas de estudo" do Ensino Secundário, ao abrigo do Decreto-Lei nº 201/2009, de 28 de Agosto, correspondendo aquele montante à despesa paga no período de Janeiro a Dezembro de 2011.

↳ Transferências MAOTDR e IHRU

A transferência obtida com origem no MAOTDR, em 2011, para financiamento do subsídio de renda, no valor de 721.805,00€, mantém-se igual à verba recebida no período homólogo de 2010.

Não se registaram quaisquer transferências do IHRU para o período em análise, referente aos encargos administrativos com os processos de subsídios de renda no âmbito do NRAU/2011.

↳ Transferências do MFAP - Desalojados Ex-colónias

A rubrica "Transferências da Direcção Geral do Tesouro", que regista o reembolso das pensões pagas a desalojados das ex-Colónias, apresenta no período em análise o valor de 11.782.873,61€ que corresponde ao reembolso das pensões pagas pelo CNP no período de:

- Outubro de 2010 – 1.072.109,12€, sendo que 896.036,12€ referente aos beneficiários das ex-colónias e 176.073,00€ aos beneficiários da Caixa de Previdência da Caminho-de-ferro de Benguela;
- Novembro de 2010 – 1.104.553,33€, sendo que 929.317,33€ referente aos beneficiários das ex-colónias e 175.236,00€ aos beneficiários da Caixa de Previdência do Caminho-de-ferro de Benguela;
- Dezembro de 2010 – 2.155.279,61€, sendo que 1.811.085,85€ referente aos beneficiários das ex-colónias e 344.193,76€ aos beneficiários da Caixa de Previdência do Caminho-de-ferro de Benguela;
- Janeiro a Março de 2011 – 3.273.468,19€, sendo que 2.668.929,04€ referente aos beneficiários das ex-colónias e 604.539,15€ aos beneficiários da Caixa de Previdência do Caminho-de-ferro de Benguela;
- Abril a Maio de 2011 – 2.110.446,44€, sendo que 1.712.908,27€ referente aos beneficiários das ex-colónias e 397.538,17€ aos beneficiários da Caixa de Previdência do Caminho-de-ferro de Benguela;
- Junho de 2011 – 1.040.821,63€, sendo que 842.597,69€ referente aos beneficiários das ex-colónias e 198.223,94€ aos beneficiários da Caixa de Previdência do Caminho-de-ferro de Benguela;
- Agosto de 2011 – 1.026.195,29€, sendo que 829.016,23€ referente aos beneficiários das ex-colónias e 197.179,06€ aos beneficiários da Caixa de Previdência do Caminho-de-ferro de Benguela.

Relativamente às pensões pagas pelo CNP no mês de Julho de 2011, no valor de 2.050.359,79€, o reembolso ao IGFSS só foi efectuado no mês de Janeiro do ano 2012.

↳ Transferências do Ministério Defesa Nacional

As transferências do Ministério da Defesa Nacional cifram-se no montante de 20.389,87€, correspondendo a um decréscimo de 17,59%, quando comparados com o período homólogo anterior e são referentes aos reembolsos das prestações sociais pagas nos seguintes períodos:

- Fevereiro de 2011 – 4.399,80€;
- Março de 2011 – 580,20€;
- Junho de 2011 – 1.079,75€;
- Julho de 2011 – 6.781,66€;
- Agosto de 2011 – 1.997,40€;
- Setembro de 2011 – 1.720,86€;
- Outubro de 2011 – 3.830,20€.

Relativamente aos meses de Janeiro, Abril e Maio de 2011 não se regista despesa executada, pelo que não foi solicitado qualquer valor ao Ministério da Defesa Nacional.

No que respeita à despesa executada nos meses de Novembro e Dezembro de 2011, no valor de 9.526,40€ e de 13.838,14€, respectivamente, o respectivo reembolso por parte do Ministério da Defesa Nacional ocorreu durante o ano 2012.

No que se refere ao reembolso devido pelo MDN/FAC relativo às pensões pagas no período de 2004 a 2006, não foi recebida qualquer importância em 2011.

O MDN também não reembolsou a Segurança Social pelos “Benefícios pagos aos ex-combatentes” relativos ao período de 2004 a 2008, no montante de 2.902.322,73€.

↳ Transferências do Ministério Saúde

O Ministério da Saúde deverá, nos termos legais, transferir para o IGFSS as verbas que se referem à comparticipação daquele Ministério nos benefícios adicionais de saúde pagos aos beneficiários do “complemento solidário de idosos”.

Até Dezembro de 2011 foram recebidos 1.116.435,66€, correspondendo a uma diminuição de 73,71% quando comparado com o período homólogo anterior. Note-se que

aquele valor foi recebido a título de reembolso da despesa paga no período de Novembro de 2010 a Janeiro de 2011.

↳ Transferências da Caixa Geral de Aposentações – Rádio Marconi

O valor transferido pela CGA respeitante a encargos com as pensões e complementos de dependência dos beneficiários da Companhia Portuguesa Rádio Marconi S.A. ascende a 16.341.046,51€, de acordo com o Decreto-Lei n.º140-B/2010, de 30 de Dezembro, e corresponde ao reembolso das prestações sociais pagas nos períodos a seguir indicados:

Transferência da Caixa Geral de Aposentações

							Euros
FUNDO	SUBSISTEMA	JANEIRO FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	
RA112001	Subs. Protecção Familiar	13.948,19	6.316,75	6.866,41	7.207,57	7.257,55	
RA211006	Subs. Previdencial	2.334.183,53	1.167.749,11	1.162.686,60	1.163.259,09	1.144.720,34	
SUB-TOTAL Jan a Jun		2.348.131,72	1.174.065,86	1.169.553,01	1.170.466,66	1.151.977,89	
FUNDO	SUBSISTEMA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	
RA112001	Subs. Protecção Familiar	13.318,06	6.659,03	6.622,23	6.622,23	6.622,23	
RA211006	Subs. Previdencial	2.290.314,83	1.158.006,43	1.170.644,68	1.154.660,05	1.159.570,51	
SUB-TOTAL Jul a Nov		2.303.632,89	1.164.665,46	1.177.266,91	1.161.282,28	1.166.192,74	
FUNDO	SUBSISTEMA	DEZEMBRO					
RA112001	Subs. Protecção Familiar	13.244,46					
RA211006	Subs. Previdencial	2.340.566,63					
SUB-TOTAL Dez		2.353.811,09					
TOTAL Ano 2011		16.341.046,51					

Quadro 68 – Transferências da Caixa Geral de Aposentações – Rádio Marconi

R.06.06 – Transferências de outras ISS e RA's

Esta rubrica, registando as transferências de excedentes de disponibilidades das RA's e as transferências de valores a regularizar das ISS's respeitante a abastecimentos financeiros,

apresenta no ano de 2011 o valor global de 87.911.401,81€, sendo que destes se destacam as transferências de excedentes das Regiões Autónomas no valor de 67.500.000,00€.

Em termos globais verifica-se um aumento de 11,48% quando comparado com o período homólogo anterior (78.857.237,53€). O quadro seguinte apresenta de forma detalhada os valores recebidos:

Análise Evolutiva das transferências Outras ISS's e RA's no biénio 2011/2010

	Euros		
	Ano 2010	Ano 2011	Δ 2011/2010
RAA	41.933.288,37	24.753.804,61	-40,97%
RAM	36.044.217,53	46.161.306,13	28,07%
Outras ISS's	879.731,63	16.996.291,07	1831,99%
TOTAL	78.857.237,53	87.911.401,81	11,48%

Quadro 69– Receita das Transferências Outras ISS's e RA's no biénio 2011/2010

No que se refere às transferências das Regiões Autónomas, vide quadro seguinte, refira-se que, relativamente a igual período de 2010, se constata um decréscimo de 10,00%.

Transferência das RA's

	Euros					
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
2010	0,00	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00
2011	5.000.000,00	5.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	0,00	5.000.000,00
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
2010	16.000.000,00	5.000.000,00	17.500.000,00	0,00	6.500.000,00	15.000.000,00
2011	0,00	8.000.000,00	12.000.000,00	0,00	5.000.000,00	7.500.000,00
	Total			Δ 2011/2010 %		
2010	75.000.000,00			-10,00%		
2011	67.500.000,00					

Quadro 70 – Transferências de excedentes das Regiões Autónomas

R.06.07 - Transferências de Instituições sem fins lucrativos (SCML)

A parcela das receitas dos jogos sociais, consignada à Segurança Social, regista uma evolução positiva até Dezembro de 2011, face a igual período de 2010, sendo o valor recebido até ao período em questão de 163.599.668,55€ e de 142.841.133,88€ para o mesmo período de 2010, representando um acréscimo de 14,53%.

Transferências da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Euros

Transferências da SCML - Dep. de Jogos	2010 (1)	2011 (2)	Diferença (3)=(2)-(1)
Cobertura de despesas ISS na Acção Social - alínea b)	39.536.385,28	45.259.892,14	5.723.506,86
Prevenção e Reabilitação de Deficientes - alínea d)	10.628.060,55	12.172.969,96	1.544.909,41
Prog., med. Proj. A.S - alínea a)	55.265.914,90	63.274.205,10	8.008.290,20
Subsídios eventuais a IPSS - alínea c)	11.903.427,82	13.643.821,84	1.740.394,02
Projectos de auxílio pop. Idosa carenciada - alínea g)	7.227.081,18	8.292.762,79	1.065.681,61
Projectos de apoio crianças carenciadas e em risco - alínea f)	7.227.081,18	8.292.762,79	1.065.681,61
Programa de Apoio à Família e à Criança (PAFAC) - alínea i)	1.275.367,27	1.470.851,88	195.484,61
Combate à pobreza e exclusão social - alínea e)	9.777.815,70	11.192.402,05	1.414.586,35
Total	142.841.133,88 €	163.599.668,55 €	20.758.534,67 €

Quadro 71 – Receita da SCML no biénio 2011/2010

O quadro seguinte apresenta de forma detalhada os valores recebidos pelo IGFSS nos anos de 2010 e 2011, em subordinação à respectiva distribuição por alíneas, conforme artigo 4º do Decreto-Lei nº 44/2011, de 24 de Março, dos resultados líquidos de exploração dos jogos sociais da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Da análise ao referido quadro pode concluir-se que:

- o O valor das transferências correntes obtidas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa até Dezembro de 2011 relativamente a resultados de exploração dos jogos sociais de 2010, (23.398.694,73€), regista um decréscimo de 8,84% relativamente à parcela dos resultados dos jogos sociais de 2009 recebida em 2010 (25.666.355,40€);
- o O montante das transferências correntes obtidas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa até Dezembro de 2011, relativamente a receitas de jogos sociais do próprio ano de 2011 (140.200.973,82€), obteve um acréscimo de 19,65% quando comparado com a receita obtida em 2010, referente a 2010 (117.174.778,48€).

Euros

TRANSFERÊNCIAS DA SCML	2010 (Ref. a 2010) (1)	2010 (Ref. a 2009) (2)	2010 (3)=(1)+(2)	2011 (Ref. a 2011) (4)	2011 (Ref. a 2010) (5)	2011 (6)=(4)+(5)	Var % (7)=(4)/(1)	Var % (8)=(5)/(2)	Var % (9)=(6)/(3)
PROGRAMAS, MEDIDAS E PROJECTOS DE ACÇÃO SOCIAL	45.335.479,77	9.930.435,13	55.265.914,90	54.221.138,69	9.053.066,41	63.274.205,10	19,60%	-8,84%	14,49%
COBERTURA DESPESAS ISS NA ACÇÃO SOCIAL	32.432.304,76	7.104.080,52	39.536.385,28	38.783.467,71	6.476.424,43	45.259.892,14	19,58%	-8,84%	14,48%
SUBSÍDIOS EVENTUAIS A IPSS	9.764.564,87	2.138.862,95	11.903.427,82	11.693.930,61	1.949.891,23	13.643.821,84	19,76%	-8,84%	14,62%
PREVENÇÃO E REABILITAÇÃO DE DEFICIENTES	8.718.361,49	1.909.699,06	10.628.060,55	10.431.995,65	1.740.974,31	12.172.969,96	19,66%	-8,84%	14,54%
COMBATE À POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL	8.020.892,57	1.756.923,13	9.777.815,70	9.590.705,68	1.601.696,37	11.192.402,05	19,57%	-8,84%	14,47%
PROJECTOS DE APOIO CRIANÇAS CARENCIADAS E EM RISCO	5.928.485,82	1.298.595,36	7.227.081,18	7.108.900,26	1.183.862,53	8.292.762,79	19,91%	-8,84%	14,75%
PROJECTOS DE AUXÍLIO POP. IDOSA CARENCIADA	5.928.485,82	1.298.595,36	7.227.081,18	7.108.900,26	1.183.862,53	8.292.762,79	19,91%	-8,84%	14,75%
PROGRAMA DE APOIO À FAMÍLIA E À CRIANÇA (PAFAC)	1.046.203,38	229.163,89	1.275.367,27	1.261.934,96	208.916,92	1.470.851,88	20,62%	-8,84%	15,33%
TOTAL	117.174.778,48	25.666.355,40	142.841.133,88	140.200.973,82	23.398.694,73	163.599.668,55	19,65%	-8,84%	14,53%

Quadro 72 – Receita da SCML no biénio 2011/2010 – distribuição por alíneas

R.06.09 - Transferências do Resto do Mundo – União Europeia

Nas transferências da UE/FSE para financiamento de AFP, no ano 2011, foram recebidos 1.139.249.926,74€ do QREN e 11.474.395,22€ do QCAIII. No mesmo período de 2010 foram recebidos 906.332.832,13€ do QREN e 3.915.478,07€ do QCAIII e Antigo Fundo.

Assim sendo, regista-se uma variação positiva de 26,42% na sua totalidade, com 1.150.724.321,96€ em 2011 e 910.248.310,20€ em 2010, conforme distribuição no quadro seguinte:

Análise Evolutiva das transferências UE/FSE no biénio 2011/2010

	Receita cobrada líquida		Variação
	2010	2011	%
	(1)	(2)	(3) = (2-1)/(1)x100
AFP-FSE-QCAIII	2.865.352,31	11.474.395,22	300,45%
AFP-FSE-QREN	906.332.832,13	1.139.249.926,74	25,70%
ANTIGO FUNDO	1.050.125,76	-	-100,00%
TOTAL	910.248.310,20	1.150.724.321,96	26,42%

Euros

Quadro 73 – Receita das Transferências UE/FSE no biénio 2011/2010

A variação de 300,45%, apresentada entre o ano 2010 e o ano 2011, na receita do QCAIII, deve-se nomeadamente ao facto das transferências realizadas pela UE no ano 2011 englobarem o saldo final do encerramento de três PO/QCAIII (Po Assistência Técnica, PO Administração Pública e Iniciativa Comunitária EQUAL).

No que respeita à variação de 25,70%, ocorrida na receita do QREN, a mesma deve-se às transferências efectuadas pela UE para os quatro Programas Operacionais deste período derivado da boa execução dos referidos programas no decurso do ano 2011.

R.07 – VENDA DE BENS E SERVIÇOS

Conforme DL nº 26/2002 de 14 de Fevereiro, neste capítulo "... incluem-se, na generalidade, as receitas quer com o produto da venda dos bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento, quer ainda com os recebimentos de prestação de serviços...".

A receita cobrada em 2011 e registada na rubrica R.07.02 inclui, não só, os reembolsos obtidos de prestações pagas aos representantes legais dos menores no âmbito do Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores num total de 140.447,56€, como também, a comissão de gestão da titularização que, no ano em análise, atingiu o montante de 34.910,78€.

Relativamente ao valor recuperado, em 2011, no âmbito do Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, refira-se que o mesmo regista um decréscimo de 44.763,08€, isto é, 24,17%, face ao montante obtido em igual período de 2010.

R.08 – OUTRAS RECEITAS CORRENTES

Nesta rubrica encontra-se registado o valor de 8.364.454,09€ de outras receitas para o ano de 2011, tendo o ano de 2010 apresentado o valor de 5.398.265,99€.

O aumento significativo de 54,95% registada em 2011 deve-se à alteração definida para a contabilização do ressarcimento de custas e outros encargos de SEF, que em anos anteriores estava registado na económica R.15.

II. RECEITAS DE CAPITAL

R.09 – VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO

O produto da alienação de bens de investimento gera no ano 2011 uma receita de 3.924.338,02€, enquanto que no período homólogo de 2010, regista o valor de 23.763.328,50€.

Esta variação deve-se ao facto de no 1º semestre de 2010 o IGFSS ter realizado uma venda extraordinária, à ESTAMO. Essa venda, composta por uma carteira de imóveis cujos valores, de *per si*, eram elevados, e que totalizaram cerca de 20M€, foi o factor que determinou o encaixe do valor referenciado para o ano 2010.

R.10 – TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Conforme DL nº 26/2002 de 14 de Fevereiro, “Entende-se por transferências de capital os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital.”

Neste Capítulo são contabilizadas as transferências de capital obtidas do OE e da União Europeia – Feder para financiamento dos investimentos em equipamentos sociais no âmbito do PIDDAC.

Em 2011, as transferências de capital obtidas registaram um valor de 4.283.766,14€, o que traduz uma variação positiva de 8,23% relativamente a igual período de 2010 (3.957.911,41€).

Na receita em análise estão incluídas:

- ↳ Transferências de capital da Administração Central – PIDDAC OE, no montante de 2.702.294,78€, reflectindo uma evolução negativa de 31,45% comparativamente ao período homólogo de 2010 (3.941.941,19€);

↳ Transferências de capital do Resto do Mundo – União Europeia – PIDDAC FEDER, que em 2011 não apresenta qualquer valor executado, o que reflecte uma evolução negativa de 100,00€ face a igual período homólogo de 2010 (5.970,22€).

Refira-se ainda no que concerne à cativação aprovada em PIDDAC OE que, em 2010, se cifrou no montante de 1.189.450,00€ e no ano 2011 em 916.992,00€.

Para o período em análise regista-se ainda o montante de 1.581.471,36€ referente a uma devolução de capital por parte do Instituto de Informática, IP.

R.11 – ACTIVOS FINANCEIROS

Por definição, este capítulo compreende as receitas provenientes da venda e amortização de títulos de crédito, designadamente obrigações e acções ou outras formas de participação, que no presente ano não ocorreu.

R.12 – PASSIVOS FINANCEIROS

O valor inscrito nesta rubrica refere-se à previsão da utilização da linha de crédito para fazer face aos atrasos das transferências do FSE, sendo que no ano de 2011 não se registou qualquer receita desta natureza.

III. OUTRAS RECEITAS

R.15 – REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS AOS PAGAMENTOS (RNAP'S)

Conforme o DL nº 26/2002 de 14 de Fevereiro, no capítulo das reposições não abatidas nos pagamentos estão incluídas "... as receitas resultantes das entradas de fundos na tesouraria em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, ou em razão de não terem sido utilizados, na globalidade ou em parte, pelas entidades que os receberam. Contudo, neste capítulo só se registam as devoluções que têm lugar depois de encerrado o ano financeiro em que ocorreu o pagamento. Caso contrário, ou seja, no caso de as devoluções terem lugar antes do encerramento do ano financeiro, estamos perante reposições abatidas nos pagamentos. Estas últimas implicam unicamente correcções da dotação utilizada e do respectivo saldo disponível e, portanto, não são tidas como receita orçamental."

As RNAP's, atingindo, em 2011, o montante de 82.486.116,79€, dizem respeito fundamentalmente à recuperação, em 2011, de valores pagos indevidamente em acções de formação profissional do FSE (5.541.790,45€) e acções formação profissional CPN (1.755.994,61€) e à devolução de saldos de gerência do ano anterior por parte de alguns Organismos financiados pelo IGFSS. Em 2011 o valor executado foi de 82.486.116,79€, valor significativamente superior ao obtido em 2010, motivado pelo disposto no nº 4, do Artigo 9º, do Decreto-Lei nº 29-A/2011, de 1 de Março, o qual estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2011 (... "sempre que os saldos resultem de receitas provenientes do orçamento da Segurança Social, que não tenham tido origem em receitas gerais do Estado, os mesmos devem ser entregues, nos termos referidos, ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP").

Os quadros seguintes apresentam de forma detalhada os valores recebidos pelo IGFSS em reposições não abatidas aos pagamentos e em devolução de saldos do ano anterior, relativos a saldo de gerência, no biénio 2011/2010:

Análise evolutiva 2010/2011

Euros

R.15		2010		2011		Δ %
Fundo	Designação	Valor	Peso relativo no total	Valor	Peso relativo no total	Período Homólogo
AFP2*-205	Outras Receitas - Acções Formação OSS/CPN/OQC	4.980.341,59	13,81%	1.213.365,64	1,47%	-75,64%
AFP206	AFP206-AFP/QREN/OE	129.354,60	0,36%	542.628,97	0,66%	319,49%
AFP3*	Acções Formação FSE QCAIII	6.448.577,94	17,88%	95.868,76	0,12%	-98,51%
AFP307	Acção Formação FSE QREN	1.252.579,63	3,47%	5.445.921,69	6,60%	334,78%
RA113008	Outras Receitas Correntes	123.235,46	0,34%	151.364,72	0,18%	22,83%
RA211004	Outras Receitas Correntes	601.209,21	1,67%	0,00	0,00%	-100,00%
RA211005	Transferências de Saldos de Gerência	19.592.394,99	54,32%	74.590.978,15	90,43%	280,71%
RA311001	Administração	2.940.413,64	8,15%	445.988,86	0,54%	-84,83%
TOTAL		36.068.107,06	100,00%	82.486.116,79	100,00%	128,70%

Quadro 74 – Distribuição da receita obtida em reposições não abatidas aos pagamentos

Análise evolutiva 2010/2011

Euros

R.15	2010		2011		Δ %
Entidade	Valor	Peso relativo no total	Valor	Peso relativo no total	Período Homólogo
Agência Nacional para a Qualificação	2.092.282,59	10,68%	1.812.452,77	2,43%	-13,37%
Autoridade para Condições Trabalho	13.626.902,00	69,55%	3.718.184,00	4,98%	-72,71%
Casa Pia de Lisboa	853.836,40	4,36%	0,00	0,00%	-100,00%
Dir. Geral Solidariedade Seg. Social	0,00	0,00%	49.036,23	0,07%	100,00%
Gabinete de Estratégia e Planeamento	0,00	0,00%	79.272,16	0,11%	100,00%
Insp. Geral Ministério Solidariedade Seg.Social	0,00	0,00%	66,00	0,00%	100,00%
Instituto do Emprego e Formação Profissional	0,00	0,00%	65.124.729,72	87,31%	100,00%
Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu	0,00	0,00%	2.722.917,79	3,65%	100,00%
Instituto Nacional para a Reabilitação	3.019.374,00	15,41%	820.092,48	1,10%	-72,84%
Sec. Geral Ministério Solidariedade Seg.Social	0,00	0,00%	264.227,00	0,35%	100,00%
TOTAL	19.592.394,99	100,00%	74.590.978,15	100,00%	280,71%

Quadro 75 – Devolução de Saldo de Gerência

Evolução dos Receitas por classificação económica no Irún 2011/2009

Capítulo	Grupo	Designação	Receita Cobrada Líquido									
			Peso Relativo %	2009	Peso Relativo %	2010	$\Delta 10/09$ %	Peso Relativo %	2011	$\Delta 11/10$ %		
07	01	Vendas de bens e serviços correntes	0,00%	245.005,86	0,00%	185.210,64	-24,41%	0,00%	175.358,34	-5,32%		
		Vendas de bens	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%		
08	02	Serviços	0,00%	245.005,86	0,00%	185.210,64	-24,41%	0,00%	175.358,34	-5,32%		
		Outros Receitas Correntes	0,02%	3.700.063,00	0,02%	5.398.265,99	45,90%	0,04%	8.364.454,09	54,95%		
	01	Outros	0,02%	3.700.063,00	0,02%	5.398.265,99	45,90%	0,04%	8.364.454,09	54,95%		
		Receitas Capital	0,92%	204.481.725,15	0,12%	27.721.239,91	-86,44%	0,04%	8.208.104,16	-70,39%		
09		Venda de bens de investimento	0,02%	3.872.671,37	0,10%	23.763.328,50	513,62%	0,02%	3.924.338,02	-83,49%		
10		Transferências de capital	0,06%	12.609.053,78	0,02%	3.957.911,41	-68,61%	0,02%	4.283.766,14	8,23%		
03	06	Administração Central	0,05%	10.589.534,00	0,02%	3.951.941,19	-62,68%	0,01%	2.702.294,78	-31,62%		
		Segurança Social	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1.581.471,36	100,00%			
09		Resto do Mundo	0,01%	2.019.519,78	0,00%	5.970,22	-99,70%	0,00%	0,00	-100,00%		
11		Activos Financeiros	0,45%	100.000.000,00	0,00%	0,00	-100,00%	0,00%	0,00	0,00%		
12		Passivos Financeiros	0,40%	88.000.000,00	0,00%	0,00	-100,00%	0,00%	0,00	0,00%		
13	05	Empréstimos a curto prazo	0,40%	88.000.000,00	0,00%	0,00	-100,00%	0,00%	0,00	0,00%		
		Outros receitas de capital	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%		
15	01	Outras Receitas	0,06%	13.656.933,66	0,16%	36.068.107,06	164,10%	0,36%	82.486.116,79	128,70%		
		Reposições não obtidas nos pagamentos	0,06%	13.656.933,66	0,16%	36.068.107,06	164,10%	0,36%	82.486.116,79	128,70%		
		Reposições não obtidas nos pagamentos	0,06%	13.656.933,66	0,16%	36.068.107,06	164,10%	0,36%	82.486.116,79	128,70%		
TOTAL				22.249.657.725,05		22.992.748.081,51	3,34%		22.664.928.911,89	-1,43%		

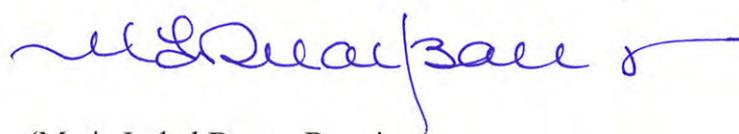
Euros

Evolução das Receitas por classificação económica no triénio 2011/2009

Capítulo	Grupo	Designação	Receita Cobrada Líquida						Δ11/10%	Peso Relativo %	2011	Δ11/10%
			Peso Relativo %	2009	Peso Relativo %	2010	Δ10/09 %	2011				
		Receitas Correntes	99,02%	22.031.519.066,24	99,72%	22.928.958.734,54	4,07%	99,60%	22.574.234.690,94	-1,55%		
03		Contribuições para o Seguro Social	57,09%	12.702.563.562,84	56,86%	13.073.871.060,18	2,92%	56,92%	13.353.726.700,96	2,14%		
	01	Subsistema Previdencial	57,06%	12.696.680.171,85	56,83%	13.067.280.542,91	2,92%	56,89%	13.347.899.562,72	2,15%		
	02	Regimes complementares e especiais	0,03%	5.883.390,99	0,03%	6.590.517,27	12,02%	0,03%	5.827.138,24	-11,58%		
04		Taxas, multas e outras penalidades	0,43%	96.749.989,37	0,45%	104.472.597,37	7,98%	0,47%	105.826.341,65	1,30%		
05		Rendimentos da propriedade	0,20%	45.347.306,69	0,13%	30.976.619,77	-31,69%	0,40%	89.550.841,45	189,09%		
	01	Juros - Soc. e quase soc. não financeiras		0,00	0,00	0,00			0,00			
	02	Juros - Sociedades Financeiras	0,19%	42.085.117,46	0,12%	28.063.151,61	-33,32%	0,38%	87.141.614,33	210,52%		
	03	Juros - Administração Pública	0,00%	314.736,72	0,00%	8.890,10	-97,18%	0,00%	8.890,10	0,00%		
	04	Juros - Instituições sem fins lucrativos	0,00%	44.194,46	0,00%	12.461,23	-71,80%	0,00%	8.427,14	-32,37%		
	05	Juros - Famílias		0,00	0,00	0,00			0,00			
	06	Juros - Resto do mundo		0,00	0,00	0,00			0,00			
	07	Dividendos e partic. nos lucros de soc. e quase soc. não fin.		0,00	0,00	0,00			0,00			
	08	Dividendos e partic. nos lucros de soc. financeiras		0,00	0,00	0,00			0,00			
	10	Rendas	0,01%	2.903.258,05	0,01%	2.892.116,83	-0,38%	0,01%	2.391.621,30	-17,31%		
06		Transferências Correntes	41,27%	9.182.913.138,48	42,25%	9.714.054.980,59	5,78%	39,78%	9.016.590.994,45	-7,18%		
	01	Soc. quase soc. n. financeiras	0,00%	609.142,00	0,00%	610.891,94	0,29%		651.879,48			
	03	Administração Central	35,40%	7.875.688.505,07	37,32%	8.581.497.407,04	8,96%	33,59%	7.613.703.722,65	-11,28%		
	04	Admin. Regional		0,00	0,00	0,00			0,00			
	06	Segurança Social	0,59%	131.493.190,55	0,34%	78.857.237,53	-40,03%	0,39%	87.911.401,81	11,46%		
	07	Instituições sem fins lucrativos	0,73%	161.474.125,97	0,62%	142.841.133,88	-11,54%	0,72%	163.599.668,55	14,53%		
	09	Resto do mundo	4,56%	1.013.648.174,89	3,96%	910.248.310,20	-10,20%	5,08%	1.150.724.321,96	26,42%		

Quadro 76 – Receitas Correntes / Capital por classificação económica no triénio 2011/2009

O Departamento de Orçamento e Conta

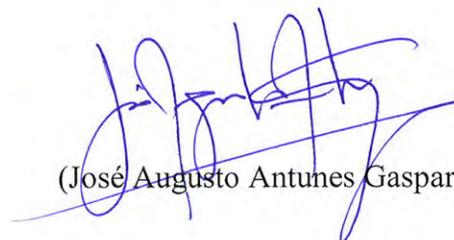


(Maria Isabel Duarte Barreiros)



(Lisa Pedrosa)

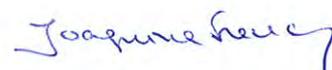
O Conselho Directivo



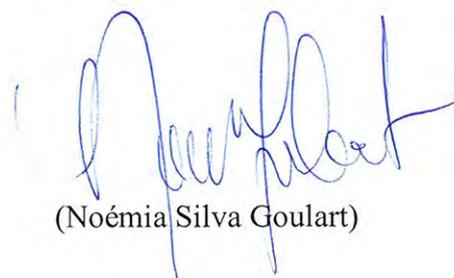
(José Augusto Antunes Gaspar)



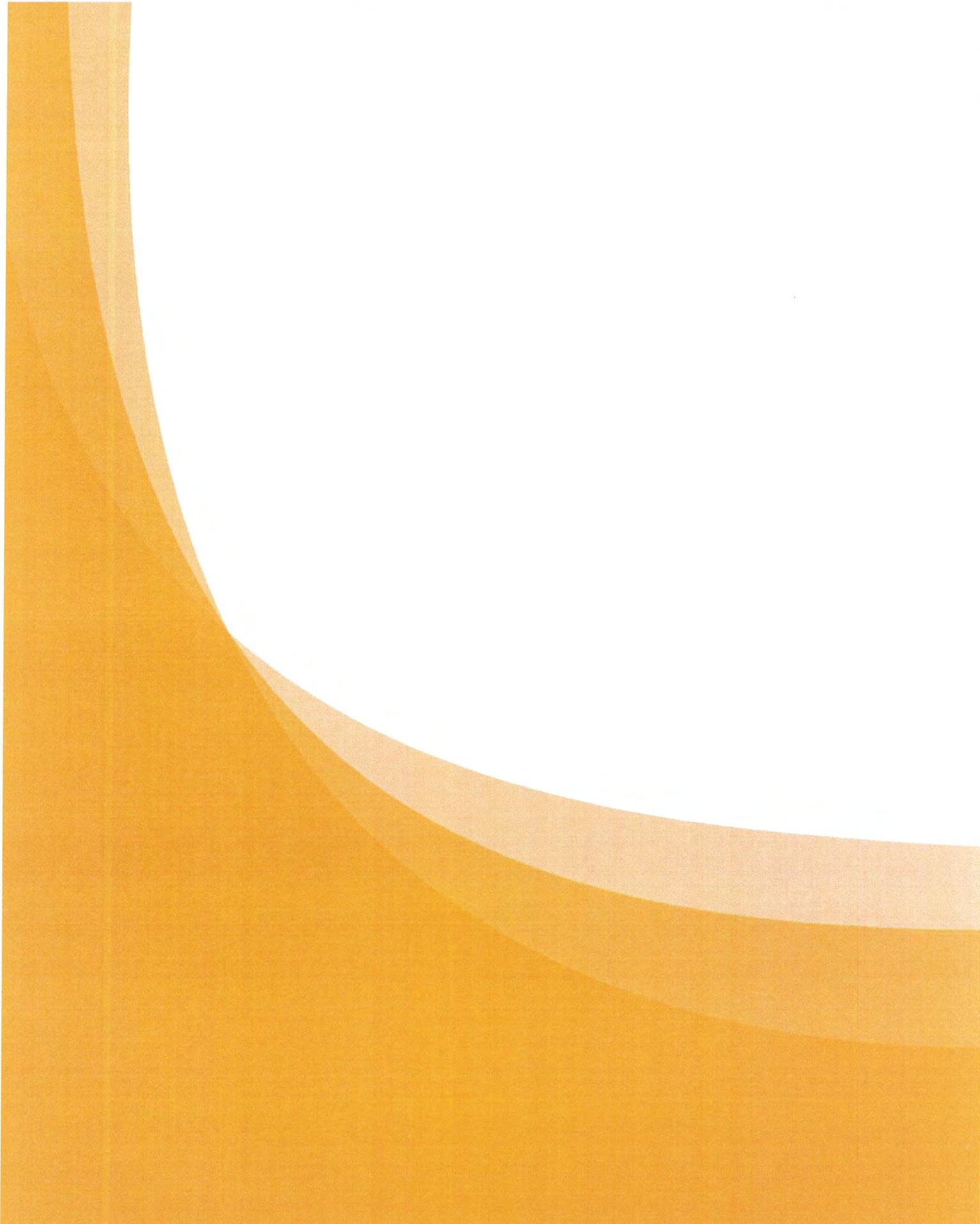
(Nelson da Silva Ferreira)



(Joaquina Maria Franco)



(Noémia Silva Goulart)



INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA
DA SEGURANÇA SOCIAL, IP
Av. Manuel da Maia, N° 58
1049-002 Lisboa

www.seg-social.pt
T. 21 843 333 0
F. 21 843 372 0

2. ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

CONSELHO DIRECTIVO

Presidente

José Augusto Antunes Gaspar, licenciado em Gestão de Empresas, nomeado pelo Despacho do Primeiro-Ministro n.º 385/2005, de 30 de Maio, publicado no Diário da República n.º 116 – 2ª Série, de 20 de Junho, renovado pelo Despacho do Primeiro-Ministro n.º 14708/2009, de 25 de Junho, publicado no Diário da República n.º 125 – 2ª Série, de 1 de Julho.

Vice-Presidente

Nelson da Silva Ferreira, licenciado em Gestão de Empresas, nomeado pelo Despacho do Primeiro-Ministro n.º 385/2005, de 30 de Maio, publicado no Diário da República n.º 116 – 2ª Série, de 20 de Junho, renovado pelo Despacho do Primeiro-Ministro n.º 14708/2009, de 25 de Junho, publicado no Diário da República n.º 125 – 2ª Série, de 1 de Julho.

Vogais

Joaquina Maria Franco, licenciada em Direito, nomeada pelo Despacho do Primeiro-Ministro n.º 385/2005, de 30 de Maio, publicado no Diário da República n.º 116 – 2ª Série, de 20 de Junho, renovado pelo Despacho do Primeiro-Ministro n.º 14708/2009, de 25 de Junho, publicado no Diário da República n.º 125 – 2ª Série, de 1 de Julho.

Noémia Silva Goulart, licenciada em Economia, nomeada pelo Despacho do Primeiro-Ministro n.º 14708/2009, de 25 de Junho, publicado no Diário da República n.º 125 – II Série, de 1 de Julho.

CONSELHO GERAL

Designado pelo Despacho n.º 6721/2004 (2.ª série), de 17 de Março, publicado no Diário da República – II Série, n.º 79, de 2 de Abril de 2004.

FISCAL ÚNICO

O DL 215/2007, de 29 de Maio que, no quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), aprovou o Estatuto Orgânico do IGFSS, introduziu o Fiscal Único, como órgão do Instituto, remetendo para as suas competências e nomeação de acordo com o previsto na Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, órgão cuja nomeação se aguarda conforme proposto à Tutela.

3. ESTRUTURA E RECURSOS HUMANOS

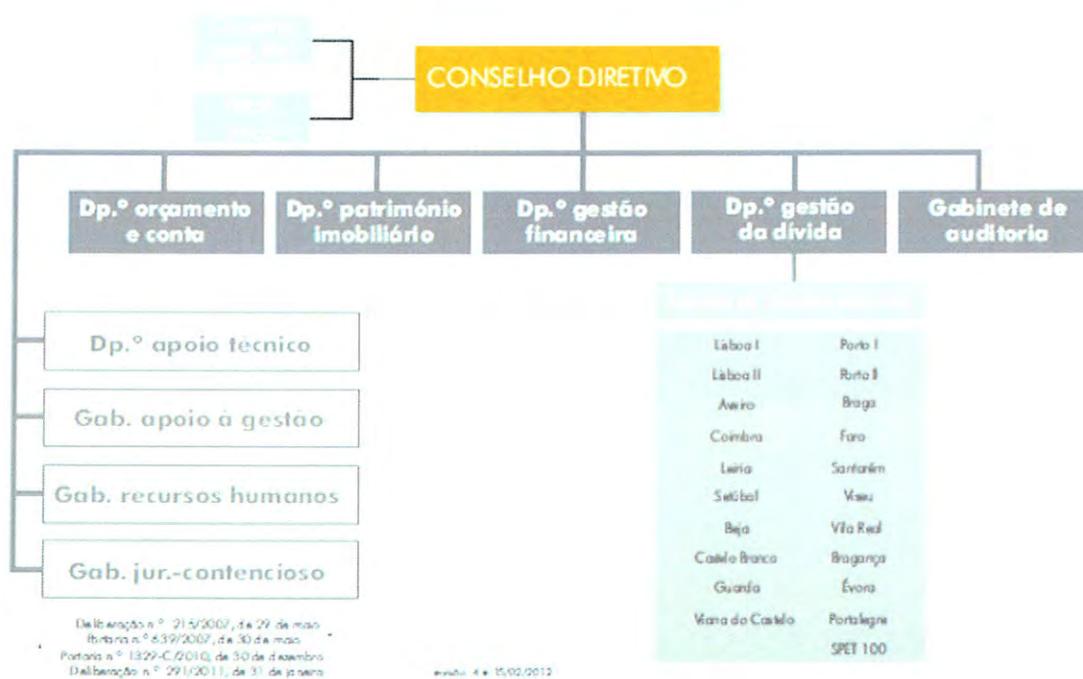


Figura 1 – Estrutura orgânica do IGFSS

Eram os seguintes os órgãos de direcção das unidades orgânicas, e respectivas estruturas intermédias (até ao nível da Direcção de Serviços), à data de 31.12.2011:



No IGFSS.IP, em 31.12.2011, o número de efectivos atingia 393, dos quais 115 do sexo masculino e 278 do sexo feminino. De acordo com os dados apurados na tabela anexa, constata-se que a taxa de emprego feminina foi de 71 % e a masculina de 29 %. Relativamente à taxa de emprego de chefias directas é de 17 % e do grupo de pessoal – técnico superior 49,40 %.

Instituição: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

Ano: 2011

Efectivos por grupos de pessoal segundo a relação jurídica

Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	Nomeação Definitiva		Nomeação Transitória por tempo determinado		Nomeação Transitória por tempo determinável		CT em Funções Públicas por tempo indeterminado		CT em Funções Públicas a termo resolutivo certo		CT em Funções Públicas a termo resolutivo incerto		Comissão de Serviço no âmbito da LYCR		Comissão de Serviço no âmbito do Código do Trabalho		CT no âmbito do Código do Trabalho		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior a)															2	2			2	2	4
Dirigente Intermédio a)															17	46			17	46	63
Técnico Superior							56	138											56	138	194
Assistente Técnico							30	87											30	87	117
Assistente Operacional							9	5											9	5	14
Informático							1	0											1	0	1
Total	0	0	0	0	0	0	96	230	0	0	0	0	0	0	19	48	0	0	115	278	393

Quadro 1 – Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género

Comparativamente com o total de efectivos de 2010, constatou-se que o quadro do IGFSS.IP sofreu um decréscimo de 11 colaboradores, sendo o valor de referência de 2010 – 404 colaboradores.

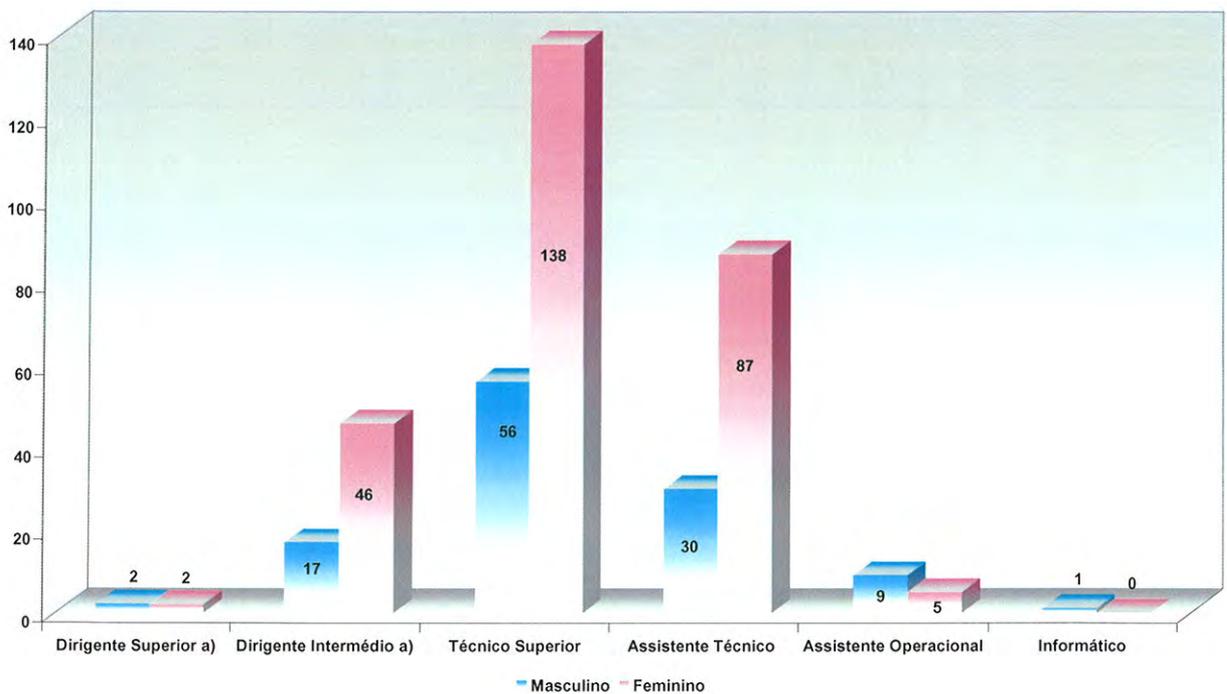


Gráfico 1 – N.º trabalhadores por sexo, segundo modalidade de grupo/Cargo/carreira

ESCALÃO ETÁRIO E GÉNERO

Da contagem dos trabalhadores por escalão etário identificou-se que a idade média dos trabalhadores femininos é de 44,5 anos enquanto que no efectivo masculino este valor situa-se nos 46,7 anos.

Para o total de efectivos, em 31.12.2011 a idade média situou-se nos 45 anos.

Grupo/cargo/carreira / Escala etária e género	Menos de 20 anos		20-24		25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		70 e mais		TOTAL		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Dirigência Superior (a)									1	1			1	1												2	2	4
Dirigência Intermediária (a)							1	1	5	26	3	12	2	2	1	2	3	3	2							17	46	63
Técnico Superior					1		8	25	19	55	12	31	6	8	5	7	4	10	1	2						56	138	194
Assistente Técnico							2	2	1	7	2	8	3	13	4	18	13	24	3	19	2					30	87	117
Assistente Operacional															5	2	2	3	2							9	5	14
Informático																				1						1	0	1
Total	0	0	0	0	1	0	11	28	25	89	18	49	11	24	16	27	22	40	9	21	2	0	0	0	0	115	278	393

Quadro 2 – Distribuição do número de efectivos segundo o escalão etário

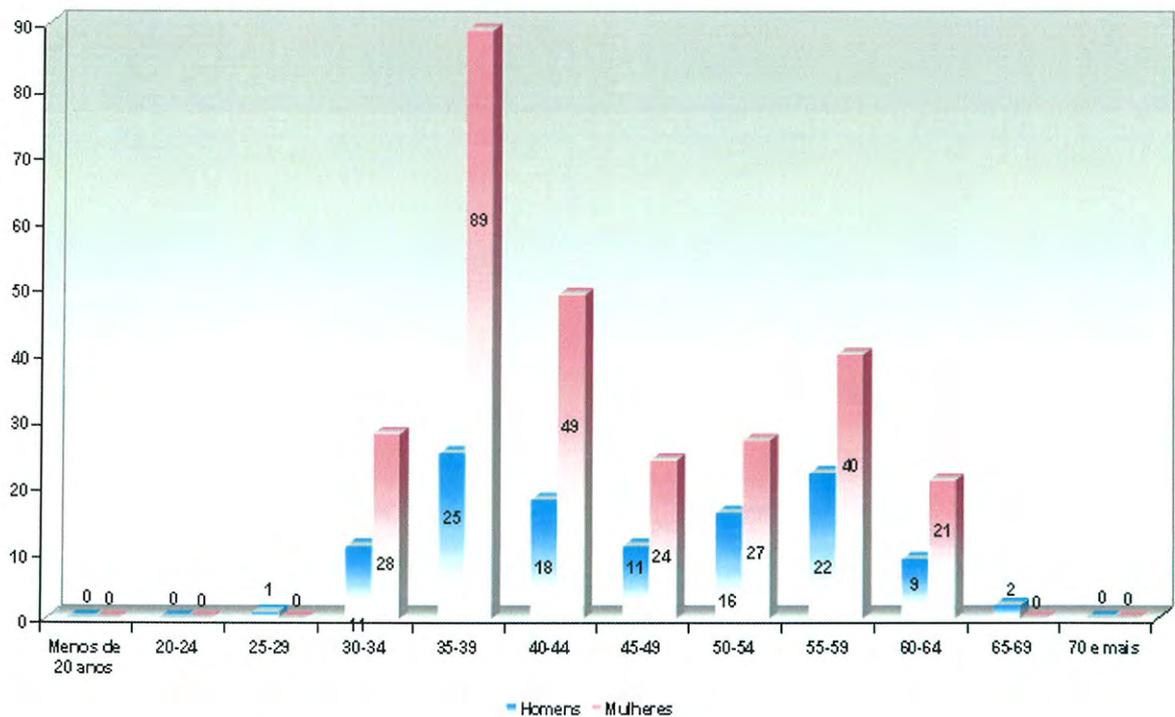


Gráfico 2 – N.º trabalhadores por escalão etário e género

NÍVEL DE ESCOLARIDADE E GÉNERO

Dos 393 trabalhadores, 259 têm habilitações de nível superior, representando uma taxa de formação superior de 66%. Com estudos de nível básico e secundário há 134 trabalhadores, o que representa 34% do efectivo total do Instituto.

Grupo/cargos/carreira / Habilitação Literária	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		5 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Digente Superior a)																2	2					2	2	4
Digente Intermediária)														1		15	45	1	1			17	46	63
Técnicos Superior							1		1	1			4	5	47	129	4	2			56	138	194	
Assistente Técnico			1	1	2	3	14	25	3	14	10	43		1							31	87	117	
Assistente Operacional			2	1		1	5	2			2	1									9	5	14	
Informáticos																						1	0	1
Total	0	0	3	2	2	4	19	28	4	15	13	44	5	6	64	176	5	3	0	0	115	278	393	

Quadro 3 – Distribuição dos trabalhadores de acordo com a escolaridade e género

Na estrutura habilitacional, é de registar o aumento de trabalhadores com formação superior, principalmente ao nível da Licenciatura, a par das faixas etárias predominantes e do grupo profissional de maior expressão numérica no total de efectivos do IGFSS.IP.

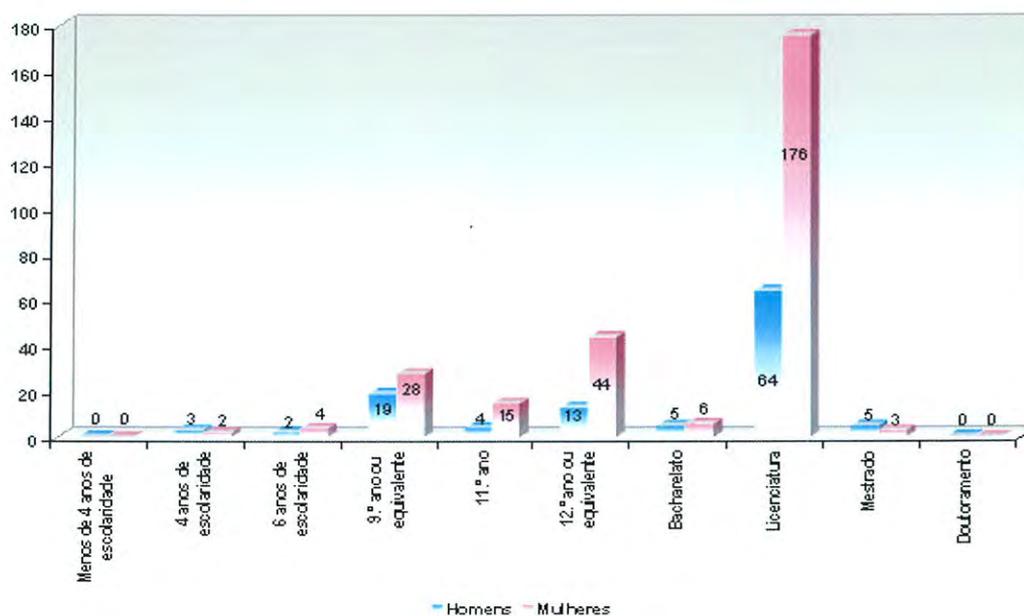


Gráfico 3 – N.º trabalhadores por nível de escolaridade e género

ENCARGOS COM PESSOAL

Os custos com pessoal atingiram, em 2011, a importância de 11.990.456,43€ (um decréscimo de 938.925,57€ face ao período homólogo), sendo a rubrica “remuneração base” aquela que maior impacto teve no total de encargos com 10.413.393,43€, seguido da rubrica “Suplementos remuneratórios”, com 829.791,68€.

Encargos com pessoal	Valor (Euros)
Remuneração base (*)	10.413.393,43€
Suplementos remuneratórios	829.791,68€
Prémios de desempenho	208,05€
Prestações sociais	584.661,07€
Benefícios sociais	0,00€
Outros encargos com pessoal	162.402,20€
Total	11.990.456,43€

(*) - Incluindo o subsídio de férias e o subsídio de Natal

Quadro 4 – Encargos com o pessoal no ano de 2011

O gráfico abaixo ilustra os custos com pessoal de acordo com o tipo de encargo suportado.

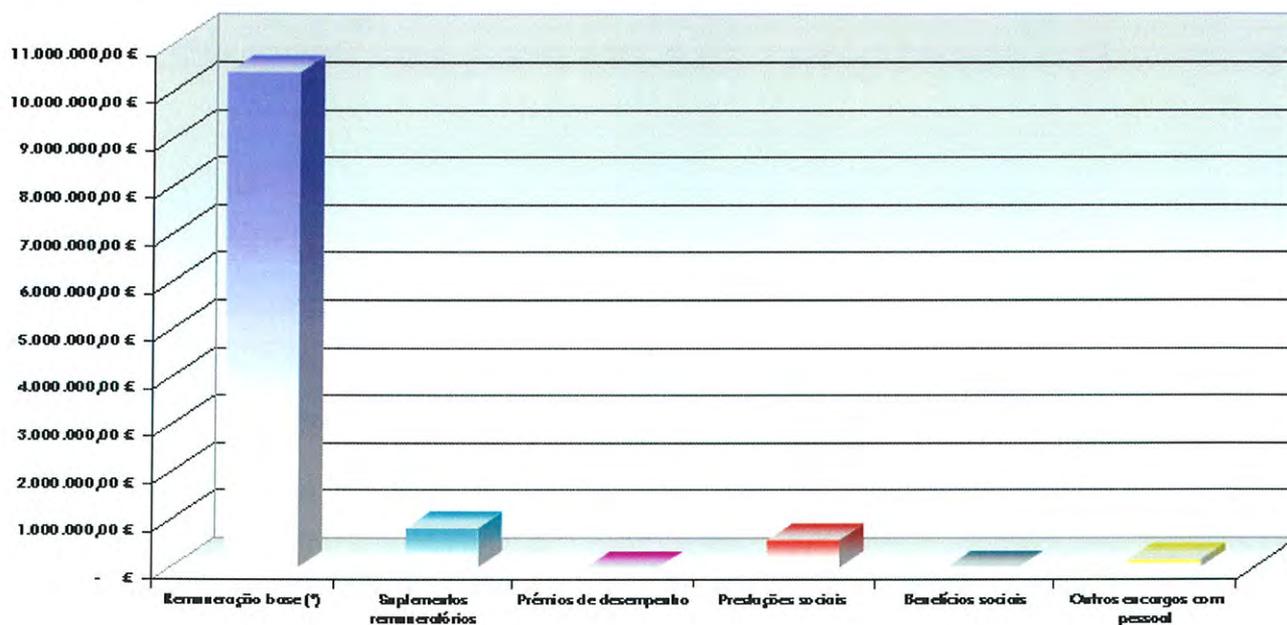


Gráfico 4 – Encargos com o Pessoal

CONTAGEM DAS ACÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

No que respeita às acções de formação desenvolvidas no ano de 2011, refira-se que decorreram 49 acções de formação internas e 729 acções de formação externas.

O quadro abaixo, representa o número de acções realizadas por carga horária.

Tipo de acção/duração	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	de 60 a 119 horas	120 horas ou mais	Total
Internas	49	0	0	0	49
Externas	665	47	2	15	729
Total	714	47	2	15	778

Quadro 5 – N.º de acções de formação ocorridas em 2011

Relativamente às acções de formação profissional realizadas durante o ano e em que participaram os efectivos do serviço, considerou-se:

- Acção interna, a que se destinou exclusivamente a efectivos do serviço.
- Acção externa, a que podia ter tido a participação de efectivos de vários serviços.

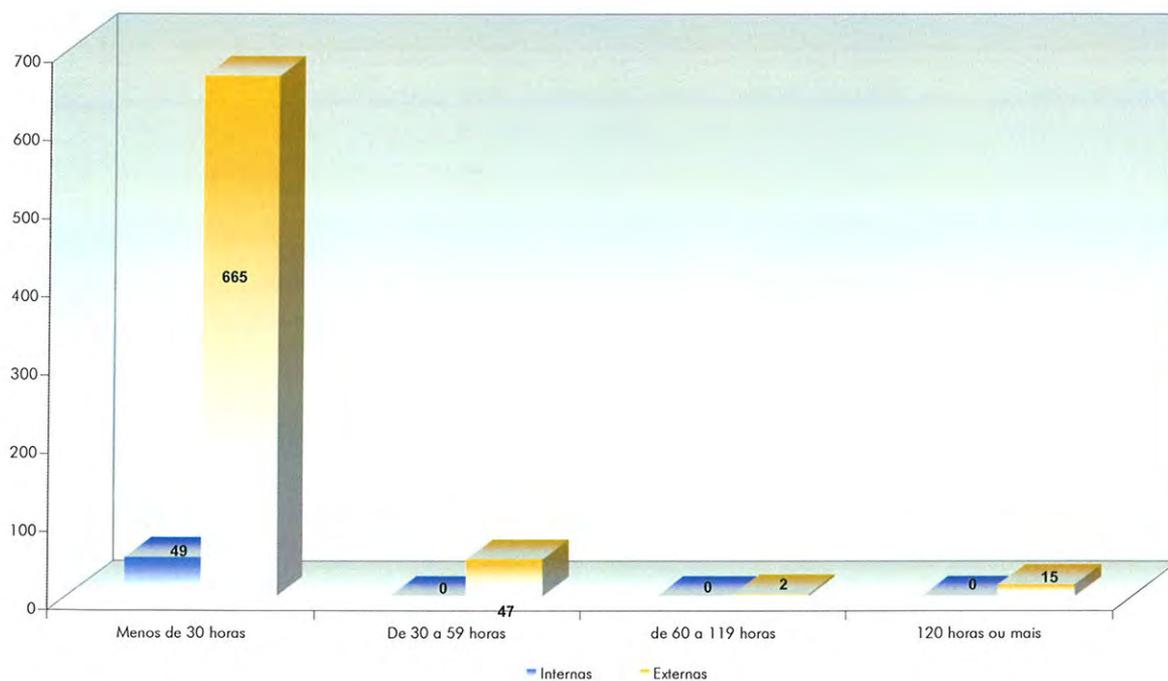


Gráfico 5 – Acções de formação profissional realizadas durante o ano, por tipo e duração

4. ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

A actividade do IGFSS é exercida a nível nacional sob a tutela e superintendência do Ministro da Solidariedade e da Segurança Social. Em 2011, o estatuto do IGFSS é regulado pelo Decreto-Lei 215/2007 e a estrutura orgânica pela Portaria 639/2007, de 30 de Maio, alterada pela Portaria 1329-C/2010, de 30 de Dezembro e pela Deliberação n.º 291/2011, de 31 de Janeiro de 2011, dividindo-se em áreas operacionais e áreas de suporte, dispondo ainda de serviços desconcentrados.

A actuação do Instituto centra-se essencialmente, nas seguintes áreas:

PLANEAMENTO, ORÇAMENTO E CONTA

- ✦ Propor as medidas de estratégia e de política financeira a adoptar no âmbito do sistema de Segurança Social e assegurar a respectiva execução, bem como assegurar o cumprimento do princípio da unidade financeira do sistema de Segurança Social;
- ✦ Definir, a nível nacional, objectivos, meios e formas de gestão financeira das instituições do sistema de Segurança Social;
- ✦ Preparar o orçamento da Segurança Social, apreciando, integrando e compatibilizando os orçamentos parcelares e assegurar, coordenar e controlar a respectiva execução;
- ✦ Definir os critérios e normas a que deve obedecer a elaboração e organização do orçamento da Segurança Social, bem como as regras da sua execução e alteração;
- ✦ Definir os princípios, conceitos e procedimentos contabilísticos a adoptar no sistema de Segurança Social, através da elaboração do plano de contas do sector e assegurar o seu cumprimento;

- ✚ Elaborar a Conta da Segurança Social;
- ✚ Assegurar a verificação, acompanhamento, avaliação e informação, nos domínios orçamental, económico e patrimonial, das actividades dos organismos, instituições e serviços que integram o sistema de Segurança Social, no âmbito do sistema de controlo interno da administração financeira do Estado;
- ✚ Participar, em colaboração com as demais instituições, organismos e serviços do sistema, em estudos e trabalhos com incidência no financiamento e na alteração de prestações do sistema de Segurança Social.

GESTÃO FINANCEIRA

- ✚ Optimizar a gestão dos recursos financeiros do sistema de Segurança Social;
- ✚ Desempenhar as funções de tesouraria única do sistema de Segurança Social, assegurando e controlando os pagamentos, bem como a arrecadação das receitas e dos respectivos fundos;
- ✚ Contrair os financiamentos necessários ao equilíbrio financeiro do sistema, nos termos da legislação aplicável;
- ✚ Assegurar a gestão do Fundo de Garantia Salarial, do Fundo de Socorro Social e demais fundos englobados no Instituto;
- ✚ Assegurar a rendibilização de excedentes de tesouraria, nomeadamente mediante o recurso a instrumentos disponíveis no mercado.

GESTÃO DA DÍVIDA

- ✚ Analisar a evolução da dívida à Segurança Social, bem como acompanhar e controlar a actuação das instituições de Segurança Social em matéria de regularização da dívida e assegurar a instauração e instrução de processos de execução de dívidas à Segurança Social;
- ✚ Representar a Segurança Social nas acções que visem a articulação institucional com outros credores públicos e privados;
- ✚ Apreciar e decidir, nos termos da lei, a posição a assumir pela Segurança Social no âmbito dos procedimentos extrajudiciais de conciliação, dos processos de insolvência e de recuperação de empresa e, ainda, de operações e procedimentos conducentes à celebração de contratos de consolidação financeira e de reestruturação empresarial, bem como instruir os procedimentos de regularização de dívida mediante dação em pagamento;
- ✚ Negociar e celebrar contratos de cessão de créditos;
- ✚ Promover, em articulação com o Instituto de Segurança Social, IP, a regularização das situações de incumprimento contributivo na forma, condições e requisitos estabelecidos na lei.

GESTÃO DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO

- ✚ Assegurar a gestão e administração dos bens e direitos de que seja titular e que constituem o património imobiliário da Segurança Social;
- ✚ Promover, no âmbito do sistema de Segurança Social, estudos e avaliações do património imobiliário;
- ✚ Promover e implementar programas de alienação do património imobiliário da Segurança Social.

5. INTRODUÇÃO

De acordo com o normativo legal em vigor, apresentam-se os documentos de prestação de contas do IGFSS relativos ao exercício de 2011 de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social (POCISSSS), aprovado pelo Decreto-Lei nº 12/2002, de 25 de Janeiro, incluindo, para além destes, os elementos adicionais definidos pelo Tribunal de Contas, a que se refere o Tribunal de Contas na Instrução nº1/2004-2ª secção, publicada no Diário da república II série, de 14 de Fevereiro de 2004.

Os trabalhos de encerramento contabilístico do ano de 2011 decorreram em tempo considerado oportuno, reflectindo o esforço desenvolvido no sentido de dar continuidade e aprofundar o trabalho de consolidação do SIF.

Em 2011 verificou-se uma maior sensibilização no que concerne aos fechos intercalares dos períodos contabilísticos, para a qual concorreu necessariamente a sensibilização das entidades para a necessidade de registarem no mês correspondente a receita dos abastecimentos financeiros, evitando assim liquidações em meses distintos nas entidades envolvidas. Foi igualmente evidente a preocupação das entidades do perímetro da Segurança Social para a análise das divergências patrimoniais e orçamentais.

O actual modelo de registo contabilístico da receita de contribuições decorreu no IGFSS, como entidade que reconhece os proveitos e a correspondente receita de contribuições, de forma articulada com o ISS.IP e com o II.IP por forma a dirimir algumas e importantes dificuldades com que se debate o actual sistema de gestão de contribuições e criar condições para que entretanto sejam mantidos os circuitos de informação entre as áreas responsáveis pelo controlo financeiro dos valores diariamente recebidos no IGFSS e a área de contribuintes do ISS.IP, de modo a garantir todo o processamento de informação, assegurando a actualização/correção de movimentos em conta-corrente, conforme protocolos com os bancos, SIBS, CTT, MB, GT e restantes entidades cobradoras.

De realçar que o Sistema de Gestão de Conta-Corrente SICCC/GC teve a sua implementação em 2007 com registos contabilísticos através do *Interface* SICCC-GC-SIF no que se refere aos movimentos de contribuições, encontrando-se, em 2011, praticamente todos os processos implementados. Ao nível da arrecadação de receita de contribuições, verificou-se em 2011, uma maior coordenação entre as equipas do IGFSS e do II.IP - GC e SIF para que as contribuições entregues no mês sejam contabilizadas atempadamente face ao calendário definido para o encerramento dos períodos contabilísticos, permitindo assim uma execução orçamental suportada nos dados residentes em SIF.

Em 2011, verificou-se uma ligeira recuperação ao nível da clarificação e compensação dos créditos entrados nas contas bancárias do IGFSS, registando-se um decréscimo, relativamente a 2010, de 12,3% e 1,3% respectivamente.

O IGFSS tem por objecto a gestão financeira unificada dos recursos económicos consignados no orçamento da segurança social, competindo-lhe assegurar a correspondência entre as fontes de financiamento dos regimes de segurança social, centralizando a respectiva receita, independentemente dos formas de financiamento da despesa, a qual se deve adequar à respectiva actividade.

Neste âmbito, o Dec. Lei 112/2004 atribuiu ao IGFSS competências para “desempenhar as funções de tesouraria única do sistema de segurança social, assegurando e controlando os pagamentos, bem como a arrecadação de receitas e dos respectivos fundos movimentados pela rede de cobranças”.

As referidas competências do IGFSS decorrem, aliás, do modelo global que se iniciou em 2002, do qual constituiu um marco a publicação da Lei de Bases da Segurança Social, bem como da integração do IGFSS no Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado como órgão de nível estratégico, de que resultou o reforço e as competências que constam da Lei de Enquadramento Orçamental, conferindo um regime especial de execução ao Orçamento da Segurança Social e atribuindo ao IGFSS as competências de tesouraria única do sistema, reforçando assim a sua autonomia e responsabilidade ao nível do controlo orçamental.

No que respeita à concretização da tesouraria única da Segurança Social, refira-se que, ao nível dos recebimentos, os actuais canais de cobrança asseguram já a centralização dos recebimentos em contas do IGFSS, no que respeita a contribuições, independentemente do canal utilizado para o recebimento (banca, CTT, Multibanco, SIBS, tesourarias do sistema de Segurança Social, cartas-cheques dos Tribunais, etc.).

6. CONDICIONALIDADES DA ACTIVIDADE

INTERFACE SEF-SIF

No âmbito do SEF (Sistema de Execuções Fiscais), em vigor desde 2002, não se encontra ainda em produção a *interface* entre SICC-GC/SEF/SIF, o que levou a que fosse necessário continuar o processo manual de contabilização dos fluxos financeiros, para efeitos do fecho de 2011, com base nos ficheiros de movimentos de ocorrências e de movimentos do SEF.

Em 2011, foi dada continuação aos trabalhos desenvolvidos com o II.IP e ISS.IP para o levantamento de requisitos e desenho da *interface*.

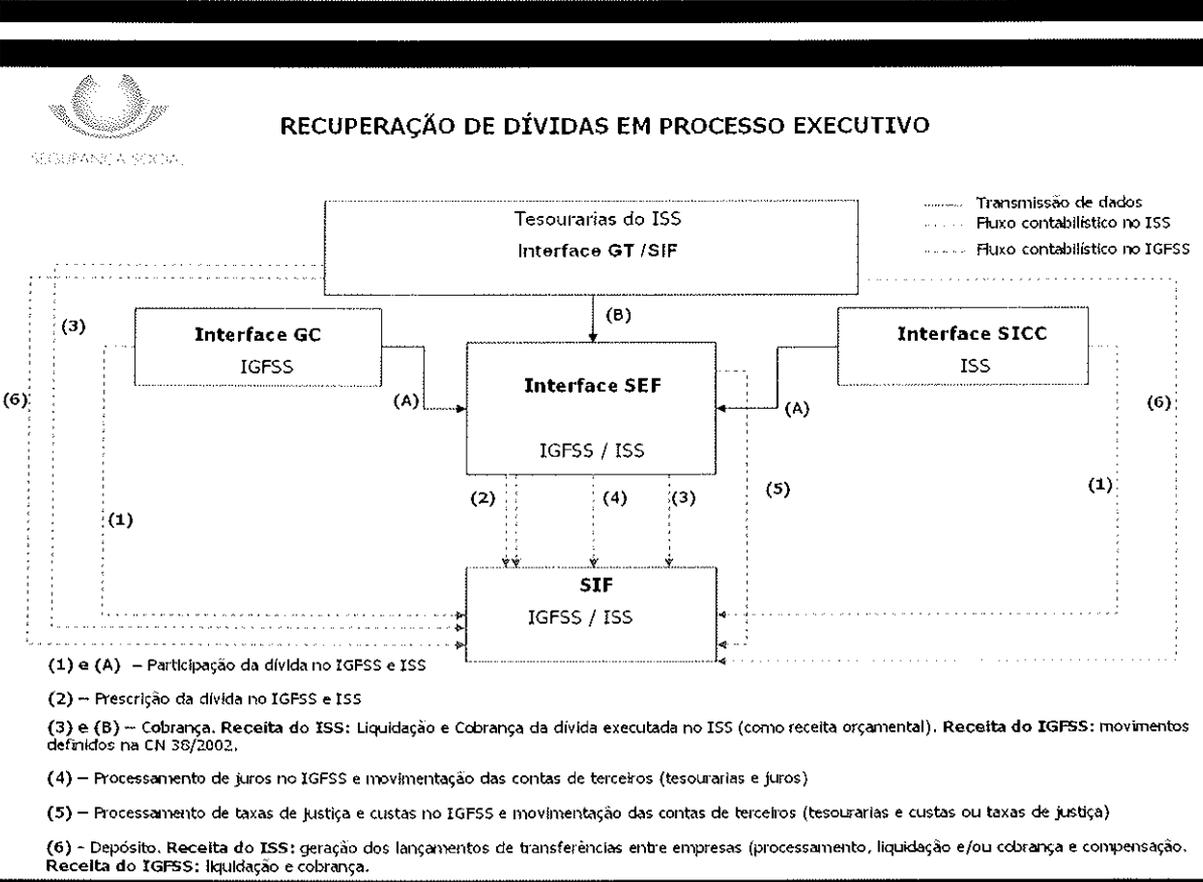
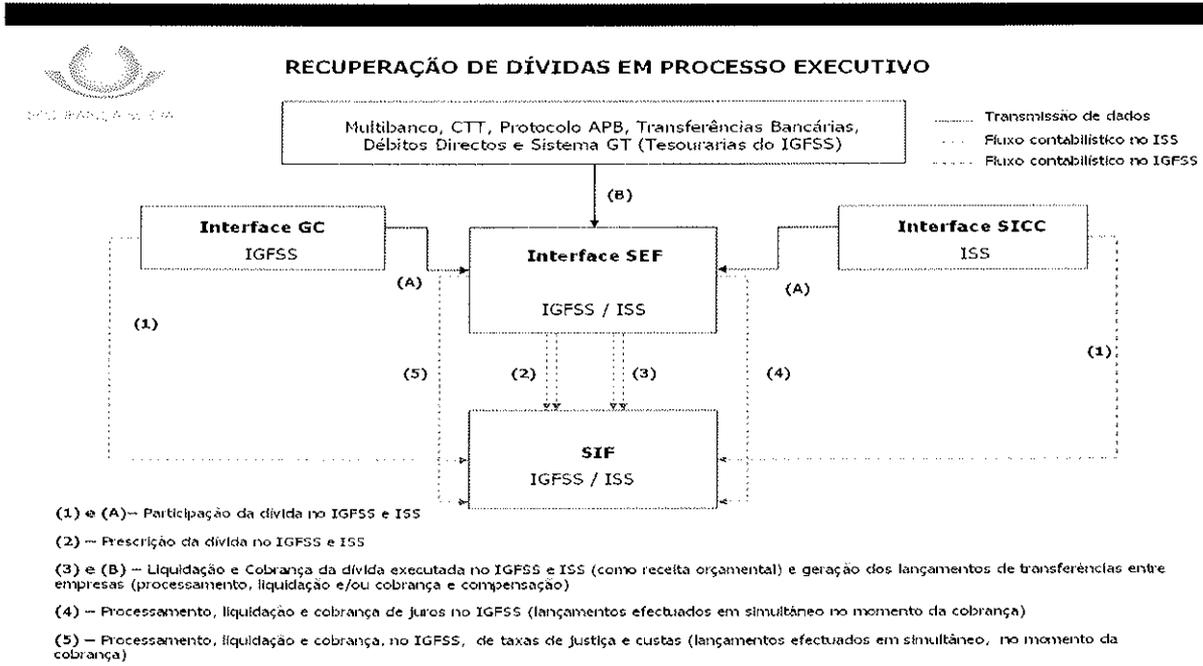


Figura 3 – Recuperação de dívidas em processo executivo

7. FACTOS MAIS RELEVANTES DO EXERCÍCIO DE 2011

7.1 Contribuintes

O Departamento de Gestão da Dívida tem como responsabilidade a análise da evolução da dívida à Segurança Social, promovendo a sua recuperação, através da cobrança coerciva e extraordinária e na viabilização de empresas devedoras.

Durante o ano de 2011, o IGFSS.IP recuperou 540 milhões de euros (M€) de dívida à Segurança Social, mais 16% do que o valor arrecadado em 2010 (467M€), mantendo uma evolução fortemente positiva na recuperação de dívida desde 2006, conforme gráfico infra:

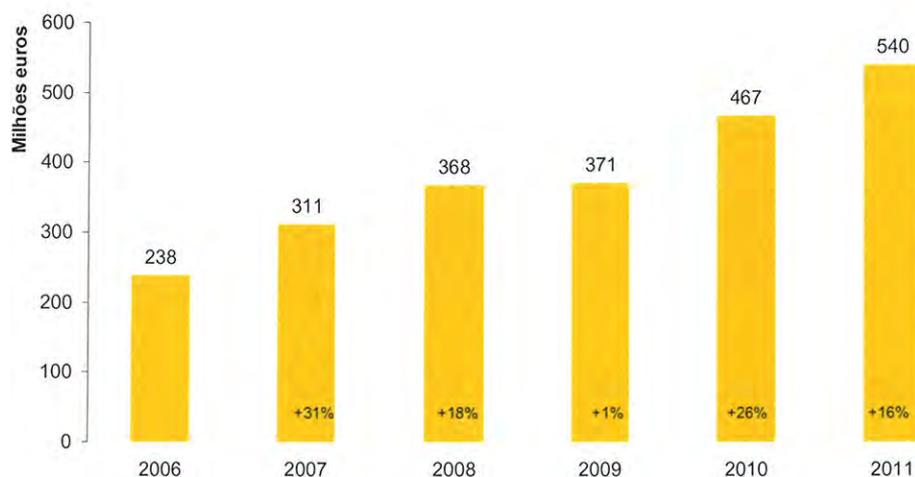


Gráfico 6 – Recuperação anual de dívida à Segurança Social

Os resultados obtidos sustentam-se em três vectores estratégicos de actuação:

1.º) Manutenção de uma postura de diálogo com o contribuinte, procurando em conjunto uma solução de viabilização e recuperação de créditos. Este posicionamento permite que, do valor total recuperado, 71% seja voluntário e apenas 29% resultante da acção coerciva, ou seja,

penhora e venda de bens. O gráfico seguinte ilustra a evolução anual na implementação desta estratégia, duplicando o rácio de cobrança voluntária de 2006 (37%).

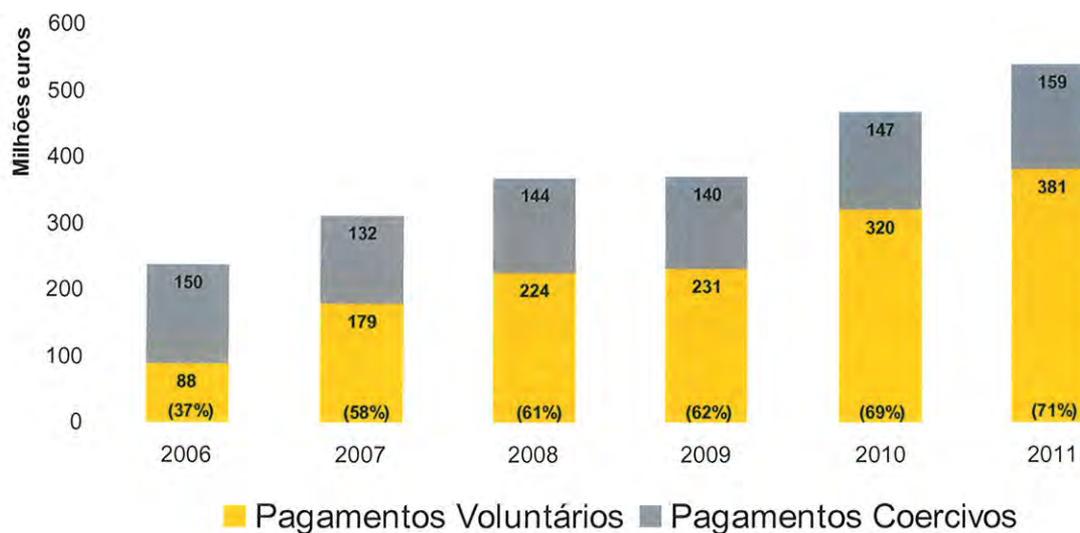


Gráfico 7 – Cobrança voluntária “versus” cobrança coerciva de 2006 a 2011

2.º) Aumento de produtividade das equipas, através do reforço na formação e optimização de procedimentos, nomeadamente ao nível dos diversos canais de atendimento. Por exemplo, iniciou-se a gestão de acordos com devedores por via electrónica, desde a apresentação de requerimentos e envio mensal de prestações à notificação de incumprimento.

3.º) Manutenção de uma actuação forte sobre gerentes, responsáveis subsidiários pela criação da dívida, tendo-se realizado acima de onze mil citações individuais para responsabilização pessoal pelas dívidas contraídas, correspondendo a uma arrecadação de 37M€.

Em termos de distribuição da receita por natureza do devedor, a tabela seguinte sintetiza os valores arrecadados:

Tipo devedor	M€	Peso
Empresas	399	74%
Trabalhadores independentes	104	19%
Responsáveis subsidiários	37	7%

Quadro 6 – Distribuição da receita por natureza de devedor

Durante o ano de 2011 foram celebrados acordos com 84.033 contribuintes, mais 33% do que em 2010. Dos acordos celebrados, mais de 90% respeitam a novos acordos, tendo os restantes resultado de processos de renegociação de acordos existentes.

Os acordos celebrados corresponderam a um volume total de dívida de 974 milhões de euros. Deste valor, 740 milhões de euros correspondem a novos acordos e 234 milhões de euros à renegociação de acordos.

Como referido, o valor de dívida cobrada por via de acordo correspondeu a um total de 294 milhões de euros. Este valor corresponde a um aumento superior a 21,6% em relação ao ano de 2010.

Através da gestão de grandes devedores em medidas de regularização extraordinária e mantendo o foco na viabilização de empresas, foram adicionalmente enquadrados em acordo cerca de 67 milhões de euros e salvaguardados 4.452 postos de trabalho. Importa referir que, quer o número de grandes devedores à Segurança Social, quer o peso dessas empresas no que respeita ao número de trabalhadores tem tendência a diminuir devido à actuação cada vez mais célere no que respeita à recuperação da dívida.

Recuperação Extraordinária	2011
Postos de Trabalho	4.452
Valor Enquadrado	67 M€

Quadro 7 – Recuperação extraordinária

No seguimento da acção das Secções de Processo, foram solicitadas sobre 91,54% dos processos em condições legais para o efeito, representando 172.911 penhoras (de contas bancárias, veículos, IRS, IVA, créditos e imóveis), mais 250% que no ano anterior. Este crescimento acentuado verificou-se essencialmente ao nível das penhoras bancárias e às penhoras de IVA, sendo que estas últimas apenas começaram a ser executadas em 2011 face a alterações legislativas.

O forte aumento da cobrança foi um determinante para o aumento da taxa de cobrança da carteira de dívida líquida que ascendeu a 21,5% em 2012, o que representa um crescimento um aumento da eficiência de 5,7% face ao ano anterior.

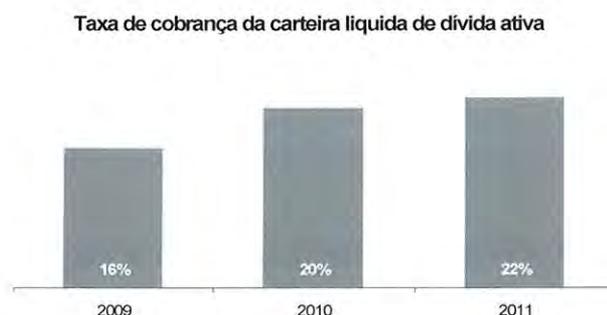


Gráfico 8 – Taxa de cobrança da carteira líquida de dívida activa de 2009 a 2011

No que respeita à evolução da carteira de dívida líquida¹ verificou-se um aumento de 13% face ao ano anterior, situando-se agora aproximadamente em 2,6 mil milhões de euros. No ano de 2011 passou a existir participação massiva de Trabalhadores Independentes o que contribuiu para o crescimento da dívida.



Gráfico 9 – Carteira líquida de dívida activa de 2008 a 2011

¹ Valor em dívida em condições de cobrança coerciva, excluindo reclamações, declarações em falha, prescrições, contencioso e outros fatos suspensivos da cobrança.

CONTABILIZAÇÃO DOS PROVEITOS DE CONTRIBUIÇÕES

À semelhança do que ocorreu em exercícios anteriores, a contabilização dos Proveitos de 2011, face ao processamento das declarações de remunerações (DR's), decorreu de acordo com os valores reais no sistema GR e SICC/GC/SIF, com excepção das DR's das caixas não integradas que, à semelhança do ano anterior, foram lançados manualmente no IGFSS a partir de informação daquelas Caixas e da regularização dos débitos relativos à "pesca artesanal" relativos ao período de Janeiro a Dezembro de 2011.

Em 2011, à semelhança de 2010, procedeu-se à correcção contabilística dos movimentos efectuados pelo *Interface GC/SIF* na conta 7977, relativa à anulação de débitos de anos anteriores que, indevidamente, foram contabilizados naquela conta e que, face à sua magnitude, foram transferidos para a conta 592 - Regularizações de grande significado.

Como já foi referido anteriormente, a receita de contribuições é contabilizada dentro do respectivo mês, tendo vindo o ser cumprido o calendário de encerramento dos períodos contabilísticos, dando-se desta forma cumprimento à recomendação do Tribunal de Contas de não proceder, por norma, à reabertura de períodos contabilísticos.

RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES – ANÁLISE EVOLUTIVA DE 2009 A 2011

CONTRIBUIÇÕES	2009	2010	Δ 2010/2009	2011	Δ 2011/2010	Euros
	12.696.680.171,85	13.067.280.542,91	2,92%	13.347.899.562,72	2,15%	
	4.832.273.820,62	4.790.376.863,96	-0,87%	4.811.142.742,48	0,43%	
	4.317.063.203,55	4.283.710.302,63	-0,77%	4.314.694.961,21	0,72%	
	515.210.617,07	506.666.561,33	-1,66%	496.447.781,27	-2,02%	
	7.864.406.351,23	8.276.903.678,95	5,25%	8.536.756.820,24	3,14%	
	7.058.403.118,22	7.481.763.105,73	6,00%	7.743.605.075,54	3,50%	
	806.003.233,01	795.140.573,22	-1,35%	793.151.744,70	-0,25%	
	5.883.390,99	6.590.517,27	12,02%	5.827.138,24	-11,58%	
	5.883.390,99	6.590.517,27	12,02%	5.827.138,24	-11,58%	
	12.702.563.562,84	13.073.871.060,18	2,92%	13.353.726.700,96	2,14%	

Quadro 8 – Receita de Contribuições (Mapa 7.2)

Da análise ao quadro supra, pode constatar-se que no exercício de 2011 foram arrecadados 13.353.726.700,96€ evidenciando um crescimento de 2,14% em relação ao período homólogo de 2010, ligeiramente inferior ao registado no exercício de 2010 face a 2009, no qual se denotava um crescimento de 2,92%.

RECEITA COBRADA NAS SPET – DISTRIBUIÇÃO POR TRIBUTOS – 2010/2011

Tributo	Montante		Variação 2011/2010	
	2010	2011	Em €	Em %
	(1)	(2)	(3)=(2)-(1)	(4)=(2)/(1)-1
Coimas	355.384,86	283.075,33	- 72.309,53	-20,35%
Contribuições/Cotizações	336.073.172,15	389.965.015,49	53.891.843,34	16,04%
Juros	77.834.847,30	83.781.048,98	5.946.201,68	7,64%
Outros	1.949.593,71	1.877.630,97	- 71.962,74	-3,69%
Prestações	5.066,36	2.997,03	- 2.069,33	-40,84%
Taxas de Justiça	8.465.810,34	9.678.488,65	1.212.678,31	14,32%
Total Geral	424.683.874,72	485.588.256,45	60.904.381,73	14,34%

Quadro 9 – Receita cobrada nas SPET por Tributos

Para este comportamento concorreu a recuperação de dívidas à Segurança Social, no âmbito das Secções de Processo, que, comparativamente com o ano de 2010, assume um crescimento de 14,34%, reflectindo um acréscimo em termos absolutos de 60,9 milhões de euros face ao período homólogo do ano anterior.

CONTRIBUIÇÕES DECLARADAS – ANÁLISE EVOLUTIVA DE 2009 A 2011

	Euros				
DR*	2009	2010	Δ 2010/2009	2011	Δ 2011/2010
	13.280.340.060,50	13.919.385.989,66	4,81%	14.041.628.434,40	0,88%
	124.748.688,65	472.317.159,93	278,61%	299.149.390,98	-36,66%
	13.405.088.749,15	14.391.703.149,59	7,36%	14.340.777.825,38	-0,35%

Fonte: Demonstração de Resultados

Quadro 10 – Declaração de Remunerações

Da análise ao quadro anterior pode observar-se o comportamento das contribuições declaradas do ano e de anos anteriores, sendo que:

-Ao longos dos 3 últimos anos constatou-se um crescimento das “Contribuições Declaradas do próprio ano” à Segurança Social, que, de 2010 para 2011, atingiu 0,88%, bastante inferior ao registado de 2008 para 2009 que se tinha cifrado em 4,81%;

- Em relação à rubrica de contribuições de anos anteriores, esta inclui as contribuições declaradas cujo ano mês referência é igual ou inferior a 11/N-1 e outras regularizações que sejam efectuadas às contribuições declaradas de anos anteriores;

- Em 2011, à semelhança do que aconteceu em 2010, procedeu-se à correcção contabilística dos movimentos efectuados pelo *Interface GC/SIF* na conta 7977, relativa à anulação de débitos de anos anteriores (vidé ABDR/2011), que indevidamente foram contabilizados naquela conta, justificando assim o decréscimo de 36,66%, de 2010 para 2011;

- Relativamente aos valores cobrados mas que se encontram em clarificação, verifica-se, em 2011, que houve uma ligeira identificação, compensação e regularização dos créditos cobrados, evidenciando um esforço por parte da conta-corrente na recuperação da clarificação/compensação, como se pode constatar no quadro infra.

Evolução do perfil da conta 212 da classificação

CONTAS	2010		2011		Variação
	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	
Clientes					
2121181200 - SICCO/classeificação conta corrente	-69.867.308,31	-46.400.217,65	-42,17%	-35.455.915,09	-12,26%
2121181300 - SICCO/classeificação classificação económica	-32.238.287.200,97	-12.678.182.733,00	-60,87%	-12.509.540.455,16	-1,33%

Quadro 11 – Recebimento de Contribuições

DAÇÕES EM PAGAMENTO

No ano de 2011, foram celebrados diversos contratos de dação em pagamento no âmbito do processo de recuperação de dívidas à Segurança Social que atingiram o montante de 2.328.463,50€ e se reflectiram no reforço dos investimentos financeiros em imóveis do IGFSS.

Dações 2011	
Contribuinte	Valor (€)
A.Henriques & CA, Lda.	151.047,00
I.F.M-Indústria de Fibras de Madeira, SA	476.204,50
Cintra-Urbanizações, Turismo e Construções, SA	543.692,00
I.F.M-Indústria de Fibras de Madeira, SA	1.157.520,00
Total	2.328.463,50

Quadro 12 – Dações no Ano 2011

Em termos comparativos, no quadro seguinte apresenta-se informação respeitante ao triénio 2011/2009, constatando-se, por um lado, que, em 2010, comparativamente com o período homólogo do ano anterior, se registou um acréscimo na regularização de dívidas por dação em pagamento de 42.092,00€, isto é mais 2,01% e, por outro lado, em 2011, comparativamente com o ano 2010, registou-se um acréscimo de 194.381,50 isto é mais 9,11%.

Euros

Dações Contribuinte	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
A. Bento Vermelho, Lda.		365.400,00	
A. Henriques & CA, Lda.			151.047,00
Beiralã – Lanifícios SA		779.800,00	
Cintra-Urbanizações, Turismo e Construções, SA			543.692,00
Coelima – Industrias Têxteis, SA		707.650,00	
Gransintra – Mármore e Granitos, Lda.		86.000,00	
I.F.M-Indústria de Fibras de Madeira, SA			476.204,50
I.F.M-Indústria de Fibras de Madeira, SA			1.157.520,00
Instituto à Comunidade Forte da Casa	700.000,00		
Rohde – Soc. Industrial de Calçado Luso-Alemã, Lda.	743.800,00		
Sonuma – Sousa Nunes & Machados, Lda.	648.190,00		
USID – Confecções, SA		195.232,00	
Total	2.091.990,00	2.134.082,00	2.328.463,50
		Δ Ano 2010/2009	42.092,00 2,01%
		Δ Ano 2011/2010	194.381,50 9,11%

Quadro 13 – Dações no Triénio 2011/2009

CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES DE CONTRIBUIÇÕES

Prosseguindo o objectivo de reforçar a veracidade e fiabilidade das demonstrações financeiras do IGFSS, foi reiteradamente solicitado ao II.IP o desenvolvimento e implementação do processo de automatização em SICC/GC/SIF do registo das provisões, objectivo não alcançado, o que conduziu a que mais uma vez o IGFSS procedesse à contabilização manual daquelas no exercício de 2011.

Em 2011, foi efectuada uma revisão aos critérios de extracção da informação para efeitos de provisões, levando a um reajustamento do valor, que se vinha a considerar como sujeito a provisões. Assim, no exercício de 2011, apresento-se um decréscimo de 1,7 mil milhões de provisões acumuladas comparativamente a 2011, essencialmente por ter sido excluído do âmbito

da dívida considerada de cobrança duvidosa o que foi e/ou está coberta por garantias reais ou suspensa.

PROVISÕES DE CONTRIBUIÇÕES – QUADRO EVOLUTIVO 2010/2011

	2010	2011	Provisão 2010	Provisão 2011	Varição do valor provisionado
Resumo de provisões	Base de calculo	Base de calculo	Provisão acumulada	Provisão acumulada	2011/2010
Provisões a 25%	359.871.267,85 €	144.784.586,92 €	89.967.816,96 €	36.196.146,73 €	-59,77%
Provisões a 50%	336.977.516,46 €	171.359.357,94 €	168.488.758,23 €	85.679.678,97 €	-49,15%
Provisões a 75%	331.066.076,80 €	183.702.451,03 €	248.299.557,60 €	137.776.838,27 €	-44,51%
Provisões a 100%	3.746.873.514,75 €	2.266.250.781,04 €	3.746.873.514,75 €	2.266.250.781,04 €	-39,52%
	4.774.788.375,86 €	2.766.097.176,93 €	4.253.629.647,54 €	2.525.903.445,01 €	

Quadro 14 – Provisões de Contribuições

7.2 Titularização

Nos termos do artigo 25º da Lei n.º 32-B/2002, de 30 de Dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2003, foi o Governo autorizado a proceder à cedência de créditos para efeitos de titularização respeitantes, nomeadamente, às contribuições e quotizações para a Segurança Social. Ao abrigo daquela autorização foi publicada a Portaria n.º 1.375-A/2003, de 18 de Dezembro, que aprovou a celebração de contrato com a sociedade de titularização de créditos, Sagres, Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., para a cessão, até 31 de Dezembro de 2003, de créditos que fossem objecto de processos de execução instaurados entre 1 de Janeiro de 1993 e 30 de Setembro de 2003.

Estes créditos foram titularizados em dois *portfolios* distintos, um constituído por todos os processos instaurados até 30/09/2001, que foram cedidos através do *portfolio* da DGCI, e o outro, constituído por todos os processos após essa data e até à data do contrato, que foram cedidos no *portfolio* do IGFSS.

No total, o IGFSS procedeu à transferência, em 2003, para a “Sagres, Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.”, de créditos da Segurança Social associados às rubricas de “Contribuintes c/c”

no valor de 1.995.247.803,00€, o que permitiu reduzir o valor da dívida de contribuintes registada na Segurança Social, tendo sido obtido, por conta desta cedência o valor nominal de 307 milhões de euros.

No período entre 2003 e 2011 foram cobrados 271 milhões de euros, representando 13,6% do total dos créditos titularizados, sendo que 127 milhões de euros são respeitantes ao *portfolio* do IGFSS (34,13% deste *portfolio*) e 144 milhões de euros são respeitantes ao *portfolio* da DGCI (8,9% do total deste *portfolio*), conforme se constata no quadro seguinte.

Titularização - Valores cobrados

<i>(euros)</i>			
Rubricas	Portfolio IGFSS	Portfolio DGCI	Total
Cobranças até 31/Dez/2004	33.801.018	36.569.724	70.370.741
Cobranças em 2005	22.475.748	26.823.034	49.298.782
Cobranças em 2006	21.281.405	28.023.759	49.305.165
Cobranças em 2007	20.105.019	27.992.203	48.097.222
Cobranças em 2008	15.867.493	15.578.591	31.446.084
Cobranças em 2009	7.853.434	7.186.887	15.040.321
Cobranças em 2010	4.658.429	2.294.856	6.953.285
Cobranças em 2011	913.894	0	913.894
Total cobrado	126.956.440	144.469.054	271.425.494
Total dos créditos titularizados	372.022.854	1.623.224.948	1.995.247.803
Cobrança (em %)	34,13%	8,90%	13,60%

Quadro 15 – Valores cobrados de Titularização

Em 2011, foram cobrados cerca de 913 mil euros do *portfolio* do IGFSS.

No fim de cada período, aqueles valores são transferidos para a Direcção-Geral do Tesouro e, posteriormente, para a “Sagres, Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.” conforme quadro seguinte.

Titularização – Valores Transferidos para a DGT

(euros)

Rubricas	Portfolio IGFSS	Portfolio DGCI	Total
Cobranças até 31/Dez/2004	33.645.577	36.446.633	70.092.210
Cobranças em 2005	22.427.348	26.766.490	49.193.838
Cobranças em 2006	21.178.293	27.931.342	49.109.635
Cobranças em 2007	20.060.274	27.952.943	48.013.217
Cobranças em 2008	15.781.135	15.532.191	31.313.326
Cobranças em 2009	7.818.712	7.172.835	14.991.547
Cobranças em 2010	4.620.678	2.274.977	6.895.656
Cobranças em 2011	906.233	-3.054	903.179
Total transferido	126.438.250	144.074.358	270.512.608

Quadro 16 – Valores transferidos para a DGT de Titularização

Em 2011 o IGFSS transferiu cerca de 903 mil euros referentes a cobranças do ano de processos executivos titularizados cobrados pelo IGFSS (relativos a processos a decorrer no âmbito das Secções de Processo).

Dos montantes recebidos pela Direcção-Geral do Tesouro, em cada período, ficam retidos 1,0%, para obstar à má cobrança, sendo o restante transferido para a “Sagres, Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.”.

A Operação de titularização findou em 31-03-2011 com a assinatura entre as partes do contrato de transferência dos créditos cedidos para o Estado e para a Segurança Social, correspondendo este resumo ao resultado final da operação.

7.3 Alienação do Património Imobiliário do IGFSS

Durante o ano de 2011 o IGFSS registou como receita de alienação de imóveis o valor de 3.900.299,02€. O abate ao património em 2011 cifrou-se em 3.584.862,62€ relativo a imóveis vendidos no próprio ano, e em 315.436,40€ referente a imóveis alienados em 2010, mas cujo produto da alienação foi recebido em 2011.

Euro			
Receita da alienação do Património Imobiliário			
	2009	2010	2011
Valor	3.872.671,37	23.763.328,50	3.900.299,02

Quadro 17 – Valor recebido referente à alienação de Património

7.4 Transferências para o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social

Da análise às transferências para o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social no biénio 2011/2010, constatou-se um acréscimo na ordem dos 32,91% no valor global transferido para o FEFSS, que ficou a dever-se essencialmente ao aumento da componente transferida respeitante a Saldo do Subsistema Previdencial, sendo que a referida parcela se refere à parte remanescente do saldo do Sistema apurado em 2008, como se pode constatar no quadro seguinte:

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL – ANÁLISE EVOLUTIVA DAS TRANSFERÊNCIAS PARA O FEFSS DE 2009 A 2011

			Euros
IGFCSS	2009	2010	2011
Alienação de Imóveis (Ano corrente)	3.814.331,37	23.426.228,50	3.685.041,25
Quotizações	385.415.920,00	0,00	0,00
Saldo de Alienação de anos anteriores	1.324.097,22	58.340,00	337.100,00
Saldo do Sub. Previdencial	122.935.820,00	200.000.000,00	293.007.652,06
FAC	2.505.594,50	0,00	0,00
TOTAL	515.995.763,09	223.484.568,50	297.029.793,31

Quadro 18 – Valores transferidos para o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social

7.5 Acompanhamento dos protocolos

PROTOCOLO COM A APB/BANCOS PARA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÕES DE ENTIDADES EMPREGADORAS

O valor de cobrança de TSU e cobrança coerciva através do Protocolo com a APB atingiu em 2011 os 11,6 milhares de milhões de euros, mais 182,8 milhões de euros face à receita arrecadada no ano de 2010, envolvendo cerca de 665,5 mil contribuintes, para um total de registos de cobrança de 3.982.718. Em termos de registos de cobrança verificou-se um decréscimo de 2,14%, o que se traduz em menos 87.177 movimentos face ao ano de 2010.

No contexto dos números acima indicados, a correcção de erros dentro dos 30 dias envolveu apenas 4.365 registos, representando 0,11% do total dos movimentos efectuados pela banca. Comparativamente com o ano anterior, verifica-se uma variação negativa de 7,9%, o que se traduziu na ocorrência de menos 373 movimentos de correcção.

No que respeita ao prazo de retroacção das regularizações, em termos médios, o prazo de retroacção praticado para o ano de 2011 foi de 8,49 dias, comparativamente com os 7,80 dias verificados em 2010, 8,48 dias verificados em 2009, 8,80 dias verificados em 2008, os 10,08 dias verificados em 2007 e os 8,69 dias no ano de 2006.

Após o prazo de retroacção dos 30 dias, os bancos não podem efectuar qualquer tipo de regularização, ou seja movimentos RTU, solicitando através de *e-mail* as correcções ao IGFSS, para estes serem efectuadas ao nível dos respectivos Centros Distritais.

No ano de 2011, ocorreram 1.890 pedidos de regularização por parte das instituições bancárias aderentes ao protocolo com a APB. Os tipos de regularização pedidos referem-se às seguintes situações: correcção de períodos de referência, NIF, transferência de regimes, pagamentos indevidos, duplicações, TSU indevida (DEP), correcção de contas bancárias e juros banca. Juntando estes pedidos às correcções de erros dentro dos 30 dias, verificamos que durante o ano de 2011, o peso relativo das correcções, face ao total das cobranças efectuadas foi de apenas 0,16%.

PROCESSO DA RECONCILIAÇÃO BANCÁRIA

INTEGRAÇÃO EM SIF DE FICHEIROS DE COBRANÇA

No processo de extracção de GC foi incluída a referência do ficheiro, passando essa informação para SIF, que é utilizada para o preenchimento do campo “atribuição” no documento lançado à conta SIF. Com esta alteração, garante-se a reconciliação automática, bem como a certeza de que os documentos são correctamente associados. Permite ainda apurar, de uma forma segura, os movimentos por extrair para o *interface* com o SIF. Esta funcionalidade encontra-se assegurada junto de todos os canais de arrecadação da receita.

Durante o ano de 2011 montiveram-se as reuniões de trabalho, com o II.IP, com o objectivo de efectuar um ponto de situação e respectivo esclarecimento/análise de divergências, evitando-se assim acumulação de situações para o fecho de contas. Estas reuniões têm como base de análise os mapas semanais para controlo de ficheiros carregados com os dados relacionados com a informação completa do mês dos movimentos extraídos e não extraídos e informação não extraída do ano acumulada, disponibilizada pelo II-GC. Para o IGFSS esta medida é fundamental para garantir o melhor desempenho da qualidade da informação disponibilizada em SIF e respectiva execução orçamental.

As reuniões realizadas têm-se revelado eficazes, pelo que é de manter o modelo implementado, a qual se revela indispensável para garantirmos a fiabilidade das contas da segurança social.

UTILIZAÇÃO DE NOVOS CANAIS DE PAGAMENTO

Inserido no âmbito das Medidas do Simplex, foi disponibilizada a possibilidade de emissão de referências de pagamento a ser utilizadas no Multibanco – pagamento de serviços compras, para as Entidades Empregadoras. Esta funcionalidade já estava activa desde Setembro de 2009 para os Trabalhadores Independentes e permite consultar a dívida na Segurança Social Directa (SSD) dos Trabalhadores Independentes e Entidades Empregadoras, emitir o documento de pagamento com Referência Multibanco e emitir extracto de conta corrente.

Durante o ano de 2011 foi arrecadada através deste canal, uma receita que atingiu os 9.9 milhões de euros. Para o efeito foram efectuados 24.229 pagamentos com referências Multibanco disponibilizadas através da Segurança Social Directa.

REGIME PÚBLICO COMPLEMENTAR

A contabilização automática ainda não se encontra parametrizada pelo II.IP pelo que todos os movimentos associados ao regime público complementar foram efectuados em SIF, de forma manual, no IGFSS. No ano de 2011 foram enviados pelo respectivo banco de apoio 80.149 registos que corresponderam a 5.840.375,14€. As verbas arrecadas são objecto de transferência mensal para o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social, conforme regulamento do Regime Público Complementar.

Face ao ano de 2010, o número de registos e fundos associados tiveram uma tendência negativa em consequência da conjuntura económica do país e da exposição dos certificados de reforma à Dívida Pública Portuguesa.

ACORDO COM OS CTT PARA COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÕES

Relativamente às notas de crédito, mantêm-se as discrepâncias entre a data na conta de depósitos à ordem associada a este protocolo e os documentos resultantes da integração dos ficheiros no sistema. Estas discrepâncias estão identificadas pelos serviços de reconciliação de contas e acompanhamento de acordos, provocando movimentos por reconciliar na conta de depósitos à ordem, bem como uma maior dificuldade na validação dos pagamentos. Aguarda-se a solução para este problema que passa pelo envio, por parte dos CTT, de ficheiros de cobrança com informação coincidente, em termos de data de cobrança, às datas de crédito na conta do IGFSS.

UTILIZAÇÃO DE TPA NAS TESOURARIAS DA SEGURANÇA SOCIAL

No ano de 2011 foram efectuadas nas tesourarias do ISS.IP 628.998 transacções através da utilização de aparelhos TPA, que corresponderam a uma receita arrecadada de 156.339.317,52€. Face ao ano de 2010 verifica-se um ocrécimo de 18,4% em termos de número de transacções e um crescimento de 16,9€% em termos de receita arrecadada.

O quadro infra contém informação anual da receita arrecada pelos prestadores de serviços financeiros com os quais o IGFSS tem celebrados contratos:

Em euros

Protocolo	Âmbito	Canal de Entrada	Nº de Transacções	Receita
APB	Cobrança TSU das entidades Empregadoras + DEP	Balcões dos bancos aderentes e internet	3.982.718	11.635.778.369,39
CTT	Rendas	Estações de correio e agentes payshop	27.993	1.207.906,46
CTT	Acordos	Estações de correio e agentes payshop	510	1.482.715,67
CTT	Cobrança TI, SSV e Domésticas	Estações de correio e agentes payshop	338.770	45.595.548,09
CTT	Citações das Secções de Processo	Estações de correio e agentes payshop	78.453	30.747.850,01
Santander Totta	Rendas	Sistema de débitos Directos	8.315	557.492,46
CGD	Processos Executivos	Sistema de débitos Directos	32.178	5.877.867,54
BES	Regime Público de Capitalização	Sistema de débitos Directos	80.149	5.840.375,14
BES	Cobrança TI e SSV	Sistema de débitos Directos	27.551	4.685.020,14
Millennium BCP	Cobrança TI, SSV e Domésticas	Multibanco- Serviço especial	1.315.308	174.122.220,36
CGD	Cobrança TI e Entidades Empregadoras	Multibanco- Serviço normal	24.229	9.915.935,36
IGCP	Citações das Secções de Processo	Multibanco- Serviço normal	737.909	239.299.416,25
CGD	Pagamentos efectuados nas tesourarias do ISS	aparelhos TPA	628.998	156.339.317,52
Total			7.283.081	12.311.450.034,39

Quadro 19 – Receita arrecada pelos prestadores de serviços financeiros com os quais o IGFSS tem celebrados contratos

No âmbito das atribuições do IGFSS, mais concretamente no que se reporta às funções de tesouraria única do sistema pelo mesmo assumidas, foram despoletados procedimentos de aquisição de serviços para o pagamento de prestações sociais e benefícios diferidos, pelo que foram lançados concursos.

Nestes concursos, o IGFSS tem conseguido condições contratuais mais vantajosas para a Segurança Social, as quais se reflectem em ganhos financeiros, resultantes de preços de prestações de serviços bancários mais favoráveis, envolvendo também um processo de actualização de ficheiros e bases de dados da Segurança Social.

Estes concursos têm implicado um esforço considerável em termos de adaptações tecnológicas ao formato C2B SEPA da ISO 20022, designadamente ao nível das alterações de *layouts*, que tem envolvido os Bancos de Apoio, a SIBS, o Banco de Portugal, o IGFSS, o Instituto da Segurança Social, IP (ISS) e o Instituto de Informática, IP (II).

O quadro infra contém informação anual do pagamento de prestações sociais e benefícios diferidos ao abrigo dos novos contratos:

Em euros

Contratos	Âmbito		Canal de Pagamento	Valores Pagos	Custo associado	Ganho de Oportunidade
BES*	CNP - Pensões Nacionais	Benefícios diferidos	Transferência a crédito	849.522.245,96	0,00	694.275,76
BBPI*	CNP - Pensões Nacionais	Benefícios diferidos	Transferência a crédito	846.376.052,21	0,00	691.686,08
Millennium BCP*	CNP - Pensões Nacionais	Benefícios diferidos	Transferência a crédito	1.716.997.227,07	0,00	1.402.430,63
BBPI Centralizador*	CNP - Pensões Nacionais	Benefícios diferidos	Transferência a crédito	5.756.198.374,47	0,00	4.197.838,37
Citibank*	CNP - Pensões Estrangeiras	Benefícios diferidos	Carta-Cheque	82.158.460,50	0,00	67.465,53
Citibank*	CNP - Pensões Estrangeiras	Benefícios diferidos	Transferências	47.432.827,56	0,00	42.958,62
BBPI**	SICC	Prestações sociais	Transferência a crédito	90.143.306,49	0,00	--
CGD**	SICC	Prestações sociais	Transferência a crédito	102.307.657,38	1.204,43	--
BES**	SICC	Prestações sociais	Transferência a crédito	271.418.692,40	1.775,01	--
Millennium BCP*	SICC	QREN - POPH	Transferências	1.261.558.117,12	0,00	107.357,36
Millennium BCP*	SICC	IPSS	Transferências	1.080.113.568,46	0,00	92.506,64
Total				12.104.226.529,62		7.296.518,99

* Contratos no âmbito da Tesouraria Única

** Contrato já negociado mas ainda não está no âmbito da Tesouraria Única

O Ganho de oportunidade é o valor que resulta da disponibilização dos fundos junto dos bancos ocorrer apenas no dia do pagamento, uma vez que antes da entrada da Tesouraria Única os fundos ficavam disponibilizados nas contas dos bancos prestadores de serviço com dias de antecedência (aproximadamente 6 dias), em relação à data de pagamento aos beneficiários

Quadro 20 – Pagamento de prestações sociais e benefícios diferidos ao abrigo de novos contratos

ANÁLISE DOS FLUXOS FINANCEIROS DAS TESOURIARIAS QUE OPERAM COM O SISTEMA DE GESTÃO DE TESOURIARIAS (GT)

No âmbito das competências do IGFSS, designadamente, no que respeita ao controlo da arrecadação da cobrança e adequado registo no sistema informático Gestão de Tesourarias (GT), com base no modelo implementado que tem por objectivo a verificação do cumprimento dos procedimentos instituídos ao nível do registo e depósito das cobranças, assim como a verificação da aplicação dos normativos impostos pelas Circulares Normativas nº 38/2002, de 31 de Dezembro (Contribuições) e 38/2003, de 16 de Setembro (Fundo de Garantia de Alimento de Menores), foi efectuada a análise dos fluxos financeiros ocorridos nas tesourarias do sistema da Segurança Social.

No quadro infra consta a informação mensal das cobranças da classe de Contribuições cobradas nas tesourarias do Sistema de Segurança Social e registadas na aplicação GT:

Euros	
Mês	Cobranças
Janeiro	55.905.593,21
Fevereiro	55.584.270,46
Março	60.817.586,79
Abril	54.040.578,54
Maior	57.775.218,16
Junho	53.616.145,15
Julho	58.162.943,52
Agosto	54.396.005,74
Setembro	55.103.429,77
Outubro	55.597.778,55
Novembro	54.972.490,08
Dezembro	62.315.091,55

Quadro 21 – Cobrança de Contribuições na aplicação GT

O total cobrado reflecte um decréscimo de 7,53% em relação ao ano transacto, sendo que 97,8% das cobranças foram registadas nas tesourarias do ISS e o restante nas tesourarias do IGFSS, 2,14% na tesouraria Sede do IGFSS e a restante cobrança nas tesourarias das Secções de Processo.

Apesar do gradual acréscimo dos valores cobrados através do Terminal de Pagamento Automático, o cheque ou vale de correio continuam a ser o meio de pagamento preferencial, representando ainda mais de 50% do total das cobranças da classe de contribuições.

A tabela seguinte contém a informação do montante cobrado referente ao Fundo de Garantia de Alimento a Menores:

Euros	
Mês	Cobranças
Janeiro	4.630,09
Fevereiro	3.946,07
Março	5.800,08
Abril	3.328,53
Maió	2.915,48
Junho	6.776,25
Julho	3.701,58
Agosto	1.780,78
Setembro	1.795,00
Outubro	2.413,43
Novembro	2.380,63
Dezembro	1.718,98

Quadro 22 – Fundo de Garantia de Alimento a Menores

- três relatórios de análise das tesourarias afectas ao ISS.IP, relativos aos períodos: Setembro a Dezembro de 2010, Janeiro a Abril e Maio a Agosto de 2011;
- três relatórios de análise da tesouraria do IGFSS – Sede, relativos aos períodos de 2011: Janeiro a Março, Abril a Junho e Julho a Setembro;
- três relatórios de acompanhamento das cobranças de processos executivos registadas nas tesourarias do ISS.IP e IGFSS, relativos aos períodos de 2011: Janeiro a Março, Abril a Junho e Julho a Setembro;

Note-se que regra geral, e em conformidade com o verificado no ano transacto, constata-se uma melhoria gradual nos indicadores de análise, nomeadamente a redução do atraso máximo no depósito e o aumento do número de tesourarias a cumprir os procedimentos de registo e depósito das cobranças. Os atrasos no registo e depósito mantêm-se pontuais, coincidindo com os últimos dias legais para pagamento das contribuições (cobrança normal e executiva). Constata-se, igualmente, uma diminuição do montante das cobranças que apresenta atraso no depósito, o que também está relacionado com o progressivo aumento da utilização dos Terminais de Pagamento Automático, meio de pagamento que, neste ano, representou cerca de 20% das cobranças de Contribuições.

No que respeita à aplicação da Circular Normativa nº 38/2002, constatou-se que o *interface* de GT com o SIF contabilizou a totalidade dos depósitos. Também foi contabilizada a totalidade da cobrança pelo *Interface* Gestão de Contribuições (GC) com o SIF.

No entanto, ainda se mantêm diferenças de consolidação entre as contas do IGFSS e o ISS.IP já identificadas e cuja resolução está pendente do II.IP, nomeadamente, o lançamento das correcções efectuadas a cobranças registadas em GT e o lançamento em 2007 de cobranças relativas a 2006.

Através da verificação da compensação dos documentos de depósito (lançados pelo *Interface* GT-SIF), com os documentos de extracto bancário lançados em SIF, foi possível confirmar que todos os valores registados em GT durante o ano de 2011 foram depositados nas contas bancárias do IGFSS.

A tabela infra contém a distribuição mensal do valor cobrado e registado na aplicação GT referente a DUC's (Documentos Únicos de Cobranço):

Euros

Mês	Cobranças
Janeiro	10.038.332,86
Fevereiro	10.209.571,56
Março	14.927.392,99
Abril	12.353.039,41
Maio	15.402.895,55
Junho	13.737.989,86
Julho	15.454.268,48
Agosto	14.265.215,15
Setembro	15.216.588,29
Outubro	16.757.381,22
Novembro	16.279.030,42
Dezembro	16.701.655,83
Total	157.100.000,00

Quadro 23 – Valor cobrado e registado de DUC's na aplicação GT

Este valor reflecte uma diminuição de 4,76% relativamente a 2010, representando as cobranças DUC's cerca de 25% da cobrança da classe de Contribuições.

TESOURARIA ÚNICA – CENTRALIZAÇÃO DAS COBRANÇAS REFERENTES A RECEITAS DO ISS, IP

O processo de centralização das cobranças relativas a receitas do ISS.IP cobradas nas tesourarias do sistema de Segurança Social reflectiu um significativo aumento do volume de cobranças arrecadado nas contas bancárias do IGFSS. Contudo, em 2011, esta parcela apresentou uma quebra de 3,10%, ascendendo a 66.933.404,09€, representando cerca de 9% do total das cobranças registadas na aplicação GT.

TESOURARIA ÚNICA RECEBIMENTOS -- PROJECTOS EM CURSO

Decorrente da implementação do módulo RFC – Correções Após o Fecho de Caixa na aplicação Gestão de Tesourarias – após análise dos testes realizados pelo II.IP, foram validadas as alterações ao *Interface* GT-SIF, com base na especificação técnica remetida.

No âmbito da Medida 096 do Simplex de 2008 e com o objectivo de garantir a contabilização automática dos novos canais de recebimento (Multibanco, Pagamento de Serviços e DGITA) para cobranças de notas de reposição de prestações sociais, foram validadas as alterações ao programa de Regularização de valores entrados em Operações de Tesouraria e estão em curso alterações ao *Interface* SICC-Prestações (com novos mapas, específicos para os novos canais de recebimento).

No âmbito do projecto SID – Sistema Integrado de Dívida, foram validadas as alterações efectuadas pelo II.IP ao *Interface* GT-SIF, aos programas de Regularização de valores entrados em Operações de Tesouraria e de Contabilização dos Cheques Devolvidos, referentes a receitas do ISS.IP. Encontram-se em desenvolvimento as alterações a SICC-Prestações, com novos mapas, para a participação e anulação da participação de dívidas de prestações sociais. Encontram-se em curso os testes ao *Interface* SEF-SIF, que vai permitir a contabilização automática em SIF, das cobranças referentes a Documentos Únicos de Cobranças, relativas a receitas do IGFSS e do ISS.IP.

ABASTECIMENTO FINANCEIRO E TESOURARIA ÚNICA

ABASTECIMENTO FINANCEIRO ÀS ISS'S

O quadro infra contém a distribuição mensal das transferências líquidas² para as ISS's relacionadas com o processo de abastecimento que durante o ano de 2011 totalizaram o montante de 5.366,8 milhões de euros.

Abastecimentos Financeiros Para ISS's	(Em milhares de euros)												
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total 2011
Pensões Mortuó Prest	127.350,61	107.087,33	106.079,45	105.796,85	104.722,47	120.177,34	126.929,35	135.264,54	108.470,56	106.370,69	148.453,02	189.003,89	1.485.706,09
Abono de Família	49.902,63	41.761,64	47.864,40	43.576,51	44.238,80	46.700,90	45.039,24	45.785,86	53.131,03	44.552,48	47.420,36	49.921,10	559.894,95
Doença	37.136,82	47.362,09	26.090,86	42.331,90	31.125,25	41.129,92	32.084,63	30.321,75	34.291,29	28.484,70	43.891,45	33.189,83	427.410,49
Desemprego	156.116,31	169.950,99	164.159,93	167.113,57	160.389,08	158.902,71	162.327,39	159.941,04	164.406,02	162.165,61	181.629,29	185.281,48	1.992.383,42
Ação Social	12.166,48	17.143,06	20.616,89	18.228,90	19.789,95	24.677,77	22.013,13	16.172,86	14.240,36	16.225,06	15.273,80	33.056,07	229.604,32
Rendimento Social de Inserção	32.981,73	30.619,81	33.231,33	33.269,25	34.605,75	33.152,87	34.940,09	32.005,36	31.371,02	31.344,13	31.701,52	32.144,58	391.367,44
Administração	20.666,73	22.040,43	22.044,92	21.659,03	21.922,28	30.457,39	23.522,35	20.437,46	20.987,35	22.902,00	29.490,58	24.254,70	280.385,22
Total	436.321,31	435.965,35	420.087,78	431.976,01	416.793,58	455.198,89	446.856,18	439.928,87	426.897,63	412.014,67	497.860,02	546.851,65	5.366.751,93

Quadro 24 – Abastecimentos Financeiros

Por outro lado o acompanhamento efectuado às devoluções de disponibilidades das ISS's ao IGFSS realizadas entre Janeiro e Dezembro de 2011 relativas a benefícios em prescrição e a transferências recebidas atingiram o montante de 34,2 milhões de euros, com a seguinte desagregação:

Devoluções das ISS's	(Em milhares de euros)												
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total 2011
Benef. Prescrição	3.955,37	3.562,19	1.670,73	2.355,15	2.553,73	2.731,20	1.944,91	808,99	2.894,84	0,00	2.788,98	3.146,73	28.404,81
Transf. Recebidas das ISS's	0,00	0,00	0,00	24,29	502,45	82,30	143,90	426,10	0,00	0,00	1.919,03	2.699,23	5.797,30
Total Devoluções	3.955,37	3.562,19	1.670,73	2.379,44	3.056,18	2.813,50	2.088,81	1.227,09	2.894,84	0,00	4.708,01	5.845,96	34.202,11

Quadro 25 – Devolução de Disponibilidades e Benefícios em Prescrição

O projecto de Tesouraria Única na vertente de pagamentos de prestações sociais engloba, desde Dezembro de 2007, o pagamento directo às IPSS tendo dado um passo importante com a entrada em produção, em Dezembro de 2010, dos pagamentos que até à referida data eram efectuados pelo ISS, IP-CNP relativos a Pensões, CSI (Outras Prestações) e Subsídio por Morte.

² Abastecimentos solicitados abatidos das devoluções relativas ao próprio ano.

Os pagamentos efectuados pelo IGFSS durante o ano de 2011, no âmbito do processo da Tesouraria Única, relacionados com o pagamento de prestações sociais constam do quadro seguinte:

													(Em milhões de euros)
Pagamentos TU	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total 2011
TU - IPSS	96.624,36	94.338,95	98.429,99	95.765,18	95.822,91	95.391,43	95.435,52	95.674,54	95.699,64	95.636,26	95.312,92	96.582,84	1.150.714,55
TU - CNP	978.551,77	1.003.622,02	1.004.048,49	1.001.991,06	1.007.652,13	1.192.187,02	1.793.811,79	1.614.066,65	1.048.627,13	1.008.320,37	1.246.710,18	1.694.127,89	13.993.716,51
TU - Recusos	1,50	44,23	86,90	208,66	182,41	258,81	261,47	216,02	197,01	214,25	179,58	167,45	2.018,29
Total Pagamentos TU	1.075.177,63	1.098.005,20	1.102.565,39	1.097.964,90	1.103.657,45	1.287.837,27	1.889.508,78	1.109.957,21	1.144.523,79	1.104.170,88	1.342.202,68	1.790.878,18	15.146.449,35

Quadro 26 – Pagamento de prestações sociais – Tesouraria Única

Os montantes devolvidos referentes a pagamentos efectuados no âmbito da TU-CNP (devoluções que resultam de valores não entregues aos pensionistas, sendo, posteriormente, reenviados, anulados ou prescritos) totalizaram 17,5 milhões de euros, com a seguinte distribuição mensal:

													(Em milhões de euros)
Devoluções TU-CNP	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total 2011
Valores devolvidos	226,33	1.028,43	1.562,65	1.771,81	1.936,09	96,53	348,65	827,88	1.302,98	1.598,36	7.892,22	3.909,64	17.501,58

Quadro 27 – Pagamento de Tesouraria Única - CNP

TESOURARIA ÚNICA PAGAMENTOS – PROJECTOS EM CURSO

No que se refere à Tesouraria Única da sistema de Segurança Social, na vertente de Pagamentos, o ano de 2011 foi marcado pela consolidação e aperfeiçoamento do processo TU-CNP (após entrada em produção em Dezembro de 2010), tendo sido realizadas algumas alterações à aplicação informática implementada em SIF, em articulação com o II.IP e o ISS.IP. Salienta-se, ainda, o desenvolvimento e implementação, em Fevereiro de 2011, do sub-processo de Anulações de Pensões pagas no âmbito da TU.

Tendo como objectivo alargar a Tesouraria Única ao pagamento das prestações sociais processadas por SICC, e devido aos problemas identificados no actual *Interface* SICC/SIF, foi efectuado, em conjunto com o ISS.IP, o levantamento das alterações necessárias ao SICC e a definição de um modelo de integração de dados em SIF através da criação de um novo *interface*, que garanta a integração na Tesouraria Única de todos os âmbitos processados em SICC.

8. ANÁLISE AO BALANÇO

8.1 Activo

O quadro abaixo apresentado evidencia as grandes rubricas do Activo líquido do IGFSS, referente ao biénio 2011/2010, registando no biénio as variações ocorridas em termos absolutos e percentuais.

Balanço Activo a 31 Dezembro 2010-2011

Euros

ACTIVO	2010	2011	Evolução 2011/2010	
	Valor	Valor	Valor	%
Imobilizado				
Bens domínio Público	0	0	0	
Imobilizações Incorpóreas	0	0	0	
Imobilizações Corpóreas	8.393.738,84	8.990.644,12	596.905,28	7,11%
Investimentos Financeiros	73.880.145,81	75.352.341,59	1.472.195,78	1,99%
Sub-total (1)	82.273.884,65	84.342.985,71	2.069.101,06	2,51%
Circulante/Existências	130.541,42	122.285,34	-8.256,08	-6,32%
Dívidas de terceiros				
Empréstimos concedidos	0	0	0	
Clientes contribuintes utentes c/c	181.091.132,83	3.243.032.547,21	3.061.941.414,38	1690,83%
Clientes contribuintes utentes cob.duvidosa	537.393.157,05	258.388.272,02	-279.004.885,03	-51,92%
Outros	518.958.487,47	569.896.174,68	50.937.687,21	9,82%
Sub-total (2)	1.237.442.777,35	4.071.316.993,91	2.833.874.216,56	229,01%
Títulos Negociáveis	0	0	0,00	
Depósitos Bancários e caixa				
Depósitos em Instituições Financeiras	1.948.445.556,44	1.789.456.583,02	-158.988.973,42	-8,16%
Caixa	20.991,35	51.715,60	30.724,25	146,37%
Tesouro	0	0	0	
Sub-total (3)	1.948.466.547,79	1.789.508.298,62	-158.958.249,17	-8,16%
Acréscimos e Diferimentos				
Acréscimos de proveitos	27.856.618,00	34.130.517,36	6.273.899,36	22,52%
Custos diferidos	870.932,19	593.951,03	-276.981,16	-31,80%
Sub-total (4)	28.727.550,19	34.724.468,39	5.996.918,20	20,88%
TOTAL DO ACTIVO	3.297.041.301,40	5.980.015.031,97	2.682.973.730,57	81,38%

Quadro 28 – Balanço - Activo

O Activo líquido do IGFSS apresentou em 2011 um acréscimo de 81,38% relativamente a igual período de 2010, ascendendo a uma variação de 2.682.973.730,57€, conforme se verifica no quadro supra indicado, sendo que para tal resultado concorreu principalmente:

- o O aumento registado na rubrica de “clientes contribuintes utentes c/c” no valor de 3.061.941.414,38€, correspondendo a um acréscimo de 1.690,83%, relativamente a 2010, sendo que para aquele saldo concorreram as dívidas de contribuintes com uma maturidade inferior a 6 meses, as dívidas objecto de acordo e as dívidas com garantia ou suspensão. Para a variação obtida concorreram, as regularizações no âmbito da autonomização contabilística das dívidas objecto de acordo e com garantia e ou suspensão que, em 2010 estavam consideradas como dívida de cobrança duvidosa e como tal haviam sido objecto de provisionamento;
- o O decréscimo verificado na rubrica clientes e contribuintes de cobrança duvidosa em 279.004.885,03€ face a 2010, na sequência da regularização da dívida de contribuintes em processo de acordo e com garantia e ou suspensão, que ao serem reclassificadas e autonomizadas, deixaram de ser objecto de cobrança duvidosa e como tal concorrerem para o aumento na rubrica de “clientes contribuintes utentes c/c”;
- o A rubrica “outros”, que engloba todas as dívidas de terceiros não contribuintes, apresenta uma variação positiva de 50.937.687,21€ face a 2010, para a qual contribuíram nomeadamente a transferência para o IGFSS da dívida do Ministério da Saúde à caixa dos TLP no valor de 88.652.877,04€, a redução, face a 2010, do saldo da conta 268982 – Adiantamentos CNP no valor de 15.129.033,17€€ (registando um decréscimo de 7,52% referente aos adiantamentos concedidos no final do ano para pagamento de prestações nos primeiros dias do ano seguinte) e a redução verificada no saldo da conta 2682415220 – Operações de Tesouraria no valor de 15.304.093,97€, referente a adiantamentos concedidos no âmbito do QCAIII;

O decréscimo verificado na rubrica depósitos em Instituições financeiros, menos 158.988.973,42€ face a igual período de 2010, deve-se principalmente à diminuição dos recebimentos de 2011 quando comparados com o período homólogo de 2010, nomeadamente na rubrica de transferências correntes cujo comportamento revelou em 2011 um desvio negativo de 946,9 milhões de euros face a 2010, representando um decréscimo de 10,9%.

Em relação ao comportamento da despesa, este compensou em parte a diminuição da receita, uma vez que se registou no conjunto das rubricas de pagamentos.

As aplicações à taxa zero, integrodas nas contas do razão 121*2, também registaram em 2011 uma diminuição que atingiu os 12% compensando também a diminuição da receita.

Seguidamente é apresentado, com maior detalhe, a evolução das rubricas que compõem o Activo.

IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS E CORPÓREAS E INVESTIMENTOS FINANCEIROS

As imobilizações são registadas no IGFSS com base nos critérios de valorimetria definidos no POCISSSS, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 12/2002, de 25 de Janeiro.

As imobilizações corpóreas encontram-se evidenciadas ao custo de aquisição ou de produção, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzido das amortizações acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações" do exercício.

A respeito das amortizações, o exercício de 2011 regulou-se pela aplicação do disposto no Decreto-Regulamentar n.º 2/90 para os bens adquiridos até 2001 (exclusive), prosseguindo esse regime até ao final da vida útil dos bens. Aos bens adquiridos em 2001 e anos subsequentes aplica-se o definido na Portaria n.º 671/2000 (II Série) de 17 de Abril, que aprovou as instruções regulamentadoras do cadastro e inventário dos bens do Estado (CIBE) e respectivo classificador geral, contendo ainda as taxas de depreciação a aplicar a esses bens.

Análise Evolutiva do Imobilizado em 31 Dezembro

2010 -2011

	Exercícios							
	2010		2011		2011		Variação	Variação %
	AL	Peso relativo	AB	AP	AL	Peso relativo	Aboluta	2011/2010
421-Terrenos e recursos naturais	3.199.967,96	3,89%	3.487.653,68	0,00	3.487.653,68	4,14%	287.685,72	8,99%
422-Edifícios e outras construções	4.606.929,40	5,60%	7.220.716,91	2.575.713,90	4.645.003,01	5,51%	38.073,61	0,83%
423-Equipamento básico	190.177,20	0,23%	2.721.988,94	2.488.781,07	233.207,87	0,28%	43.030,67	22,63%
424-Equipamento de transporte	0,00	0,00%	762.282,50	762.282,50	0,00	0,00%	0,00	0,00%
425-Ferramentas e utensílios	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
426-Equipamento administrativo	392.464,25	0,48%	1.099.668,75	779.898,74	319.770,01	0,38%	-72.694,24	-18,52%
427-Taras e vasilhame	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
429-Outras imobilizações corpóreas	4.200,03	0,01%	849.083,24	845.349,12	3.734,12	0,00%	-465,91	-11,09%
442-Imobilizações em curso	0,00	0,00%	301.275,43	0,00	301.275,43	0,36%	301.275,43	0,00%
448-Adiantam. por conta de imob.c	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total Imobilizações corpóreas	8.393.738,84	10,20%	16.442.669,45	7.452.025,33	8.990.644,12	10,66%	596.905,28	7,11%
411-Partes de capital	1.183.831,77	1,44%	3.913.514,29	2.981.558,68	931.955,61	1,10%	-251.876,16	-21,28%
412-Obrigações e títulos de participa	0,00	0,00%	203.170,36	203.170,36	0,00	0,00%	0,00	0,00%
413-Empréstimos de financiamento	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
414-Investimentos em imóveis	72.569.227,82	88,20%	82.265.402,73	7.906.282,21	74.359.120,52	88,16%	1.789.892,70	2,47%
415-Outras aplicações financeiras	127.086,22	0,15%	253.056,03	191.790,57	61.265,46	0,07%	-65.820,76	-51,79%
441-Imobilizações em curso	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	#DIV/0!
447-Adiantam. por conta invest.financ	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total Investimentos Financeiros	73.880.145,81	89,80%	86.635.143,41	11.282.801,82	76.352.341,59	89,34%	1.472.195,78	1,99%
Total do Imobilizado	82.273.884,65		103.077.812,86	18.734.827,15	84.342.985,71		2.069.101,06	2,51%

Quadro 29 – Balanço – Imobilizado

Da análise ao quadro supra verifica-se que, no biénio 2011/2010, o imobilizado líquido cresceu 2,51%, tendo concorrido para este crescimento a variação positiva dos Investimentos Financeiros e das Imobilizações corpóreas em 1.472.195,78€ e 596.905,28€ respectivamente, isto é mais 1,99% e 7,11% do que em 2010.

A rubrica de investimentos em imóveis, em 2011 e 2010, apresenta o maior peso relativo no total dos investimentos financeiros, 88,16% e 88,20% respectivamente, no entanto, a taxa de crescimento em 2011, face a 2010 foi apenas de 2,47%, correspondendo a uma variação absoluta de 1.789.892,70€, concorrendo para este crescimento, fundamentalmente, os imóveis recebidos no âmbito das dações em pagamento, no valor bruto de 2.328.463,50€.

No que concerne à rubrica de imobilizado corpóreo, o seu crescimento deve-se nomeadamente à aquisição de equipamento básico no valor total de 105.980,85€, às transferências obtidas do ISS no valor de 1.023.509,32€, a “valorizações” no montante de 234.932,61€ e ao imobilizado em curso que explica o montante 301.275,43€.

O decréscimo verificado nas outras rubricas que compõem o imobilizado corpóreo, devem-se a alienações e abates/regularizações efectuadas no âmbito do processo de inventariação, nos montantes de 542.481,60 e 254.131,95€, respectivamente.

Ao nível das amortizações, verifica-se um decréscimo em praticamente todas as rubricas do imobilizado, reflectindo o reajustamento das alienações que ocorreu no final do ano de 2010 e em 2011. Pese embora, em 2011, se tenha verificado um acréscimo no imobilizado em virtude das dações em pagamento, esse valor não foi suficientemente elevado para compensar o valor das alienações registadas em 2010, verificando-se desta forma um decréscimo das amortizações do exercício.

Análise Evolutiva das amortizações do exercício

2010 -2011

Designação	Euros			
	2010	2011	Desvio absoluto	Varição %
Amortizações em Imobilizações corpóreas				
Edifícios e outras construções	232.261,83	213.204,95	-19.056,88	-8,20%
»Sem terreno subjacente	8.452,23	8.656,73	204,50	2,42%
»Com terreno subjacente	223.809,60	204.548,22	-19.261,38	-8,61%
Equipamento básico	72.436,46	60.388,93	-12.047,53	-16,63%
»Equipamento informático.	62.692,87	55.585,13	-7.107,74	-11,34%
»Maquinaria e equipamento social.	5.341,50	4.795,54	-545,96	-10,22%
»Equipamento de escritório e reprografi	222,73	0	-222,73	-100,00%
»Mobiliário.	4.179,36	8,26	-4.171,10	-99,80%
Equipamento administrativo.	91.486,46	88.015,15	-3.471,31	-3,79%
Outras imobilizações corpóreas.	600,7	465,91	-134,79	-22,44%
Sub-total (1)	396.785,45	362.074,94	-34.710,51	-8,75%
Amortizações em Investimentos Financeiros				
Habitções Renda social	87.386,00	60.002,73	-27.383,27	-31,34%
»Sem terreno subjacente	766,78	1.503,61	736,83	96,09%
»Com terreno subjacente	86.619,22	58.499,12	-28.120,10	-32,46%
Habitções Renda livre	650.549,17	596.982,85	-53.566,32	-8,23%
»Sem terreno subjacente	196.978,55	198.486,68	1.508,13	0,77%
»Com terreno subjacente	453.570,62	398.496,17	-55.074,45	-12,14%
Edifícios Serviços	0,36	4,14	3,78	-
»Sem terreno subjacente	0,36	4,14	3,78	-
Edifícios outros	139.126,30	125.710,71	-13.415,59	-9,64%
»Com terreno subjacente	91.024,51	77.609,83	-13.414,68	-14,74%
»Sem terreno subjacente	48.101,79	48.100,88	-0,91	0,00%
Sub-total (2)	877.061,83	782.700,43	-94.365,18	-10,76%
Total (3) = (1)+(2)	1.273.847,28	1.144.775,37	-129.075,69	

Quadro 30 – Balanço - Amortizações do Exercício

Relativamente aos Investimentos Financeiros, Partes de Capital, Obrigações e Títulos de Participação – valor líquido de provisões acumuladas - verifica-se um decréscimo de

317.696,92€ (vide quadro pag.57), comparativamente a 2010, correspondente à variação das provisões, sobre as quais, importa assim referir (ver quadro seguinte):

- o A redução do valor líquido das Títulos da Dívida Pública – Consolidados, no montante de 65.820,76€, decorrente do reforço em 2011 das provisões constituídas, uma vez que o valor de mercado destes títulos acusava em 31 de Dezembro de 2011 uma quebra relativamente ao ano anterior;
- o Que as Obrigações e os Títulos de Participação detidos pelo IGFSS se encontravam totalmente provisionados, uma vez que os empresas: Cº Minas Ouro Penedono e Soc. Hidro – Elect. Revué se encontram em processo de falência e como tal o seu valor de mercado é igual a zero;
- o Relativamente às Partes de Capital, o decréscimo de 251.876,16€ no seu valor líquido, face a 2010, deveu-se sobretudo ao reforço em 2011 da provisão constituída relativamente às acções da empresa Fundo para a Revitalização e Modernização do Tecido Empresarial, SGPS, SA (FRME) uma vez que a 31 de Dezembro de 2011 o valor de mercado era inferior ao valor de aquisição.

Quadro das Acções e Títulos da Dívida Pública

Natureza	Valor Aquisição (VA) (1)	Valor de Mercado (VM) (2)	Diferença (3)=(1)-(2)	Participação	Provisão (4)	Provisões na Ana de 2010 (5)	Reforço/ Anulação de Provisões durante o ano de 2011 (6)	Reforço/ Anulação de Provisões a 31/12/2011 (7)	Total de Provisões em 2011 (8)=(7)+(6)+(5)	Observações
Títulos de Dívida Pública										
CGD										
Consolidado 2,78%	29.804,42	11.772,75	18.031,67		18.031,67	16.913,49	0,00	1.118,18	18.031,67	O valor de mercado foi retirado do extrato da CGD à data de 31/12/2011
Consolidado 3%	49.661,22	9.708,77	39.952,45		39.952,45	22.282,20	0,00	17.670,25	39.952,45	O valor de mercado foi retirado do extrato da CGD à data de 31/12/2011
Consolidado 3,3%	4.726,34	945,67	3.782,67		3.782,67	1.974,18	0,00	1.808,49	3.782,67	O valor de mercado foi retirado do extrato da CGD à data de 31/12/2011
Consolidado 4%	168.842,05	38.838,27	130.003,78		130.003,78	84.799,84	0,00	45.223,84	130.003,78	O valor de mercado foi retirado do extrato da CGD à data de 31/12/2011
Total	253.036,03	61.265,46	191.770,57		191.770,57	125.969,81	0,00	65.620,76	191.770,57	c. razão 4950000000
Obrigações s/garantia										
C ^o Minas Ouro Penedono 8%	124.699,48	0,00	124.699,48		124.699,48	124.699,48	0,00	0,00	124.699,48	O valor de mercado é igual a zero, uma vez que a empresa se encontra em processo de falência. Foram efectuadas insitências no sentido de averiguar o ponto de situação do referido processo. Sem resposta à data de fecho.
Soc. Hidro - Eled. Revut	78.470,88	0,00	78.470,88		78.470,88	78.470,88	0,00	0,00	78.470,88	O valor de mercado é igual a zero, uma vez que a empresa se encontra em processo de falência. Foram efectuadas insitências no sentido de averiguar o ponto de situação do referido processo. Sem resposta à data de fecho.
Total	203.170,36	0,00	203.170,36		203.170,36	203.170,36	0,00	0,00	203.170,36	c. razão 4920000000
Acções										
C ^o Minas Ouro Penedono	57.385,00	0,00	57.385,00	N/D	57.385,00	57.385,00	0,00	0,00	57.385,00	O valor de mercado é igual a zero, uma vez que a empresa se encontra em processo de falência. Foram efectuadas insitências no sentido de averiguar o ponto de situação do referido processo. Sem resposta à data de fecho.
C. Pescanova Algarve*	2.495,00	1.550,00	945,00	0,23%	945,00	0,00	0,00	945,00	945,00	VM < VA
Margivara, S.A.*	5.114,75	5.578,00	-463,25	1,02%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	VM > VA
Soc. Hidro - Eled. Revut	268.069,10	0,00	268.069,10	N/D	268.069,10	268.069,10	0,00	0,00	268.069,10	O valor de mercado é igual a zero, uma vez que a empresa se encontra em processo de falência. Foram efectuadas insitências no sentido de averiguar o ponto de situação do referido processo. Sem resposta à data de fecho.
Sonife	138.996,00	0,00	138.996,00	N/D	138.996,00	138.996,00	0,00	0,00	138.996,00	O valor de mercado é igual a zero, uma vez que a empresa se encontra em processo de falência. Foram efectuadas insitências no sentido de averiguar o ponto de situação do referido processo. Sem resposta à data de fecho.
Tunapessa	1.871,25	0,00	1.871,25	N/D	1.871,25	1.871,25	0,00	-1.871,25	0,00	Procedeu-se ao abate das acções à data de 31/12/2011 por informação do Gabinete Jurídico.
FNM, S.A.	92.005,62	0,00	92.005,62	N/D	92.005,62	92.005,62	0,00	0,00	92.005,62	O valor de mercado é igual a zero, uma vez que a empresa se encontra em processo de falência. Foram efectuadas insitências para obter esta informação. Sem resposta à data de fecho.
FRME (ID 1000000)*	2.495.000,00	805.000,00	1.690.000,00		1.690.000,00	1.455.000,00	0,00	235.000,00	1.690.000,00	VM < VA - Reforço de Provisões
FRME (ID 1000007)*	171.795,72	55.429,08	116.366,64	3,69%	116.366,64	100.185,48	0,00	16.181,16	116.366,64	VM < VA - Reforço de Provisões
Gestiva, S.A.* (A)	18.035,00	0,00	18.035,00	56,97%	18.035,00	18.035,00	0,00	0,00	18.035,00	O valor de mercado é igual a zero, uma vez que os capitais próprios da empresa são negativos
DILOP Alimentares, S.A.*	590.656,32	0,00	590.656,32	6,53%	590.656,32	590.656,32	0,00	0,00	590.656,32	VM < VA
DILOP Transportes, S.A.*	33.048,77	4.5.698,70	-12.649,93	9,93%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	VM > VA
DILOP Charcutaria, S.A.*	15.963,01	231.095,76	-215.132,75	9,93%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	VM > VA
Adreva	24.950,00	15.850,00	9.100,00	6,36%	9.100,00	9.350,00	0,00	-250,00	9.100,00	VM < VA
Total	3.915.385,54	1.160.199,54	2.755.186,00		2.983.429,93	2.731.553,77	0,00	250.004,91	2.991.558,69	c. razão 4910000000
Total de Títulos de Crédito	4.371.611,93	1.221.465,00	3.150.146,93		3.378.390,84	3.060.693,94				

Notas:

- Cotações dos títulos de Dívida Pública e Fundo de Investimento retiradas nos extratos de carteira de títulos enviados pelos bancos em 31-12-2011
- Todas as acções acima mencionadas não se encontram cotadas, pelo que quando disponível, o valor de mercado corresponde à percentagem dos capitais próprios
- * - As provisões das acções em 2011, foram calculadas com base nos relatórios e Contas das empresas de 2010.
- As empresas que se encontram em processo de falência são provisionadas na sua totalidade

(A) - Empresa Gestiva - Apesar da participação ser superior a 20%, dadas as condições económicas ou financeira da empresa, considera-se que existem restrições severas e duradouras que prejudicam significativamente a capacidade de transferência de fundos para o IGFSS, pelo que se optou pela aplicação do método do custos. (de acordo com a norma contabilística e de relato financeiro 13)

Quadro 31 – Balanço - Acções e Títulos da Dívida Pública

DÍVIDAS DE TERCEIROS

Análise Evolutiva das dívidas de terceiros

2010 -2011

Dívidas de Terceiros	Exercícios							
	2010		2011				Variação	
	AL	Peso relativo	AB	AP	AL	Peso relativo	Absoluta	Percentual
2812+2822-Empréstimos concedidos	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
212 - Contribuintes c/c	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
218-Clientes contr e utent cobrança d	258.647.891,47	67,57%	2.720.506.391,86	2.580.315.955,47	140.190.436,41	39,95%	-118.457.455,06	-45,60%
268-Outros devedores	124.110.118,89	32,43%	215.173.479,59	4.431.085,56	210.742.394,03	60,05%	86.632.275,14	69,80%
Total das dívidas de Terceiros ML Prazo	382.758.010,36	30,93%	2.935.679.871,47	2.584.747.041,03	350.932.830,44	8,62%	-31.825.179,92	-8,31%
2611+2621-Empréstimos concedidos	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
218-Clientes contr e utent cobrança d	278.745.265,58	32,61%	157.597.114,15	39.399.278,54	118.197.835,61	3,18%	-160.547.429,97	-57,60%
211-Clientes, c/c	0,00	0,00%	12.455.296,40	0,00	12.455.296,40	0,33%	12.455.296,40	-
212-Contribuintes, c/c	181.091.132,83	21,19%	3.230.577.250,81	0,00	3.230.577.250,81	86,83%	3.049.486.117,98	1683,95%
213-Utilentes, c/c	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
214-Clientes, contrib e utentes - Tã	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
229-Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
2619-Adiantam fornecedores de imobili	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
24-Estado e outros entes públicos	0,00	0,00%	153,00	0,00	153,00	0,00%	153,00	-
265-Prestações Sociais a repôr	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
262+263+267+268-Outros devedores	394.848.368,58	46,20%	359.215.545,64	61.917,99	359.153.627,65	9,85%	-35.694.740,93	-9,04%
Total das dívidas de Terceiros Curto Prazo	854.684.766,99	69,07%	3.759.845.360,00	39.401.196,53	3.729.384.163,47	91,38%	2.865.699.396,48	335,29%
Total das dívidas de Terceiros	1.237.442.777,35		6.695.525.231,47	2.624.208.237,56	4.071.316.993,91		2.833.874.216,56	

Quadro 32 – Balanço - Dívidas de Terceiros

DÍVIDAS DE TERCEIROS A MÉDIO E LONGO PRAZO

No biênio 2011/2010, no cômputo total das dívidas de terceiros, o peso relativo das dívidas a receber de curto prazo evidência um acréscimo de 22,31pp enquanto que a expressão relativa das dívidas de MLP regista um decréscimo idêntico isto é menos 22,31pp. Esta variação deve-se sobretudo à grandeza do valor das dívidas de acordos de contribuintes que deixaram de estar relevadas contabilisticamente como dívidas de cobrança duvidosa (e conseqüentemente como de MLP) e passaram a estar autonomizadas numa conta de acordos prestacionais de curto prazo.

Da análise à evolução das dívidas a receber de médio/longo prazo importa referir que:

- o As dívidas de contribuintes (MLP), cuja maturidade é superior a 1 ano, apresentam, em 2011, um valor líquido de provisões de 131.605.291,73€, reflectindo um decréscimo de 47,6% face a igual período de 2010 (vidé quadro seguinte). Este decréscimo resulta da regularização efectuada à conta 218 – dívida em cobrança duvidosa, do valor que se encontra em acordos e com garantia ou suspensa no âmbito do processo executivo. Em 2011, as dívidas acabadas de referir encontra-se relevadas contabilisticamente numa conta específica para o efeito ao nível das dívidas de terceiros de curto prazo;
- o As dívidas dos beneficiários – valor líquido de provisões - do Fundo Garantia de Alimentos a Menores (FGAM), acusam, em 2011, um ocrécimo de 1.192.530,64€, isto é, mais 16,1%, comparativamente a 2010.

Análise Evolutiva da dívida de MLP de Contribuintes e FGAM

2010 - 2011

Designação	Clientes e contribuintes de MLP - 2011					Variação Absoluta	Variação %
	2010		2011				
	Valor Líquido	Valor Bruto	Valor da Provisão	Valor Líquido			
Total de Contribuintes	251.255.277,43	2.621.312.590,01	2.489.707.298,28	131.605.291,73	-119.649.985,70	-47,62%	
FGAM	7.392.614,04	99.193.601,87	90.608.657,19	8.585.144,68	1.192.530,64	16,13%	
Total de grandes devedores	258.647.891,47	2.720.506.391,88	2.580.315.955,47	140.190.436,41			

Quadro 33 – Balanço MLP – Conta 218 – MLP

- o A rubrica “Outros Devedores” de MLP, a 31 de Dezembro de 2011, apresenta o valor líquido de provisões de 210.742.394,03€, registando um aumento de 86.632.275,17€, isto é mais 70% que em igual período de 2010, reflectindo a transferência de dívida do Ministério da Saúde à Caixa do Pessolo dos TLP, no âmbito dos encargos com despesas de saúde dos beneficiários que passaram a partir de 1979, para a responsabilidade do Orçamento de Estado 88.652.877,04.

Análise Evolutiva - Outros devedores MLP (Conta 268*)

2010 - 2011

Outros devedores MLP						
Designação	2010	2011			Variação Absoluta	Variação %
	Valor Líquido	Valor Bruto	Valor da Provisão	Valor Líquido		
Remunerações a repor	444,41	39.070,95	38.544,25	526,70	82,29	18,52%
Rendas	149.579,79	4.460.795,03	4.311.971,44	148.624,59	-755,20	-0,50%
Juros devedores	-	11.563,05	11.409,61	153,44	153,44	-
Situações em litígio APPC e SOEMS	-	69.160,26	69.160,26	-	0,00	-
Ministério da Defesa - Fundo Antigos Combatentes	27.663.871,44	28.243.975,10	-	26.243.975,10	360.103,66	1,29%
Ministério da Agricultura e Pescas	84.519.452,26	84.519.452,26	-	84.519.452,26	0,00	0,00%
Direcção Regional de Segurança Social dos Açores	1.825.029,00	1.825.029,00	-	1.825.029,00	0,00	0,00%
Minist. Saúde-Divida aos TLP	-	84.526.695,55	-	84.526.695,55	84.526.695,55	#DIV/0!
Empréstimos à C.P.P. dos C. F Benguela	5.714.939,29	5.714.939,29	-	5.714.939,29	0,00	0,00%
DAFSE	2.871.969,02	5.072.923,61	-	5.072.923,61	2.200.954,59	76,64%
Casa da Imprensa	736.747,35	669.874,49	-	669.874,49	-48.872,86	-6,62%
Total de grandes devedores	123.704.032,56	215.173.479,59	4.431.085,56	210.742.394,03	87.038.361,47	-97,90%

Quadro 34 – Balanço - Outros Devedores MLP

Do total das dívidas de “Outros Devedores”, 215.173.479,59€ em 2011, 210.592.889,30€ não foram objecto de provisionamento por se tratar de dívidas de entidades públicas sobre as quais importa ainda referir:

- Dívida da APPC – Está em curso a celebração de um acordo prestacional;
- Ministério da Defesa Nacional - Fundo dos Antigos Combatentes – Em 2011, a dívida a receber deste Fundo (há mais de um ano) sofreu o agravamento de 360,103,66€, correspondente aos “Benefícios” pagos em 2010 relativos ainda ao período de 2004 a 2008, no montante de 456.420,66€, e foi objecto de uma regularização de 96.317,00€. Em suma, a dívida do MDN/ FAC com maturidade superior a 1 ano a receber à data de 31 de Dezembro de 2011 era no montante de 28.243.975,10 €, subdividindo-se em:

“Benefícios” pagos em 2010 relativos ainda ao período de 2004 a 2008: 456.420,66

“Benefícios pagos a Antigos Combatentes” referente ao período 2004-2006: 27.787.554,44

TOTAL 28.243.975,10

Áquele valor acrescem 2.418.871,17€, correspondente aos benefícios pagos em 2011, os quais se encontram reflectidos em dividas a terceiros de curto prazo.

- Dívida do Ministério da Agricultura no montante de 84.519.452,26€ – Está em curso o processo de análise aos códigos de classificação de regimes incluídos;
- Dívida da Direcção Regional do Trabalho e Qualificação Profissional da Região Autónoma dos Açores relativa a encargos com o subsídio de desemprego no período de 1 de Maio de 1981 a Dezembro de 1984, no montante de 1.825.029,00€, o processo encontra-se em aprovação;
- Dívida do Ministério da Saúde à Caixa dos TLP, a qual foi transferida, em 2011, para o balanço do IGFSS, para encontro de contas parcial com o valor que o IGFSS recebeu a mais desde de 2008 a 2010, relativamente aos encargos com os benefícios adicionais de Saúde.
- Casa da Imprensa – Foi suspenso em Setembro de 2008 a remessa para a Casa da Imprensa do valor das retenções efectuadas sobre o valor da facturação aos jornais. Por outro lado, foram celebrados adendas ao Protocolo no âmbito da facturação do ISS, IP, à excepção do Jornal “Público” que respondeu negativamente, quanto aos restantes o IGFSS não logrou obter resposta pelo que não concordaram com o seu teor, não sendo possível ao ISS, IP proceder às respectivas retenções. O IGFSS está a dar cumprimento à recomendação do Tribunal de Contas procedendo à regularização do valor em dívida com as retenções efectuadas e prestando contas trimestrolmente ao Tribunal de Contas;

DÍVIDAS DE TERCEIROS DE CURTO PRAZO

Em 2011, as dívidas de terceiros de curto prazo – valor líquido de provisões acumuladas - assumem um acréscimo de 2.865.699.396,48€, representado um variação positiva de 235,29% quando comparada com 2010.

Concorre para esta variação, principalmente, a transferência da dívida objecto de acordo em SEF e a dívida com garantia e ou suspensão que, em 2010, estava relevada como dívida de cobrança duvidosa e que, em 2011, passou a ser dívida corrente.

Quanto ao decréscimo registado na rubrica "outros devedores", concorreu a redução do valor dos adiantamentos concedidos no âmbito das Acções de Formação Profissional, menos 15.304.093,97€ e a redução do montante adiantado ao CNP para pagamento das pensões nos primeiros dias do ano seguinte o montante de 15.129.033,17€.

Análise Evolutiva das dívidas de terceiros curto prazo

2010 - 2011

Dívidas de Terceiros a Curto Prazo	Exercício						Variação Absoluta	Variação Percentual
	2010		2011		2011			
	AL	Peso relativo	AB	AP	AL	Peso relativo		
2611+2621-Empréstimos concedidos	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
219-Clientes contrib e utentes cobrança duvidosa	278.745.265,58	22,53%	157.597.114,15	39.399.278,54	118.197.855,61	2,90%	-160.547.429,97	-57,60%
211-Clientes, c/c	0,00	0,00%	12.455.296,40	0,00	12.455.296,40	0,31%	12.455.296,40	-
212-Contribuintes, c/c	181.091.132,83	14,83%	3.230.577.250,81	0,00	3.230.577.250,81	79,35%	3.049.466.117,98	1683,95%
213-Utentes, c/c	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
214-Clientes, contrib e utentes - Títulos	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
229-Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
2619-Adiantam fornecedores de imobilizado	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
24-Estado e outros entes públicos	0,00	0,00%	153,00	0,00	153,00	0,00%	153,00	-
265-Prestações Sociais a repôr	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
262+263+267+268-Outros devedores	394.848.368,59	31,91%	359.215.545,84	61.917,99	359.153.627,65	8,82%	-35.694.740,93	-9,04%
Total das dívidas de Terceiros Curto Prazo	854.684.766,99		3.759.845.360,00	39.461.196,53	3.720.384.163,47	91,38%	2.865.699.396,48	235,20%
Total das dívidas de Terceiros	1.237.442.777,35		6.695.525.231,47	2.624.208.237,56	4.071.316.993,91			

Quadro 35 – Balanço - Dívidas de Terceiros a Curto Prazo

Como pode observar-se no quadro supra, em 31 de Dezembro de 2011, o montante total líquido de provisões acumuladas registado em "Dívidas de Terceiros de Curto Prazo" é de 3.720.384.163,47€, no qual assumem as rubricas de "Clientes Contribuintes e Utentes de cobrança duvidosa" o peso relativo de 79,35%, "Contribuintes c/c" 2,90% e Outros devedores de 8,82% do total das dívidas de terceiros.

Nas dívidas a curto prazo, objecto de provisionamento, incluem-se todas as dívidas cuja maturidade é inferior o um ano e superior a 6 meses, apresentando em 2011 a seguinte desagração:

Análise Evolutiva das dívidas de terceiros curto prazo provisionadas no biénio 2011/2010

Designação	2010		2011		Variação	
	Valor Líquido	Valor Bruto	Valor da Provisão	Valor Líquido	Absoluta	%
Total de Contribuintes	269.903.450,89	144.784.566,92	36.196.146,73	108.585.440,19	-161.315.010,70	-59,77%
FGAM	8.841.814,69	12.812.527,23	3.203.131,81	9.609.395,42	767.580,73	8,68%
Sub Total	278.745.265,58	157.597.114,15	39.399.278,54	118.197.835,61	-160.547.429,97	-57,60%
Rem.e repos	1.245,44	432,31	108,08	324,23	-921,21	-73,97%
Rendas	178.224,95	247.216,90	61.604,23	185.412,67	7.187,72	4,03%
Juros devedores	-	22,71	5,68	17,03	17,03	-
Sub Total	179.470,40	247.649,21	61.917,99	185.736,90	6.266,51	3,49%
Total dos Totais	278.924.735,98	157.844.763,36	39.461.196,53	118.383.572,51	-160.541.163,47	

Quadro 36 – Balanço – Desagregação das dívidas de cobrança duvidosa

É de referir que, embora no cômputo geral das dívidas de contribuintes de curto prazo se tenha registado um acréscimo, ao nível das dívidas que se encontram provisionadas, registou-se um decréscimo de 161.315.010,70€, por o valor correspondente à componente de acordos com maturidade entre os 6 e os 12 meses em 2011 ter deixado de ser considerado como dívida em cobrança duvidosa.

Ainda no cômputo total das dívidas a receber de curto prazo, em 2011, as dívidas de contribuintes apresentam um acréscimo de 3.049.486.117,98€ comparativamente a 2010, para as quais concorreram:

- A transferência das dívidas cobrança duvidosa para conta corrente acordos, relativamente no valor de 830.694.376,59€;
- A transferência de cobrança duvidosa para conta corrente da dívida garantida e ou suspensa no montante de 1.425.880.343,09€.
- A transferência da conta corrente para a conta de cobrança duvidosa pela montante correspondente de dívida participada em 2011, no total de 1.155.442.662,00€
- A integração em 2011 da valor não cobrada da dívida titularizada no montante de 950.358.470,88€
- A contabilização dos débitos da Doca Pesca e Marconi no montante de 76.096.837,94

O valor a receber do FGAM, com maturidade inferior a 6 meses, apresenta uma variação positiva de 9,85%, correspondendo a um acréscimo de 1.116.355,59€, resultante da entrada de 3.426 novos processos.

DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA

Os “Depósitos bancários e Caixa” registam, em 2011, um decréscimo de 8,16% relativamente a 2010, isto é, menos 158.958.249,17€ que em 2010, diferencial para o qual concorreram fundamentalmente os valores registados em “Depósitos em Instituições Financeiras”.

ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS E CUSTOS DIFERIDOS

No cômputo global, as contas 271 e 272 – Acréscimos de Proveitos e Custos Diferidos registam um aumento de 5.996.918,20€, isto é mais 20,88% do que em 2010 – vide quadro 37.

Análise Evolutiva dos Acréscimos e Diferimentos

2010 - 2011

Acréscimos e diferimentos:	Exercícios		Variação Absoluta	Variação % 2011/2010
	2010	2011		
	271-Acréscimos de proveitos	27.856.618,00	34.130.517,36	6.273.899,36
272-Custos diferidos	870.932,19	593.951,03	-276.981,16	-31,80%
	28.727.550,19	34.724.468,39	5.996.918,20	20,88%

Quadro 37 – Balanço – Desagregação dos Acréscimos e Diferimentos

Ao analisar a evolução dos valores registados na conta Acréscimo de Proveitos, verifica-se em 2011 um acréscimo de 6.273.899,36€ em 2011, quando comparado com igual período de 2010, se deveu nomeadamente:

- o À especialização do valor a receber da referente à Marconi, no montante de 1.160.010,82€;
- o À especialização do valor a receber do tesouro no âmbito do reembolso das pensões pagas aos desalojados das ex-colónias no montante de 1.985.288,77€, relativas aos meses de Dezembro;
- o À especialização do valor a receber GEF/ME referente a bolsas de estudo pagas em Dezembro no montante de 831.745,20€;
- o Ao aumento face a 2010 de 4.549.922,22€, no valor a receber da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa relativamente à receita dos jogos sociais de Novembro e Dezembro de 2011;
- o À redução no montante a receber de juros de depósitos em instituições bancárias devido ao facto de, em 2011, o montante de aplicações em curso a 31/12/2011 ser substancialmente inferior ao montante que se encontrava em curso em 31/12/2010, acrescida do facto de a taxa de juro ter registado uma diminuição e do prazo médio em aplicação ser também inferior.

Relativamente à rubrica de custos diferidos, regista-se o decréscimo verificado em “Outros custos diferidos”, de 276.981,16€ representando um valor inferior a 31,80% quando comparado com 2010, resultando a diferença das transferências para Instituições de Segurança Social.

Análise Evolutiva dos acréscimos de proveitos e custos diferidos
2010 - 2011

Conta	Acréscimos de Proveitos	Exercícios		Δ 2010/2009	Δ 2010/2009
		2010 (1)	2011 (2)	Em € (3)=(2)-(1)	% (4)=(2)/(1)
Acréscimos de proveitos					
2711000000	Juros a Receber	3.763.721,68	1.278.010,46	-2.485.711,22	-0,66
2714130000	Euramihões	0,00	0,00	0,00	
2714140000	Recargas dos jogos sociais - D.L. n.º 56/2006	23.524.608,78	28.074.531,29	4.549.922,51	0,19
2715000000	Outras transferências a receber	0,00	0,00	0,00	
2719000000	Outros acréscimos de proveitos	568.267,54	4.777.975,61	4.209.688,07	7,41
Sub total		27.856.618,00	34.130.517,36	6.273.899,36	0,23
Custos Diferidos					
2722000000	Rendas adiantadas	48.971,44	49.585,75	614,31	0,01
2727000000	Transferências para Inst. Segurança Social	749.981,27	466.189,99	-283.791,28	-0,38
2729000000	Outros custos diferidos	71.979,48	76.175,29	6.195,81	0,09
Sub total		870.932,19	593.951,03	-276.981,16	-0,32
Total		28.727.550,19	34.724.468,39	5.996.918,20	0,21

Quadro 38 – Balanço - Acréscimos de Proveitos e Custos Diferidos

8.2 Fundos Próprios e Passivo

Análise Evolutiva dos Fundos Próprios e Passivo

2010 – 2011

Euros				
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	2010	2011	Evolução 2011/2010	
	Valor	Valor	Valor	%
FUNDOS PRÓPRIOS				
Património	1.477.385.925,66	1.477.385.925,66	0,00	0,00%
Ajustamento de partes capital	0	0	0,00	
Reservas de avaliação	0	0	0,00	
	1.477.385.925,66	1.477.385.925,66	0,00	0,00%
Reservas legais	487.310.891,50	487.310.891,50	0,00	0,00%
Reservas Estatutárias	41.417.599,39	35.246.675,95	-6.170.923,44	-14,90%
Doações	2.759,46	2.759,46	0,00	0,00%
Reservas decorrentes da transf. de Activos	-204.709.034,62	-115.315.529,94	89.393.504,68	-43,67%
RESERVAS	324.022.215,73	407.244.796,97	83.222.581,24	25,68%
Resultados transitados	-393.487.783,04	2.269.429.776,87	2.662.917.559,91	-676,75%
Resultado líquido do exercício	951.020.841,02	835.663.537,67	-115.357.303,35	-12,13%
	557.533.057,98	3.105.093.314,54	2.547.560.256,56	456,93%
TOTAL DOS FUNDOS PROPRIOS	2.358.941.199,37	4.989.724.037,17	2.630.782.837,80	111,52%
PASSIVO				
PROVISÕES	0,00	145.909,88	145.909,88	#DIV/0!
Fornecedores	38.251,44	26.971,56	-11.279,88	-29,49%
Estado e outros entes públicos	328.905,36	299.176,80	-29.728,56	-9,04%
Outros	255.067.200,31	283.161.117,07	28.093.916,76	11,01%
DIVIDAS A TERCEIROS	255.434.357,11	283.487.265,43	28.052.908,32	-9,90%
Acréscimos de custos	37.702.947,17	18.652.288,11	-19.050.659,06	-50,53%
Proveitos diferidos	644.962.797,75	688.005.531,38	43.042.733,63	6,67%
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	682.665.744,92	706.657.819,49	23.992.074,57	3,51%
TOTAL DO PASSIVO	938.100.102,03	990.290.994,80	52.190.892,77	5,56%
TOTAL DOS FUNDOS PROPRIOS E PASSIVO	3.297.041.301,40	5.980.015.031,97	2.682.973.730,57	81,38%

Quadro 39 – Balanço - Fundos Próprios e Passivo

Como se pode constatar no quadro supra os Fundos Próprios apresentam em 2011 um acréscimo 2.630.782.837,80€, isto é, mais 111,52% que em 2010, para o qual concorreram, nomeadamente, a variação nos Resultados Transitados em 2.662.917.559,91€, (676,75%), nos Resultados líquidos em (-)115.357.303,35€ (-12,13%) e na rubrica de Reservas em mais 89.393.504,68€ (43,67%).

PATRIMÓNIO

Em 2011, o Património não teve qualquer alteração face ao mesmo período homologado de 2010.

RESERVAS

Em relação às Reservas, verifica-se em 2011, relativamente a 2010 um acréscimo de 25,68%, isto é 83.222.581,24€, decorrente:

- da transferência para o IGFSS a dívida do Ministério da Saúde à Caixa de Previdência do Pessoal dos Telefones de Lisboa e do Porto relativa a encargos com despesas de saúde dos beneficiários que passaram a partir de 1979, para a responsabilidade do Orçamento de Estado, no montante de 88.652.877,04€;
- da regularização dos Fundos Especiais, no montante de 6.170.923,44€;
- e da transferência de imóveis obtida do ISS, IP, no montante de 649.556,97€ (DL n.º 112/2004).

Análise das Reservas no Ano 2011

Conta 57	Saldo Inicial	Movimentos em 2011	Saldo Final
	-324.022.215,73		
Conta 5710000000 - Reservas legais	-487.310.891,50		-487.310.891,50
Conta 5720000000 - Reservas estatutárias	-41.417.599,39		-35.246.675,95
		6.170.923,44	
Fundos Especiais 2011		6.170.923,44	
Conta 5760000000 - Doações	-2.759,46		-2.759,46
Conta 5770000000 - Reservas decorrentes da transf. de activos	204.709.034,62		115.315.529,94
		-89.393.504,68	
Transferência DL 112/2004, 13/05 - ISS		-649.556,97	
CN N.º 11/2009 - TC CSS2010		-91.070,67	
INF N.º 2002/2011 DOC - Div. MIN. SAÚDE / CXTLP		-88.652.877,04	
			-407.244.796,97

Quadro 40 – Balanço - Reservas

Em 2011 procedeu-se como habitualmente ao apuramento do valor dos Fundos Especiais, implicando uma variação do valor das Reservas, conforme quadro abaixo indicado:

Análise dos Fundos Especiais no Ano 2011

Análise aos Fundos Especiais					Euro
Conta	Designação	Saldo em			Variação 2011/2010
		2011	2010		
5721111000	Ex-C.S.P. dos Seguros	-14.249.800,03	-12.283.341,03	-1.966.459,00	
5721112000	Ex-C.S.P. do Pessoal da Indústria Vidreira	0	0	0,00	
5721113000	Ex-C.S.P. do Pessoal da Indústria dos Lanifícios	-6.561.107,52	-6.447.689,05	-113.418,47	
5721114000	Ex-C.P. dos Profissionais de Espectáculos	43.528,51	43.528,51	0,00	
5721115000	C.P. dos Telefones de Lisboa e Porto	-37.547.063,05	-39.246.197,55	1.699.134,50	
5721117000	Ex-C.P.A.F. dos Serv. Transportes Colect. do Porto	-290.397,12	-359.319,47	68.922,35	
5721118000	Federação Cimentos F.C.P.	-7.303.869,93	-7.136.490,69	-167.379,25	
5721119000	C.P. do Pessoal da Comp. Carris de Ferro	33.116.607,62	26.403.271,50	6.713.336,12	
5721124000	Ex-Grémio Nac. dos Industriais de Fósforos	-44.808,66	-44.128,01	-680,65	
5721125000	C.P. dos Trabalhadores da EPAL	-2.399.090,46	-2.336.558,30	-62.532,16	
5721134000	Fundo de Invalidez das Caixas	-8.514,75	-8.514,75	0,00	
5721135000	Fundo de Habitação dos Trabalh. dos Lanifícios	-2.160,56	-2.160,56	0,00	
Total		-35.246.675,95	-41.417.599,39	6.170.923,44	

Quadro 41 – Balanço - Fundos Especiais

RESULTADOS LÍQUIDOS DO EXERCÍCIO

Os resultados líquidos do exercício de 2011 apresentam-se positivos, evidenciando um decréscimo de 115.357.303,35€, isto é menos 12,13%, face a 2010, na sequência nomeadamente do decréscimo registado, em 2011, nos resultados extraordinários (para maior detalhe vidé capítulo sobre a Demonstração de Resultado).

RESULTADOS TRANSITADOS

Os Resultados Transitados apresentam uma variação positiva na ordem dos 2.662.917.559,91€ já que em 2010 registavam a salda devedor de 393.487.783,04€ e em 2011 apresentam um salda credor de 2.269.429.776,87€, para o qual concorreram os movimentos a seguir sintetizados.

Análise dos Resultados Transitados no Ano
2011

Conta 59	Saldo Inicial	Movimentos em 2011	Saldo Final
	393.487.783,04		
Conta 5920000000 - Reg. grande significado	4.110.223.120,25		2.404.497.324,80
		-1.705.725.795,45	
Apuramento AFP / CPN_Ano 2011		59.052.461,76	
Apuramento Subsídio Renda 2011		1.190.207,40	
Conclusão Contrato Titularização SEF INF. N.º 11/11DGD		-950.358.470,88	
Correcção à Conta 7953 - Juros acordos vencidos - inf.º 1138/2012		-8.760.600,85	
Regularização de imobilizados		-229.137,37	
DR's MARCONI 2002 a 2010 - INF. N.º 1854/2010		-13.469.894,30	
DOCAPESCA 2002 a 10/2007 - INF N.º 3476/2011		-62.626.943,61	
Redução Provisões Acumuladas		-1.328.613.050,79	
Correcção ao saldo da conta 7977		598.089.633,19	
Conta 5990000000 - Res transitados - Outros	-3.716.735.337,21		-4.673.927.101,67
		-957.191.764,46	
Fundos Especiais 2011		-6.170.923,44	
Transferência de Resultado Líquido de 2010		-951.020.841,02	
			-2.269.429.776,87

Quadro 42 – Balanço - Resultados Transitados

Para o acréscimo de Resultados Transitados, contribuem, nomeadamente, as seguintes regularizações:

- Foi relevado contabilisticamente na conta 274 a parcela das transferências do OE, recebidas para financiamento da CPN das Acções de Formação Profissional cofinanciadas pelo FSE, (nos termos da lei de bases), no âmbito do QREN e Outros Quadros Comunitários e ainda não aplicada no respectivo financiamento da despesa, no montante de 1.591.878,04€ e 59.052.461,76€, respectivamente. No que se refere aos saldo de outros quadros comunitários, no montante de 59.052.461,76€, uma vez que o mesmo se refere a saldos de anos anteriores e por outro lado assume relevância material, a sua relevação na conta 274, fez-se por contrapartida da conta 592;
- Na sequência da recomendação n.º 65 – PCGE/2010, que se passa a citar:

“ O tribunal recomenda que o financiamento do OSS para despesas com subsídio de renda seja efectuado de acordo com as disposições legais aplicáveis. ”,

foi efectuado o apuramento do saldo do subsídio de renda e relevado contabilisticamente na conta 274794 o valor de 1.190.207,40€;

- Terminado o processo de cessão de créditos da Segurança Social para efeitos de titularização, foi integrado no balanço do IGFSS.IP, o montante de 950.358.470,88€. Não existindo informação detalhada dos regimes que abrangem a dívida que não regressou ao balanço da Segurança Social, à data do encerramento de contas de 2011, não foi possível fazer a sua imputação às contas respectivas;
- Em 2010, foi corrigido na conta 592 – Regularizações de grande significado, o lançamento contabilístico efectuado em anos anteriores à conta 27411/7953 pela entrada do valor da prestação de acordos, no montante global de 29.515.873,27€. Em 2011, com a correcção da interface e a integração da componente devida de juros vencidos, procedeu-se à regularização da conta 7953 por contrapartida do conto 592, relativamente à componente de anos anteriores no montante de 8.760.600,85€;

- Procedeu-se ao lançamento dos débitos de contribuições ao IGFSS, relativos aos trabalhadores e entidade empregadora abrangidos pela Caixa de Previdência do Pessoal da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, no montante global de 13.469.894,30€, em virtude de se ter detectado que a parcela correspondente a 7% das contribuições devidas não se encontravam reflectidos em conta-corrente nem lançados manualmente no período de 2002 a 2010;
- Procedeu-se ao lançamento dos débitos do período de 2002 a Novembro de 2007, da Doca Pesca, no montante de 62.626.943,61€, por em 2010 se ter concluído que em GC não se encontravam reflectidos os débitos dos contribuintes, relativo ao período mencionado;
- Procedeu-se à anulação de provisões em 2011, em virtude da correcção à conta 218 – Dívida de cobrança duvidosa de contribuintes, pelas razões já invocadas anteriormente neste relato no montante de 1.328.613.050,79€, o qual se encontra relevado na conta 592 – Regularizações de grande significado;
- Em 2011, foram registados a débito da conta 592 – Regularizações de grande significado, 598.089.633,19€ referentes à anulação de débitos de contribuintes relativos a anos anteriores, anulação esta gerada em GC e cujos movimentos contabilísticos tinham sido integrados automaticamente na conta 7977 – Correcções relativas a anos anteriores;

PASSIVO

O Passivo, em 2011, no montante de 990.290.994,80€ apresenta um acréscimo de 5,56% em relação ao ano 2010, sendo que as dívidas a terceiros apresentam em 2011 um peso relativo de 28,63% e os Acréscimos e Diferimentos de 71,36%.

Análise evolutiva do Passivo

2010 - 2011

Item de balanço	Exercícios		Variação % 2010/2009	Variação Absoluta	2011	
	2010	2011			Peso relativo	
Passivo:						
29-Provisões para riscos encargos	0,00	145.909,88	-	-145.909,88	100,00%	
Dívidas a Terceiros - MLP	0,00	0,00	-		-	
*	0,00	145.909,88		145.909,88	0,01%	
Dívidas a terceiros - curto prazo:						
221-Fornecedores, c/c	20.325,47	6.880,01	-66,15%	-13.445,46	0,00%	
228-Fornecedores -facturas recepção conf	17.925,97	20.091,55	12,08%	2.165,58	0,01%	
24-Estado e outros entes públicos	328.905,36	299.176,60	-9,04%	-29.728,56	0,11%	
266-Prestações sociais	4.371,12	0,00	-100,00%	-4.371,12	0,00%	
262+263+267+268-Outros credores	255.062.829,19	283.161.117,07	11,02%	28.098.287,88	99,88%	
*	255.434.357,11	283.487.265,43	10,98%	28.052.908,32	28,63%	
Acréscimos e diferimentos:						
273-Acréscimo de custos	37.702.947,17	18.652.288,11	-50,53%	-19.050.659,06	2,64%	
274-Proveitos diferidos	644.962.797,75	688.005.531,38	6,67%	43.042.733,63	97,36%	
*	682.665.744,92	706.657.819,49	3,51%	23.992.074,57	71,36%	
Total do Passivo	938.100.102,03	990.290.994,80	5,56%	52.190.892,77	16,56%	
Total dos fundos próprios e do Passivo	3.297.041.301,40	5.980.015.031,97	81,38%	2.682.973.730,57	-	

Quadro 43 – Balanço - Passivo

DÍVIDAS A TERCEIROS

As dívidas a terceiros de curto prazo, a 31 de Dezembro de 2011, registam um aumento de 28.052.908,32€, isto é, mais 28,63% face a 2010, atingindo no ano de 2011 o montante de 283.487.265,43€ nos quais estão incluídos, nomeadamente, os valores:

- o A transferir para as ISS's correspondente a prestações sociais a aguardar reenvio aos beneficiários no valor de 228.118.156,26€;
- o A pagar a fornecedores, no valor de 6.880,01€;
- o A pagar ao Estado e Outros Entes Públicos, no valor de 299.176,80€, reflectindo uma melhoria no montante de 29.728,56€ face a 2010, para o qual concorreu a aplicação da tabela de transição para as novas posições remuneratórias em Dezembro de 2010.

Análise evolutiva das dívidas a pagar ao Estado e a Outros Entes Públicos

2010 – 2011

		Euros			
Conta		2010	2011	Variação absoluta	Variação %
2421000000	»Trabalho dependente	217.269,00	0	-217.269,00	-100,00%
2421100000	»Retenção normal	0	107.662,00	107.662,00	-
2422000000	»Trabalho independente	76,24	1.043,93	967,69	1269,27%
2424000000	»Prediais	7.415,37	7.514,41	99,04	1,34%
2425300000	»IRS - Categ H - Pensões Transitórias	2.326,00	0	-2.326,00	-100,00%
2451100000	»Encargos a entregar pela entidade	11.387,74	0	-11.387,74	-100,00%
2452100000	»Da entidade empregadora	0	40.865,66	40.865,66	-
2452200000	»Dos trabalhadores	52.093,94	29.966,38	-22.127,56	-42,48%
2453100001	»Da entidade empregadora	0	74.913,97	74.913,97	-
2453200000	»Dos trabalhadores	37.968,17	36.950,84	-1.017,33	-2,68%
2458100000	»Cofres de previdência	273,33	240,7	-32,63	-11,94%
2458220000	»Dos trabalhadores	29,12	0	-29,12	-100,00%
2458320000	»Dos trabalhadores	54,26	0	-54,26	-100,00%
2458900000	»Outras	12,19	18,91	6,72	55,13%
Total		328.905,36	299.176,80	-29.728,56	9,94%

Quadro 44 – Balanço - Dívidas a pagar ao Estado e a Outros Entes Públicos

No cômputo global de “Outros Credores” estão ainda incluídos:

- o onze milhões, setecentos e noventa e quatro mil euros referentes a vendas por processos executivos a aguardarem graduação de créditos;
- o dez milhões, quinhentos e vinte mil euros de penhoras de créditos;
- o Os valores a pagar a beneficiários, entrados no âmbito da tesouraria única, e que aguardarem identificação do ISS, IP no montante de 8.993.068,71€ reflectindo um acréscimo 695.166,41€ face a 2009;
- o Valores a regularizar, no âmbito do programa Integrar FSE/OE, no montante de 2.653.071,35€;

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

O somatório dos Acréscimos de Custos e os Proveitos Diferidos regista um acréscimo de 23.992.074,57€, isto é, mais 3,51% face a 2010, concorrendo para tal o aumento dos proveitos diferido no montante de 43.042.733,63€, uma vez que a rubrica de acréscimos de custos sofreu um decréscimo de 49,47%, isto é menos 19.050.659,06€ do que em 2010, devidas fundamentalmente à aplicação das disposições legais que conduziram à suspensão do subsídio de férias/natal em 2012, (Lei n.º 55-A/2010 de 31 Dezembro Orçamento de Estado para 2011) permitindo que esta rubrica registasse, em 2011, o valor de 18.652.288,11€, menos 19.050.659,06€ do que em 2010.

No que concerne aos Proveitos Diferidos, estes evidenciam uma variação, face ao período homólogo de 2010, de mais 106,67% de que se salienta:

- o O acréscimo de 59.052.461,76€ na rubrica de outros quadros comunitários e de 1.591.878,04 na rubrica de QREN/CPN, decorrente da relevação contabilística da parcela das transferências do OE recebidas para financiamento do CPN das Acções de

Formação Profissional cofinanciadas pelo FSE e ainda não aplicada no respectivo financiamento de despesa;

- o O acréscimo 2011/2010 do valor apurado, no programa QREN POPH, em 10.927.870,05, que respeita a valores recebidos e ainda não aplicados em despesa;
- o O decréscimo do saldo do Programa Ser Criança e do PAIL, no valor de 10.795.086,95€ e de 23.299.237,45€ respectivamente, que respeita a valores recebidos e ainda não aplicados em Despesa.

Análise evolutiva aos Acréscimo de Custos e Proveitos Diferidos 2010 – 2011

Conta	Acréscimos de Proveitos	Exercício		Δ 2011/2010	Δ 2011/2010
		2010 (1)	2011 (2)	Em € (3)=(2)-(1)	% (4)=(2)/(1)
2730000000	Remunerações a liquidar	-1.620.699,57	-745.366,07	-875.314,50	-45,99%
2737000000	Transferências para Inst. SS - valores a liquidar	-35.813.769,94	-17.691.412,93	-18.122.357,01	-49,40%
2739900000	Outros acréscimos de custos	-268.477,66	-215.490,11	-52.987,55	-80,26%
	TOTAL Conta 273*	-37.702.947,17	-18.652.268,11	-19.050.659,06	-49,47%
2741100000	Juros Vincendos de Contribuintes	-13.243.024,58	-4.335.828,27	-8.907.196,31	-32,74%
2742000000	Rendas recebidas adiantadamente	-225.119,20	-140.559,54	-84.559,56	-62,44%
2744116100	QREN - POPH	-142.933.302,02	-153.861.172,07	10.927.870,05	107,65%
2744116200	POAT	-3.283.560,04	-1.379.928,47	-1.903.631,57	-42,03%
2744116300	POAT / RAA	-5.658.103,70	0,00	-5.658.103,70	0,00%
2744116400	POAT / RAM	-2.782.881,68	-557.927,01	-2.224.954,67	-20,05%
2744211000	QREN	0,00	-1.591.878,04	1.591.878,04	100,00%
2744212000	OÇC	0,00	-59.052.461,76	59.052.461,76	100,00%
2747400000	Fundo Social Europeu	-56.579.469,71	-52.546.594,74	-4.032.874,97	-92,87%
2747600000	Programa de Des. e Expansão da Rede Pré-escolar	-3.904.913,43	-12.179.715,49	8.274.802,06	311,91%
2747800000	PIDDAC-OE	-12.464.973,55	-12.556.357,73	91.384,18	100,73%
2747920000	Euramilihões - Prog. de apoio a pes. idosos e com def.	-68.438.727,78	-67.558.341,10	-880.386,68	-98,71%
2747931100	Des. de programas, medidas e projetos de apoio (AS)	-150.142.957,10	-151.904.996,02	1.762.038,92	101,17%
2747931300	Apoio a IPSS para acção social - FSS	-56.569.054,01	-65.894.412,28	9.325.358,27	116,48%
2747931500	Combate à pobreza e exclusão social	-44.173.056,44	-50.814.849,48	6.641.793,04	115,04%
2747931600	Ser Criança	-44.795.350,10	-34.000.263,15	-10.795.086,95	-75,90%
2747931700	PAIL	-28.865.867,45	-5.566.630,00	-23.299.237,45	-19,28%
2747931800	PAFAC	-6.357.763,44	-7.234.031,99	876.268,55	113,78%
2747940000	Subsídio de renda	0,00	-1.909.326,60	1.909.326,60	100,00%
2747951000	POPH	-1.081.935,93	-1.463.737,94	381.802,01	135,29%
2747952000	POAT	-29.277,77	-17.604,26	-11.673,52	60,13%
2747953000	POAT / RAA	-14.848,65	-9.151,23	-5.697,42	61,63%
2747954000	POAT / RAM	-6.481,89	-17.634,84	11.152,95	272,06%
2749900000	Outros	-3.412.129,28	-3.412.129,28	0,00	0,00%
	TOTAL Conta 274*	-644.962.797,75	-688.005.531,38	43.042.733,63	106,67%
	Sub-total	-682.665.744,92	-706.657.819,49	23.992.074,57	3,51%

Quadro 45 – Balanço - Acréscimo de Custos e Proveitos Diferidos

PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS

A rubrica de provisões para riscos e encargos, a 31 de Dezembro de 2011, apresentou um saldo de 145.909,88€ relevando as provisões constituídas pelo IGFSS em 2011 para fazer face a riscos inerentes a processos litigiosos, referente aos seguintes processos:

- Isabel M^a P. d'Almeida – no montante de 3.571,80€;
- Ana Cristina P. Figueiredo – no montante de 41.002,34€;
- Cesaltina Nobre – no montante de 22.800,00€;
- Administração do condomínio Av. D. Afonso Valente, 14 Povoá St. Iria – no montante de 1.085,04€;
- BVC – Promoção imobiliária, Lda. – no montante de 77.450,70€

9. ANÁLISE À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício de 2011 o valor total dos proveitos e ganhos ascende a 24.378.818.143,03€, superior em 835.663.537,67€ ao total dos custos e perdas.

Demonstração de Resultados					Variação
	2010		2011		2011/2010
CMVMC					
consumidas:					
Mercadorias					
Matérias	209.346,58	209.346,58	193.440,84	193.440,84	-7,60%
Fornecimentos e serviços externos	11.224.223,97		13.012.949,70		
Custos com o pessoal:					
Remunerações	10.545.835,75		9.146.980,27		
Encargos Sociais:					
Pensões	48.365,66		31.772,68		
Outros	4.509.603,91	26.328.029,29	4.241.422,57	26.433.125,22	0,40%
Transf. Corr.concedidas e prestações sociais	22.574.035.499,70	22.574.035.499,70	22.530.548.898,91	22.530.548.898,91	-0,19%
Amortizações do exercício	396.785,45		362.074,94		
Provisões do exercício	734.508.846,44	734.905.631,89	144.428.310,70	144.790.385,64	-80,30%
Outros Custos e perdas operacionais	499.656,34	499.656,34	333.784,14	333.784,14	-33,20%
		23.335.978.163,80		22.702.299.634,75	-2,72%
Custos e perdas financeiras		1.128.295,09		1.162.903,80	3,07%
		23.337.106.458,89		22.703.462.538,55	-2,72%
Custos e perdas extraordinárias		295.308.018,14		839.632.066,81	184,34%
		23.632.414.477,03		23.543.154.605,36	-0,38%
<i>Resultado Líquido do exercício</i>		<i>351.020.841,02</i>		<i>835.663.537,67</i>	<i>-12,13%</i>
		24.583.435.318,05		24.378.818.143,03	-0,83%
Proveitos e Ganhos					
Vendas e prestações de serviços					
Prestações de serviços	23.157.536,82	23.157.536,82	28.442.968,56	28.442.968,56	22,82%
Impostos e taxas	14.633.256.893,14		14.772.271.116,61		
Trabalhos para a própria entidade					
Proveitos suplementares	81.522,49		15.993,15		
Transferências e subsídios correntes obtidos:					
Outras	9.171.852.339,66		8.434.476.573,02		
Outros proveitos e ganhos operacionais	36.637,26	23.805.227.392,55	5.900,06	23.206.769.582,84	-2,51%
		23.828.384.929,37		23.235.212.551,40	-2,49%
Proveitos e ganhos financeiros	33.876.124,70	33.876.124,70	86.940.302,64	86.940.302,64	156,64%
		23.862.261.054,07		23.322.152.854,04	-2,26%
Proveitos e ganhos extraordinários	721.174.263,98	721.174.263,98	1.056.665.288,99	1.056.665.288,99	46,52%
		24.583.435.318,05		24.378.818.143,03	-0,83%

Quadro 46 – Demonstração de Resultados

Para o Resultado Líquido do Exercício concorrem os Resultados Operacionais no valor de 532.912.916,65€, os Resultados Financeiros de 85.777.398,84€ e os Resultados Extraordinários de 216.973.222,18€, conforme se pode verificar no quadro abaixo.

Quadro síntese de resultados de 2011			
	2010	2011	Variação
Resultados operacionais	492.406.765,57	532.912.916,65	8,23%
Resultados Financeiros	32.747.829,61	85.777.398,84	161,93%
Resultados Correntes	525.154.595,18	618.690.315,49	17,81%
Resultados Extraordinários	425.866.245,84	216.973.222,18	-49,05%
Resultado Líquido do Exercício	951.020.841,02	835.663.537,67	-12,13%

Quadro 47 – Demonstração de Resultados - Síntese dos Resultados do Ano 2010

RESULTADOS OPERACIONAIS

Os Resultados Operacionais apresentam-se positivos em 2011 à semelhança do que ocorrera em 2010, reflectindo um acréscimo 40.506.151,08€.

Relativamente aos proveitos operacionais verifica-se um decréscimo de 593.172.377,97€, sendo que para aqueles correram, nomeadamente:

- A rubrica de prestações de serviços, onde são registados os reembolsos devidos ao IGFSS no âmbito da participação pela prestação de alimentos a menores, e o reembolso a concretizar por parte dos contribuintes no âmbito de despesas administrativas em 2011, registando-se um acréscimo de 15,94%, ou seja mais 1.788.725,73€ do que em 2010;
- Os impostos e taxas, incluindo as contribuições declaradas, que registam um diferencial de 139.014.223,47€ (+0,95%) quando comparados com igual período de 2010, sendo que, no conjunto;
- As transferências e subsídios correntes obtidos que registam uma variação de menos 737.375.766,64€, relativamente a 2010 (-8,04%).

Conclui-se assim que o total dos proveitos e ganhos operacionais apresentaram em 2011 um decréscimo 2,49%, face a 2010 para o qual concorreu principalmente a variação negativa das transferências recebidas.

Em relação aos custos operacionais, são as provisões do exercício e as transferências correntes concedidas e as prestações sociais os custos que registam o maior decréscimo absoluto, no montante de 633.567.136,53€, justificando 99% do total do decréscimo verificado ao nível da totalidade dos custos operacionais, embora, em termos relativos, o seu decréscimo tenha sido, apenas, de 2,72%, comparativamente a 2010.

A diminuição no valor das provisões do exercício resulta da correcção contabilística efectuada à dívida de cobrança duvidosa de contribuintes (exclusão da dívida objecto de acordo e dívida garantida e/ou suspensa), sendo que em 2011, apenas, foi considerado para o cálculo das provisões do exercício, o valor correspondente à dívida de cobrança duvidosa que nunca tinha sido provisionada (dívida com mais de 6 meses e menos de 18 meses). A regularização da parcela da restante dívida, face ao período de referência, e ao elevado montante de redução de provisão foi considerado na conta 592 – regularizações de grande significado (vide capítulo de capital próprio).

Em resumo, em 2011, verifica-se um diminuição dos custos operacionais no valor de 633.678.529,05€, menos 2,72% do que o registado em 2010.

Análise evolutiva dos Resultados Operacionais

2010 – 2011

Euros

Resultados Operacionais						
	2010	Peso relativo 2010	2011	Peso relativo 2011	Variação Absoluta	Variação 2011/2010
CMVMC						
consumidas:						
Mercadorias	-		-			
Matérias	209.346,58	0,00%	193.440,84	0,00%	-15.905,74	-7,60%
Fornecimentos e serviços externos	11.224.223,97	0,05%	13.012.949,70	0,06%	1.788.725,73	15,94%
Custos com o pessoal:						
Remunerações	10.545.835,75	0,05%	9.146.980,27	0,04%	-1.398.855,48	-13,26%
Encargos Sociais:						
Pensões	48.365,66	0,00%	31.772,68	0,00%	-16.592,98	-34,31%
Outros	4.509.603,91	0,02%	4.241.422,57	0,02%	-268.181,34	-5,95%
Transf. Carr. concedidas e prestações sociais	22.574.035.499,70	96,73%	22.530.548.898,91	99,24%	-43.486.600,79	-0,19%
Amortizações do exercício	396.785,45	0,00%	362.074,94	0,00%	-34.710,51	-8,75%
Provisões do exercício	734.508.846,44	3,15%	144.428.310,70	0,64%	-590.080.535,74	-80,34%
Outros Custos e perdas operacionais	499.656,34	0,00%	333.784,14	0,00%	-165.872,20	-33,20%
Custos e perdas operacionais	23.335.978.163,80		22.702.299.634,75		-633.678.529,05	-2,72%
Vendas e prestações de serviços						
Prestações de serviços	23.157.536,82	0,10%	28.442.968,56	0,12%	5.285.431,74	22,82%
Impostos e taxas	14.633.256.893,14	61,41%	14.772.271.116,61	63,58%	139.014.223,47	0,95%
Trabalhos para a própria entidade	-		-			
Proveitos suplementares	81.522,49	0,00%	15.993,15	0,00%	-65.529,34	-80,38%
Transferências e subsídios correntes obtidos:						
Outros	9.171.852.339,66	38,49%	8.434.476.573,02	36,30%	-737.375.766,64	-8,04%
Outros proveitos e ganhos operacionais	36.637,26	0,00%	5.900,06	0,00%	-30.737,20	-83,90%
Proveitos e ganhos operacionais	23.828.384.929,37		23.235.212.551,40		-593.172.377,97	-2,49%

Quadro 48 – Demonstração de Resultados - Resultados Operacionais

RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros obtidos pelo IGFSS, no exercício de 2011, acusam um acréscimo de 53.029.569,23€, isto é, mais 161,93% que em 2010, explicado fundamentalmente pelo aumento nos proveitos financeiros, apurado em 53.889.627,70€, para o qual concorreram os rendimentos obtidos na rendibilização de excedentes de tesouraria junto do sistema financeiro.

No que concerne aos custos e perdas financeiras, estes registam um agravamento na provisão para aplicações financeiras, apurada em 317.946,92€, isto é 61,25%, decorrente do valor de mercado dos Títulos da Dívida Pública ser inferior ao valor de aquisição, contribuindo para um

reforço de provisão no valor de 65.820,76€, e de o valor de mercado das acções da FMRE, SA ser igualmente inferior ao valor de aquisição, reforçando a provisão para estes activos no valor de 251.181,16€.

RESULTADOS CORRENTES

Na sequência do comportamento dos resultados operacionais e financeiros, os resultados correntes apresentam um valor superior a 93,5 milhões face a 2010.

RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

No que respeita aos resultados extraordinários, estes situam-se em 216.973.222,18€, isto é, menos 208.893.023,66€ (-49,05%) que em 2010, sendo que esta evolução se deve nomeadamente:

- o Ao aumento das transferências de capital concedidas ao FEFSS e referentes ao saldo do subsistema previdencial, no valor de 68.405.143,85€;
- o Ao valor das contribuições declaradas relativas a anos anteriores mas registadas em 2011 como proveitos extraordinários, no que é inferior, em 117.377.427,87€, ao registado em 2010;
- o Ao decréscimo verificado em ganhos em imobilizações no montante global de 16.305.328,31€ comparativamente no ano anterior;
- o Ao aumento das dívidas incabráveis no montante global de 476.362.121,50, em virtude de em anos anteriores o valor contabilizado nestas antes como dívida prescrita, ter apenas abrangido processos que ainda se encontravam activos. A correcção ao processo de extracção, embora tenha sido efectuada em 2010, foi relevada contabilisticamente na conta 592 – regularizações de grande significado, dado a sua magnitude e data de

referência (2007). Assim em 2010, na conta 692 – dívidas incobráveis foi apenas registada a dívida prescrita de processos que ainda se encontravam activos;

- o Ao aumento das reduções de provisões no valor de 475.975.898,17€, em virtude das prescrições de contribuições.

Ainda no âmbito dos “Resultados Extraordinários”, importa referir que foram transferidos 293.007.652,06€ relativos a saldo orçamental do Subsistema Previdencial apurado em exercícios anteriores, conforme Despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado da Segurança Social Proc. – 3210/1601, no que superou o montante transferido em 2010 em 27,49%.

Análise evolutiva dos Resultados Extraordinários

2010 – 2011

Demonstração dos Resultados Extraordinários								
	Custos e Perdas				Proventos e Ganhos			
	2010	2011	Varição Absoluta	%	2010	2011	Varição Absoluta	%
Transf. de capital concedidos	248 811 500,85	317 216 644,70	68 405 143,85	27,49%	0	0	0,00	
Dívidas incobráveis	44 967 714,83	521 329 826,34	476 362 121,51	1059,34%	0	0	0,00	
Perdas em extincções	0	11 652,2	11 652,20	-	0	412,89	412,89	-
Perdas em mobilizações	4 803,75	46 109,31	41 305,56	859,84%	19 919 669,05	3 614 310,74	-16 305 358,31	-81,84%
Multas e penalidades	0	3 975,53	3 975,53	-	137 801 280,35	133 539 566,02	-4 261 714,33	-3,0%
Aumentos de amortizações e provisões	973,97	0	-973,97	-100,00%	45 073 950,37	521 049 846,54	475 975 896,17	1055,99%
Correcções relativas a exercícios anteriores	1 484 589,14	1 017 554,99	-467 034,15	-31,46%	513 055 361,58	395 677 933,71	-117 377 427,87	-22,86%
Outros custos e perdas extraordinários	35 435,60	66 293,74	30 858,14	72,48%	5 324 002,63	2 783 187,09	-2 540 815,54	-47,7%
Resultados extraordinários	428 866 245,84	216 973 252,18	-211 892 993,66	-49,65%	721 174 263,98	1 056 665 288,99	335 491 025,01	46,52%

Quadro 49 – Demonstração de Resultados - Resultados Extraordinários

Análise da Conta 69 no biénio 2011/2010

Conta 69	Movimentos em 2010	Movimentos em 2011	Δ 2011/2010 Em (€)
	(3 - (3-1))		
			#REF!
Conta 6910000000 - Transferências de Capital Concedidas	248.811.500,85	317.216.644,70	68.405.143,85
Conta 6911511000 - Transferências de capital PIDDAC - OE	2.574.908,98	2.610.910,60	36.001,62
Conta 6911512000 - Transferências de capital PIDDAC - OSS	0,00	0,00	0,00
Conta 6911514000 - Transferências de capital OSS - Participação Portuguesa nos projetos cofinanciados	0,00	0,00	0,00
Conta 6911517000 - Transferências de capital - Outras	14.232.490,36	10.051.594,72	-4.180.895,64
Conta 6911523000 Transferência de capital OSS Consignação da parcela cotizações (Inst. Gestão Fundos Capitalização)	0,00	0,00	0,00
Conta 6911524000 Transferência capital OSS Saldos anuais do Subsistema Previdencial (Inst. Gestão Fundos Capitalização)	200.058.340,00	293.344.752,06	93.286.412,06
Conta 6911525000 - Transferência capital OSS Receitas da alienação Património da Seg. Social (Inst. Gestão Fundos Capitalização)	23.426.228,50	3.685.041,25	-19.741.187,25
Conta 6911526000 - Transferência capital OSS Amortização dívida Fundo Antigos Combatentes (Inst. Gestão Fundos Capitalização)	0,00	0,00	0,00
Conta 6912110000 - Transferências de capital concedidas com suporte no PIDDAC - OE (IPSS - Instituições sem fins lucrativos)	600.000,00	0,00	-600.000,00
Conta 6912200000 - Transferências de capital - Participação Portuguesa nos projetos cofinanciados	3.979,94	1.407.817,93	1.483.837,99
Conta 6912300000 - Transferências de capital - Financiamento Comunitário nos projetos cofinanciados	5.970,22	1.518.091,46	1.512.121,24
Conta 6912410000 - INATEL - Subsistema de Solidariedade	5.689.864,00	4.343.170,00	-1.246.694,00
Conta 6912890000 Outros transferências (outras entidades)	0,00	0,00	0,00
Conta 6913110000 - Transferências de capital para o Resto do Mundo (Departamento de Cooperação)	2.319.718,85	175.266,68	-2.144.452,17

Quadro 50 – Demonstração de Resultados – Transferências de Capital Concedidas

No que diz respeito ao decréscimo de 19.741.187,25€ nas transferências para o FEFSS no âmbito do alienação de imóveis, aquele decorre do facto de em 2010 se ter registado a alienação de imobilizado à ESTAMO 17.375.300,00€.

No que respeita à evolução da rubrica "Correcções relativas a exercícios anteriores", a mesma apresenta, em 2011, uma variação negativa de 117.377.427,87€, face a 2010, registada fundamentalmente na conta 7977 – Correcções relativas a anos anteriores - Contribuições, cujo saldo passou de 472.317.159,93€ em 2010 para 299.149.390,99€ em 2011, por força da regularização da contabilização, imputando a referida correcção à conta 592 – Regularização de grande significado, por contrapartida da conta 7977 – Correcções relativas a anos anteriores, no valor de 598,089 milhões de euros.

10. EVOLUÇÃO DAS DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA NO TRIÉNIO 2011/2009

		Despesa Paga Total							[euros]	
Capítulo	Grupo	Designação	Peso Relativo 2009%	2009	Peso Relativo 2010%	2010	Δ 10/09 %	Peso Relativo 2011%	2011	Δ 11/10 %
		Despesas Correntes	97,12%	21.728.783.637,80	98,89%	22.612.449.815,32	4,07%	98,60%	22.554.212.474,03	-0,26%
1		Despesas com o pessoal	0,06%	13.071.353,14	0,07%	15.285.627,57	16,94%	0,06%	14.229.177,27	-6,91%
2		Aquisição de bens e serviços	0,04%	9.879.471,48	0,06%	13.422.398,31	35,86%	0,06%	13.116.710,93	-2,28%
3		Juros e outros encargos	0,00%	122.488,39	0,00%	64.040,60	-47,72%	0,00%	73.277,68	14,42%
4		Transferências Correntes	92,45%	20.685.117.343,02	95,72%	21.887.381.602,40	5,81%	95,30%	21.800.827.577,91	-0,40%
	1	Soc.e q.soc.não fin.	0,04%	9.520.954,39	0,05%	10.585.469,58	11,18%	0,03%	7.560.021,37	-28,58%
	3	Administração Central	3,25%	728.009.471,00	4,91%	1.121.820.299,06	54,09%	5,05%	1.156.145.000,13	3,06%
	4	Administração Regional	0,00%		0,28%	64.509.214,99		0,32%	72.320.879,67	12,11%
	5	Administração Local	0,00%		0,05%	11.679.940,07		0,05%	10.595.858,47	-9,28%
	6	Segurança Social	88,75%	19.857.594.983,96	90,05%	20.590.606.639,60	3,69%	89,47%	20.466.233.249,39	-0,60%
	7	Instituições sem fins lucrativos	0,19%	41.483.675,00	0,16%	35.575.650,00	-14,24%	0,16%	36.306.784,75	2,06%
	8	Famílias	0,18%	40.729.422,67	0,20%	45.844.944,67	12,56%	0,20%	44.978.219,73	-1,89%
	9	Resto do Mundo	0,03%	7.778.836,00	0,03%	6.759.444,43	-13,10%	0,03%	6.687.564,40	-1,06%
5		Subsídios	4,52%	1.011.259.451,47	3,02%	690.920.665,93	-31,68%	3,16%	722.240.431,12	4,53%
6		Outras despesas correntes	0,04%	9.333.530,30	0,02%	5.375.480,51	-42,41%	0,02%	3.725.299,12	-30,70%
	2	Diversas	0,04%	9.333.530,30	0,02%	5.375.480,51	-42,41%	0,02%	3.725.299,12	-30,70%

Evolução do Despeso por classificação económica no triénio 2011/2009 [euros]										
Capítulo	Grupo	Designação	Despesa Pago Total							
			Peso Relativo 2009%	2009	Peso Relativo 2010 %	2010	Δ 10/09 %	Peso Relativo 2011 %	2011	Δ 11/10 %
7		Despesas Capital	2,49%	556.883.576,27	1,11%	252.782.058,73	-54,61%	320.818.125,87	1,40%	26,91%
		Aquisição de bens de capital	0,03%	6.099.829,84	0,01%	2.389.086,52	-60,83%	3.007.114,35	0,01%	25,87%
	1	Investimentos	0,03%	6.099.829,84	0,01%	2.389.086,52	-60,83%	3.007.114,35	0,01%	25,87%
8		Transferências de capital	2,46%	550.783.746,43	1,10%	250.392.972,21	-54,54%	317.811.011,52	1,39%	26,92%
	1	Soc.e q.soc.não fin.	0,03%	6.601.505,00	0,02%	5.589.864,00	-15,32%	4.343.170,00	0,02%	-22,30%
	3	Administração Central	0,03%	5.921.494,77	0,00%		-100,00%		0,00%	
	4	Administração Regional	0,00%							
	6	Segurança Social	2,38%	533.198.011,05	1,06%	241.873.439,20	-54,64%	310.286.665,45	1,36%	28,28%
	7	Instituições sem fins lucrativos	0,02%	3.573.670,01	0,00%	609.950,16	-82,93%	3.005.909,39	0,01%	392,81%
	9	Resto do Mundo	0,01%	1.489.065,60	0,01%	2.319.718,85	55,78%	175.266,68	0,00%	-92,44%
9		Activos financeiros	0,00%	0,00	0,00%	0,00		0,00	0,00%	
10		Passivos Financeiros	0,39%	88.000.000,00	0,00%	0,00	-100,00%	0,00	0,00%	
	5	Empréstimos de curto prazo	0,39%	88.000.000,00	0,00%	0,00	-100,00%	0,00	0,00%	
	7	Outros passivos fin.		0		0		0		
		TOTAL		22.373.667.214,07		22.865.231.874,05	2,20%	22.875.030.599,90		0,04%

Quadro 51 – Evolução da Despesa por classificação económica no triénio 2011/2009

A evolução dos gastos realizados pelo Instituto em “Despesas Correntes” e “Despesas de Capital”, tem tido ao longo destes 3 anos uma variação percentual positiva, tendo sido mais acentuada de 2009 para 2010 em 2,20%, tendo neste último biénio a despesa aumentando em 0,04%.

I. DESPESAS CORRENTES

As despesas correntes compreendem as “Despesas com Pessoal e Encargos Sociais”, “Aquisição de Bens e Serviços”, “Juros e Encargos”, “Transferências Correntes”, “Subsídios e Outras Despesas Correntes”, respeitando os dispositivos legais registaram um aumento no biénio 2010/2009 em 4,07% e no período de 2011/2010 uma diminuição 0,26%.

D.01 – DESPESAS COM O PESSOAL

«Despesas com o pessoal» — Neste agrupamento consideraram-se todas as remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que, necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela Administração, tanto aos seus funcionários e agentes como aos indivíduos que, embora não tendo essa qualidade, prestem, contudo, serviço ao Estado nos estritos termos de contratos a termo, em regime de tarefa ou de avença.

Compreendem-se, também, no âmbito deste agrupamento, as despesas que o Estado, como entidade patronal, suporta com o esquema de segurança social dos seus funcionários além das contribuições à CGA, Segurança Social, ADSE, Fundo de Pensões e SAMS encontram-se também aqui os subsídios de protecção familiar assim como seguros de acidentes de trabalho, bem como a comparticipação da Segurança Social para os Serviços Sociais da Administração Pública (financiamento da acção social complementar dos trabalhadores da Administração Directa e indirecta do estado)

«Abonos acessórios» também fazem parte deste agrupamento, onde se entende, os abonos que são atribuídos como contrapartida de certa situação, esforço ou responsabilidade especial, tais como gratificações variáveis, suplementos e prémios, despesas de representação, horas extraordinárias, abonos para falhas, ajudas de custo.

A despesa paga e registada neste agrupamento acusa uma diminuição de 6,91% neste último biénio, ao contrário do que tinha sido registado no biénio anterior de 2010/2009, devido, principalmente, à aplicação das medidas e limites previstos na lei 55-A/2010 de 31 Dezembro no que se refere às disposições relativas a trabalhadores do sector público Capítulo III.

Discriminando as despesas com o pessoal, conforme quadro seguinte, é de referir:

COMPARAÇÃO DOS ENCARGOS DE ADMINISTRAÇÃO NO BIÉNIO (em €)				
DESCRIÇÃO	2010	2011	Evolução (valor)	%
Despesas com Pessoal do IGFSS	12.968.137	11.811.686	-1.156.450	-8,92
Remunerações - Certas e Permanentes	10.497.463	9.596.991	-900.472	-8,58
Remunerações - Abonos Variáveis ou Eventuais	442.595	186.127	-256.467	-57,95
Remunerações - Prestações de Segurança Social e Saúde	2.028.079	2.028.567	488	0,02
Despesas com Pessoal do Gastos Comuns	2.317.491	2.417.491	100.000	4,32
Remunerações - Prestações de Segurança Social e Saúde	2.317.491,00	2.417.491,20	100.000	4,32
Total	15.285.628	14.229.177	-1.056.450	-6,91

Quadro 52 – Comparação dos Encargos de Administração – Despesas com Pessoal – no biénio 2011/2010

No seu cômputo global, as despesas com pessoal do IGFSS, que representam cerca de 48% do total das despesas de funcionamento, registam uma diminuição de 1.156.450€, isto é 8,92% em relação ao ano anterior, explicada pela redução na despesa com as “remunerações certas e permanentes” de 900.472€, isto é 8,58%, para a qual concorrem: a aplicação da lei 55-A/2010 de 31 de Dezembro no que concerne a redução da remuneração para os trabalhadores do sector público desde 1 de Janeiro de 2011.

Também, comparativamente com 2010, regista-se uma diminuição de 57,95% em “Abono Variável e Eventuais”, devendo-se tal, principalmente, à controçção das despesas em “Ajudas de Custo” e “Horas Extraordinárias ao fim de semana e dias úteis” em relação ao período homólogo do ano anterior.

Ainda, no âmbito das despesas com o pessoal, observa-se um aumento de 488€, isto é 0,02%, em “Segurança Social” devido, fundamentalmente, ao resultado de duas situações; conforme Lei 55ª/2010 art. 163.º o IGFSS, como entidade empregadora passa a pagar em 2011 uma contribuição de 2,5% sobre a remuneração dos seus trabalhadores que sejam beneficiários titulares da ADSE. Por força da alteração legislativa referida caducou o protocolo entre o Instituto e a ADSE, no que diz respeito à comparticipação das despesas de saúde, no entanto no 1.º trimestre de 2011 foram ainda soldados alguns valores referentes ao ano 2010.

Em relação aos Gastos comuns da Segurança Social, que incluem os serviços Sociais (despesas com o pessoal), verifica-se um aumento de 4,32%, devido ao aumento da dotação em 2011.

D.02 -- AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

A despesa em "Aquisição de bens e Serviços" regista uma diminuição no biénio 2011/2010 de 0,26%, invertendo a tendência do biénio anterior 2010/2009, devido à uma diminuição em quase todas as suas rubricas excepto em comunicações e encargo com cobrança de receita.

O grau de execução orçamental, registada em 2011, no agrupamento em análise, é de 84,20%, tendo sido cativado o valor de 223.797€ nos gastos comuns do Departamento da Cooperação.

COMPARAÇÃO DOS ENCARGOS DE ADMINISTRAÇÃO NO BIÉNIO (em €)				
DESCRIÇÃO - D. 02	2010	2011	Evolução (valor)	%
Fornecimentos Serviços de Terceiros	13.422.398,31	13.116.710,93	-305.687,38	-2,28%
Administração-Total	12.079.457,37	12.129.687,38	50.230,01	0,42%
Viaturas	105.338,35	72.849,64	-32.488,71	-30,84%
Limpeza e higiene	313.429,87	292.442,40	-20.987,47	-6,70%
Material de escritório Livros	227.712,50	187.267,36	-40.445,14	-17,76%
Outros Bens	31.638,69	22.841,35	-8.797,34	-27,81%
Água, Electricidade e Gás	211.198,49	207.614,13	-3.584,36	-1,70%
Conservação e Reparação de bens	1.802.366,07	1.563.448,70	-238.917,37	-13,26%
Património Imobiliário- Edifícios	1.369.312,48	1.163.534,99	-205.777,49	-15,03%
Administração-Sede_ Instalações e Equipamento	433.053,59	399.913,71	-33.139,88	-7,65%
Rendos e Alugueres	568.408,03	589.755,95	21.347,92	3,76%
Comunicações- Correiros, Telefones	2.041.442,27	2.657.402,31	615.960,04	30,17%
Deslocação e estadas	21.620,43	14.913,71	-6.706,72	-31,02%
Trobalhos especializados	804.153,75	803.526,76	-626,99	-0,08%
Formação	83.245,00	83.769,45	524,45	0,63%
Publicidade	208.292,85	113.038,08	-95.254,77	-45,73%
Vigilância e segurança	669.883,05	617.569,01	-52.314,04	-7,81%
Enc.cobrança receita	2.721.344,44	3.055.389,11	334.044,67	12,27%
Outros Serviços	2.269.383,58	1.847.859,42	-421.524,16	-18,57%
Instituições de crédito	2.127.664,21	1.662.645,74	-465.018,47	-21,86%
Outros	141.719,37	185.213,68	43.494,31	30,69%
Total Gastos Comuns	1.010.013,26	982.631,46	-27.381,80	-2,71%
Locação de edificios	912.898,16	915.636,84	2.738,68	0,30%
Conservação de bens	22.285,10	0,00	-22.285,10	-100,00%
Formação	74.830,00	66.994,62	-7.835,38	-10,47%
Total Cooperação	332.927,68	4.392,09	-328.535,59	-98,68%
Comunicações	11.431,34	4.072,09	-7.359,25	-64,38%
Deslocação e estadas	317.596,34	320,00	-317.276,34	-99,90%
Out.trabalhos espec.	3.900,00	0,00	-3.900,00	-100,00%

Quadro 53 – Comparação dos Encargos de Administração – Fornecimentos e Serviços Externos – no biénio 2011/2010

No agrupamento “Aquisição de Bens e Serviços”, que atinge em 2011 o valor 12.129.637,38€ que representa 49,20% do total das despesas de funcionamento do IGFSS, regista-se uma diminuição de 0,42% em relação ao ano anterior decorrente; nomeadamente das despesas pagas em Administração em:

. “Viaturas”, (incluindo os combustíveis, portagens, estacionamento, reparação de viaturas, locação de material de transporte e seguro), evidenciando uma variação de 32.488,71 €, isto é, de -30,84% em relação ao período homólogo do ano anterior, devida à finalização, em Outubro de 2010, do contrato de locação de 8 viaturas afectas às secções de processos executivos e à sua não renovação;

. “Limpeza Higiene e conforto” evidenciando uma diminuição de 6,70% em relação ao ano anterior, devida ao novo contrato de 2011 que trouxe uma diminuição nos gastos com a

limpeza e à diminuição do número de prestadoras dos serviços de limpeza pagas pelo instituto.

." Material de escritório /livros"- evidencia uma diminuição de 17,76% em relação ao ano anterior devido às medidas internas implementadas na área de gestão de stocks no controlo das reservas efectuadas pelas Unidades Orgânicas, designadamente o controlo de quantidades de saídas de materiais e a redução das quantidades de compra para abastecimento do armazém, tendo em conta as taxas de rotatividade de stocks, estas medidas contribuíram para uma redução de consumo global.

. "Conservação de bens e reparação de bens" regista uma diminuição de 238.917,37€, isto é -13,26% em virtude da conclusão no ano de 2010, das obras nas instalações das secções de processo e ao abrandamento em 2011, na reparação e conservação no equipamento e mobiliário. Também, nas obras no património imobiliário do Instituto e nos condomínios se regista uma contracção de 15,03% em 2011.

. "Rendas e Alugueres" regista um aumento de 3,76% em 2011 relativamente a 2010 no valor de 21.347,92€, devido a novos arrendamentos de instalações para os SP de Évora (só foi transferido o contrato antigo para o ISS em Fevereiro de 2011), Vila Real (que teve inicio em Agosto de 2010) e Viseu; e ao facto de se manter os rendas das antigas instalações.

. "Comunicações" registam uma despesa de 2.657.402,31€, o que corresponde um acréscimo de 30,17%, face a igual período de 2010, fruto do aumento das despesas em correios no envio de citações aos contribuintes durante este período de 2011 e ao valor gasto na rede fixa que acusa um aumento em relação ao período homólogo devido a maior gasto nesta rede pelo pagamento da linha azul-prata referente à linha de apoio das dívidas dos contribuintes;

. "Deslocações e estadas" apresentam uma diminuição de 31,02%, no valor de 6.706,72€, em relação ao período homólogo de 2010, devido a uma contracção na despesa.

. “Outros trabalhos especializados” e “Estudos Pareceres” regista uma pequena variação de -0,08% em 2011, referente ao pagamento de honorários a solicitadores e aos de gastos com avaliações de património próprio e de património a adquirir por dação em cumprimento e com o outsourcing com o serviço de expediente do IGFSS e serviços de atendimento telefónico e gestão do canal de e-mail do Departamento Gestão da Dívida;

. “Cursos de Formação” mantêm valores idênticos nos dois períodos em análise

. “Publicidade” evidencia uma diminuição de 45,73%, em relação a 2010, em virtude de o número de campanhas para a “ Acção nacional de venda de Bens Penhorados” ter diminuído para 2 em vez das 4 previstas para 2010 e a campanha de “ Concurso de venda e arrendamento de Imóveis” ter atingido um valor inferior ao do ano de 2010.

. “Encargos de cobrança de receita” regista, no biénio de 2011/2010, um aumento de 334.044,67€, (+) 12,27%, devido à execução efectiva dos débitos em conta dentro do ano económico da facturação de 2011 desta rubrica.

. “Outras Serviços”, essencialmente na rubrica – Instituições de Crédito – registam uma diminuição de 465.018,47€ no biénio em análise, isto é -21,86%, devido ao de o pagamento de comissões pagas aos Bancos referentes a penhoras ter diminuído em 2011.

D.03 – JUROS E OUTROS ENCARGOS

COMPARAÇÃO DOS ENCARGOS DE ADMINISTRAÇÃO NO BIÊNIO (em €)				
DESCRIÇÃO D.03	2010	2011	Evolução (valor)	%
Juros e outros encargos	64.040,60	73.277,68	9.237,08	14,42%
Encargo com Títulos	291,41	278,86	-12,55	-4,31%
Comissões p/ cheques devolvidos	10.005,68	11.033,23	1.027,55	10,27%
Encargos bancários	51.866,84	59.893,12	8.026,28	15,47%
FSE-QCA	62,42	9,62	-52,80	-84,59%
FSE-QREN	1.814,25	2.062,85	248,60	13,70%

Quadro 54 – Comparação dos Encargos de Administração – Juros e outros encargos – no biénio 2011/2010

A despesa paga com os “Juros e Encargos Financeiros”, no montante de 73.277,68€, regista um aumento de 14,42% no biénio 2011/2010, devido, fundamentalmente, ao aumento dos encargos bancários.

Para além dos encargos bancários, são ainda registados neste agrupamento os encargos com as comissões para cheques devolvidos, sendo que os mesmos registam uma variação positiva de 10,27% no biénio em análise.

D.04 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

«Transferências correntes». — Neste agrupamento são contabilizadas as importâncias a entregar a organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades receptoras, qualquer contraprestação directa para com o organismo dador. Os sub agrupamentos por que se desagrega o presente agrupamento correspondem aos sectores institucionais em que é previsível a existência de beneficiários de transferências correntes.

Neste agrupamento verifica-se um decréscimo de -0,40%, no biénio 2011/2010, no cômputo do qual assumem especial relevância as transferências correntes para as ISS's destinadas ao financiamento da sua actividade corrente, nomeadamente, no que concerne ao pagamento das prestações sociais:

D.04.01 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - SOC. E Q. SOC. NÃO FINANCEIRAS

A despesa registada nesta rubrica ascende a 7.560.021,37€ em 2011, a que corresponde um decréscimo de 28,58 % face ao período homólogo.

COMPARAÇÃO DOS ENCARGOS BIÉNIO 2011/2010 (em €)						
DESCRIÇÃO	OSS 2010	Execução 2010	OSS 2011	Execução 2011	Δ Execução (valor)	Δ%
D.04.01						
INATEL-Transf Corrent Sub Solidariedade	5.656.826	5.641.826	5.656.830	5.656.830	15.004,00	0,27%
INATEL - Transf Corrente S. Acção Social	4.955.246	4.943.644	1.919.569	1.903.191	-3.040.452,63	-61,50%
Total	10.612.072	10.585.470	7.576.399	7.560.021	-3.025.449	-28,58%

Quadro 55 – Comparação dos Encargos de Sociedades e Quase Sociedades Não Financeiras no biénio 2011/2010

Da análise ao quadro anterior pode constatar-se que:

- No âmbito do subsistema de Solidariedade foi transferido pelo IGFSS, IP, para o INATEL – Instituto Nacional para Aproveitamento dos Tempos Livres, o valor de 5.656.830€, evidenciando um acréscimo de 0,27% face a 2010;
- Quanto às restantes transferências para o INATEL que, durante o ano 2010/2011, abrangem os programas: Turismo Sénior, Turismo Solidário e Abrir Portas à Diferença, totalizam em 2011, 1.903.191€, reflectindo um decréscimo 61,50% face a 2010, cuja repartição por anos de referência consta no quadro seguinte:

Transferências correntes para o INATEL – 2011

Programas	Ano de Referência			
	2010	2011	2011	
	Despesa paga em 2011	Despesa paga em 2011	Dotação Corrigida	Despesa paga
Turismo Sénior		750.000€ - Corresponde à 1.º tranche de 2011 - 2012	766.377,00 €	750.000,00 €
Turismo Solidário	483.622,74€ - Corresponde à 1.º tranche (300.000,00€) e ultimo tranche (183.622,74€) de 2010	600.000€ - Corresponde à 2.º tranche de 2011	1.083.623,00 €	1.083.622,74 €
Abrir Portas à Diferença	34.784,13€ - Corresponde à 2.º e ultima tranche de 2010	34.784,50€ - Corresponde à 1.º tranche de 2011	69.569,00 €	69.568,63
TOTAL	518.406,87 €	1.384.784,50 €	1.919.569,00 €	1.903.191,37 €

Quadro 56 – Transferências correntes para o INATEL

D.04.03 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES PARA A ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

As transferências registadas nesta rubrica cifram-se no montante de 1.156.145.000€ em 2011, registando um acréscimo de 3,06%, em relação ao período homólogo de 2010.

Análise evolutiva das transferências correntes para a Administração Central

DESCRIÇÃO	COMPARAÇÃO DOS ENCARGOS BIÊNIO 2010/2011 (em €)					
	OSS 2010	Execução 2010	OSS 2011	Execução 2011	Δ Execução (valor)	Δ%
D.04.03						
Gabinete Gestão Financeira da Educação	66.508.600,00	66.425.170,00	45.780.150,00	45.780.150,00	-20.645.020,00	-31,08%
Agência Nacional para a Qualificação	7.398.900,75	7.398.893,92	3.966.029,00	3.966.029,00	-3.432.864,92	-46,40%
Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu	5.241.502,00	3.564.871,00	21.045.891,00	17.283.365,22	13.718.494,22	384,87%
		3.564.871,00		3.436.621,00	-128.250,00	-3,60%
				0,00	13.521.038,42	#DIV/0!
				0,00	325.705,80	#DIV/0!
Autoridade p/ as Condições de Trabalho (ex. ISHST + IGI)	24.355.416,00	24.355.416,00	24.860.997,00	24.860.997,00	525.581,00	2,16%
Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho	1.209.479,00	1.038.361,00	1.234.666,00	926.100,00	-112.261,00	-10,81%
Instituto de Emprego e Formação Profissional	571.405.153,00	570.454.730,00	505.064.072,00	490.788.100,00	-79.666.630,00	-13,97%
INR	5.030.089,00	5.030.089,00	4.686.344,00	4.686.344,00	-343.745,00	-6,83%
Formação Profissional	454.112.758,00	439.877.650,14	752.146.721,00	564.905.384,60	125.027.734,46	28,47%
Administração - Gastos Censura	4.829.572,00	3.675.118,00	3.842.940,00	2.928.530,31	-746.587,69	-20,31%
Total	1.146.091.469,75	1.191.826.797,06	1.362.642.310,00	1.156.145.000,13	34.524.701,07	3,06%

Quadro 57 – Transferências correntes para a Administração Central

Da análise ao quadro supra pode constatar-se que:

- As transferências para o Gabinete de Gestão Financeira da Educação se cifram no montante de 45.780.150,00€, reflectindo um decréscimo de 31,08% face a igual período do ano anterior. Por despacho do SESS datado 01/06/2011 e na sequência de orientações normativas da DGO, as transferências para a Educação para o financiamento do apoio Social na rede pública do pré-escolar passou a registar-se em “Transferência Direcções Regionais de Educação”, sendo que, durante o período de Janeiro a Dezembro de 2011 foi transferida a totalidade da dotação orçamental aprovada o que evidencia procedimento idêntico face a igual período de 2010, embora com dotação inferior em 31%.

- As transferências para o Instituto Nacional para a Reabilitação (ex. SNIRPD) evidenciam uma variação de -6,83% em relação ao período homólogo de 2010. É de salientar que a dotação orçamental inicial no montante de 5.000.000€ foi objecto de uma cativação de 313.656€, considerando o disposto no n.º 5 do art.º 55 do Decreto lei.º 29-A/2011 de 1 de Março conjugado com o disposto na Lei 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

- No caso da Agência Nacional para a Qualificação, as transferências realizadas no ano de 2011 ascendem a 3.966.029€, correspondendo a um decréscimo de -46,40% face a igual período de 2010, fomentado por uma cativação de 1.339.143€ sobre uma dotação inferior de a 2010.

- Quanto ao IGFSE, verificou-se uma despesa no valor de 17.283.365,22€ em 2011. Relativamente ao período homólogo de 2010, constatando um aumento de 384,82%.

- As transferências para o IEFP cifram-se no montante de 490.788.100€ registando, em 2011, uma diminuição de -13,97% relativamente ao período homólogo de 2010 fruto de uma cativação de 30.341,081€.

- No que diz respeito às transferências para a Autor. p/ as Condições Trob. (ex. ISHST + IGT), verifica-se um aumento da despesa na ordem dos 2,16%. Refira-se ainda que a

dotação inicial foi objecto de uma cativação no valor de 1.136.244€ em 2011 inferior à do ano 2010 no valor de 1.661.825€.

- No que se refere às transferências para a Administração Central, no valor de 564.905.384€, as mesmas concretizaram-se no âmbito do financiamento da Formação Profissional (AFP) co-financiada pelo FSE que, a partir de 2010, passaram a ser classificadas nesta rubrica – orientação da DGO –, quando, em 2009, o haviam sido na rubrica “D.05 – Subsídios”.

- Em “Administração” estão registadas transferências no montante de 2.982.530€, registando-se um decréscimo de -20,31%, relativamente a igual período de 2010, justificado pelo facto de não ter sido aprovada dotação em 2011 para a Direcção-Geral da Segurança Social para apoiar a regulamentação da lei de Bases, bem como para o Gabinete Estratégico e Planeamento para apoio e desenvolvimento da reforma da segurança social em 2011;

No quadro infra são apresentadas as transferências concretizadas no âmbito de “Administração” distribuídas por destinatários:

Análise Evolutiva das transferências correntes no âmbito da Administração (em €)

DESCRIÇÃO	2010	2011	Evolução	%
Administração - GASTOS COMUNS				
Transferências	3.675.118	2.928.530	-746.588	-20,31%
GEP	200.000	0	-200.000	-100%
DGSS	100.000	0	-100.000	-100%
IGMIS	2.005.003	1.706.333	-298.670	-15%
SGMIS:			0	#DIV/0!
- Mobilidade Especial	1.350.125	1.192.212	-157.913	-12%
- CNRIID	19.990	29.985	9.995	50%

Quadro 58 – Transferências correntes no âmbito da Administração

Sobre as Transferências incluídas no quadro supra, refira-se que o (a):

- Inspeção-Geral do MTSS, assegurando os pagamentos dos vencimentos com o pessoal em exercício nessa Inspeção bem como o funcionamento da actividade inspectiva externa. A referida transferência em 2011, no montante 1.706.333€, evidencia uma diminuição de 15% em relação a 2010. Refira-se ainda que a dotação orçamental inicialmente aprovada foi objecto de uma cativação de 76.509€
- Secretaria-Geral do MTSS que, além de incluir a verba de 29.985€ para o Conselho Nacional p/a Integração das Pessoas c/Deficiência, (CNRIPD), inclui o financiamento do "Sistema de Mobilidade Especial" aprovado pelo Despacho SESS 15/12/2009 que, no ano 2011, comporta a verba de 1.297 318€, registando uma taxa de execução orçamental de 91,90%.

D.04.04 – TRANSFERÊNCIAS PARA A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL

	D.04.04 Fundo	Valor (em €)	
		2010	2011
AFP*	Sub à Formação Profissional R.A Açores	37.116.057,18	40.852.247,14
AFP*	Sub à Formação Profissional R.A Madeira	27.393.157,81	31.468.632,53
	Total	64.509.214,99	72.320.879,67

Quadro 59 – Transferências para a Administração Regional

No âmbito do financiamento da Formação Profissional (AFP) co-financiada pelo FSE, para a Administração Regional, a sua despesa em 2011 é de 72.320.879€, distribuída pelas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira conforme quadro supra.

D.04.05 – TRANSFERÊNCIAS PARA A ADMINISTRAÇÃO LOCAL

As transferências para a Administração Local registam uma despesa de 10.595.858€ no ano de 2011, registando uma diminuição de -9,28% em relação a 2010. É de referir que passaram a ser integrados nesta rubrica, pela primeira vez em 2010, os valores transferidos para administração local para financiamento de acções de formação profissional co-financiadas pelo FSE.

D.04.06 -- TRANSFERÊNCIAS CORRENTES PARA A SEGURANÇA SOCIAL

Este subagrupamento assume naturalmente o maior peso relativo na despesa total do IGFSS, sendo de 88,78%, 90,05% e 89,47% nos anos 2009, 2010 e 2011, respectivamente; inclui as transferências para as Instituições de Segurança Social para fazer face, nomeadamente, a despesas com prestações sociais, despesas de administração e outras despesas correntes.

D.04.07 -- TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - INSTITUIÇÕES S/FINS LUCRATIVOS

Neste subagrupamento está registada a transferência para a Casa Pia de Lisboa do Subsistema de Acção Social, atingindo, no ano 2011, o valor de 36.306.784€, no que reflecte um aumento de 2,06% em relação ao período homólogo do ano anterior cumprindo o plano de tesouraria elaborado pelos serviços centrais da Casa Pia. Refira-se ainda que sobre a dotação inicial recaiu uma cativação no valor de 1.719.917,25€.

D.04.08 -- TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - FAMÍLIAS

Neste subagrupamento são incluídas transferências para famílias relativas a prestações sociais enquadradas no Subsistema de Acção Social, políticas activas de emprego e formação profissional (PEPS) e transferência da parcela de pensões de velhice e sobrevivência do sistema de Repartição, sendo que a evolução de despesa paga no biénio 2011/2010 está reflectida no quadro seguinte:

COMPARAÇÃO DOS ENCARGOS BIÉNIO 2010/2011 (em €)					
DESCRIÇÃO	Execução 2010 (1)	OSS 2011 (2)	Execução 2011 (3)	Execução % 2011 (4)=(3)/(2)	% período Homólogo % (5) = ((3-1)/1)
Subsistema Acção Social	30.632.242	28.470.480	28.394.156	99,73%	-7,31%
Prostação de alimentos devida a menores	23.159.400	25.315.528	25.314.740	100,00%	0,31%
Ajudas sociais pecuniárias a hemofílicos	480.681	500.000	447.727	89,55%	-2,81%
Apoio soc. a idosos carenciados das comunidades portuguesas	7.012.155	2.654.052	2.631.690	99,12%	-62,47%
Sistema Previdencial	15.212.703	16.593.160	16.584.063	99,95%	9,01%
Pensão Velhice	14.768.178	15.774.167	15.772.867	99,99%	6,80%
Pensão Sobrevivência	444.525	471.500	463.704	98,35%	4,31%
PEPS (Políticas Activas de Emprego e Formação profissional)	0	347.493	347.492	100,00%	#DIV/0!
Total	45.844.945	45.063.640	44.978.220	99,81%	-1,89%

Quadro 60 – Comparação dos Encargos – Subsistema de Acção Social – no biénio 2011/2010

Da análise á sua evolução no biénio 2011/2010, refira-se que:

- Prestação de alimentos devidas a menores: a execução orçamental neste período ficou em 100%, com pagamenta média mensal de 14.620 processos, verificando-se ainda um aumento da despesa em relação ao período homóloga de 2010, em 9,31%, justificada pela continuação da entrada de novos processos;
- Ajudas Sociais pecuniárias a Hemofílicos: a execução orçamental situou-se em 89,55%, sendo que a despesa registou um decréscimo de 2,81% uma vez que o número de beneficiários abrangidos sofreu uma redução de 2 beneficiários em relação a 2010, comportamento expectável por se tratar de um grupo fechado;
- Apoio Social a Idosos Carenciados das Comunidades Portuguesa (ASEC/ASIC): a execução orçamental atingiu 99,12%, podendo também verificar-se, no que se refere à despesa paga, uma execução menor, em 62,47%, do que a registada em período homóloga da ano anterior, justificada pela reavaliação das processos em parceria com a Direcção Geral das Serviços Consulares que conduziu a uma redução de 1.531 beneficiários abrangidos
- A Transferência referente à parcela de pensão (art. 6.º do DL278/82, de 20 de Junho), Sobrevivência e Invalidez regista em 2011, relativamente a 2010, uma despesa de 6,73%, expectável pelo aumento do número de reformados.

- PEPS (Políticas Activas de Emprego e Formação Profissional) regista em 2011 ao contrário do que tinha acontecido em 2010, uma despesa paga de 347.492€, devido ao apoio concedido ao contribuinte “Portlã”, relativamente a 2007, nos termos do contrato – PEPS celebrado em 25/03/2011.

D.04.09 – TRANSFERÊNCIAS PARA O EXTERIOR

Neste subgrupo são registadas as despesas referentes a projectos aprovados pelo GEP – Cooperação em Países Terceiros e Organizações Internacionais (Orçamento de Administração do IGFSS).

Em 2011, as transferências correntes para o exterior no âmbito da Cooperação atingem 6.687.564€, reflectindo uma contracção de 1,06% relativamente a igual período de 2010.

D.05 – SUBSÍDIOS

«Subsídios». — Os subsídios, tendo, embora, a natureza de transferências correntes, revestem-se, contudo, de características especiais que, sob o aspecto económico, recomendam uma identificação à parte daquelas. Assim, para efeitos do presente classificador, consideram-se «Subsídios» os fluxos financeiros não reembolsáveis do Estado para as empresas públicas (equiparadas ou participadas) e empresas privadas, destinadas ao seu equilíbrio financeiro e à garantia, relativamente ao produto da sua actividade, de níveis de preços inferiores aos respectivos custos de produção. Considera-se ainda «Subsídios» as compensações provenientes das políticas activas de emprego e formação profissional.

O montante total da despesa registada em 2011 em subsídios atinge 722.240.431€, reflectindo um acréscimo de 4,53% em relação ao ano anterior.

No que concerne aos subsídios concedidos no âmbito das acções de formação profissional com suporte no OE e FSE, os mesmos atingiram, em 2011, o montante de 720.934751€, representando um acréscimo de 4,56% face ao ano transacto.

Também se registam neste agrupamento os Subsídios concedidos no âmbito da Acção Social e os Subsídios aos Centro de Cultura e Desporto da Segurança Social.

Os Subsídios concedidos no âmbito da Acção Social, no valor de 1.177.130€, registam um aumento percentual de 13,11% em relação ao ano anterior e foram concedidos por despacho da Tutela no ano de 2011.

As condições de atribuição dos subsídios aos CCD's, estão definidos no despacho o Despacho SESS n.º 6673/2011 de 28 de Abril e no art. 58.º DI n.º 29-A/2011 de 1 de Março tende sido efectuado o pagamento de 128.550,60 autorizado pelo Despacho SESS de 15.06.2011, inferior à registada em 2010.

D.06 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Neste agrupamento são registadas as contribuições e outras receitas restituídas aos contribuintes, os "Impostos e Taxas" e outras despesas correntes pagas no âmbito de Administração, verificando-se uma diminuição da despesa no biénio 2011/2010, de (-) 30,70%, justificada por uma redução das restituições.

No fundo "Restituição de contribuições e outras receitas", a despesa regista uma diminuição de 40,38% em relação ao período homólogo, devido à automatização do processo de restituições a tendência natural é para que cada vez mais as restituições pagas, digam respeito a valores do próprio ano, ficando situações pontuais pendentes do ano anterior.

II. DESPESAS E TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Correspondem às despesas com Aquisição de bens de capital, transferências de capital, activos financeiros e passivos financeiros respeitando os dispositivos legais e normas pertinentes em vigor; diminuiu no biénio 2010/2009, sendo a sua evolução positiva neste ultima biénio 2011/2010 de 26,91%.

D.07 – AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL

Este agrupamento engloba as dações em cumprimento provenientes de recuperação de dívidas e ainda grandes reparações nas Instalações próprias e no património imobiliário do IGFSS.

Como se pode verificar, a despesa registada neste agrupamento apresenta em 2011 um acréscimo de 25,87%, relativamente a 2010, devido principalmente ao aumento em 9,11% do valor de bens imóveis recebidos no âmbito do processo de dação, o qual atingiu o valor de 2.328.463€, enquanto que em 2010 se havia situado em 2.134.082€.

No âmbito do processo de Dações em cumprimento, durante o ano 2011, foram registados as dações dos seguintes contribuintes Industria de Fibras de Madeira, SA; Cintra - Urbanizações, turismo e Construções, Lda.; A. Henriques & CA., SA..

Quanto às despesas de capital, estas atingem em 2011 o montante de 678.650€ registando um aumento em 166,13% relativamente a idêntico período de 2010. Refira-se ainda que, em 2011, foram orçamentados 410.000€ para a reparação dos Imóveis – Património com uma execução de 62,59%; 416.900€ para a empreitada de conservação do Edifício Sede com uma execução de 72,27%.

D.08 – TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

«Transferências de capital». — Neste agrupamento são contabilizadas as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas de capital das unidades receptoras. Os subgrupos correspondem aos sectores institucionais anteriormente referidos.

A despesa total atingiu 317.811.011€, no que reflecte um aumento de 26,92% em relação a 2010.

D.08.01. SOC. E Q. SOC. NÃO FINANCEIRAS

Em 2011 foi aprovada pela tutela uma dotação de 4.343.170€, o que conduz a que transferência de capital em 100%, inferior em 22,30% há despesas registada em igual período de 2010.

D.08.06 – SEGURANÇA SOCIAL

COMPARAÇÃO DOS ENCARGOS DE ADMINISTRAÇÃO NO BIÉNIO (em €)				
DESCRIÇÃO D.08.06	2010	2011	Evolução (valor)	%
Transferências de Capital Total	241.873.439,20	310.286.665,45	68.413.226,25	28,28%
PIDDAC OE/ OSS e FEDER	18.388.870,70	13.256.872,14	-5.131.998,56	-27,91%
IGFCSS/FEFSS	223.484.568,50	297.029.793,31	73.545.224,81	32,91%
OSS	223.484.568,50	297.029.793,31	73.545.224,81	32,91%
Divida do FAC	0,00	0	0,00	0,00%

Quadro 61 – Comparação dos Encargos de Administração – Transferências de Capital – no biénio 2011/2010

Este subgrupo que assume o maior peso relativo em relação ao total do grupo, sendo 97%, 97% e 98% nos anos de 2009, 2010 e 2011, respectivamente, pois inclui as transferências para as Instituições de Segurança Social para financiamento dos investimentos das ISS's e transferência para IPSS's com suporte em PIDDAC OE e FEDER. Inclui, ainda, as transferências para o Instituto de Gestão dos Fundos de Capitalização da Segurança Social que, no ano 2011, representam 95% destas transferências, sendo estas responsáveis pelo aumento global, na ordem dos 32,91%, das transferências de capital concedidas, neste biénio 2011/2010.

No que concerne às transferências de capital para o reforço da Capitalização Pública de Estabilização Financeira de Segurança Social aumentou efectivamente as transferências do soldo orçamental do subsistema – Repartição em 2011 em 293.007.652€ superior em 46,50% em relação ao período homólogo de 2010.

A parcela restante de 4.022.141€ diz respeito ao remanescente do produto de alienação de imóveis de 2010 (337.100€) e de 2011 (3.685.041€).

D.08.07 -- INSTITUIÇÕES S/FINS LUCRATIVOS

Este subgrupo inclui as transferências para Instituições S/fins Lucrativos relativas quer à participação comunitária em Projectos co-financiados quer ao financiamento do OE em projectos não co-financiados (PIDDAC OE), o que não sucedeu em 2011.

Em 2011 foram efectuadas transferências de capital no âmbito de acções de formação profissional em QREN OE e QREN FSE, no valor total de 3.005.909,39€

D.08.09 -- RESTO DO MUNDO

Em 2011 foram transferidos para o exterior, para os países incluídos no programa de cooperação bilateral entre Portugal - MTSS e Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor, 175.267€.

D.10 -- PASSIVOS FINANCEIROS

Durante o ano 2011 não foi contraído qualquer empréstimo.

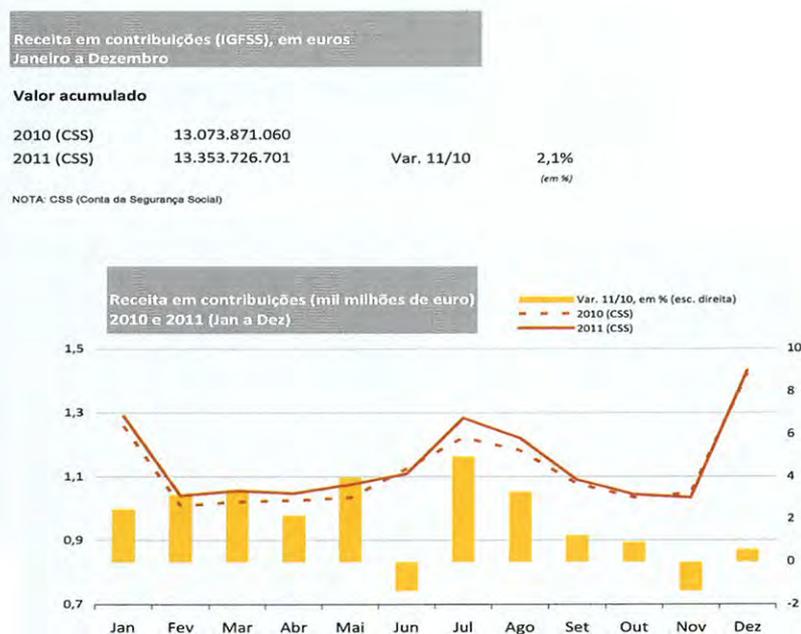
1.1. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA NO TRIÉNIO 2011/2009

I. RECEITAS CORRENTES

R.03 – CONTRIBUIÇÕES E COTIZAÇÕES

A receita cobrada em contribuições (IGFSS) evidenciou, entre Janeiro e Dezembro de 2011, um crescimento nominal de 2,1% face a igual período de 2010, atingindo um total de 13.353.726.701 euros.

Dos factores que contribuíram para a evolução positiva das contribuições, destacam-se a entrada em vigor do *novo código contributivo*³ (a partir de 1 de Janeiro de 2011), a *integração dos trabalhadores do sector bancário* no regime geral de segurança social⁴ e ainda as diversas acções desencadeadas no âmbito dos processos de *recuperação de dívida*.



³ Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, posteriormente alterada pela Lei n.º 119/2009, de 30 de Dezembro; A introdução deste diploma incluiu, entre outros factores, o impacto do aumento das contribuições relativas aos trabalhadores independentes;

⁴ Nos termos do Decreto-Lei n.º 54/2009, de 2 de Março, estabeleceu-se que os trabalhadores bancários, actualmente abrangidos pela *Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários* (CAFEB), passaram a estar abrangidos pelo regime geral de segurança social para efeitos de protecção nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção, e ainda na velhice.

O gráfico evidencia a sazonalidade da série mensal das contribuições, devido ao pagamento dos subsídios no período de Verão e do Natal. Mensalmente, verifica-se que a variação da receita aumentou com maior expressividade em Julho (mais 5,0% face ao período homólogo de 2010), sendo que apenas em Junho e Novembro se registou uma redução de receita face ao ano anterior (na mesma ordem de grandeza, menos 1,4%). O sinal destas variações homólogas justifica-se parcialmente pelo facto de, em 2010, ter ocorrido antecipação do pagamento dos subsídios.

R.04 – TAXAS, MULTAS E PENALIDADES

Nos termos do DL n.º 26/2002 de 14 de Fevereiro, incluem-se neste capítulo "...«Taxas» inclui-se os pagamentos em contrapartida da emissão de licenças e da prestação de serviços, nos termos da lei, não havendo qualquer relação de valor entre os aludidos pagamentos e o custo dos serviços prestados. No grupo das «Multas e outras penalidades» engloba-se as receitas provenientes da aplicação de multas pela transgressão da lei, posturas e outros regulamentos."

No cômputo global, nesta rubrica estão registados 105.826.341,65€, cuja distribuição pelas principais componentes está reflectida no quadro seguinte:

Análise Evolutiva de Taxas, Multas e Penalidades no biénio 2011/2010

Rubrica	Δ 2011/2010	2010		2011	
		Rec. Cobrada (Euros)	Peso relativo %	Rec. Cobrada (Euros)	Peso relativo %
R.04 - Taxas, Multas e Penalidades	1,30%	104.472.597,37	100,00%	105.826.341,65	100,00%
R.04.01.01 - Taxas de Justiça	14,28%	8.470.781,20	8,11%	9.680.591,94	9,15%
R.04.02.01 - Juros de Mora - Contribuições	0,31%	92.241.131,44	88,29%	92.530.698,30	87,44%
R.04.02.02 - Juros Compensatórios	-25,42%	344.123,95	0,33%	256.649,29	0,24%
R.04.02.04 - Coimas	-1,27%	3.354.473,57	3,21%	3.311.847,27	3,13%
R.04.02.99 - Multas	-25,02%	62.087,21	0,06%	46.554,85	0,04%

Quadro 64 – Taxas, Multas e Penalidades no biénio 2011/2010

Como pode observar-se, no IGFSS, IP são parte essencial desta rubrica os juros de mora de contribuições – 87,44% do total – que, em 2011, ascendem a 92.530.698,30€, reflectindo uma variação positiva de 0,31% no biénio 2011/2010.

O valor constante na económica R.04.01.01 – Taxas de Justiça, corresponde ao valor recebido das referidas taxas por conta de processos executivo que, em 2011, ascende a 9.680.591,94€, reflectindo uma variação positiva de 14,28% no biénio 2011/2010.

No que concerne à parcela das coimas (R.04.02.04), constata-se que a Autoridade para as Condições de Trabalho, em 2011, transferiu para o IGFSS, IP 2.377.502,80€, o que reflecte um acréscimo, face a 2010, de 35,99%, provocado pelo facto de se ter constatado uma maior rapidez no referido processo de transferência, ficando por receber o valor das cobranças relativo ao 4º trimestre.

Em termos mensais, pode observar-se que, em média, o valor médio mensal em 2011 é inferior ao registado em 2010 em 18,38%.

Recebimento de Coimas da ACT		
2010		
549.369,91	Coimas 4º trimestre 2009	R.04.02.04
601.745,86	Coimas 1º trimestre 2010	R.04.02.04
597.213,32	Coimas 2º trimestre 2010	R.04.02.04
1.748.329,09	Total em 2010	
2011		
512.892,19	Coimas 3º trimestre 2010	R.04.02.04
1.506.479,43	Coimas 4º trimestre 2010; 1º e 2º trimestre de 2011	R.04.02.04
358.131,18	Coimas 3º trimestre 2011	R.04.02.04
2.377.502,80	Total em 2011	

Quadro 63 – Receita de Coimas da ACT

R.05 – RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE

Este capítulo regista, conforme DL n.º 26/2002 de 14 de Fevereiro, "...as receitas provenientes do rendimento de activos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos) ...".

Análise Evolutiva dos Rendimentos de Propriedade 2010 - 2011

Rubrica	Δ 2011/2010	2010		2011	
		Rec. Cobrada (Euros)	Peso relativo %	Rec. Cobrada (Euros)	Peso relativo %
R.05 - Rendimentos da Propriedade	189,09%	30.976.619,77	100,00%	89.550.841,45	100,00%
R.05.02 - Juros - Sociedades financeiras	210,52%	28.063.151,61	90,59%	87.141.614,33	97,31%
R.05.02.01 - Bancos e outras instituições financeiras	210,52%	28.063.151,61	90,59%	87.141.614,33	97,31%
R.05.03 - Juros - Adm. Pública	0,00%	8.890,10	0,03%	8.890,10	0,01%
R.05.03.01 - Adm. Central -Estado	0,00%	8.890,10	0,03%	8.890,10	0,01%
R.05.03.02 - Adm. Central -Serviços e Fundos Autó.		0,00	0,00%	0,00	0,00%
R.05.04.00 - Juros-Instituições s/ fins lucr.	-32,37%	12.461,23	0,04%	8.427,14	0,01%
R.05.04.00.99 - Outros	-32,37%	12.461,23	0,04%	8.427,14	0,01%
R.05.05.00 - Juros - Famílias		0,00	0,00%	0,00	0,00%
R.05.07 - Soc. e quase soc. não financeiras	100,00%	0,00	0,00%	288,58	0,00%
R.05.10 - Rendos	-17,31%	2.892.116,83	9,34%	2.391.621,30	2,67%
R.05.10.03 - Habitações	-0,11%	1.209.809,49	3,91%	1.208.461,10	1,35%
R.05.10.04 - Edifícios	-29,67%	1.680.772,65	5,43%	1.182.075,98	1,32%
R.05.10.99 - Outros	-29,35%	1.534,69	0,00%	1.084,22	0,00%

Quadro 64 – Receita de Rendimentos da Propriedade no biénio 2011/2010

Como pode observar-se no quadro supra, na rubrica de rendimentos, o valor arrecadado é de 89.550.841,45€ e de 30.976.619,77€ no período homólogo de 2010, evidenciando um acréscimo de 189,09%, para o qual concorreram os rendimentos obtidos na rendibilização de excedentes de tesouraria junto do sistema financeiro.

O valor executado nesta rubrica é repartido da seguinte forma:

- Os juros bancários que, no biénio 2011/2010, evidenciam uma variação positiva de 210,52%, muito superior ao ocorrido no biénio anterior, em que a variação negativa ascendeu a 33,32%. A performance atingida na rubrica R.05.02 resulta da gestão diária de tesouraria, conducente a saldos de depósitos à ordem de menor dimensão e à possibilidade de concentração de valores

para aplicação. Este último factor reforça a capacidade de negociação junto dos bancos, proporcionando taxas de juro mais elevadas.

Apesar da diminuição do capital médio em aplicação, tendência já verificada nos anos de 2009 e 2010, o IGFSS melhorou a sua *performance* no ano 2011.

Para os resultados obtidos, terão ainda concorrido a falta de liquidez em muitos bancos onde o IGFSS efectua aplicações financeiras e a dificuldade destes na obtenção de financiamento no mercado, agravadas no ano de 2011 pela necessidade de apresentarem no final do ano os níveis de liquidez impostos pelo Banco Central Europeu, o que tem vindo a ter como consequência o aumento significativo das taxas de rendibilidade oferecidas por estas instituições bancárias nas aplicações financeiras do IGFSS;

- Os Juros (R.05.03) da Administração Pública que, no biénio 2011/2010, evidenciam uma variação nula, dizem respeito ao rendimento obtido com a carteira de títulos de rendimento fixo que é composta por Títulos de Dívida Pública emitidos pela Administração Central, tendo os “consolidados” taxas de rendimento de 2,75%, 3,0%, 3,5% e 4,0;

- Os Juros (R.05.04) de Instituições sem fins lucrativos, que contempla, entre outros, os juros cobrados á Confederação Geral Trabalhadores Portugueses (CGTP) e ao Sindicato de Trabalhadores da Indústria Hoteleira e Restaurantes Similares do Sul (STIHRSS) decorrente do pagamento prestacional acordado para a compra de imóveis. Esta rubrica regista no período em análise 8.427,14€ e 12.461,23€ no período homólogo de 2010.

Comparativamente com o ano 2010, o capital em dívida diminuiu, uma vez que todos os meses é abatido capital aa valar da empréstimo.

Relativamente à CGTP, o valor do capital em dívida a 31 de Dezembro de 2011 é de 479.484,28€, sendo que a 31 de Dezembro de 2010 era de 519.204,53€. O valor do capital em dívida a 31 de Dezembro de 2011 associado ao STIHRSS é de 18.316,14€, sendo que no período homólogo de 2010 atingia 45.789,90€;

- A verba de 288,58€ registada na rubrica R.05.07 diz respeito à distribuição de dividendos da Margueira. No ano 2010 não houve distribuição de dividendas, tendo os mesmos sido aplicados em “reserva legal” e “resultadas transitados”;

- As Rendas (R.05.10) evidenciam valor inferior ao registado em igual período de 2010 em 17,31%. Este facto deve-se fundamentalmente à alienação de prédios à ESTAMO e à consequente perda de rendas desses imóveis, cujo cômputo mensal é de menos 36.947,87€, o que perfaz um total anual na ordem dos € 443.374,44. É precisamente este valor que permite justificar o desvia negativo de rendimentos, uma vez que corresponde a 15,33% do total referente ao ano de 2010, por comparação com o ano de 2011. O remanescente dessa taxa de desvio deve-se à cessação de contratos de arrendamento que tiveram lugar durante o ano de 2011, com a consequente perda de receitas de rendas e à dificuldade dos arrendatários em cumprir as obrigações a que se comprometeram, que resultam do panorama económico que o país atravessa.

R.06 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Sendo esta rubrica a segunda com maior expressão relativa no total das receitas arrecadadas pelo IGFSS, com um peso relativo em 2011 de 39,78%, apresenta-se a sua discriminação no quadro seguinte.

No biénio 2011/2010, verifica-se um decréscimo de 7,18% na receita inscrita neste capítulo, sendo que, no biénio anterior, tinha sido registado um crescimento em 5,78%.

Análise Evolutiva das transferências correntes obtidas no biénio 2011/2010

Rubrica	Δ 2011/2010	2010		2011	
		Rec. Cobrada (Euros)	Peso relativo %	Rec. Cobrada (Euros)	Peso relativo %
R.06 - Transferências Correntes	-7,18%	9.714.054.980,59	100,00%	9.016.590.994,45	100,00%
Transf. Correntes soc. Q fin. Públicas - NAV	6,71%	610.891,94	0,01%	651.879,48	0,01%
Transferências do MSSS	-13,01%	7.726.909.994,00	79,54%	6.721.265.561,00	74,54%
Transfº p/ Sub. Renda - MAOTDR	0,00%	721.805,00	0,01%	721.805,00	0,01%
Transfº Min. Defesa - Prestações Sociais	-17,59%	24.740,69	0,00%	20.389,87	0,00%
Transfº Min. Defesa - Dívida de anos anteriores	100,00%	0,00	0,00%	96.317,00	0,00%
Transfº Min. Saúde	-73,71%	4.246.657,58	0,04%	1.116.435,66	0,01%
Transf. Minis. das Finanças - Desalojados Ex-Colónias	-32,88%	17.554.763,51	0,18%	11.782.873,61	0,13%
Receitas fiscais consignadas - IVA Social	2,50%	697.750.000,00	7,18%	715.190.000,00	7,93%
Transfº Min. Educação - GEF - Pré-escolar	-5,82%	133.250.000,00	1,37%	125.500.000,00	1,39%
Transfº Min. Educação - GEF - Bolsas	100,00%	0,00	0,00%	21.669.294,00	0,24%
IEFP - POC's	-100,00%	1.029.446,26	0,01%	0,00	0,00%
CGA - Rádio Marconi	100,00%	0,00	0,00%	16.341.046,51	0,18%
Transfº p/ Sub. Renda - IHRU	100,00%	10.000,00	0,00%	0,00	0,00%
Outras Instituições SS e RA's	11,48%	78.857.237,53	0,81%	87.911.401,81	0,97%
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa - Lei nº 56/2006	14,53%	142.841.133,88	1,47%	163.599.668,55	1,81%
Resto do Mundo (QCA III e QREN)	26,42%	910.248.310,20	9,37%	1.150.724.321,96	12,76%

Quadro 65 – Receita de Transferências Correntes no biénio 2011/2010

R.06.01 - Transferências de sociedades e quase sociedades não financeiras, no total de 651.879,48€ cobrados à NAV Portugal no âmbito do Regime dos Controladores de Tráfego Aéreo (conforme a Portaria nº 496/2008, de 23 de Junho) e correspondente à parcela devida (60%) relativamente ao pagamento de pensões antecipadas aos controladores de tráfego aéreo no período de Janeiro a Dezembro de 2011, não sendo significativa a variação face ao período homólogo (610.891,94€, relativamente às pensões pagas no período de Janeiro a Dezembro de 2010).

R.06.03 - Transferências da Administração Central no total de 7.613.703.722,65€ onde estão incluídas:

■ As transferências do MSSS e do MFAP

- As transferências do MSSS, incluindo o IVA - Lei nº 39-A/2005, de 29 Junho, para cobertura financeira das despesas do Sistema Previdencial – Repartição e do Sistema de Protecção Social de Cidadania, que inclui o Subsistema de Solidariedade, o Subsistema de Protecção Familiar e o Subsistema de Acção Social, atingem 7.436.455.561,00€, o que representa um decréscimo de 11,73% face ao valor recebido em igual período do ano anterior (8.424.659.994,00€), vide quadros seguintes; o Subsistema de Solidariedade, o Subsistema de Protecção Familiar e o Subsistema de Acção Social, atingiram 6.342.739.445,00€, o que representa um decréscimo de 13,14% face ao valor recebido em igual período do ano anterior;

Transferências do MSSS e do MFAP no ano 2011

Euros

Transferências do MSSS 2011	
Rubricas	Execução
Subsistema da Solidariedade	4.524.878.680,00
Subsistema de Protecção Familiar	478.229.758,00
Subsistema de Acção social	1.339.631.007,00
Sistema Previdencial	378.526.116,00
P/ Sub. QREN	116.821.178,00
P/ Sub OQC	975.000,00
Compensação p/ cessação de contrato	2.529.999,00
Receitas cessantes	258.199.939,00
<i>Total das transferências do MSSS</i>	<i>6.721.265.561,00</i>
Transferências do MFAP 2011	
Iva Social (Lei nº 39-B/94, de 27 de Dezembro)	715.190.000,00
<i>Total das transferências do MFAP</i>	<i>715.190.000,00</i>
Total do Financiamento	7.436.455.561,00

Quadro 66 – Receita de Transferências do MSSS e do MFAP

Naquele valor estão incluídos:

- As transferências do MSSS para financiamento da contrapartida pública nacional das AFP's no âmbito do QCA III e do QREN (Sistema Previdencial) que ascendem a

117.796.178,00€, evidenciando um decréscimo de 48,38% face ao valor recebido em igual período do ano anterior (228.189.988,00€);

- As transferências provenientes do MFAP (Ministério das Finanças e da Administração Pública) relativas ao IVA Social (Lei n.º 39-B/94, de 27 de Dezembro) cifrando-se em 715.190.000,00€ e evidenciando um acréscimo de 2,50% relativamente a igual período de 2010 (697.750.000,00€).

Financiamento nos termos da Lei 32/2002, de 20 de Dezembro (ano de 2007), Lei 4/2007, de 16 de Janeiro (ano de 2008), Lei n.º 39/2005, de 24 de Junho e da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril.

Transferências do MSSS				
Subsistema de Solidariedade				
Rúbricas	Exec 2010	OSS Corrigido 2011	Execução 2011	% E.O. ao OSS 2011
	Janeiro a Dezembro		Janeiro a Dezembro	Janeiro a Dezembro
	(1)	(2)	(3)	(4)=(3)/(2)
Transferências do MSSS	4.599.748.449,00	4.524.772.326,00	4.524.878.680,00	100,00%
Receitas Cessantes	313.144.763,00	0,00	0,00	
Sub-Total	4.912.893.212,00	4.524.772.326,00	4.524.878.680,00	100,00%
Subsistema de Protecção Familiar				
Rúbricas	Exec 2010	OSS Corrigido 2011	Execução 2011	% E.O. ao OSS 2011
	Janeiro a Dezembro		Janeiro a Dezembro	Janeiro a Dezembro
	(1)	(2)	(3)	(4)=(3)/(2)
Transf. MSSS (Lei de Bases - Lei 4/2007)	894.855.595,00	478.229.758,00	478.229.758,00	100,00%
IVA da Lei 39/2005, de 24 de Junho	0,00	0,00	0,00	
Sub-Total	894.855.595,00	478.229.758,00	478.229.758,00	100,00%
Subsistema de Acção Social				
Rúbricas	Exec 2010	OSS Corrigido 2011	Execução 2011	% E.O. ao OSS 2011
	Janeiro a Dezembro		Janeiro a Dezembro	Janeiro a Dezembro
	(1)	(2)	(3)	(4)=(3)/(2)
Transferências do MSSS	1.494.734.757,00	1.339.631.007,00	1.339.631.007,00	100,00%
Sub-Total	1.494.734.757,00	1.339.631.007,00	1.339.631.007,00	100,00%
Subtotal Transf p/ Sistema P. S. C.	7.302.483.564,00	6.342.633.091,00	6.342.739.445,00	100,00%
Sistema de Previdencial				
Rúbricas	Exec 2010	OSS Corrigido 2011	Execução 2011	% E.O. ao OSS 2011
	Janeiro a Dezembro		Janeiro a Dezembro	Janeiro a Dezembro
	(1)	(2)	(3)	(4)=(3)/(2)
Transferências correntes do MSSS - CPN	228.189.988,00	117.796.178,00	117.796.178,00	100,00%
Transferências correntes do OE - actualização pensões	196.236.442,00	0,00	0,00	#DIV/0!
Receitas Cessantes	0,00	258.199.939,00	258.199.939,00	100,00%
Compensação p/ Cessação Contrato	0,00	2.529.999,00	2.529.999,00	100,00%
Sub-Total	424.426.430,00	378.526.116,00	378.526.116,00	100,00%
Total das Transferências do MSSS	7.726.909.994,00	6.721.159.207,00	6.721.265.561,00	100,00%
Transferências do MFAP				
Subsistema de Protecção Familiar				
Rúbricas	Exec 2010	OSS Corrigido 2011	Execução 2011	% E.O. ao OSS 2011
	Janeiro a Dezembro		Janeiro a Dezembro	Janeiro a Dezembro
	(1)	(2)	(3)	(4)=(3)/(2)
IVA Social (Lei 39-B/94, de 27 de Dezembro)	697.750.000,00	715.190.219,00	715.190.000,00	100,00%
Total das Transferências do MFAP	697.750.000,00	715.190.219,00	715.190.000,00	100,00%
Total do financiamento	8.424.659.994,00	7.436.349.426,00	7.436.455.561,00	100,00%

Quadro 67 – Receita de Transferências do MSSS e do MFAP no biénio 2011/2010

↳ Transferências do Ministério da Educação

A transferência do Ministério da Educação para fazer face à componente educativa do pré-escolar na rede social (IPSS's) atinge o valor de 125.500.000,00€ até Dezembro de 2011 e no mesmo período de 2010 o valor ascendeu a 133.250.000,00€, evidenciando, desse modo, uma variação homóloga de menos 5,82%.

Para esta variação concorre, nomeadamente, o facto de, em 2010, o montante em causa incluir a verba de 3.000.000,00€ relativa a 2009 e a verba de 4.750.000,00€ respeitante ao diferencial entre o valor da previsão de receita inscrita no OSS e a dotação de despesa aprovada para o Programa de Expansão do Pré-Escolar no orçamento do GEF (Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação).

Importa, contudo, referir que, de acordo com informação do Gabinete de Gestão Financeira (via e-mail em 17/Novembro/2011), a transferência para a Segurança Social foi aprovada em 125.500.000,00€, enquanto que no OSS a receita inscrita se situava em 123.500.000,00€.

Foi ainda recebida do GEF a verba de 21.669.294,00€ referente ao financiamento das “Bolsas de estudo” do Ensino Secundário, ao abrigo do Decreto-Lei nº 201/2009, de 28 de Agosto, correspondendo aquele montante à despesa paga no período de Janeiro a Dezembro de 2011.

↳ Transferências MAOTDR e IHRU

A transferência obtida com origem no MAOTDR, em 2011, para financiamento do subsídio de renda, no valor de 721.805,00€, mantém-se igual à verba recebida no período homólogo de 2010.

Não se registaram quaisquer transferências do IHRU para o período em análise, referente aos encargos administrativos com os processos de subsídios de renda no âmbito do NRAU/2011.

↳ Transferências do MFAP - Desalojados Ex-colónias

A rubrica “Transferências da Direcção Geral do Tesouro”, que regista o reembolso das pensões pagas a desalojados das ex-Colónias, apresenta no período em análise o valor de 11.782.873,61€ que corresponde ao reembolso das pensões pagas pelo CNP no período de:

- Outubro de 2010 – 1.072.109,12€, sendo que 896.036,12€ referente aos beneficiários das ex-colónias e 176.073,00€ aos beneficiários da Caixa de Previdência da Caminho-de-ferro de Benguela;
- Novembro de 2010 – 1.104.553,33€, sendo que 929.317,33€ referente aos beneficiários das ex-colónias e 175.236,00€ aos beneficiários da Caixa de Previdência do Caminho-de-ferro de Benguela;
- Dezembro de 2010 – 2.155.279,61€, sendo que 1.811.085,85€ referente aos beneficiários das ex-colónias e 344.193,76€ aos beneficiários da Caixa de Previdência do Caminho-de-ferro de Benguela;
- Janeiro a Março de 2011 – 3.273.468,19€, sendo que 2.668.929,04€ referente aos beneficiários das ex-colónias e 604.539,15€ aos beneficiários da Caixa de Previdência do Caminho-de-ferro de Benguela;
- Abril a Maio de 2011 – 2.110.446,44€, sendo que 1.712.908,27€ referente aos beneficiários das ex-colónias e 397.538,17€ aos beneficiários da Caixa de Previdência do Caminho-de-ferro de Benguela;
- Junho de 2011 – 1.040.821,63€, sendo que 842.597,69€ referente aos beneficiários das ex-colónias e 198.223,94€ aos beneficiários da Caixa de Previdência do Caminho-de-ferro de Benguela;
- Agosto de 2011 – 1.026.195,29€, sendo que 829.016,23€ referente aos beneficiários das ex-colónias e 197.179,06€ aos beneficiários da Caixa de Previdência do Caminho-de-ferro de Benguela.

Relativamente às pensões pagas pelo CNP no mês de Julho de 2011, no valor de 2.050.359,79€, o reembolso ao IGFSS só foi efectuado no mês de Janeiro do ano 2012.

↳ Transferências do Ministério Defesa Nacional

As transferências do Ministério da Defesa Nacional cifram-se no montante de 20.389,87€, correspondendo a um decréscimo de 17,59%, quando comparados com o período homólogo anterior e são referentes aos reembolsos das prestações sociais pagas nos seguintes períodos:

- Fevereiro de 2011 – 4.399,80€;
- Março de 2011 – 580,20€;
- Junho de 2011 – 1.079,75€;
- Julho de 2011 – 6.781,66€;
- Agosto de 2011 – 1.997,40€;
- Setembro de 2011 – 1.720,86€;
- Outubro de 2011 – 3.830,20€.

Relativamente aos meses de Janeiro, Abril e Maio de 2011 não se regista despesa executada, pelo que não foi solicitado qualquer valor ao Ministério da Defesa Nacional.

No que respeita à despesa executada nos meses de Novembro e Dezembro de 2011, no valor de 9.526,40€ e de 13.838,14€, respectivamente, o respectivo reembolso por parte do Ministério da Defesa Nacional ocorreu durante o ano 2012.

No que se refere ao reembolso devido pelo MDN/FAC relativo às pensões pagas no período de 2004 a 2006, não foi recebida qualquer importância em 2011.

O MDN também não reembolsou a Segurança Social pelos “Benefícios pagos aos ex-combatentes” relativos ao período de 2004 a 2008, no montante de 2.902.322,73€.

↳ Transferências do Ministério Saúde

O Ministério da Saúde deverá, nos termos legais, transferir para o IGFSS as verbas que se referem à comparticipação daquele Ministério nos benefícios adicionais de saúde pagos aos beneficiários do “complemento solidário de idosos”.

Até Dezembro de 2011 foram recebidos 1.116.435,66€, correspondendo a uma diminuição de 73,71% quando comparado com o período homólogo anterior. Note-se que

aquele valor foi recebido a título de reembolso da despesa paga no período de Novembro de 2010 a Janeiro de 2011.

↳ Transferências da Caixa Geral de Aposentações – Rádio Marconi

O valor transferido pela CGA respeitante a encargos com as pensões e complementos de dependência dos beneficiários da Companhia Portuguesa Rádio Marconi S.A. ascende a 16.341.046,51€, de acordo com o Decreto-Lei n.º140-B/2010, de 30 de Dezembro, e corresponde ao reembolso das prestações sociais pagas nos períodos a seguir indicados:

Transferência da Caixa Geral de Aposentações

							Euros
FUNDO	SUBSISTEMA	JANEIRO FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	
RA112001	Subs. Protecção Familiar	13.948,19	6.316,75	6.866,41	7.207,57	7.257,55	
RA211006	Subs. Previdencial	2.334.183,53	1.167.749,11	1.162.686,60	1.163.259,09	1.144.720,34	
SUB-TOTAL Jan a Jun		2.348.131,72	1.174.065,86	1.169.553,01	1.170.466,66	1.151.977,89	
FUNDO	SUBSISTEMA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	
RA112001	Subs. Protecção Familiar	13.318,06	6.659,03	6.622,23	6.622,23	6.622,23	
RA211006	Subs. Previdencial	2.290.314,83	1.158.006,43	1.170.644,68	1.154.660,05	1.159.570,51	
SUB-TOTAL Jul a Nov		2.303.632,89	1.164.665,46	1.177.266,91	1.161.282,28	1.166.192,74	
FUNDO	SUBSISTEMA	DEZEMBRO					
RA112001	Subs. Protecção Familiar	13.244,46					
RA211006	Subs. Previdencial	2.340.566,63					
SUB-TOTAL Dez		2.353.811,09					
TOTAL Ano 2011		16.341.046,51					

Quadro 68 – Transferências da Caixa Geral de Aposentações – Rádio Marconi

R.06.06 – Transferências de outras ISS e RA's

Esta rubrica, registando as transferências de excedentes de disponibilidades das RA's e as transferências de valores a regularizar das ISS's respeitante a abastecimentos financeiros,

apresenta no ano de 2011 o valor global de 87.911.401,81€, sendo que destes se destacam as transferências de excedentes das Regiões Autónomas no valor de 67.500.000,00€.

Em termos globais verifica-se um aumento de 11,48% quando comparado com o período homólogo anterior (78.857.237,53€). O quadro seguinte apresenta de forma detalhada os valores recebidos:

Análise Evolutiva das transferências Outras ISS's e RA's no biénio 2011/2010

	Euros		
	Ano 2010	Ano 2011	Δ 2011/2010
RAA	41.933.288,37	24.753.804,61	-40,97%
RAM	36.044.217,53	46.161.306,13	28,07%
Outras ISS's	879.731,63	16.996.291,07	1831,99%
TOTAL	78.857.237,53	87.911.401,81	11,48%

Quadro 69– Receita das Transferências Outras ISS's e RA's no biénio 2011/2010

No que se refere às transferências das Regiões Autónomas, vide quadro seguinte, refira-se que, relativamente a igual período de 2010, se constata um decréscimo de 10,00%.

Transferência das RA's

	Euros					
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
2010	0,00	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00
2011	5.000.000,00	5.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	0,00	5.000.000,00
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
2010	16.000.000,00	5.000.000,00	17.500.000,00	0,00	6.500.000,00	15.000.000,00
2011	0,00	8.000.000,00	12.000.000,00	0,00	5.000.000,00	7.500.000,00
	Total			Δ 2011/2010 %		
2010	75.000.000,00			-10,00%		
2011	67.500.000,00					

Quadro 70 – Transferências de excedentes das Regiões Autónomas

R.06.07 - Transferências de Instituições sem fins lucrativos (SCML)

A parcela das receitas dos jogos sociais, consignada à Segurança Social, regista uma evolução positiva até Dezembro de 2011, face a igual período de 2010, sendo o valor recebido até ao período em questão de 163.599.668,55€ e de 142.841.133,88€ para o mesmo período de 2010, representando um acréscimo de 14,53%.

Transferências da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Euros

Transferências da SCML - Dep. de Jogos	2010 (1)	2011 (2)	Diferença (3)=(2)-(1)
Cobertura de despesas ISS na Acção Social - alínea b)	39.536.385,28	45.259.892,14	5.723.506,86
Prevenção e Reabilitação de Deficientes - alínea d)	10.628.060,55	12.172.969,96	1.544.909,41
Prog., med. Proj. A.S - alínea a)	55.265.914,90	63.274.205,10	8.008.290,20
Subsídios eventuais a IPSS - alínea c)	11.903.427,82	13.643.821,84	1.740.394,02
Projectos de auxílio pop. Idosa carenciada - alínea g)	7.227.081,18	8.292.762,79	1.065.681,61
Projectos de apoio crianças carenciadas e em risco - alínea f)	7.227.081,18	8.292.762,79	1.065.681,61
Programa de Apoio à Família e à Criança (PAFAC) - alínea i)	1.275.367,27	1.470.851,88	195.484,61
Combate à pobreza e exclusão social - alínea e)	9.777.815,70	11.192.402,05	1.414.586,35
Total	142.841.133,88 €	163.599.668,55 €	20.758.534,67 €

Quadro 71 – Receita da SCML no biénio 2011/2010

O quadro seguinte apresenta de forma detalhada os valores recebidos pelo IGFSS nos anos de 2010 e 2011, em subordinação à respectiva distribuição por alíneas, conforme artigo 4º do Decreto-Lei nº 44/2011, de 24 de Março, dos resultados líquidos de exploração dos jogos sociais da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Da análise ao referido quadro pode concluir-se que:

- o O valor das transferências correntes obtidas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa até Dezembro de 2011 relativamente a resultados de exploração dos jogos sociais de 2010, (23.398.694,73€), regista um decréscimo de 8,84% relativamente à parcela dos resultados dos jogos sociais de 2009 recebida em 2010 (25.666.355,40€);
- o O montante das transferências correntes obtidas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa até Dezembro de 2011, relativamente a receitas de jogos sociais do próprio ano de 2011 (140.200.973,82€), obteve um acréscimo de 19,65% quando comparado com a receita obtida em 2010, referente a 2010 (117.174.778,48€).

Euros

TRANSFERÊNCIAS DA SCML	2010 (Ref. a 2010) (1)	2010 (Ref. a 2009) (2)	2010 (3)=(1)+(2)	2011 (Ref. a 2011) (4)	2011 (Ref. a 2010) (5)	2011 (6)=(4)+(5)	Var % (7)=(4)/(1)	Var % (8)=(5)/(2)	Var % (9)=(6)/(3)
PROGRAMAS, MEDIDAS E PROJECTOS DE ACÇÃO SOCIAL	45.335.479,77	9.930.435,13	55.265.914,90	54.221.138,69	9.053.066,41	63.274.205,10	19,60%	-8,84%	14,49%
COBERTURA DESPESAS ISS NA ACÇÃO SOCIAL	32.432.304,76	7.104.080,52	39.536.385,28	38.783.467,71	6.476.424,43	45.259.892,14	19,58%	-8,84%	14,48%
SUBSÍDIOS EVENTUAIS A IPSS	9.764.564,87	2.138.862,95	11.903.427,82	11.693.930,61	1.949.891,23	13.643.821,84	19,76%	-8,84%	14,62%
PREVENÇÃO E REABILITAÇÃO DE DEFICIENTES	8.718.361,49	1.909.699,06	10.628.060,55	10.431.995,65	1.740.974,31	12.172.969,96	19,66%	-8,84%	14,54%
COMBATE À POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL	8.020.892,57	1.756.923,13	9.777.815,70	9.590.705,68	1.601.696,37	11.192.402,05	19,57%	-8,84%	14,47%
PROJECTOS DE APOIO CRIANÇAS CARENCIADAS E EM RISCO	5.928.485,82	1.298.595,36	7.227.081,18	7.108.900,26	1.183.862,53	8.292.762,79	19,91%	-8,84%	14,75%
PROJECTOS DE AUXÍLIO POP. IDOSA CARENCIADA	5.928.485,82	1.298.595,36	7.227.081,18	7.108.900,26	1.183.862,53	8.292.762,79	19,91%	-8,84%	14,75%
PROGRAMA DE APOIO À FAMÍLIA E À CRIANÇA (PAFAC)	1.046.203,38	229.163,89	1.275.367,27	1.261.934,96	208.916,92	1.470.851,88	20,62%	-8,84%	15,33%
TOTAL	117.174.778,48	25.666.355,40	142.841.133,88	140.200.973,82	23.398.694,73	163.599.668,55	19,65%	-8,84%	14,53%

Quadro 72 – Receita da SCML no biénio 2011/2010 – distribuição por alíneas

R.06.09 - Transferências do Resto do Mundo – União Europeia

Nas transferências da UE/FSE para financiamento de AFP, no ano 2011, foram recebidos 1.139.249.926,74€ do QREN e 11.474.395,22€ do QCAIII. No mesmo período de 2010 foram recebidos 906.332.832,13€ do QREN e 3.915.478,07€ do QCAIII e Antigo Fundo.

Assim sendo, regista-se uma variação positiva de 26,42% na sua totalidade, com 1.150.724.321,96€ em 2011 e 910.248.310,20€ em 2010, conforme distribuição no quadro seguinte:

Análise Evolutiva das transferências UE/FSE no biénio 2011/2010

	Receita cobrada líquida		Variação
	2010	2011	%
	(1)	(2)	(3) = (2-1)/(1)x100
AFP-FSE-QCAIII	2.865.352,31	11.474.395,22	300,45%
AFP-FSE-QREN	906.332.832,13	1.139.249.926,74	25,70%
ANTIGO FUNDO	1.050.125,76	-	-100,00%
TOTAL	910.248.310,20	1.150.724.321,96	26,42%

Euros

Quadro 73 – Receita das Transferências UE/FSE no biénio 2011/2010

A variação de 300,45%, apresentada entre o ano 2010 e o ano 2011, na receita do QCAIII, deve-se nomeadamente ao facto das transferências realizadas pela UE no ano 2011 englobarem o saldo final do encerramento de três PO/QCAIII (Po Assistência Técnica, PO Administração Pública e Iniciativa Comunitária EQUAL).

No que respeita à variação de 25,70%, ocorrida na receita do QREN, a mesma deve-se às transferências efectuadas pela UE para os quatro Programas Operacionais deste período derivado da boa execução dos referidos programas no decurso do ano 2011.

R.07 – VENDA DE BENS E SERVIÇOS

Conforme DL nº 26/2002 de 14 de Fevereiro, neste capítulo "... incluem-se, na generalidade, as receitas quer com o produto da venda dos bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento, quer ainda com os recebimentos de prestação de serviços...".

A receita cobrada em 2011 e registada na rubrica R.07.02 inclui, não só, os reembolsos obtidos de prestações pagas aos representantes legais dos menores no âmbito do Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores num total de 140.447,56€, como também, a comissão de gestão da titularização que, no ano em análise, atingiu o montante de 34.910,78€.

Relativamente ao valor recuperado, em 2011, no âmbito do Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, refira-se que o mesmo regista um decréscimo de 44.763,08€, isto é, 24,17%, face ao montante obtido em igual período de 2010.

R.08 – OUTRAS RECEITAS CORRENTES

Nesta rubrica encontra-se registado o valor de 8.364.454,09€ de outras receitas para o ano de 2011, tendo o ano de 2010 apresentado o valor de 5.398.265,99€.

O aumento significativo de 54,95% registada em 2011 deve-se à alteração definida para a contabilização do ressarcimento de custas e outros encargos de SEF, que em anos anteriores estava registado na económica R.15.

II. RECEITAS DE CAPITAL

R.09 – VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO

O produto da alienação de bens de investimento gera no ano 2011 uma receita de 3.924.338,02€, enquanto que no período homólogo de 2010, regista o valor de 23.763.328,50€.

Esta variação deve-se ao facto de no 1º semestre de 2010 o IGFSS ter realizado uma venda extraordinária, à ESTAMO. Essa venda, composta por uma carteira de imóveis cujos valores, de *per si*, eram elevados, e que totalizaram cerca de 20M€, foi o factor que determinou o encaixe do valor referenciado para o ano 2010.

R.10 – TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Conforme DL nº 26/2002 de 14 de Fevereiro, “Entende-se por transferências de capital os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital.”

Neste Capítulo são contabilizadas as transferências de capital obtidas do OE e da União Europeia – Feder para financiamento dos investimentos em equipamentos sociais no âmbito do PIDDAC.

Em 2011, as transferências de capital obtidas registaram um valor de 4.283.766,14€, o que traduz uma variação positiva de 8,23% relativamente a igual período de 2010 (3.957.911,41€).

Na receita em análise estão incluídas:

- ↳ Transferências de capital da Administração Central – PIDDAC OE, no montante de 2.702.294,78€, reflectindo uma evolução negativa de 31,45% comparativamente ao período homólogo de 2010 (3.941.941,19€);

↳ Transferências de capital do Resto do Mundo – União Europeia – PIDDAC FEDER, que em 2011 não apresenta qualquer valor executado, o que reflecte uma evolução negativa de 100,00€ face a igual período homólogo de 2010 (5.970,22€).

Refira-se ainda no que concerne à cativação aprovada em PIDDAC OE que, em 2010, se cifrou no montante de 1.189.450,00€ e no ano 2011 em 916.992,00€.

Para o período em análise regista-se ainda o montante de 1.581.471,36€ referente a uma devolução de capital por parte do Instituto de Informática, IP.

R.11 – ACTIVOS FINANCEIROS

Por definição, este capítulo compreende as receitas provenientes da venda e amortização de títulos de crédito, designadamente obrigações e acções ou outras formas de participação, que no presente ano não ocorreu.

R.12 – PASSIVOS FINANCEIROS

O valor inscrito nesta rubrica refere-se à previsão da utilização da linha de crédito para fazer face aos atrasos das transferências do FSE, sendo que no ano de 2011 não se registou qualquer receita desta natureza.

III. OUTRAS RECEITAS

R.15 – REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS AOS PAGAMENTOS (RNAP'S)

Conforme o DL nº 26/2002 de 14 de Fevereiro, no capítulo das reposições não abatidas nos pagamentos estão incluídas "... as receitas resultantes das entradas de fundos na tesouraria em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, ou em razão de não terem sido utilizados, na globalidade ou em parte, pelas entidades que os receberam. Contudo, neste capítulo só se registam as devoluções que têm lugar depois de encerrado o ano financeiro em que ocorreu o pagamento. Caso contrário, ou seja, no caso de as devoluções terem lugar antes do encerramento do ano financeiro, estamos perante reposições abatidas nos pagamentos. Estas últimas implicam unicamente correcções da dotação utilizada e do respectivo saldo disponível e, portanto, não são tidas como receita orçamental."

As RNAP's, atingindo, em 2011, o montante de 82.486.116,79€, dizem respeito fundamentalmente à recuperação, em 2011, de valores pagos indevidamente em acções de formação profissional do FSE (5.541.790,45€) e acções formação profissional CPN (1.755.994,61€) e à devolução de saldos de gerência do ano anterior por parte de alguns Organismos financiados pelo IGFSS. Em 2011 o valor executado foi de 82.486.116,79€, valor significativamente superior ao obtido em 2010, motivado pelo disposto no nº 4, do Artigo 9º, do Decreto-Lei nº 29-A/2011, de 1 de Março, o qual estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2011 (... "sempre que os saldos resultem de receitas provenientes do orçamento da Segurança Social, que não tenham tido origem em receitas gerais do Estado, os mesmos devem ser entregues, nos termos referidos, ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP").

Os quadros seguintes apresentam de forma detalhada os valores recebidos pelo IGFSS em reposições não abatidas aos pagamentos e em devolução de saldos do ano anterior, relativos a saldo de gerência, no biénio 2011/2010:

Análise evolutiva 2010/2011

Euros

R.15		2010		2011		Δ %
Fundo	Designação	Valor	Peso relativo no total	Valor	Peso relativo no total	Período Homólogo
AFP2*-205	Outras Receitas - Acções Formação OSS/CPN/OQC	4.980.341,59	13,81%	1.213.365,64	1,47%	-75,64%
AFP206	AFP206-AFP/QREN/OE	129.354,60	0,36%	542.628,97	0,66%	319,49%
AFP3*	Acções Formação FSE QCAIII	6.448.577,94	17,88%	95.868,76	0,12%	-98,51%
AFP307	Acção Formação FSE QREN	1.252.579,63	3,47%	5.445.921,69	6,60%	334,78%
RA113008	Outras Receitas Correntes	123.235,46	0,34%	151.364,72	0,18%	22,83%
RA211004	Outras Receitas Correntes	601.209,21	1,67%	0,00	0,00%	-100,00%
RA211005	Transferências de Saldos de Gerência	19.592.394,99	54,32%	74.590.978,15	90,43%	280,71%
RA311001	Administração	2.940.413,64	8,15%	445.988,86	0,54%	-84,83%
TOTAL		36.068.107,06	100,00%	82.486.116,79	100,00%	128,70%

Quadro 74 – Distribuição da receita obtida em reposições não abatidas aos pagamentos

Análise evolutiva 2010/2011

Euros

R.15	2010		2011		Δ %
Entidade	Valor	Peso relativo no total	Valor	Peso relativo no total	Período Homólogo
Agência Nacional para a Qualificação	2.092.282,59	10,68%	1.812.452,77	2,43%	-13,37%
Autoridade para Condições Trabalho	13.626.902,00	69,55%	3.718.184,00	4,98%	-72,71%
Casa Pia de Lisboa	853.836,40	4,36%	0,00	0,00%	-100,00%
Dir. Geral Solidariedade Seg. Social	0,00	0,00%	49.036,23	0,07%	100,00%
Gabinete de Estratégia e Planeamento	0,00	0,00%	79.272,16	0,11%	100,00%
Insp. Geral Ministério Solidariedade Seg.Social	0,00	0,00%	66,00	0,00%	100,00%
Instituto do Emprego e Formação Profissional	0,00	0,00%	65.124.729,72	87,31%	100,00%
Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu	0,00	0,00%	2.722.917,79	3,65%	100,00%
Instituto Nacional para a Reabilitação	3.019.374,00	15,41%	820.092,48	1,10%	-72,84%
Sec. Geral Ministério Solidariedade Seg.Social	0,00	0,00%	264.227,00	0,35%	100,00%
TOTAL	19.592.394,99	100,00%	74.590.978,15	100,00%	280,71%

Quadro 75 – Devolução de Saldo de Gerência

Evolução dos Receitas por classificação económica no Irábio 2011/2009

Capítulo	Grupo	Designação	Receita Cobrada Líquido									
			Peso Relativo %	2009	Peso Relativo %	2010	$\Delta 10/09$ %	Peso Relativo %	2011	$\Delta 11/10$ %		
07	01	Vendas de bens e serviços correntes	0,00%	245.005,86	0,00%	185.210,64	-24,41%	0,00%	175.358,34	-5,32%		
		Vendas de bens	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%		
08	02	Serviços	0,00%	245.005,86	0,00%	185.210,64	-24,41%	0,00%	175.358,34	-5,32%		
		Outros Receitas Correntes	0,02%	3.700.063,00	0,02%	5.398.265,99	45,90%	0,04%	8.364.454,09	54,95%		
		Outras	0,02%	3.700.063,00	0,02%	5.398.265,99	45,90%	0,04%	8.364.454,09	54,95%		
09	01	Receitas Capital	0,92%	204.481.725,15	0,12%	27.721.239,91	-86,44%	0,04%	8.208.104,16	-70,39%		
		Venda de bens de investimento	0,02%	3.872.671,37	0,10%	23.763.328,50	513,62%	0,02%	3.924.338,02	-83,49%		
10	03	Transferências de capital	0,06%	12.609.053,78	0,02%	3.957.911,41	-68,61%	0,02%	4.283.766,14	8,23%		
		Administração Central	0,05%	10.589.534,00	0,02%	3.951.941,19	-62,68%	0,01%	2.702.294,78	-31,62%		
06	06	Segurança Social	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	1.581.471,36	100,00%		
		Resto do Mundo	0,01%	2.019.519,78	0,00%	5.970,22	-99,70%	0,00%	0,00	-100,00%		
11	09	Activos Financeiros	0,45%	100.000.000,00	0,00%	0,00	-100,00%	0,00%	0,00	0,00%		
		Passivos Financeiros	0,40%	88.000.000,00	0,00%	0,00	-100,00%	0,00%	0,00	0,00%		
12	05	Empréstimos a curto prazo	0,40%	88.000.000,00	0,00%	0,00	-100,00%	0,00%	0,00	0,00%		
		Outros receitas de capital	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%		
13	05	Outras Receitas	0,06%	13.656.933,66	0,16%	36.068.107,06	164,10%	0,36%	82.486.116,79	128,70%		
		Reposições não obtidas nos pagamentos	0,06%	13.656.933,66	0,16%	36.068.107,06	164,10%	0,36%	82.486.116,79	128,70%		
15	01	Reposições não obtidas nos pagamentos	0,06%	13.656.933,66	0,16%	36.068.107,06	164,10%	0,36%	82.486.116,79	128,70%		
		Reposições não obtidas nos pagamentos	0,06%	13.656.933,66	0,16%	36.068.107,06	164,10%	0,36%	82.486.116,79	128,70%		
TOTAL				22.249.657.725,05		22.992.748.081,51	3,34%		22.664.928.911,89	-1,43%		

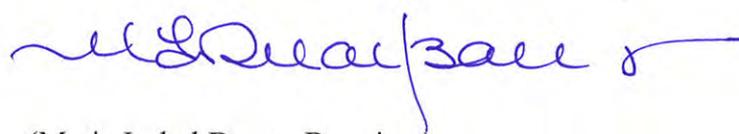
Euros

Evolução das Receitas por classificação económica no triénio 2011/2009

Capítulo	Grupo	Designação	Receita Cobrada Líquida							
			Peso Relativo %	2009	Peso Relativo %	2010	Δ10/09 %	Peso Relativo %	2011	Δ11/10 %
		Receitas Correntes	99,02%	22.031.519.066,24	99,72%	22.928.958.734,54	4,07%	99,60%	22.574.234.690,94	-1,55%
03		Contribuições para o Seguro Social	57,09%	12.702.563.562,84	56,86%	13.073.871.060,18	2,92%	56,92%	13.353.726.700,96	2,14%
	01	Subsistema Previdencial	57,06%	12.696.680.171,85	56,83%	13.067.280.542,91	2,92%	56,89%	13.347.899.562,72	2,15%
	02	Regimes complementares e especiais	0,03%	5.883.390,99	0,03%	6.590.517,27	12,02%	0,03%	5.827.138,24	-11,58%
04		Taxas, multas e outras penalidades	0,43%	96.749.989,37	0,45%	104.472.597,37	7,98%	0,47%	105.826.341,65	1,30%
05		Rendimentos da propriedade	0,20%	45.347.306,69	0,13%	30.976.619,77	-31,69%	0,40%	89.550.841,45	189,09%
	01	Juros - Soc. e quase soc. não financeiras		0,00	0,00	0,00			0,00	
	02	Juros - Sociedades Financeiras	0,19%	42.085.117,46	0,12%	28.063.151,61	-33,32%	0,38%	87.141.614,33	210,52%
	03	Juros - Administração Pública	0,00%	314.736,72	0,00%	8.890,10	-97,18%	0,00%	8.890,10	0,00%
	04	Juros - Instituições sem fins lucrativos	0,00%	44.194,46	0,00%	12.461,23	-71,80%	0,00%	8.427,14	-32,37%
	05	Juros - Famílias		0,00	0,00	0,00			0,00	
	06	Juros - Resto do mundo		0,00	0,00	0,00			0,00	
	07	Dividendos e partic. nos lucros de soc. e quase soc. não fin.		0,00	0,00	0,00			0,00	
	08	Dividendos e partic. nos lucros de soc. financeiras		0,00	0,00	0,00			0,00	
	10	Rendas	0,01%	2.903.258,05	0,01%	2.892.116,83	-0,38%	0,01%	2.391.621,30	-17,31%
06		Transferências Correntes	41,27%	9.182.913.138,48	42,25%	9.714.054.980,59	5,78%	39,78%	9.016.590.994,45	-7,18%
	01	Soc. quase soc. n. financeiras	0,00%	609.142,00	0,00%	610.891,94	0,29%		651.879,48	
	03	Administração Central	35,40%	7.875.688.505,07	37,32%	8.581.497.407,04	8,96%	33,59%	7.613.703.722,65	-11,28%
	04	Admin. Regional		0,00	0,00	0,00			0,00	
	06	Segurança Social	0,59%	131.493.190,55	0,34%	78.857.237,53	-40,03%	0,39%	87.911.401,81	11,46%
	07	Instituições sem fins lucrativos	0,73%	161.474.125,97	0,62%	142.841.133,88	-11,54%	0,72%	163.599.668,55	14,53%
	09	Resto do mundo	4,56%	1.013.648.174,89	3,96%	910.248.310,20	-10,20%	5,08%	1.150.724.321,96	26,42%

Quadro 76 – Receitas Correntes / Capital por classificação económica no triénio 2011/2009

O Departamento de Orçamento e Conta

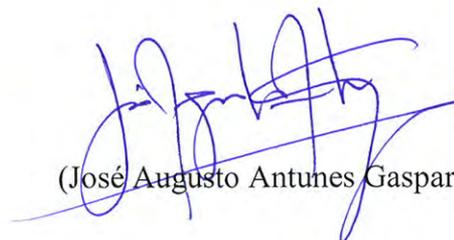


(Maria Isabel Duarte Barreiros)



(Lisa Pedrosa)

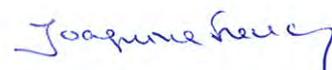
O Conselho Directivo



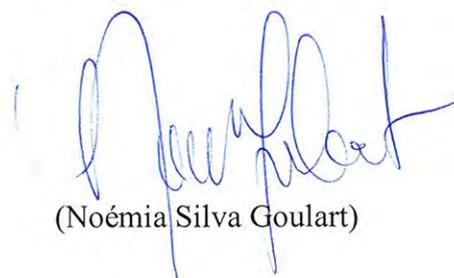
(José Augusto Antunes Gaspar)



(Nelson da Silva Ferreira)



(Joaquina Maria Franco)



(Noémia Silva Goulart)



INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA
DA SEGURANÇA SOCIAL, IP
Av. Manuel da Maia, N° 58
1049-002 Lisboa

www.seg-social.pt
T. 21 843 333 0
F. 21 843 372 0